

PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO

Secretaria de Planejamento e Finanças

CRATO

21

PLANO PLURIANUAL 2018-2021



ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO / CE - LOTE I



**PRODUTO 01 - PROPOSTA METODOLÓGICA DO PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL**



**PREFEITURA DO
CRATO**

Julho / 2017



PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

**ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO
CRATO-CE – LOTE I**

**PRODUTO 1.0 – PROPOSTA METODOLÓGICA DO PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL**

FORTALEZA / CE – JULHO / 2017

ELABORAÇÃO

ESPAÇO PLANO – ARQUITETURA E CONSULTORIA S/S LTDA.

EQUIPE TÉCNICA DA CONSULTORA

Coordenação Técnica

AIRTON IBIAPINA MONTENEGRO JÚNIOR – Coordenador / Arquiteto e Urbanista Sênior

Equipe Chave

FRANCISCO EDUARDO ARAUJO SOARES – Arquiteto e Urbanista Sênior

ANDERSON CARLOS LEITE PEREIRA - Contador

DANIEL PAGLIUCA – Advogado Pleno

DIEGO TORQUATO ALMEIDA – Contador Pleno

FRANCISCO ANTÔNIO DO NASCIMENTO NETO – Contador Sênior

LAURO CHAVES NETO – Economista Sênior

MARCELO DA COSTA TEIXEIRA – Engenheiro Civil Sênior

PEDRO ELDER SILVA LIMA – Administrador Pleno

VERA MARIA DA SILVA FREITAS – Assistente Social Pleno;

Equipe Complementar

ISABELLY CAMPOS EGOT– Arquiteta e Urbanista

KARLO JOSÉ MEDEIROS TELES – CONTADOR

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

Coordenação

MÉRCIA KARÍZIA SOBREIRA LEANDRO – Gerente da Célula de Monitoramento de Projetos Prioritários

Equipe Chave

ADALGIZA ARRAIS DE FARIAS VIEIRA – Subprocuradora Municipal

CÍCERO FELIPE DA SILVA CORREIA – Chefe de Gabinete Adjunto

HERMÍNIA RACHEL SARAIVA OLIVEIRA – Coordenadora de Comunicação

HILDO MORAES DE BRITO JÚNIOR – Arquiteto, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial

KARINE FEITOSA CARLOS SANTANA – Assessora da Secretaria Municipal de Educação

NÍNIVE BARRETO OLIVEIRA XENOFONTE – Gerente da Célula de Projetos Estratégicos, da Secretaria Municipal de Saúde

Equipe de Apoio da Consultora

AILA MARIA ALMEIDA OLIVEIRA – Agente Administrativo

ADLA EDWIGES OLIVEIRA DOS SANTOS – Secretária

CÍCERO VIEIRA NOBRE – Auxiliar de Escritório

WALDESON DE ARAÚJO LIMA – Digitador



SUMÁRIO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
1.0. CONTEXTUALIZAÇÃO	3
2.0. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO-CE..6	
2.1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO	7
2.2. ESCOPO	8
2.2.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	8
2.2.2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	9
2.3. PREMISSAS	9
2.4. RESTRIÇÕES	9
2.5. ESCOPO NÃO INCLUÍDO NO PROJETO	11
2.6. PRODUTOS	11
2.7. CRONOGRAMAS	11
2.7.1. CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO	11
2.7.2. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSOS	11
3.0. METODOLOGIA	14
3.1. METODOLOGIA PRINCIPAL	15
3.1.1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL DE MÉDIO PRAZO	15
3.2. METODOLOGIA ACESSÓRIAS	19
3.2.1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL - PES	19
3.2.2. ANÁLISE E SOLUÇÃO DE PROBLEMAS – MASP	21
3.2.3. <i>BALANCED SCORECARD</i> APLICADO A GESTÃO PÚBLICA	22
3.2.4. ALINHAMENTO A NOVA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO – NBCASP	22

3.2.5.	ANÁLISE DO ORDENAMENTO TERRITORIAL	24
3.2.6.	SENSIBILIZAÇÃO DOS GESTORES PÚBLICOS.....	25
3.2.7.	CAPACITAÇÃO DOS GESTORES PÚBLICOS.....	26
3.2.8.	ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL NA ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DO MUNICÍPIO DO CRATO	28
4.0.	AÇÕES PRELIMINARES	33
4.1.	COLETA DE DADOS	34
4.1.1.	RESUMO	34
4.1.2.	BASE DE DADOS.....	34
4.1.3.	PESQUISA DE PLANOS ANTERIORES	34
4.1.4.	ENTREVISTAS.....	35
4.2.	REUNIÃO COM PREFEITO	35
4.2.1.	FOTOS.....	37
4.3.	SEMINÁRIO COM GESTORES	37
4.3.1.	MATERIAL UTILIZADO.....	37
4.3.2.	FOTOS.....	38
4.3.3.	LISTA DE PARTICIPANTES.....	39
5.0.	REFERÊNCIAS.....	41
6.0.	ANEXOS	43
6.1.	ANEXO Nº 01 – PORTARIA OFICIALIZANDO A EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL.....	44
6.2.	ANEXO Nº 02 – APOSTILA SEMINÁRIO COM GESTORES	46



APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

O presente documento, intitulado como **Produto 01 – Proposta Metodológica do Planejamento Estratégico Municipal e Regional**, foi desenvolvido pela equipe técnica da empresa Espaço Plano – Arquitetura e Consultoria S/S Ltda, concretizando o início do processo de elaboração do **Planejamento Estratégico Municipal e Regional do Município do Crato-CE**, em atendimento ao Contrato N° 2017.07.13.2, referente a Tomada de Preços N° 2017.06.20.1 - PMC.

Este produto apresenta a Proposta Metodológica que será seguida durante o desenvolvimento do Planejamento e apresenta, também, de forma detalhada, os produtos, o cronograma de execução, a equipe responsável, as atividades de acompanhamento, capacitação e mobilização, dentre outros procedimentos que acompanharão o Planejamento. Também são apresentados os relatos das primeiras atividades realizadas durante a Etapa A de desenvolvimento do Planejamento.



1.0. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.0. CONTEXTUALIZAÇÃO

A região do Cariri, no sul do Ceará, ao sopé da Chapada do Araripe, teve um processo de colonização semelhante ao do restante do interior do Estado, baseado na concessão de sesmarias, requeridas pelos colonos para a criação de gado.

Os primeiros povoamentos datam da segunda metade do século XVIII, quando holandeses e portugueses disputaram as terras férteis do Vale do Cariri com os índios jucás da nação *Kariri*, que deu nome ao lugar e que já estava sob processo de catequização desde o século XVII.

Crato, uma das cidades mais antigas do Estado, foi fundada oficialmente em 1853. Àquela época, predominava a pecuária vinda do roteiro do ciclo baiano dos currais. Com o passar do tempo, a fertilidade do solo e a abundância de águas perenes fizeram com que a agricultura da cana-de-açúcar sobrepujasse a pecuária bovina, sem que esta desaparecesse.

O ciclo da cana, na primeira metade do século XVIII, impulsionou a economia da região que se tornou um polo canavieiro, cujo produto principal era a rapadura. Nesse contexto, Crato e Barbalha lideraram a produção, contando com a maioria dos engenhos existentes na região.

Atraídos pela prosperidade da região, estabeleceram-se no Crato um grande número de comerciantes oriundos de outras províncias, principalmente da Bahia. A cidade se consolidou como centro comercial, tornando-se fornecedora de alimentos para o sertão e encarregada da distribuição de manufaturas para o interior, desenvolvendo fortes relações com as cidades vizinhas. Nesse período, Crato tornou-se conhecida como “Pérola do Cariri”, destacando-se no contexto sul-cearense nos aspectos socioeconômicos e culturais e dominando o comércio atacadista.

Crato foi a primeira cidade da região a implementar um sistema educacional, sob a égide da Diocese, polarizadora de toda a região do Cariri, reforçando o status cultural que permanece até hoje e que é realçado pelas diversas instituições educacionais nascidas no século XIX, como o Seminário de São José.

A via férrea, na primeira metade do século XX, representou importante meio de escoamento da produção regional de mamona, torta de algodão, algodão beneficiado, cereais e gipsita, enquanto trazia combustíveis e produtos manufaturados. Por muitos anos, até o final da década de 1960, era o meio de transporte de passageiros mais rápido para Fortaleza, perdendo competitividade com o asfaltamento da BR-116.

No início dos anos 60, o município foi alvo, junto com Juazeiro do Norte, Barbalha e Missão Velha, de um experimento de desenvolvimento regional cujo nome originou-se de seu idealizador: o Plano Asimow. Fruto de um convênio entre a Universidade Federal do Ceará e a Universidade da Califórnia, treinou recém-graduados das duas universidades e empresários locais, assim como elaborou projetos econômico-financeiros para suportar o surgimento de novos negócios com sócios locais.

Não obstante terem sido implantados com apoio da SUDENE e do Banco do Nordeste, os projetos não se consolidaram, apesar do relativo sucesso inicial, principalmente devido à falta de acompanhamento e monitoramento para correção de rumos após o início das operações.

Atualmente, Crato integra a conturbação CRAJUBAR e divide com os vizinhos, Juazeiro e Barbalha, o Distrito Industrial do Cariri. O distrito, com mais de 30 anos, necessita de uma revitalização para que possa atrair uma maior diversidade de indústrias.

Culturalmente, Crato manteve, no século XX, um papel pioneiro no Ceará e no Cariri. A realização anual da exposição agropecuária, a partir do fim dos anos de 1950, fez do município referência para criadores, produtores de insumos agrícolas e admiradores de animais do interior do Nordeste. A partir do fim dos anos 1990, a exposição anual, Expocrato, passou oferecer uma variedade de atrações culturais, atraindo um público diversificado e se convertendo em uma das atrações do Ceará durante o período de férias escolares.

O pioneirismo em serviços educacionais também se manteve. Na década 1980, Crato recebeu a Universidade Regional do Cariri, URCA, que, posteriormente, difundiu seus campi em toda a região. Posteriormente, diversos equipamentos educacionais de grande porte como Faculdades e Escolas Profissionalizantes foram instalados na região, que atualmente polariza esses tipos de serviços.

O Município do Crato possui diversas potencialidades, contudo, como identificado no Termo de Referência que integra a Tomada de Preços Nº 2017.06.20.1 - PMC, as estratégias de planejamento não vêm atendendo as demandas do rápido crescimento, inclusive urbano.



2.0. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO-CE

2.0. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO

2.1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Planejamento é uma prática essencial para obter melhores resultados em qualquer organização, seja pública ou privada. No setor público, principalmente, no executivo, planejar as ações de forma estruturada é o único caminho de viabilizar serviços de qualidade ao cidadão.

Os Municípios são os entes mais carentes, pois não possuem, em sua maioria, estrutura e recursos para planejar ou implementar os planos existentes. A situação tende a se agravar, pois com o aumento da transparência e acesso à informação, a sociedade pressiona por ações imediatas, com reações praticamente em tempo real.

Desde o Estatuto da Cidade - Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - uma nova ordem ao planejamento urbano foi estabelecida. Em tese, os Municípios teriam um instrumento legal para auxiliar e orientar o processo de planejamento do desenvolvimento das cidades.

Na prática, muitos municípios que elaboraram seus planos não os implementaram em alguma medida, ou sequer, concluíram a fase de elaboração. No Ceará, por exemplo, menos da metade dos municípios possui, mesmo sendo obrigatório para Municípios com mais de 20 mil habitantes ou de região metropolitana.

Posteriormente, foram instituídos outros instrumentos de planejamento municipal. Planos setoriais nas áreas de habitação, saneamento, educação, mobilidade, também obrigatórios e requisito para recebimento de recursos da União, em suas respectivas áreas.

Contudo, não há uma conexão direta entre esses diversos instrumentos e a rotina das Prefeituras. Naturalmente formou-se uma dicotomia entre Planejamento e Execução, com nítido prejuízo a qualidade das ações da gestão.

Nesse cenário, é natural os Gestores Municipais ficarem reféns da rotina diária, ou seja, constantemente "apagando incêndios", em detrimento das metas a serem alcançadas durante seus governos.

Sem o devido planejamento e monitoramento das ações, o sucesso de uma gestão fica condicionada ao acaso. A efetividade das políticas públicas cai drasticamente, juntamente com a avaliação da Gestão Municipal.

Um bom Planejamento deve criar uma visão de futuro, diretrizes e objetivos estratégicos, mas conectado a realidade diária da Gestão. Ou seja, para o planejamento sair do papel, tem que estar relacionado diretamente aos projetos e atividades da Gestão Municipal.

Dois instrumentos viáveis para se criar estratégia e visão de futuro, são o Plano Diretor Participativo e o Planejamento Estratégico Municipal. O primeiro para a Cidade e o segundo para a Gestão. Assim, o

sucesso está na capacidade de conseguir conectá-los ao planejamento formal da administração, de modo que sirvam de base para a execução.

No caso específico do Município do Crato, o cenário encontrado pela gestão atual é bem parecido, embora existam vários instrumentos de planejamento, não havia uma relação direta entre eles. Sem a devida compatibilização, os planos não servem como uma ferramenta para qualificar a tomada de decisão por parte do gestor.

Nesse sentido, os objetivos do projeto convergem para criação de bases estratégicas para compatibilização e alinhamento dos esforços e instrumentos de planejamento. Para que isso seja possível, o projeto concentra boa parte do seu escopo na análise e estudo da realidade atual, para só então propor ações de forma mais estratégica.

Trata-se de um processo validado por várias cidades que conseguiram resultados expressivos, sem muitos investimentos. Basicamente, seguiram um processo lógico de compreender a realidade municipal, definir objetivos estratégicos, priorizar de acordo com sua capacidade e monitorar a execução.

Obviamente, o processo de Planejamento Municipal não é fácil, mesmo que pareça simples. Por esse motivo, é as equipes apresentadas para a condução do processo de planejamento é composta por profissionais de grande experiência e de diversas áreas, externos à Gestão para proporcionar mais isenção e profissionalismo.

2.2. ESCOPO

Este projeto tem como objetivo geral a Elaboração do Planejamento Estratégico Municipal e Regional do Município do Crato, com produtos interdependentes que possibilitem o direcionamento de investimentos, com um horizonte de 04 (quatro) anos, em capacidade institucional, processos, programas e projetos.

2.2.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Sensibilizar e capacitar os gestores e técnicos do processo de planejamento municipal;
- Fomentar uma cultura de planejamento;
- Criar mecanismos de medição de resultados, com metas e indicadores;
- Melhorar a eficiência da gestão pública municipal;
- Compatibilizar a capacidade institucional com as demandas da sociedade e oportunidades de investimento para o município;
- Criar produtos, baseados em estudos técnicos, que sirvam de base para futuras ações;
- Estimular a participação social;
- Elaborar e apresentar o Plano Plurianual – PPA; e
- Compatibilizar os instrumentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO, e LOA).

2.2.2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Serviço de consultoria para análise e proposição, utilizando metodologia principal e outras acessórias, no sentido de viabilizar a produção, validação e entrega dos produtos. As metodologias utilizadas estão detalhadas em capítulo específico desta proposta metodológica.

Estão contemplados os honorários, diárias, estadias e locomoção de todos os consultores, exceto na ocasião das visitas técnicas, estas devendo ser realizadas em carro cedido pela contratante e acompanhadas por servidor municipal, indicado para Equipe Técnica Municipal.

Os serviços serão realizados em rigorosa observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objetivo do projeto.

2.2.2.1. Estrutura Analítica do Projeto

Ver FIGURA Nº 2.1 – ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO

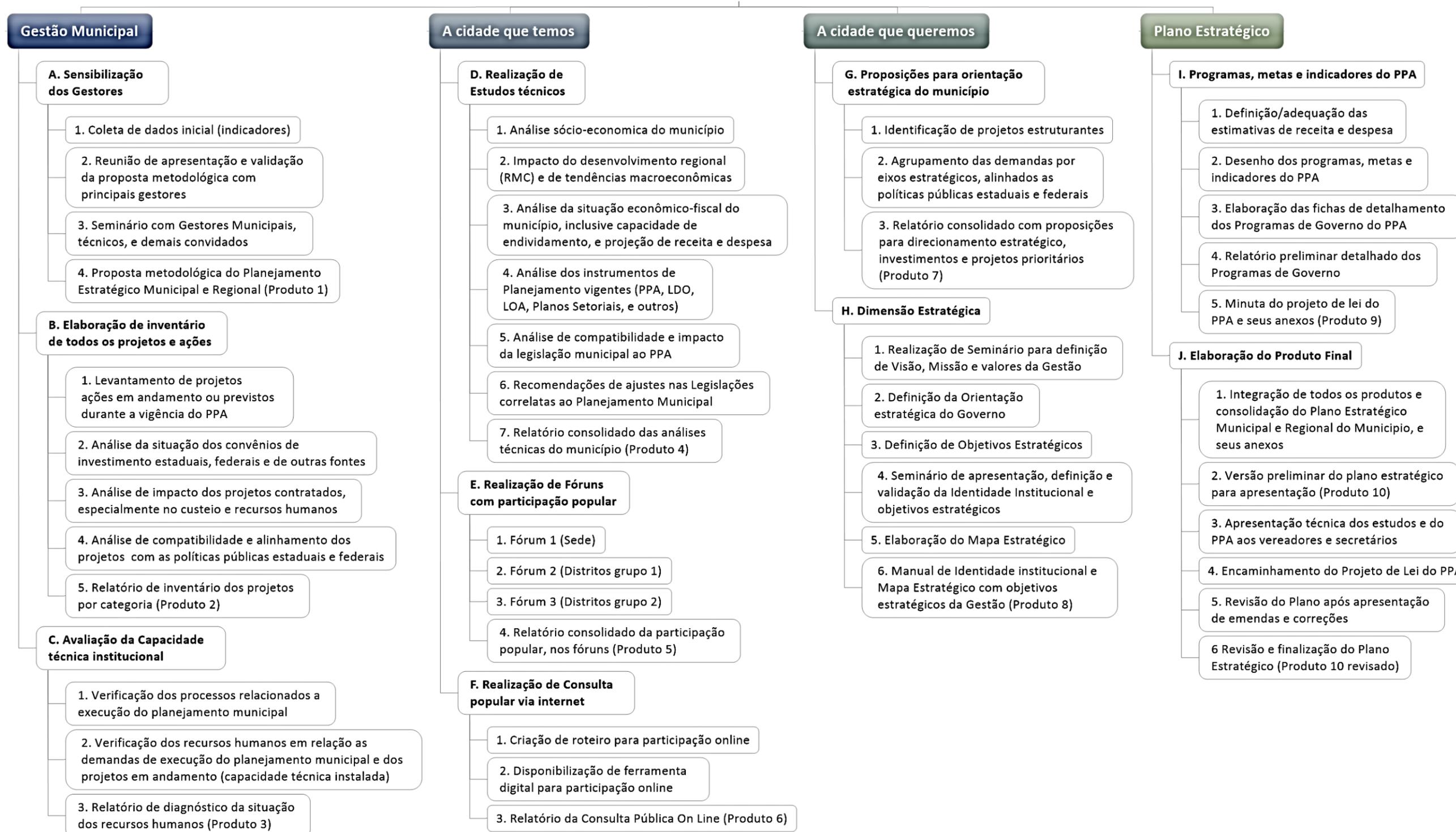
2.3. PREMISSAS

- A administração municipal irá fornecer todas as informações técnicas solicitadas, em prazo compatível com a solicitação;
- A administração municipal irá constituir equipe técnica local e nomear um representante para atuar como interlocutor do projeto;
- A administração municipal nomeará, por ato oficial, a equipe técnica e seu coordenador;
- Os gestores (Prefeito e Secretários) criarão condições para o engajamento dos servidores e demais envolvidos no projeto;
- A administração cumprirá suas obrigações contratuais e os compromissos assumidos na proposta metodológica, inclusive o cumprimento do cronograma;
- O nível de detalhamento e profundidade das análises, será proporcional ao produto relacionado, bem como o atendimento aos objetivos do projeto;
- Haverá uma flexibilização para entrega de produtos em versão preliminar, quando isso for necessário para viabilização dos prazos legais; e
- Cabe a administração municipal a decisão e a execução das ações propostas nos produtos, previstos durante a realização do projeto.

2.4. RESTRIÇÕES

- O Produto 9 (nove), referente a apresentação da minuta da lei e dos programas do PPA, deverá ser concluído dentro do prazo legal para entrega da minuta do Plano Plurianual;
- A atuação da empresa e seus consultores ocorrerá, quando no Município do Crato, em local e horários previamente agendados com a coordenação da equipe técnica local ou gestor da área; e
- A atuação da empresa e seus consultores ocorrerá em observância ao Termo de Referência, Contrato e a presente proposta metodológica.

FIGURA Nº 2.1 – ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO



Fonte: Elaboração própria.

2.5. ESCOPO NÃO INCLUÍDO NO PROJETO

Os seguintes itens não fazem parte deste projeto:

- Ações de mobilização direta de servidores;
- Ações de divulgação e mobilização social;
- Avaliação funcional ou qualquer outra intervenção junto aos servidores municipais, exceto aqueles relacionados diretamente ao projeto;
- Despesas de deslocamento interno do município, na ocasião das visitas técnicas e eventos;
- Despesas de editoração, impressão, ou veiculação de produtos e/ou derivados; e
- Ações relacionadas a eventos não previstos na declaração de escopo do projeto.

2.6. PRODUTOS

QUADRO Nº 2.1 – RELAÇÃO DE PRODUTOS	
PRODUTO	CONTEÚDO
PRODUTO 1	Proposta Metodológica do Planejamento Estratégico Municipal e Regional
PRODUTO 2	Relatório de inventário dos projetos por categoria
PRODUTO 3	Relatório de diagnóstico da situação dos recursos humanos
PRODUTO 4	Relatório consolidado das análises técnicas do município
PRODUTO 5	Relatório consolidado da participação popular, nos fóruns
PRODUTO 6	Relatório da Consulta Pública Online
PRODUTO 7	Relatório consolidado com proposições para direcionamento estratégico, investimentos e projetos prioritários
PRODUTO 8	Manual de Identidade institucional e Mapa Estratégico com objetivos estratégicos da Gestão
PRODUTO 9	Minuta do projeto de lei do PPA e seus anexos
PRODUTO 10	Plano Estratégico Municipal e Regional do Município do Crato / CE (Consolidado e revisado)

2.7. CRONOGRAMAS

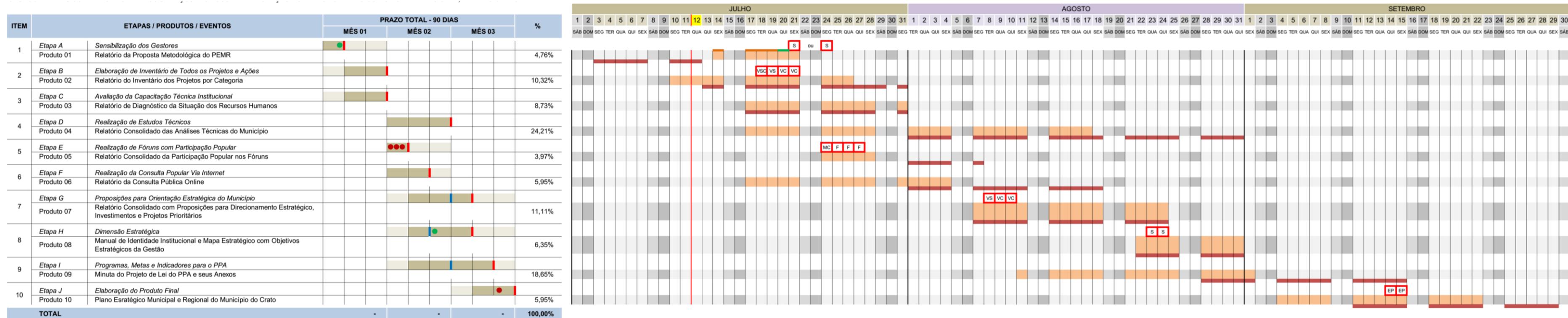
2.7.1. CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

Ver FIGURA Nº 2.2 – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO PARA OS SERVIÇOS TÉCNICOS DE ELABORAÇÃO DO PEMR DO CRATO.

2.7.2. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSOS

Ver FIGURA Nº 2.3 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSOS PARA OS SERVIÇOS TÉCNICOS DE ELABORAÇÃO DO PEMR DO CRATO.

FIGURA Nº 2.2 – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO PARA OS SERVIÇOS TÉCNICOS DE ELABORAÇÃO DO PEMR DO CRATO



- LEGENDA
- | Entrega de Produto em Versão Preliminar
 - | Entrega de Produto em Versão Final
 - Realização de Evento Público
 - Realização de Evento Restrito

Fonte: Elaboração própria.

FIGURA Nº 2.3 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSOS PARA OS SERVIÇOS TÉCNICOS DE ELABORAÇÃO DO PEMR DO CRATO

ITEM	ETAPAS / PRODUTOS / EVENTOS		PRAZO TOTAL - 90 DIAS			TOTAL	%
			MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03		
1	<i>Etapa A</i>	<i>Sensibilização dos Gestores</i>					
	Produto 01	Relatório da Proposta Metodológica do PEMR	7.140,48			7.140,48	4,76%
2	<i>Etapa B</i>	<i>Elaboração de Inventário de Todos os Projetos e Ações</i>					
	Produto 02	Relatório do Inventário dos Projetos por Categoria		15.471,03		15.471,03	10,32%
3	<i>Etapa C</i>	<i>Avaliação da Capacitação Técnica Institucional</i>					
	Produto 03	Relatório de Diagnóstico da Situação dos Recursos Humanos		13.090,87		13.090,87	8,73%
4	<i>Etapa D</i>	<i>Realização de Estudos Técnicos</i>					
	Produto 04	Relatório Consolidado das Análises Técnicas do Município			36.297,42	36.297,42	24,21%
5	<i>Etapa E</i>	<i>Realização de Fóruns com Participação Popular</i>					
	Produto 05	Relatório Consolidado da Participação Popular nos Fóruns		5.950,40		5.950,40	3,97%
6	<i>Etapa F</i>	<i>Realização da Consulta Popular Via Internet</i>					
	Produto 06	Relatório da Consulta Pública Online		8.925,60		8.925,60	5,95%
7	<i>Etapa G</i>	<i>Proposições para Orientação Estratégica do Município</i>					
	Produto 07	Relatório Consolidado com Proposições para Direcionamento Estratégico, Investimentos e Projetos Prioritários		11.662,78	4.998,33	16.661,11	11,11%
8	<i>Etapa H</i>	<i>Dimensão Estratégica</i>					
	Produto 08	Manual de Identidade Institucional e Mapa Estratégico com Objetivos Estratégicos da Gestão		6.664,44	2.856,19	9.520,63	6,35%
9	<i>Etapa I</i>	<i>Programas, Metas e Indicadores para o PPA</i>					
	Produto 09	Minuta do Projeto de Lei do PPA e seus Anexos		19.576,81	8.390,06	27.966,87	18,65%
10	<i>Etapa J</i>	<i>Elaboração do Produto Final</i>					
	Produto 10	Plano Esratégico Municipal e Regional do Município do Crato			8.925,60	8.925,60	5,95%
TOTAL			35.702,38	89.077,44	25.170,18	149.950,00	100,00%

LEGENDA

- Entrega de Produto em Versão Preliminar
- Entrega de Produto em Versão Final
- Realização de Evento Público
- Realização de Evento Restrito

Fonte: Elaboração própria.



3.0. METODOLOGIA

3.0. METODOLOGIA

3.1. METODOLOGIA PRINCIPAL

3.1.1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL DE MÉDIO PRAZO

No intuito de viabilizar o desenvolvimento do Projeto, qual seja, a Elaboração e Implementação do Planejamento Estratégico Municipal e Regional do Crato-CE, no âmbito do Termo de Referência que integra a Tomada de Preços Nº 2017.06.20.1 - PMC, correspondente ao referido Projeto, foi desenvolvida uma metodologia de trabalho exclusiva para contemplar os aspectos inovadores, bem como os requisitos legais dos produtos vinculados.

Foram considerados como referenciais teóricos, pelo menos, seis metodologias acessórias, destacando-se entre elas o Planejamento Estratégico Situacional - PES, como suporte à metodologia principal. Além do PES, outras metodologias acessórias garantem uma visão sistêmica do Município (Ente Federativo) e da Administração Municipal (conjunto de setores e instrumentos de atuação do executivo municipal), além da participação social, diretriz essencial desse processo.

Além dos aspectos metodológicos propriamente ditos, foi garantida total observância aos aspectos legais, com ênfase aos correlatos ao processo de Planejamento Municipal, sem prejuízo a legislação contábil e a legislação do Município. Portanto, a Proposta Metodológica está plenamente compatível com o arcabouço jurídico aplicável ao processo, especialmente quanto aos explicitados no respectivo Termo de Referência que integra a Tomada de Preços Nº 2017.06.20.1 - PMC.

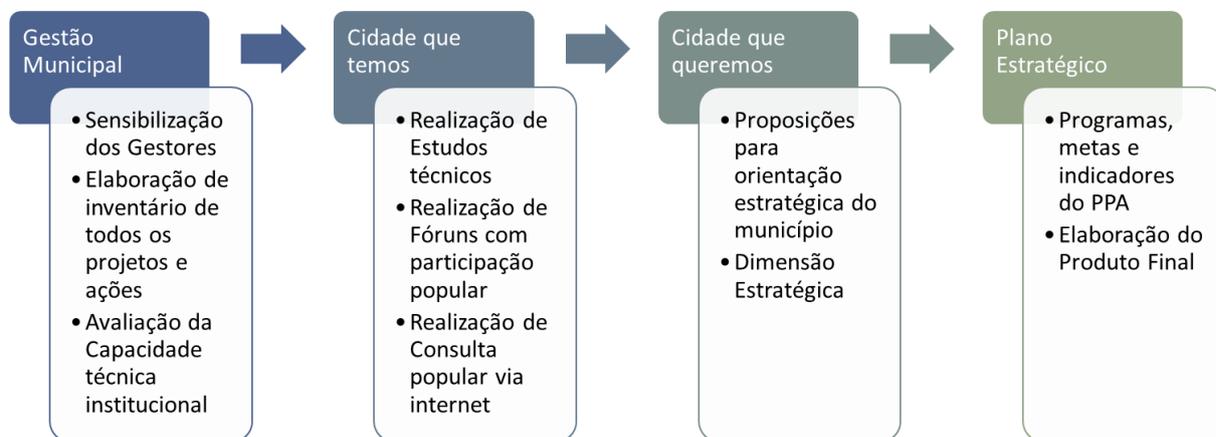
Nesse sentido, está sendo apresentada nessa Proposta Metodológica a visão da Consultora à luz dos referenciais citados anteriormente. A proposta também contempla o escopo estabelecido no Termo de Referência, tal como os objetivos gerais e específicos, definidos no mesmo documento.

A metodologia de planejamento estratégico municipal de médio prazo tem como base o ciclo de Planejamento Estratégico, composta por Análise Organizacional, Análise do Ambiente, Estruturação do Plano e Formulação do Plano. Esses componentes do ciclo preparam e criam condições para a organização implementar, monitorar e avaliar seus projetos.

Como na maioria dos projetos dessa natureza, o ciclo de planejamento estratégico foi representado por fases e etapas. Especificamente no projeto de Elaboração e Implementação do Planejamento Estratégico Municipal e Regional do Crato-CE, essas etapas foram representadas da seguinte forma: Gestão Municipal; Cidade que temos; Cidade que queremos; e Plano Estratégico (**FIGURA Nº 3.1 – CICLO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**).

As fases de análise “Gestão Municipal” e “Cidade que temos”, formam o primeiro componente metodológico, denominado Análise de Ambiente Interno e Externo. Nesse componente, foram agrupadas as etapas e atividades que permitem a formulação de uma leitura técnica e popular da cidade do Crato, incluindo sua capacidade de governança para a implementação do plano.

FIGURA Nº 3.1 – CICLO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



Fonte: Elaboração própria.

A fase “Cidade que queremos” contempla o segundo componente, nesse projeto denominado Proposituras para a Gestão. Esse componente utiliza como insumos a leitura da cidade realizada, bem como ferramentas estratégicas para criação de cenários para formação de uma visão de futuro.

Essa visão de futuro, organizada em eixos, diretrizes e objetivos estratégicos, estabelece uma sólida base estratégica para o desdobramento de todas as ações da municipalidade nos próximos anos. Inclusive, essa base pode ser utilizada em outros processos de planejamento.

Para além das questões práticas de um planejamento, estão inseridos fortemente nesse componente elementos que permitem o reconhecimento de uma identidade institucional. Esses elementos serão traduzidos na missão e valores intrínsecos à alta direção e disseminados a toda Administração Municipal.

Finalmente, na fase final “Plano Estratégico” está previsto a culminância do projeto, nas duas etapas finais. Formatação do Plano Plurianual e do Plano Estratégico Municipal e Regional, as quais estão inseridas no componente metodológico “Instrumentos de Planejamento”, terceiro e último desta metodologia.

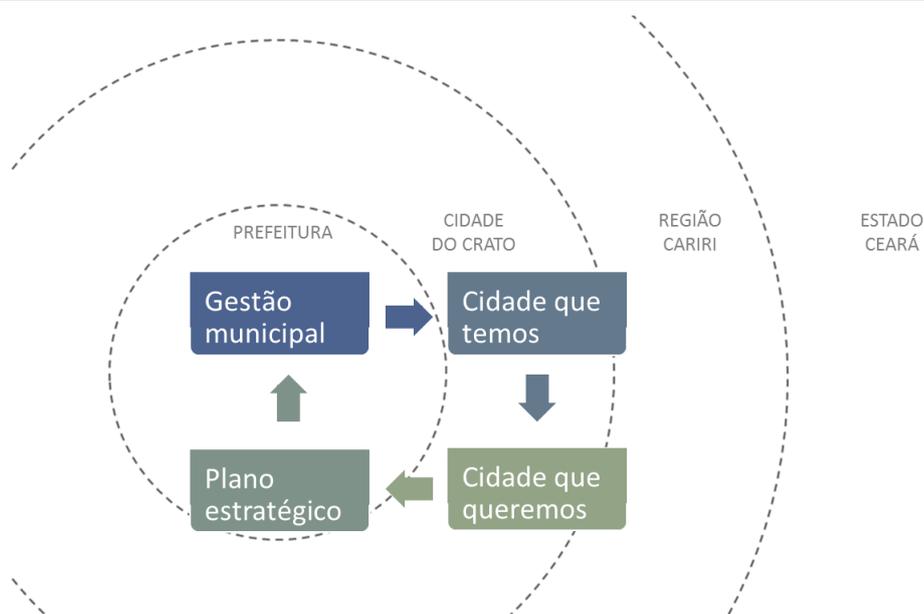
O Plano Plurianual Municipal – PPA 2018-2021 será apresentado com pelo menos duas partes. A primeira parte com a dimensão estratégica, esta, ainda em versão preliminar e mais superficial. A segunda parte do PPA conterá os Programas de Governo, com as respectivas estimativas, metas e indicadores.

Já o produto final, o Plano Estratégico Municipal e Regional, será composto do consolidado de informações, já harmonizadas e dispostas de forma mais didática e compreensível. O produto será entregue em formato para fácil editoração e posterior publicação impressa ou digital.

A abrangência do Plano será de caráter regional (Região Metropolitana do Cariri), considerando os principais fatores que impactam a cidade e a Administração Municipal, no âmbito local ao global. Contudo,

para efeitos metodológicos, essa abrangência segue um fluxo bastante claro, partindo da análise de ambientes organizacionais para os regionais, e com esse entendimento retroalimentando o sistema para as intervenções na Administração Municipal, como segue na (FIGURA Nº 3.2 – ABRANGÊNCIA DO PLANO).

FIGURA Nº 3.2 – ABRANGÊNCIA DO PLANO

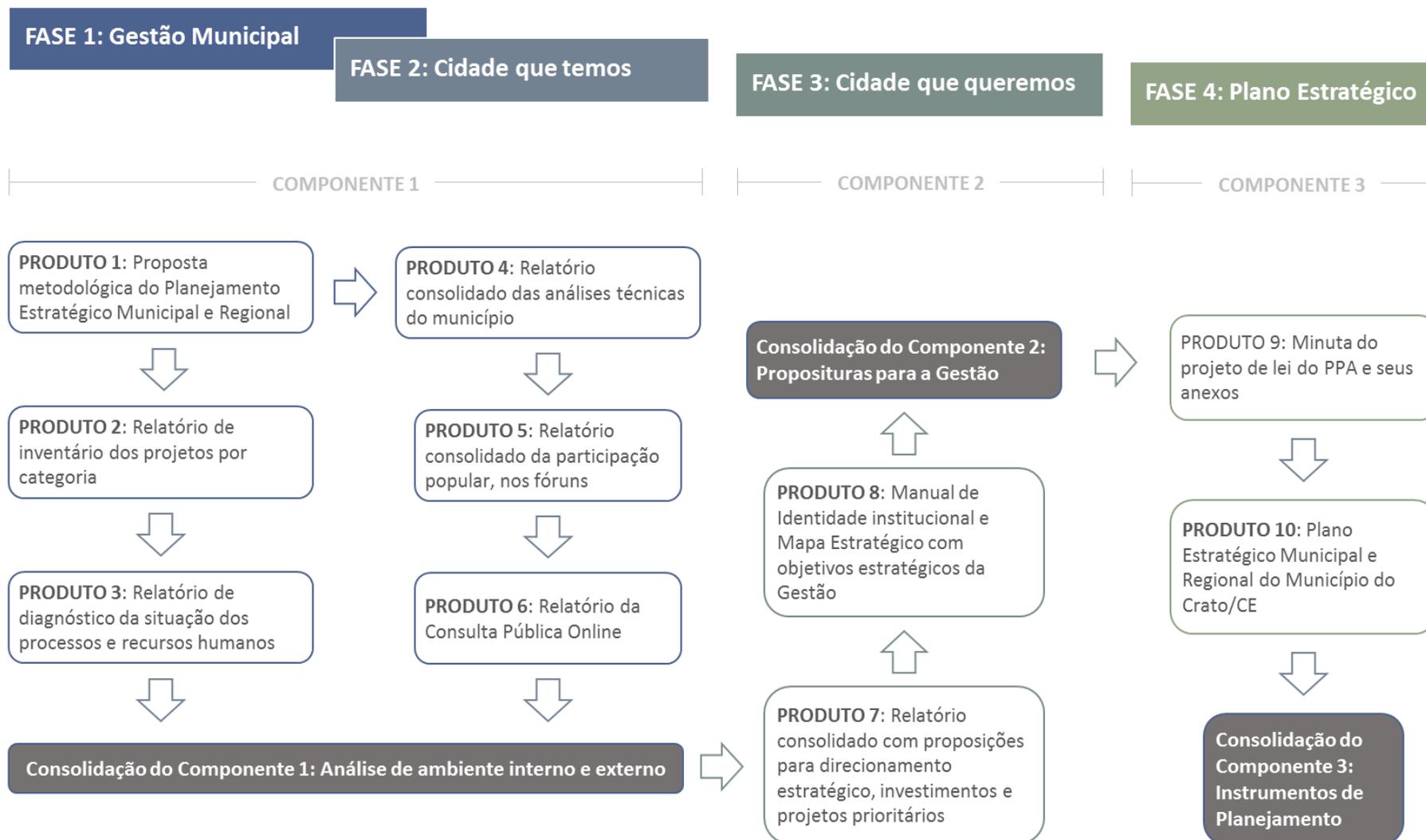


Fonte: Elaboração própria.

Esse fluxo de informações permitirá que a elaboração dos produtos construa, gradativamente, um entendimento cristalino sobre os aspectos limitadores da Gestão e das demandas que requerem um grau maior de priorização. Esse formato embora caracterize uma interdependência entre os produtos, não limita a utilização de cada produto de forma individualizada, conforme demonstrado na (FIGURA Nº 3.3 – FLUXO DE DESENVOLVIMENTO DOS PRODUTOS).

Os produtos terão suas respectivas entregas condicionadas ao cumprimento dos meios de aferição, previstos no Termo de Referência que integra a Tomada de Preços Nº 2017.06.20.1 - PMC, e do aceite formal do Gestor contratante. Além da aferição normal a metodologia prevê a forte participação da equipe local e dos gestores na construção de cada produto, de forma a garantir o atingimento das expectativas e do escopo pactuado.

FIGURA Nº 3.3 – FLUXO DE DESENVOLVIMENTO DOS PRODUTOS



Fonte: Elaboração própria

3.2. METODOLOGIA ACESSÓRIAS

3.2.1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL - PES

O PES foi concebido pelo economista chileno Carlos Matus, durante a década de 70, como um método mais flexível para atuar diante da complexidade dos problemas sociais. No PES, o futuro não é baseado em determinações e a realidade é considerada dinâmica e passível de monitoramento constante.

O método se diferencia do Planejamento Estratégico Tradicional por considerar, entre outros aspectos, uma leitura mais subjetiva da realidade e maior flexibilidade para ajustes do plano. Essas diferenças ficam mais evidentes a medida em que o processo incorpora atores sociais como sujeito e não apenas como uma das partes interessadas.

Essa diferenciação na participação social fica muito clara na contraposição entre a teoria de jogo social, base para o pensamento de Matus, e a teoria de sistema, predominante no Setor Público. Também são consideradas como premissas a diferença na distribuição de poder, criatividade dos atores, subjetividade da linguagem, e a existência de um contexto maior.

Outra premissa básica da metodologia, é que alguns problemas centrais são previstos e inequívocos de ocorrer durante o processo, devido à visão particular da realidade inerente a cada ator social e, conseqüentemente, a escolha de suas próprias estratégias. Esses problemas, conforme proposto pela metodologia, também são considerados e controlados, na medida do possível, no projeto de Planejamento para o Crato, como segue:

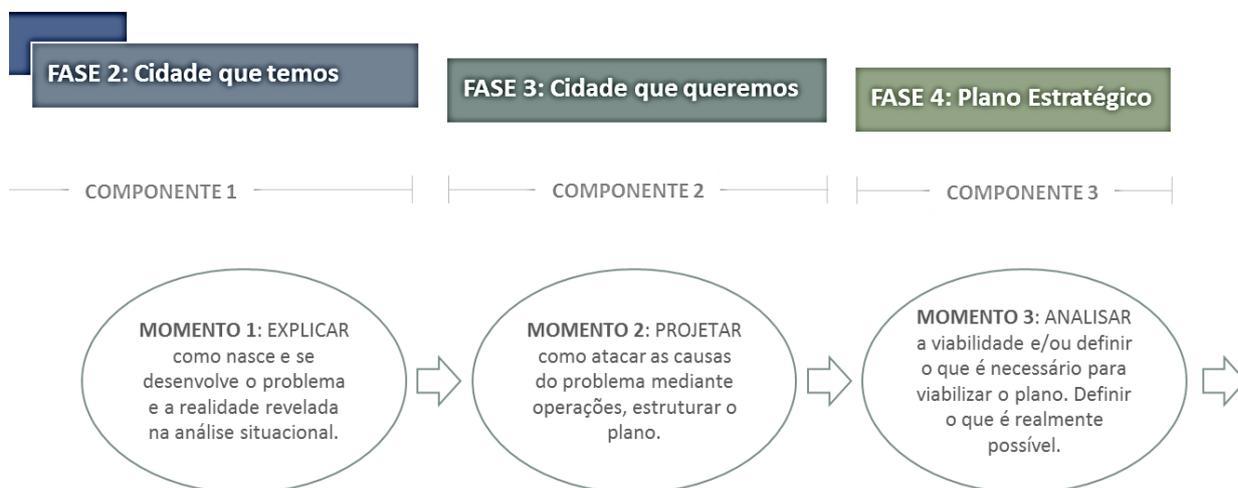
- Explicar a realidade do jogo político, econômico e social;
- Delinear propostas sob incertezas;
- Estratégias para lidar com os diversos atores e as circunstâncias; e
- Momento oportuno.

Dessa forma, considerando esses problemas, mitigamos significativamente os riscos negativos do projeto e a efetividade de seus resultados. A abordagem específica para cada problema é dividida, também conforme previsto na metodologia do PES, em momentos específicos para cada abordagem.

Esses momentos são divididos, originalmente, em explicar, projetar, analisar a viabilidade, e fazer. No nosso projeto, especificamente, esses momentos estão distribuídos ao longo das três últimas fases, como segue na (FIGURA Nº 3.4 – RELAÇÃO DOS MOMENTOS DO PES COM AS FASES DO PROJETO).

Para que seja possível explicar, projetar e analisar, respectivamente, os momentos um, dois e três, é necessário considerar uma base de conhecimento científico e empírico. Esse conhecimento surge a partir da leitura dessa realidade, considerando os aspectos organizacionais, econômicos, sociais e políticos.

FIGURA Nº 3.4 – RELAÇÃO DOS MOMENTOS DO PES COM AS FASES DO PROJETO



Fonte: Elaboração própria.

Excetua-se do escopo do nosso projeto o momento quatro, pois trata da execução e monitoramento das ações planejadas. Esse momento será oportunamente tratado, após a conclusão e validação do plano, quando os principais instrumentos de planejamento estarão integrados, tendo suas principais ações monitoradas no MAPP Crato, iniciativa já existente de acompanhamento dos projetos prioritários. (FIGURA Nº 3.5 – RELAÇÃO DOS MOMENTOS DO PES POS-PROJETO).

FIGURA Nº 3.5 – RELAÇÃO DOS MOMENTOS DO PES PÓS-PROJETO



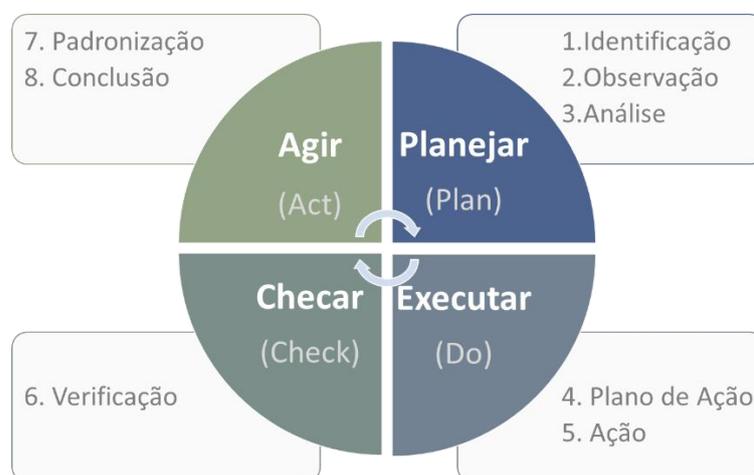
Fonte: Elaboração própria.

3.2.2. ANÁLISE E SOLUÇÃO DE PROBLEMAS – MASP

A Metodologia de Análise e Solução de Problemas - MASP foi criada no intuito de organizar os processos de pesquisa e solução de problemas, visando ao alcance de melhorias de forma plena e estruturada, muito ligada a gestão da qualidade. A aplicação da metodologia é considerada de fácil assimilação e disseminação pela organização, seja ela pública ou privada.

A aplicação da MASP é composta por 08 (oito) etapas, distribuídas na lógica de aplicação clássica do ciclo PDCA. Essa lógica permite uma compreensão e aplicação mais rápida na organização, com base em um modelo amplamente difundido, como segue (FIGURA Nº 3.6 – ETAPAS DO MASP DISTRIBUÍDAS NO CICLO PDCA).

FIGURA Nº 3.6 – ETAPAS DO MASP DISTRIBUÍDAS NO CICLO PDCA



Fonte: Elaboração própria.

Dentro de cada uma dessas fases são utilizadas ferramentas que dependerão do contexto em questão, e da complexidade de cada problema relacionado, bem como a observância do escopo definido para o projeto do Crato. Nesse caso, limitando-se aos processos ligados diretamente ao processo de planejamento municipal.

No sentido de termos um maior suporte na identificação e melhoria dos processos organizacionais, utilizaremos a MASP no projeto, especialmente na primeira fase, a qual se concentram os esforços de análise organizacional. Denominada “Gestão Municipal”, essa fase contempla uma análise de capacidade instalada, a qual depende diretamente da qualidade dos recursos e processos.

Nesse contexto, as pessoas, a estrutura disponível, seja ela física ou tecnológica, além do respectivo orçamento da área, são considerados recursos. A forma como esses recursos interagem são definidas em processos e fluxos de trabalho, formais ou implícitos.

Conforme proposto no Termo de Referência que integra a Tomada de Preços Nº 2017.06.20.1 - PMC, a análise desses recursos e processos será restrita aos processos relacionados a execução do

planejamento municipal, convencionados como a implementação do Planejamento Estratégico Municipal e Regional do Crato e o Gerenciamento dos Projetos Prioritárias. Essa análise será consolidada e materializada no Produto 3 (três).

Portanto, a aplicação da MASP no projeto do Crato será inicialmente para identificar os grandes problemas, relacionados ao Planejamento Municipal. Posteriormente, ocorrerá o aprofundamento da análise e proposição de soluções aos problemas mais críticos ao sucesso da efetividade do projeto, com ênfase na superação de gargalos e conseqüente melhoria da performance.

3.2.3. *BALANCED SCORECARD APLICADO A GESTÃO PÚBLICA*

O *Balanced Scorecard* (BSC) é uma metodologia proposta pelos professores Robert Kaplan e David Norton, da *Harvard Business School*, em 1992. A metodologia tem sido amplamente reconhecida como uma das principais ferramentas da atualidade para implementação de estratégias.

O BSC é uma metodologia de medição e avaliação do desempenho organizacional que vem sendo exaustivamente utilizada no setor privado. Contudo, tem crescido fortemente nos últimos anos a sua utilização também no setor público, inclusive em Administrações Municipais, como é o caso desse projeto.

A diferença de aplicação do BSC entre empresas e governo está no direcionamento estratégico. No primeiro, o objetivo é aumentar a rentabilidade e os resultados financeiros, enquanto no setor público, o objetivo é o atendimento das demandas da população (**FIGURA Nº 3.7 – APLICAÇÃO DO BSC NOS SETORES PRIVADO E PÚBLICO**).

Nesse sentido, o BSC mostra-se como uma metodologia totalmente alinhada aos objetivos do projeto de elaboração e implementação do planejamento estratégico do Crato, pois coloca em primeiro plano os benefícios para sociedade cratense. Considerando como base a identidade institucional do Governo Municipal, expressa por meio da Missão, Visão e Valores.

A aplicação do BSC se dará mais fortemente em nosso projeto com o início da fase “Cidade que queremos”, a qual concentra os esforços de propositura e definição da orientação estratégica do Governo Municipal. Além disso, o uso da metodologia permitirá a conexão dos objetivos estratégicos definidos pela Gestão e os programas que serão definidos e/ou validados no Plano Plurianual do Município do Crato.

3.2.4. *ALINHAMENTO A NOVA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO – NBCASP*

No início deste ano entrou em vigor uma nova contábil que definiu uma nova estrutura conceitual, com o intuito de servir de base para elaboração e divulgação de informações contábeis de propósito geral pelas entidades do setor público. A norma trouxe significativas alterações conceituais que permitirão uma nova forma de demonstrar as informações contábeis.

FIGURA Nº 3.7 – APLICAÇÃO DO BSC NOS SETORES PRIVADO E PÚBLICO



Fonte: Elaboração própria.

Isso ocorre porque além de revogar algumas normas anteriores e trazer mudanças imediatas as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, já existentes, a nova estrutura cria uma demanda para o surgimento de novos relatórios contábeis. Esses relatórios, intitulados na norma como Relatório Contábil de Propósito Geral – RCPG.

Nesse cenário, o alinhamento dos produtos à nova estrutura conceitual, da contabilidade aplicada ao setor público é fundamental, especialmente ao Produto 9 (nove), que prevê a apresentação dos programas para o Plano Plurianual 2018-2021. Esse alinhamento permitirá total compatibilidade com o Plano os relatórios contábeis que deverão surgir em função da norma vigente.

Os atuais e novos relatórios deverão fornecer informações a sociedade de forma que esta tenha condições de avaliar a Entidade, não só em termos quantitativos ou financeiros, mas também em termos qualitativos de análise de desempenho. Dentre outras informações os relatórios deverão permitir as seguintes análises:

- De que forma a Entidade tem financiado suas atividades (Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa);
- Indicadores históricos e prospectivos que demonstrem se a entidade possui sustentabilidade financeira e operacional;

- O desempenho da Entidade na prestação dos serviços públicos e a capacidade de continuidade dos mesmos;
- Os recursos que financiam a Entidade (tributos, prestação de serviços, doações, etc.);
- Se a Entidade está utilizando seus recursos de forma eficaz, eficiente e econômica, atendendo ao interesse público;
- Se esses recursos são suficientes para manter o volume e a qualidade dos serviços prestados; e
- Avaliação do alcance de seus objetivos institucionais.

Percebe-se claramente uma mudança de paradigma no objetivo das informações, indo além do controle financeiro, permitindo aos seus usuários, informações mais consistentes para auxiliar os processos decisórios, a melhoria da performance, a prestação de contas e a responsabilização (*accountability*).

3.2.5. ANÁLISE DO ORDENAMENTO TERRITORIAL

O Planejamento Estratégico Municipal e Regional do Município do Crato/CE destaca, em seu Termo de Referência, que integra a Tomada de Preços Nº 2017.06.20.1 - PMC, que o crescimento da Região Metropolitana do Cariri, bem como do Crato, ocorreu, nos últimos dez anos, sem o devido planejamento.

Dessa forma, para o desenvolvimento satisfatório desse planejamento, deverão ser analisados diversos condicionantes urbanísticos afim de oferecer uma estrutura de Planejamento Urbano a essa modalidade de planejamento.

No entanto, a atividade de Planejamento Urbano, em sua máxima representação - o Plano Diretor Participativo, é caracterizada pela leitura da realidade atual da cidade – cidade que temos - de forma cooperativa entre a sociedade civil organizada, o poder público e agentes do setor econômico, objetivando a formulação de um cenário desejado – cidade que queremos - que possibilite o desenvolvimento sustentável da cidade em um horizonte de aproximadamente vinte anos.

Para o Planejamento Estratégico Municipal e Regional do Município do Crato/CE, no entanto, a Análise do Desenvolvimento Territorial objetivará oferecer um suporte técnico eficaz para as atividades de planejamento, considerando, também o cenário atual – cidade que temos – e objetivando um cenário ideal – cidade que queremos. Contudo, devido ao caráter especial da Análise Urbanística para fins do Planejamento Estratégico, serão analisados os elementos chaves para a formulação de um cenário desejado no horizonte de quatro anos.

Para essa análise serão consideradas duas escalas distintas. Na primeira escala será aplicado um conjunto de itens programáticos de âmbito municipal, para identificar uma visão de ordenamento da totalidade do território municipal, fortemente associada às formulações de caráter estratégico para a economia municipal, para as questões de ordem ambiental e de vinculação com as diretrizes do âmbito regional já configuradas, numa abordagem sistêmica.

Na segunda escala, a relação dos itens programáticos estará mais direcionado para a instrumentação dos aspectos intraurbanos, com ênfase na identificação dos elementos do design urbano desejável, incluindo a delimitação do perímetro das áreas que apresentam viabilidade para receber esses instrumentos.

Para a primeira escala, Ordenamento Territorial de Âmbito Municipal, serão analisados os seguintes elementos e outros conforme condicionantes especiais a serem definidos pela Consultora em acordo com a Prefeitura:

- Estrutura municipal de espacialização da população;
- Áreas urbanizadas;
- Áreas para empregos, serviços e funções especiais;
- Mobilidade;
- Gestão da energia;
- Gestão da água;
- Gestão dos resíduos sólidos;
- Áreas para recreação e turismo;
- Áreas de conservação e proteção ambiental;
- Patrimônio histórico;
- Meios paisagísticos e culturais;
- Paisagens especiais;
- Meios culturais; e
- Áreas de agricultura e florestas.

Para a segunda escala, Ordenamento Territorial de Âmbito Intraurbano, serão analisados os seguintes elementos que ofereçam suporte para compreender as relações existentes na Região Metropolitana do Cariri e sua interligação com o Município do Crato.

Dessa forma, serão analisados o desenvolvimento urbano, o uso do solo, os sistemas de infraestrutura em rede, o sistema de transporte, a infraestrutura viária e a legislação urbanística, de forma a compor um cenário atual que possibilite, a partir do conhecimento técnico e com participação popular, formular um cenário desejado.

3.2.6. SENSIBILIZAÇÃO DOS GESTORES PÚBLICOS

O modelo de planejamento participativo exige a adoção de práticas que promovam, além da participação de múltiplos interlocutores, a mudança na cultura das instituições municipais, estaduais e federais e de seus agentes, das organizações não-governamentais e da iniciativa privada, por criar espaços para a participação e negociação permanente com os protagonistas institucionais, da sociedade civil organizada e da iniciativa privada. Com essa prática, criam-se condições favoráveis à transferência de novas competências e responsabilidades para os atores da cena municipal, originadas do processo de Planejamento.

Pautados nesse novo modelo de gestão pública e na proposta defendida pela Consultora, no que diz respeito ao processo de autonomia e sustentabilidade do município, os métodos de sensibilização adotados requerem a participação ativa do poder público. Somente capacitando e provendo condições para que os próprios municípios compreendam e executem as ações, num processo de “aprender fazendo” (Capacitação *In Processu*), pode-se garantir a autonomia e a sustentabilidade do Planejamento.

Ao final do processo de elaboração do Planejamento e do conseqüente término da intervenção da Consultora, o corpo técnico municipal deverá ser capaz de compreender as etapas do processo de planejamento, bem como as estratégias metodológicas de envolvimento popular e demais estratégias que influenciaram na implementação do Planejamento.

3.2.6.1. Estratégias de Execução

O processo sensibilização dos gestores para a participação no Planejamento Estratégico Municipal e Regional do Município do Crato/CE se dará de forma contínua, perpassando todas as fases de desenvolvimento do mesmo. Contudo, em conformidade com o Termo de Referência que integra a Tomada de Preços Nº 2017.06.20.1 – PMC, serão realizados seminários nos quais, além do desenvolvimento do Planejamento, serão abordadas questões referentes a participação do corpo técnico da Prefeitura.

Também será designada, pela Prefeitura Municipal do Crato, uma Equipe Técnica Municipal que deverá atuar junto a Consultora no desenvolvimento do Planejamento, na sensibilização dos demais técnicos e na mobilização para participação popular.

Essa Equipe Técnica, bem como demais técnicos, serão capacitados com base na metodologia apresentada a seguir.

3.2.7. CAPACITAÇÃO DOS GESTORES PÚBLICOS

Para o pleno desenvolvimento do Planejamento Estratégico Municipal e Regional do Município do Crato/CE trona-se necessária a realização de um processo de capacitação contínuo da Equipe Técnica designada para o acompanhamento do Planejamento.

A presença de uma equipe, com nível mínimo de capacitação representará, inicialmente, um suporte para apoiar os processos de decisão nos diversos segmentos relevantes ao Planejamento. Ao mesmo tempo, tendo atuado como participantes efetivos da produção do Plano, esses agentes serão profundos conhecedores dos seus conteúdos básicos e deverão desempenhar forte papel de articuladores e multiplicadores junto aos demais gestores.

3.2.7.1. Estratégias de Execução

A capacitação da Equipe Técnica constituirá um processo de formação continuada, através do qual esses agentes irão construir novos conhecimentos, atitudes e habilidades, em função de objetivos definidos ao longo do processo de elaboração do Planejamento Estratégico Municipal e Regional do Município do Crato/CE.

As metodologias a serem consideradas nos processos de capacitação serão aquelas utilizadas no desenvolvimento do referido Plano, enfatizando concepções que possam enriquecer a compreensão do processo de planejamento estratégico.

Dessa forma, a capacitação dos agentes da Equipe Técnica terá como objetivos gerais:

- ✓ Construção de conhecimentos gerais sobre planejamento estratégico;
- ✓ Construção de valores, conceitos e instrumentos fundamentais ao desenvolvimento do Planejamento, de forma a favorecer a inovação e a construção de novos conhecimentos necessários a um planejamento com futuridade; e
- ✓ Construção de conhecimentos sobre metodologias que objetivem a implementação e a atualização do Plano

Buscando a realização de uma capacitação efetiva, dará através de duas modalidades complementares:

- 1) **Capacitação *in Processu***, consistindo na participação efetiva do grupo nos trabalhos de elaboração do Planejamento através de eventos e reuniões, de forma que os agentes oriundos de cada regional de planejamento possam participar diretamente do processo de construção do Planejamento para sua região; e
- 2) **Capacitação em Sala de Aula**, consistindo em um curso básico visando a compreensão e interação metodológica entre a Consultora e a Equipe Técnica Municipal, bem como a construção de conhecimentos que serão utilizados no desenvolvimento do Plano.

A Capacitação *in Processu* ocorrerá a partir do contato direto entre a Consultora e os agentes a serem capacitados por meio dos seguintes instrumentos:

- Reuniões entre a Equipe Técnica e a Consultora:
 - As reuniões entre a Equipe Técnica e a Consultora, para diálogos, reflexão e avaliação de cada etapa do trabalho, ocorrerão no decorrer de todas as etapas do projeto.
- Participação Efetiva nos Trabalhos de Elaboração do Planejamento:
 - Essa participação ocorrerá antes e durante a realização dos eventos programados para a participação social.

A Capacitação em Sala de Aula terá por objetivo o aperfeiçoamento teórico-prático dos agentes visando à apreensão de conteúdos relevantes ao desenvolvimento do Planejamento de acordo com a metodologia adotada.

Essa modalidade de capacitação consistirá na realização de uma formação teórico-prática, intensiva, que precederá os eventos de ampla participação social – a Audiência Pública e os Fóruns Territoriais.

3.2.8. ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE CIVIL

3.2.8.1. Participação Social

A participação social na construção do Planejamento Estratégico Municipal e Regional do Município do Crato/CE, se dará em conformidade com a Política Nacional de Participação Social, instituída no decreto 8.243/2014 - que norteia os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil.

Em consonância e convergência com a **METODOLOGIA BÁSICA DE ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DO MUNICÍPIO DO CRATO**, o processo de participação social na construção do referido Plano está fundamentado no **Planejamento e Gestão Transdisciplinar do Ambiente e do Território** (PALAVIZINI, 2012), com seu conjunto de metodologias articuladas. O **Planejamento Estratégico Complexo** contempla a estratégia cognitiva, pedagógica, à construção participativa do planejamento, tendo como finalidade maior o intercâmbio de saberes entre os técnicos e a sociedade, com vistas à ampliação do conhecimento para a elaboração de um planejamento comprometido com a sustentabilidade. A **Educação para a Sustentabilidade** articula: Educação Tecnológica (técnicas de planejamento participativo), a Educação Comunicativa (recursos de comunicação social) e a Educação para a Gestão (Capacitação de Técnicos e Gestores Públicos e Sociais em Gestão Compartilhada) com vistas à construção de uma Governança do Território. A Educação Ambiental é trabalhada de maneira transversal a todo o processo participativo, subsidiando a reflexão crítica em relação à sustentabilidade. A **Gestão Transdisciplinar** contempla a construção do Sistema de Governança, a partir da articulação das estruturas de gestão social existentes nas políticas públicas atuantes no território.

O primeiro momento do processo de participação social é a identificação e registro das forças que conformam o território, organizadas em três pilares: o poder público, a sociedade civil organizada e o setor econômico, formando assim o **Mapeamento das Unidades Interativas**. A **Comunicação Educativa** conforma o segundo momento, prevendo a elaboração e produção dos recursos de comunicação social, que são concebidos de forma pedagógica, contextualizada na realidade socioterritorial e cultural do território. O terceiro momento é a **Mobilização Social**, realizada de maneira estruturada, estratégica, controlada e qualificada, a partir do mapeamento e da capacitação de mobilizadores locais, que atuarão com técnicas de comunicação pacífica, escuta sensível e abordagem transdisciplinar. A mobilização social zelará pela representatividade territorial e dos segmentos público, social e econômico, convergindo para os resultados quantitativos e qualitativos da participação social.

Assim a **participação social** é construída de maneira **interativa, pedagógica e estratégica**, com ampliação dos conhecimentos dos participantes e dos especialistas e promovendo as condições favoráveis ao planejamento participativo e às pactuações necessárias. (FIGURA Nº 3.8 – DIAGRAMA DA GOVERNANÇA DE BENS COMUNS E DO TERRITÓRIO).

FIGURA Nº 3.8 – DIAGRAMA DA GOVERNANÇA DE BENS COMUNS E DO TERRITÓRIO



Fonte: Espaço Plano Arquitetura, com base nos dados de Palavizini, 2012.

As estratégias de participação social utilizadas na construção do Planejamento em todas as etapas de execução, serão:

- Plano de Comunicação Social;
- Grupos Focais;
- Audiências Públicas;
- Fóruns Territoriais; e
- Ambiente Virtual de Participação Social.

3.2.8.2. Estratégias de Participação Social

Para a elaboração do Planejamento Estratégico Municipal e Regional do Município do Crato/CE, propomos que as estratégias a serem utilizados sejam conduzidas por meio da **Metodologia Pedagógica Transdisciplinar** e da **Metodologia de Gestão e Mediação de Conflitos**, que favorecem o processo participativo fundamentado na valorização da diversidade de saberes, no intercâmbio de conhecimentos e experiências e na construção participativa e cooperativa de estratégias e ações pactuadas para um território.

A **Pedagogia Transdisciplinar** possui a seguinte estrutura metodológica: 1) *construção da contextualização sobre o tema*; 2) *escuta sensível dos diferentes saberes sobre o território*; 3) *ampliação do conhecimento técnico dos participantes sobre o tema*; 4) *interação e intercâmbio de conhecimentos – diálogo de saberes*; e 5) *construção coletiva e cooperativa de um conhecimento ou planejamento síntese*.

A **Gestão e Mediação de Conflitos** contempla a seguinte estrutura metodológica: 1) *escuta sensível dos participantes*; 2) *identificação de divergências (ameaças) e convergências (oportunidades) para o desenvolvimento sustentável do território*; 3) *concepção das estratégias de mediação, valorizando as convergências e mediando as divergências com vistas ao processo de pactuação*; 4) *construção do processo de pactuação com as unidades interativas (forças que determinam o território)*; e 5) *construção do planejamento para o desenvolvimento sustentável do território*.

Essas metodologias constroem um ambiente interativo pedagógico, favorável à valorização da diversidade de saberes e modelos de desenvolvimento, respeitando singularidades, promovendo o diálogo e a interação entre convergências e divergências e buscando as pactuações necessárias à construção do Planejamento. Dessa forma, as estratégias utilizadas seguem a configuração abaixo:

a. Plano de Comunicação Social

Para o desenvolvimento satisfatório das demais estratégias de participação social, serão desenvolvidas estratégias de comunicação social específicas para esse Planejamento. Essas estratégias terão como objetivo principal manter a população, as instituições ou conselhos representativos devidamente informados sobre o andamento do processo de planejamento. As ações de comunicação também terão papel fundamental como parte da estratégia de mobilização social para a participação nos eventos elencados a seguir.

As estratégias a serem adotadas deverão basear-se na criação de uma identidade visual diferenciada para o planejamento – com o desenvolvimento de logomarca própria - e na adoção de medidas que enfatizem o Planejamento Plurianual, em conformidade com o explicitado no Termo de Referência que integra a Tomada de Preços Nº 2017.06.20.1 - PMC.

As estratégias de Comunicação Social a serem adotadas no Planejamento Estratégico Municipal e Regional do Município do Crato/CE deverão ser acordadas entre Consultora e Prefeitura, contudo sugere-se previamente a adoção de novas ferramentas digitais com suporte em redes sociais, além de veículos de mídia tradicional como rádio e televisão.

b. Grupos Focais

Os Grupos Focais promoverão o espaço adequado às interações mais amplas e reflexões integradas, devendo se concentrar no estudo e análise de tópicos específicos relacionados com as dimensões definidas para a realização do planejamento estratégico. Para o desenvolvimento do Plano Estratégico do Crato serão realizados Grupos Focais abrangendo o setor econômico.

Esses eventos serão coordenados pela Consultora e deverão funcionar como instrumentos de diálogos entre consultores, equipe técnica, especialistas e sociedade civil para o aprofundamento de abordagens ou esclarecimentos de assuntos específicos.

Os Grupos Focais serão realizados como parte integrante das atividades da Fase 2, cada um com duração média de três horas com, aproximadamente, 30 participantes.

c. Audiências Públicas

A Audiência Pública é um processo e ferramenta de participação social e publicitação formal do Plano, como Política Pública, de fundamental importância para a validação das etapas do Planejamento Estratégico Municipal e Regional do Município do Crato/CE e, em especial, do Plano Plurianual (PPA).

Os procedimentos para a realização da Audiência Pública, seguirão as recomendações da legislação de participação social já citada, visto que a participação da sociedade na implementação dos processos de planejamento, gestão e decisão sobre seu território, é uma questão de cumprimento do mandato legal dessas políticas.

A execução da Audiência Pública contemplará as seguintes ações:

- 1) Realização da mobilização e preparação da sociedade para a Audiência Pública;
- 2) Desenvolvimento da Comunicação Social; e
- 3) Realização da Audiência Pública.

Na Audiência, o espaço de realização estará munido de toda a infraestrutura necessária para o conforto básico dos participantes, com banheiros, água, lanche e segurança. Na entrada do recinto será montada mesa com recepcionistas que colherão as assinaturas em lista de presença dos participantes.

A Audiência Pública integra as atividades a serem realizadas na Fase 2, sendo realizado um evento dessa tipologia, em local a ser acordado entre a Consultora e a Equipe Técnica.

Esse evento terá a duração estimada de quatro horas, e deverá contar com ampla participação da sociedade civil organizada e de representantes do Poder Público, totalizando cerca de 200 participantes.

d. Fóruns Territoriais

Reconhecendo os fóruns como o recurso participativo de maior resultado qualitativo, esses eventos serão realizados de maneira a contemplar a reflexão mais aprofundada dos temas estratégicos do Planejamento.

Os fóruns se configurarão como espaços de diálogo público para a reflexão coletiva da realidade atual, mediante a discussão ampla e democrática das informações previamente sistematizados pela Consultora. Durante a execução desses encontros serão realizadas dinâmicas e demais atividades que permitam a Consultora uma melhor apropriação das questões levantadas pela sociedade civil acerca do território em questão.

Esses eventos, que fazem parte do elenco de atividades da Fase 2, deveram contar com a participação da sociedade civil organizada, de integrantes da Equipe Técnica e demais técnicos. Esses eventos terão duração média de quatro horas, com público estimado de 40 pessoas.

Devido a divisão territorial do Município do Crato, serão realizados três eventos dessa tipologia, que agruparam os diversos distritos conforme será acordado entre a Consultora e a Prefeitura.

e. **Ambiente Virtual de Participação Social**

Para a efetivação dessa estratégia, como já descrito, será desenvolvido um website com conteúdo resumido e direcionado para a sociedade, contendo seções que permitam a maior participação popular. Esse site, adaptado para o uso em smartphone e *tablets* que facilitará a implementação de novas metodologias como *Living Labs* (Laboratório Vivo), que buscam coletar e validar informações em conjunto com a sociedade civil.

O Ambiente Virtual de Participação Social deverá gerar insumos a serem utilizados como parte das atividades da **Fase 2**.



4.0. AÇÕES PRELIMINARES

4.0. AÇÕES PRELIMINARES

4.1. COLETA DE DADOS

4.1.1. RESUMO

A coleta de dados preliminar do projeto se concentrou em coletar evidências necessárias para construção e validação de uma proposta metodológica, que fosse capaz de gerar resultados concretos para a Prefeitura do Crato. Inicialmente, logo após a contratação, foram feitas pesquisas em sites e sistemas oficiais, no sentido de construir uma referência oficial, como ponto de partida, principalmente para termos uma perspectiva externa e imparcial da gestão.

Em seguida, concentramos esforços para coletar as informações municipais, a maioria delas, obtidas in loco, por meio de entrevistas e solicitações diretas de documentos e informações. Esse esforço de levantamentos dos dados técnicos e empíricos estão detalhados a seguir.

4.1.2. BASE DE DADOS

Além dos dados oficiais estaduais e federais, foram coletados dados contábeis, financeiros, e socioeconômicos municipais, entre eles os equipamentos novos (investimentos), para posteriormente estimar suas respectivas despesas de custeio.

Foi coletada uma base das normas municipais, inclusive plano diretor e planos setoriais vigentes, além da própria estrutura administrativa, todas regulamentadas em leis específicas que serão consideradas no projeto.

Outra importante fonte de informações é o plano de governo, apresentado pelo prefeito, enquanto candidato, e suas atualizações, pois representa a expectativa criada para essa gestão. Está incluída nessa análise a validação feita com a sociedade civil organizada, após o resultado da eleição.

Também foram obtidas, por meio de solicitação direta a Secretaria de Infraestrutura, base cartográfica do município do Crato, com informações referentes ao zoneamento e limites atualizados da zona urbana.

4.1.3. PESQUISA DE PLANOS ANTERIORES

Por uma questão de delimitação do escopo do projeto, foram priorizados os planos exigidos em legislação específica, em particular os que são pré-requisitos para recebimento de transferências voluntárias, sem prejuízo a outros planos municipais existentes.

Entre eles os planos coletados podemos citar o Plano Municipal de Educação, o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, e o Plano Municipal de Saneamento Básico, todos devidamente aprovados e com lei municipal vigente.

4.1.4. ENTREVISTAS

Foram realizadas várias entrevistas com Secretários e técnicos municipais, todas realizadas com a indicação e anuência da coordenação do projeto e/ou do contratante. As entrevistas ocorreram em formato de reunião, no próprio local de trabalho do entrevistado.

Inicialmente foi conversado com o Secretário e técnicos da secretaria de Planejamento e Finanças, para revisão e alinhamento de escopo. Posteriormente, ainda na mesma Secretaria foram definidas, conjuntamente, as primeiras ações do projeto e realizadas as primeiras entrevistas.

Na sequência, foram realizadas entrevistas na Secretaria de Infraestrutura, na Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial e na Coordenadoria de Projetos Especiais.

Nesses órgãos foram recolhidos dados acerca do seu funcionamento e sobre o desenvolvimento territorial do município, incluindo bases cartográficas atualizadas e indicação de projetos prioritários em execução.

4.2. REUNIÃO COM PREFEITO

Como primeira atividade do Planejamento Estratégico Municipal e Regional do Município do Crato/CE, foi realizada uma reunião com o Prefeito José Ailton e alguns secretários. Durante a reunião, que ocorreu no Gabinete da Prefeitura, a Consultora apresentou a metodologia básica que será utilizada para a elaboração do Planejamento, bem como seu cronograma de execução.

A seguir, foi definida a Equipe Técnica Municipal, que será composta de oito técnicos lotados em diversas secretarias, sob coordenação de Mércia Leandro. A composição dessa equipe foi oficializada na Portaria Nº 2707005/2017 com Publicação no Diário Oficial Ano 2017, Edição n.º 3738. (ANEXO Nº 01 – PORTARIA OFICIALIZANDO A EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL).

Além dessa Equipe Técnica, foi indicada uma Equipe Complementar que contará com uma integrante de cada secretaria e dois integrantes das secretarias de Educação e Saúde, devido ao porte das mesmas.

Nessa reunião foi acordado que será desenvolvido um plano de comunicação especial para divulgar as ações e atividades participativas do planejamento, com a inclusão de publicidade patrocinada em redes sociais de amplo acesso como Facebook. Foram definidos, também, o nome fantasia do projeto e a identidade visual que será adotada para o Planejamento. (FIGURA Nº 4.1 E FIGURA Nº 4.2 – IDENTIDADE VISUAL DO PROJETO).

Também foram acordadas as datas e localidades onde ocorrerão a Audiência Pública e os Fóruns Territoriais, bem como o período de realização dos Seminários de Gestão e Validação.

Ao finalizar a reunião foi reiterado o compromisso mutuo, entre a Prefeitura e a Consultora, pela elaboração de um trabalho técnico de alta qualidade que suscite em ganhos para o Município do Crato.

FIGURA Nº 4.1 – IDENTIDADE VISUAL DO PROJETO**PLANEJAMENTO PARTICIPAÇÃO DEMOCRACIA TRANSPARÊNCIA**

Fonte: Prefeitura Municipal do Crato.

FIGURA Nº 4.1 – IDENTIDADE VISUAL DO PROJETO

Fonte: Prefeitura Municipal do Crato.

4.2.1. FOTOS



FOTO Nº 4.1 – Explicação do Sr. Eduardo ao Sr. José Ailton



FOTO Nº 4.2 – Explicação do Sr. Eduardo ao Sr. Zé Ailton

4.3. SEMINÁRIO COM GESTORES

Como segunda atividade da elaboração do Planejamento Estratégico Municipal e Regional do Município do Crato/CE e também como parte das atividades de Sensibilização dos Gestores, foi realizado o Seminário com Gestores. O seminário contou com a participação de diversos secretários e secretários adjuntos, além do Prefeito e de parte da equipe da Consultora.

O seminário teve uma duração de aproximadamente três horas, contando com falas do Sr. Prefeito, do Sr. Eduardo Araujo, responsável técnico pela Consultora, do Sr. Karlo Medeiros, parte da Equipe Técnica da Consultora, da Sra. Karine Feitosa, da Secretária de Educação.

Após a abertura do evento realizada pelo Prefeito José Ailton, Eduardo Araujo realizou uma apresentação sintética da experiência da Consultora em projetos similares ao que será realizado e experiências exitosas em planejamento municipal. Em seguida, em conjunto com o Consultor Karlo Medeiros, foi apresentada a metodologia que será adotada para desenvolvimento do projeto. Karine Feitosa apresentou, em seguida, o Plano de Governo, elaborado anteriormente e Carlos Eduardo realizou o fechamento do evento, reiterando a necessidade de participação de toda a gestão no processo de construção do Planejamento.

4.3.1. MATERIAL UTILIZADO

Para esse evento foi desenvolvido uma apresentação em slides contemplando a experiência da Consultora na realização de projetos similares e a metodologia que será utilizada no desenvolvimento do Planejamento Estratégico Municipal e Regional do Município do Crato/CE. (ANEXO Nº 02 – APOSTILA SEMINÁRIO COM GESTORES)

4.3.2. FOTOS



FOTO Nº 4.3 – Abertura do evento pelo Sr. Prefeito.



FOTO Nº 4.4 – Abertura do evento pelo Sr. Prefeito.



FOTO Nº 4.5 – Apresentação do Sr. Eduardo sobre a Espaço Plano e experiências em Planejamento Municipal aos Secretários.



FOTO Nº 4.6 – Apresentação do Sr. Karlo Medeiros aos Secretários.

4.3.3. LISTA DE PARTICIPANTES

FIGURA Nº 4.1 – LISTA DE FREQUÊNCIA – SEMINÁRIO DE APRESENTAÇÃO PE CRATO

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL PE CRATO
ESPAÇO PLANO – ARQUITETURA E CONSULTORIA S/S LTDA

LISTA DE FREQUENCIA
SEMINÁRIO DE APRESENTAÇÃO PE CRATO (24/07/2017)

NOME	INSTITUIÇÃO / ENTIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
1. MERCELA KATZELIA SOBRINHA LEONARDO	PREFEITURA DO CRATO	MERCELA_SOBREIRA@hotmail.com	
2. Paulo Ricardo S. Mouta	MEIO AMBIENTE	PAULO_301440@CRATO-CE-GOV.BR	
3. Paulo Eduardo Leite da Silva	Sec. Segurança	210010303@gmail.com	
4. José Carlos Assunção Farias	Jac. Mun. de Tribun.	Josecarlosfarias@tribunal.com.br	
5. Zilberto Mano Ferreira	SECT. DE AGRICULTURA	CRATO AGRICULTURA 2013@yahoo.com	
6. TÍDIO RIBEIRO DA SILVA	S.M.D.A	CRATO AGRICULTURA 2013@yahoo.com	
7. Antônia D. da Silva	S.M.D.A	GRACAALEMEIDA12@yahoo.com.br	
8. Maria Eduarda F. Almeida de Sousa	Controlad. e Ovidouca	996076257.ednaalmeida@hotmail.com	
9. Odalysze A. de F. Nogueira	Procuradoria	988424589.odalysze@gmail.com	
10. ANDRÉ BARRETO ESMERALDO	Sec. de SAÚDE	(88) 99953-0038 abesmeraldo@gmail.com	
11. Antônio ALBUQUERQUE	PREVICRATO	(88) 99994-0889 previcrato@gmail.com	
12. Jeronanda F. de Silveira	Previcrato	(88) 999559065 previcrato@gmail.com	
13. Willemine Keesjine Xavier J. M.	Secretaria Esporte	(88) 999747-7410 LanyerCrato20@b.hk	
14.	Sesporte	(88) 999777-1999/EDF. RENEK@hotmail.com	
15. OTONI LIMA BAZERRA	CONTROLADORIA	(88) 98808-5054/otonibazerra@gmail.com	
16. MARIA AGUIAR BERTOLINI	SINTOS	(88) 99969095	
17. Samari B. Silva Neth	P6M	992830808	
Carlos Eduardo P. Mann	Franco/Almg	85-99112-5215	

Fonte: Elaboração própria.

FIGURA Nº 4.1 – LISTA DE FREQUÊNCIA – SEMINÁRIO DE APRESENTAÇÃO PE CRATO (CONTINUAÇÃO)

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL PE CRATO
ESPAÇO PLANO – ARQUITETURA E CONSULTORIA S/S LTDA

LISTA DE FREQUENCIA

SEMINÁRIO DE APRESENTAÇÃO PE CRATO (24/07/2017)

NOME	INSTITUIÇÃO / ENTIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
18. <i>Franiscete Birkling Junior</i>	SEMA. BR	gab.meioambiente@crato.ce.gov.br	<i>[Signature]</i>
19. <i>Rennan Lobo de Melo</i>	Procuradoria do Mun	rennanlobo@crato.ce.gov.br	<i>[Signature]</i>
20. <i>Luiz Wellington Brito</i>	SEINFRA	luizwellingtonbr@hotmai.com	<i>[Signature]</i>
21. <i>EVERARDO ULISSES PEIXOTO</i>	SEINFRA	EVERARDOULISSES@GMAIL.COM	<i>[Signature]</i>
22. <i>Monie B. O. Renozonte</i>	Sec. Saúde	monierenzonte@hotmail.com	<i>[Signature]</i>
23. <i>Luiza Epaminondas</i>	Sec. de Saúde	luiza_epaminondas@hotmail.com	<i>[Signature]</i>
24. <i>Procláudio Nunes Figueira Gesteira</i>	SECULT	proclaudio@hotmai.com	<i>[Signature]</i>
25. <i>JOSE WILTON SOARES E SILVA</i>	SECULT-CRATO	Willdd896@gmail.com	<i>[Signature]</i>
26. <i>Francisca Cintya de O. Lima</i>	CONTRATAÇÃO	ci-ntya.lima@crato.ce.gov.br (85) 99960937	<i>[Signature]</i>
27. <i>Stephany Carolina Alves Silva</i>	Gabinete do Prefeito	stephyalves@gmail.com	<i>[Signature]</i>
28. <i>Milenna Alencar Brand Roxache</i>	Secret. Saúde	milennabrand1@hotmail.com	<i>[Signature]</i>
29. <i>MAURO WESLEW TAVARES SIQUEIRA</i>	SEAD	maurowesley88@gmail.com	<i>[Signature]</i>
30. <i>Cícero Felipe da Silva Costa</i>	Gabinete do Prefeito	gab.prefeito@crato.ce.gov.br	<i>[Signature]</i>
31. <i>NATHAN BRISTA DE LIMA</i>	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO	coordenacao.petrinoniv@crato.ce.gov.br	<i>[Signature]</i>
32. <i>Adriano Ronaldo Paschoa Marques</i>	SMEDS	ADRIANO SOCIAL@HOTMAIL.COM 199971-1026	<i>[Signature]</i>
33. <i>José MORRIS DE BRITO ROÇA</i>	Sec. - Projeções e Pla	tracijsca@valeo-con.br	<i>[Signature]</i>
34. <i>MANOEL VAN PEDROZA</i>	SEC. ADMINISTRAÇÃO	MANOELPEDROZA@GMAIL.COM	<i>[Signature]</i>
35. <i>Luis Carlos SARAIVA</i>	SEC ADMINISTRAÇÃO	LC.SARAIVA@HOTMAIL.COM	<i>[Signature]</i>
36. <i>Mônica Liane de Costa</i>	Sec. Educação	monica@rede19-educ.ce.gov.br	<i>[Signature]</i>
37. <i>Giovanna Duarte Moreira</i>	ASCOM (Gabinete)	giovannaduarte767@hotmail.com	<i>[Signature]</i>

Fonte: Elaboração própria.



5.0. REFERÊNCIAS

6.0. REFERÊNCIAS

PALAVIZINI, R. *Planejamento e gestão transdisciplinar do ambiente e do território Uma perspectiva aos processos de planejamento e gestão social no Brasil*. Revista Brasileira de Ciências Ambientais, Nº 26, Dez. 2012. < http://abes-dn.org.br/publicacoes/rbciamb/PDFs/26-09_Materia_6_artigos336.pdf>. Data de acesso: Julho, 2017.

ARIOLI, E.E. *Análise e solução de problemas: o método da qualidade total com dinâmica de grupo*. 1 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.

CAMPOS, V. Falconi. *Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia*. 8. ed. Belo Horizonte: INDG Tecnologia e Serviços Ltda, 2004.

FAIRBANKS, M. & Lindsay, S. (2000). *Arando o mar: fortalecendo as fontes ocultas de crescimento em países em desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Qualitymark.

KAPLAN, R.S. NORTON, D.P. *The balanced scorecard - measures that drive performance*. Harvard Business Review. Boston, v. 70, n. 1, p. 71-79, January- February, 1992.

_____. *Organização orientada para a estratégia: como as empresas que adotam o balanced scorecard prosperam no novo ambiente de negócios*. Rio de Janeiro: Campus, 2000a.

_____. *Mapas estratégicos*. 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004a

KERZNER, Harold (2014). *Gerenciamento de Projetos – As melhores práticas – 2a edição*. Porto Alegre: Bookman.

MATUS, C. *Política, Planejamento e Governo*. Brasília: IPEA. 1993.

MAXIMIANO, ANTONIO CESAR AMARU. *Administração de Projetos – Como transformar ideias em resultados*. 4ª edição. Ed. Atlas. São Paulo-SP, 2010.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. 2013 Annual Report. EUA, 2013.

_____. *Government Extension to the PMBOK Guide Third Edition*. EUA, 2006.

_____. *Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos 5ª edição – Project Management Body of Knowledge – PMBOK*. EUA, 2013.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE BRASIL. 2010. *Estudo de Benchmarking em Gerenciamento de Projetos Brasil - Chapters Brasileiros*.

SENADO FEDERAL. *Administração Pública: Normas e regulamentos*. Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Subsecretaria de edições técnicas. Brasília-DF, 2006.



6.0. ANEXOS



6.1. ANEXO Nº 01 – PORTARIA OFICIALIZANDO A EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

**PREFEITURA DO
CRATO**Palácio Alexandre Arraes
GABINETE DO PREFEITO**PORTARIA Nº 2707005/2017 - GP
CRATO/CE, 27 DE JULHO DE 2017**

O Prefeito Municipal do Crato/CE, no uso de suas atribuições legais, e da Lei Orgânica do Município do Crato/CE,

RESOLVE:

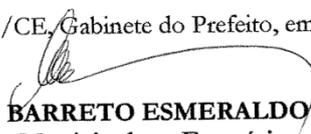
Art. 1º. DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, para comporem a “Equipe Técnica de Acompanhamento e Elaboração do Plano Plurianual 2018-2021”, sob a coordenação da primeira:

- I - **Mércia Karízia Sobreira Leandro**, ocupante do cargo de **Gerente da Célula de Monitoramento de Projetos Prioritários**, com lotação na Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento;
- II - **Cícero Felipe da Silva Correia**, ocupante do cargo de **Chefe de Gabinete Adjunto**, com lotação no Gabinete do Prefeito;
- III - **Hermínia Rachel Saraiva Oliveira**, ocupante do cargo de **Coordenador de Comunicação**, com lotação no Gabinete do Prefeito;
- IV - **Adalgiza Arrais de Farias Vieira**, ocupante do cargo de **Subprocurador**, com lotação na Procuradoria Geral do Município;
- V - **Karine Feitosa Carlos Santana**, ocupante do cargo de **Assessor I**, com lotação na Secretaria Municipal de Educação;
- VI - **Hildo Moraes de Brito Júnior**, ocupante do cargo de **Arquiteto**, com lotação na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial;
- VII - **Nínive Barreto Oliveira Xenofonte**, ocupante do cargo de **Gerente da Célula de Projetos Estratégicos**, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde;
- VIII - **João Amarílio Fernandes de Moraes**, ocupante do cargo de **Técnico em Edificações**, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

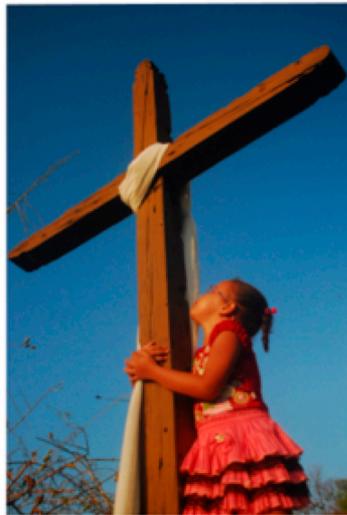
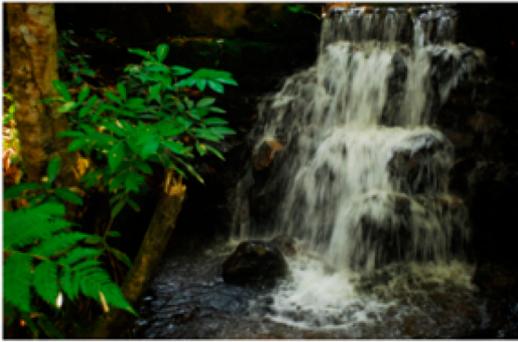
REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRE-SE

Paço da Prefeitura Municipal do Crato/CE, Gabinete do Prefeito, em 27 de julho de 2017.


ANDRÉ BARRETO ESMERALDO
Prefeito Municipal em Exercício



6.2. ANEXO Nº 02 – APOSTILA SEMINÁRIO COM GESTORES



Planejamento Estratégico Municipal e Regional

ETAPA 1:

Sensibilização dos Gestores



PREFEITURA DO
CRATO



ESPAÇO PLANO ARQUITETURA

Atuando desde de 1995



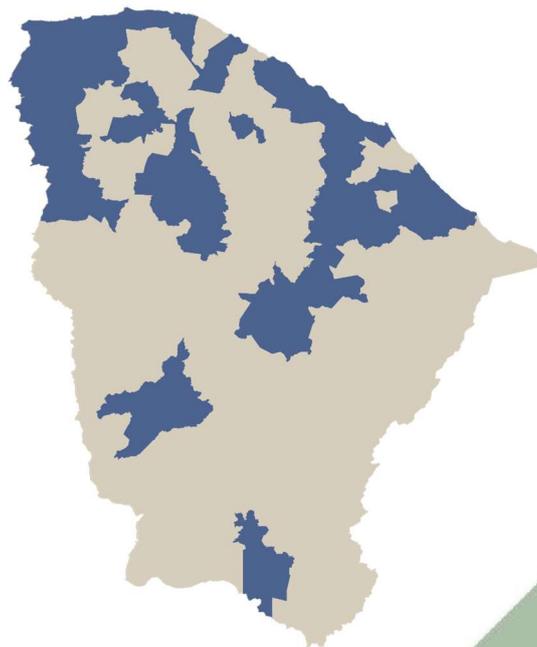
PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Áreas de Atuação

- Legislação Urbanística;
- Gerenciamento de Projetos;
- Planejamento Estratégico;
- Estruturação de Áreas Urbanas;
- Planejamento Urbano e Regional;
- Planejamento de Sistema Viário e Transporte Público;
- Projetos de infraestrutura de Parcelamentos Urbanos;
- Projetos de infraestrutura de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário;
- Projetos de Infraestrutura Social e Mobilização Comunitária;
- Projetos de Arquitetura, Comunicação Visual, Paisagismo e Urbanização de Espaços Públicos.



PREFEITURA DO
CRATO

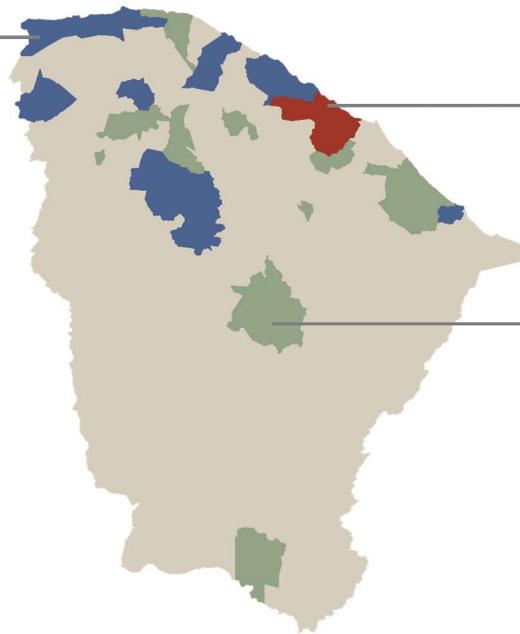


Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Projetos [PLANOS DE DIRETORES E DE DESENVOLVIMENTO]

Plano Diretor Participativo

Amontada, Massapê, Chaval, Jijoca de Jericoacoara, Paraipaba, Paracuru, Trairi, Cruz, Viçosa do Ceará, Barroquinha, Santa Quitéria, Camocim e Fortim.



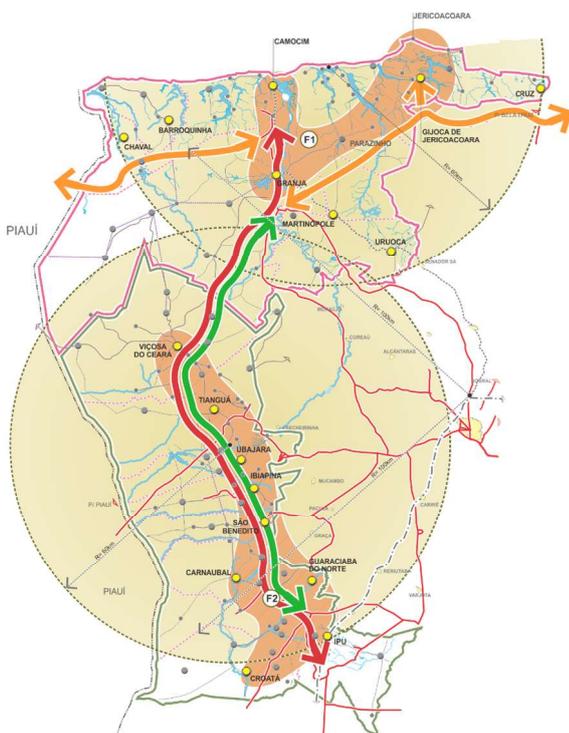
Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Plano Diretor Participativo
Caucaia e São Gonçalo do Amarante.

Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
Sobral, Maranguape, Horizonte, Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Pacajus, Quixeramobim, Beberibe, Cascavel Itapajé, Acaraú e Aratuba.



Planejamento Estratégico Municipal e Regional

Projetos [PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTERREGIONAL DO VALE DO COREAÚ / IBIAPABA]



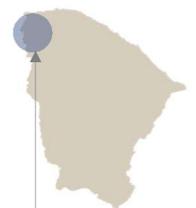
F1 FOCO LITORAL:
- Turismo Sol e Praia / Esportivo
- Agricultura Irrigada
- Aeroporto Internacional
- Terminal Intermodal
- Aquicultura (Piscicultura / Carcinicultura)

F2 FOCO PLANALTO:
- Turismo Serrano
- Centro Universitário e de Pesquisas
- Atividade Industrial / Agro-Industrial
- Corredor de Comércio / Serviços / Uso Institucional
- Agricultura Irrigada

ORANGE ARROW CORREDOR ESTRUTURANTE DO TURISMO - LITORAL (SOL E PRAIA / ESPORTIVO)

GREEN ARROW CORREDOR ESTRUTURANTE DO TURISMO - PLANALTO DA IBIAPABA (TURISMO SERRANO)

RED ARROW CORREDOR ESTRUTURANTE DE USO MÚLTIPLO - PLANALTO DA IBIAPABA (INDUSTRIAL / COMERCIAL / SERVIÇOS / INSTITUCIONAL)



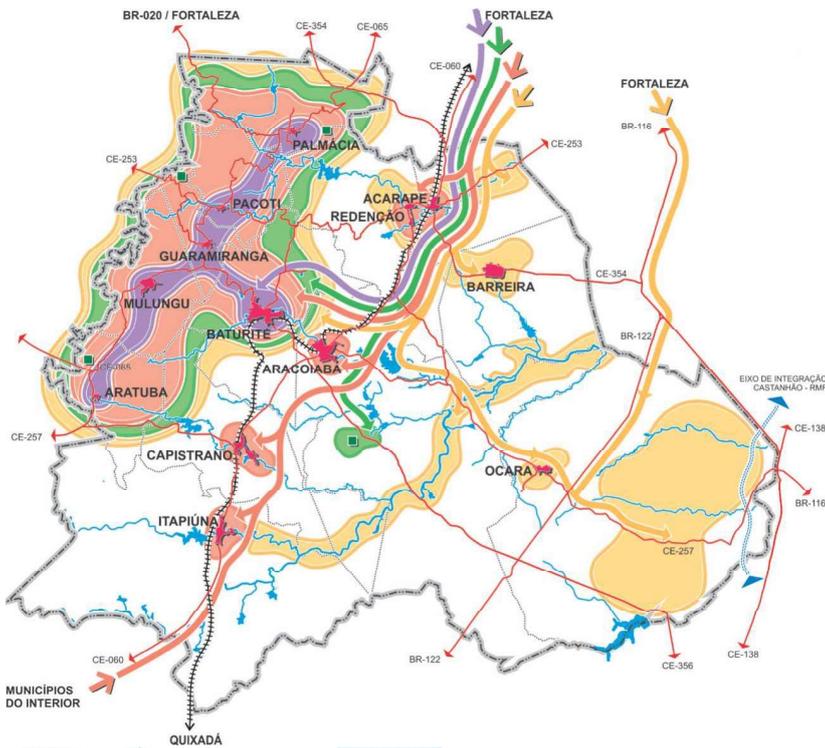
VALE DO COREAÚ / IBIAPABA



Planejamento Estratégico Municipal e Regional

Projetos

PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO MACIÇO DE BATURITÉ



ROTA 01 - HISTÓRIA, ARTE E CULTURA

- EVENTOS (RURAIS E URBANOS)
- PATRIMÔNIO HISTÓRICO RURAL E URBANO (EDIFICAÇÕES, AMBIÊNCIAS URBANAS E PAISAGENS NOTÁVEIS)
- GASTRONOMIA
- FESTEJOS RELIGIOSOS
- FESTEJOS POPULARES
- ARQUEOLOGIA

ROTA 02 - FRUTOS DA TERRA

- LOCAIS E EDIFICAÇÕES DE CULTIVO E PRODUÇÃO DE:
 - CAFÉ SOMBREADO
 - BANANA
 - CAJU
 - FLORES
 - CANA-DE-AÇÚCAR
 - APICULTURA

ROTA 03 - ECOTURISMO

- TRILHAS PARA:
 - PEDESTRES
 - CICLISTAS
 - CAVALGADAS
- CONTEMPLAÇÃO
- ESPORTES DE NATUREZA
- BANHOS

ROTA 04 - TERRA DE EVENTOS DE NEGÓCIOS E CONVEIÇÕES

- FRUTICULTURA IRRIGADA
- AGRO-INDÚSTRIAS
- MINERAÇÃO DE PEDRAS SEMI-PRÉCIOSAS
- JÓIAS E BIJOUTERIAS
- ARTESANATO



MACIÇO DE BATURITÉ



Planejamento Estratégico Municipal e Regional

Projetos

FORTALEZA 2040



FORTALEZA

PROPOSIÇÃO DA FUTURA URBANIZAÇÃO E A BASE NATURAL

- BUS RAPID TRANSIT (BRT)
- METRÔ LINHA SUL
- VEÍCULO LEVE SOBRE TRILHOS (VLT)
- ESTAÇÃO
- VIZINHANÇAS (ÁREA DE INTENSIFICAÇÃO DE URBANIZAÇÃO)
- ÁREA DE PROTEÇÃO PERMANENTE (APP)
- LAGOAS



Planejamento Estratégico Municipal e Regional

Projetos

MELHORIAS URBANAS NA ÁREA CENTRAL E
IMPLANTAÇÃO DO PARQUE DO RIO TRICÍ



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional



**PLANO
ESTRATÉGICO
MUNICIPAL E
REGIONAL**



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Equipe Técnica – Plano Estratégico do Crato

Coordenação Técnica

- Airton Ibiapina Montenegro Júnior - Arquiteto e Urbanista;
- Francisco Eduardo Araujo Soares - Arquiteto e Urbanista.

Equipe de Consultores

- Anderson Carlos Leite Pereira - Contador;
- Daniel Pagliuca - Advogado;
- Diego Torquato Almeida - Contador;
- Francisco Antônio do Nascimento Neto - Contador;
- Lauro Chaves Neto - Economista;
- Marcelo da Costa Teixeira - Engenheiro;
- Pedro Elder Silva Lima - Administrador;
- Vera Maria da Silva Freitas - Assistente Social.



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional



Vivemos em
um mundo em
**CONSTANTE
MUDANÇA**



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Quais fatores mais críticos para a cidade do Crato?



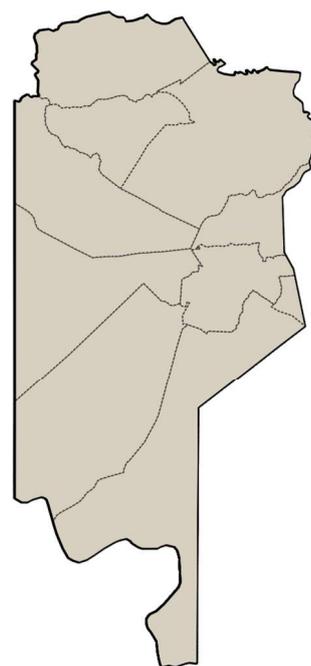
PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Fatores Locais

- Expansão da população urbana:
 - Em 1991, correspondia a 77% da população do Crato, atualmente corresponde a 83%*.
- Aumento da produção de lixo e de esgoto:
 - Em 2000, apenas 27% dos domicílios do Crato tinham acesso ao esgotamento sanitário, atualmente são 33%, ainda abaixo da média do Estado, 36%*.
- Degradação ambiental:
 - Floresta Nacional do Araripe é um grande patrimônio de espécies vegetais;
 - Comprometimento da qualidade dos recursos hídricos por falta de uma política de saneamento eficiente.
- Necessidade de descentralização geográfica da atenção básica à saúde.
- Necessidade de políticas habitacionais e de acessibilidade.



*Fonte: IPECE.



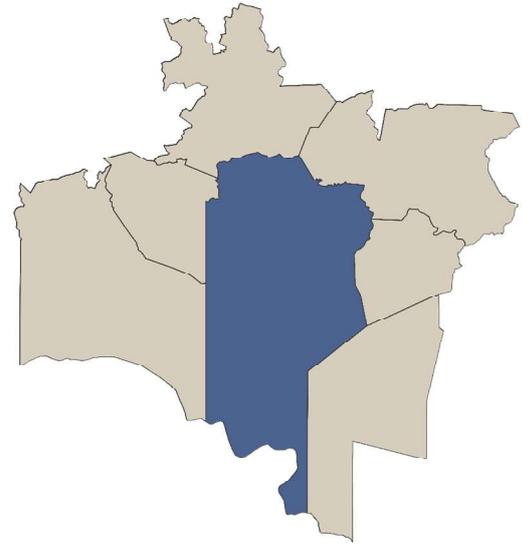
PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Fatores Regionais

- Planejamento da Região Metropolitana do Cariri:
 - Valorizando o potencial turístico e de serviços educacionais do município;
- Conurbação CRAJUBAR:
 - Polo agro industrial, atração e fortalecimento de empreendimentos de saúde.
- Distrito Industrial:
 - Dinamização da capacidade de atração de novas indústrias, com a requalificação do mesmo e a adoção de políticas de industrialização do Cariri.



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Como criar o futuro que queremos para nossa cidade?



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Planejamento Municipal



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Ciclo de Planejamento Estratégico



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional



Criando as bases
estratégicas para
**CONSTRUÇÃO
DO FUTURO**



PREFEITURA DO
CRATO



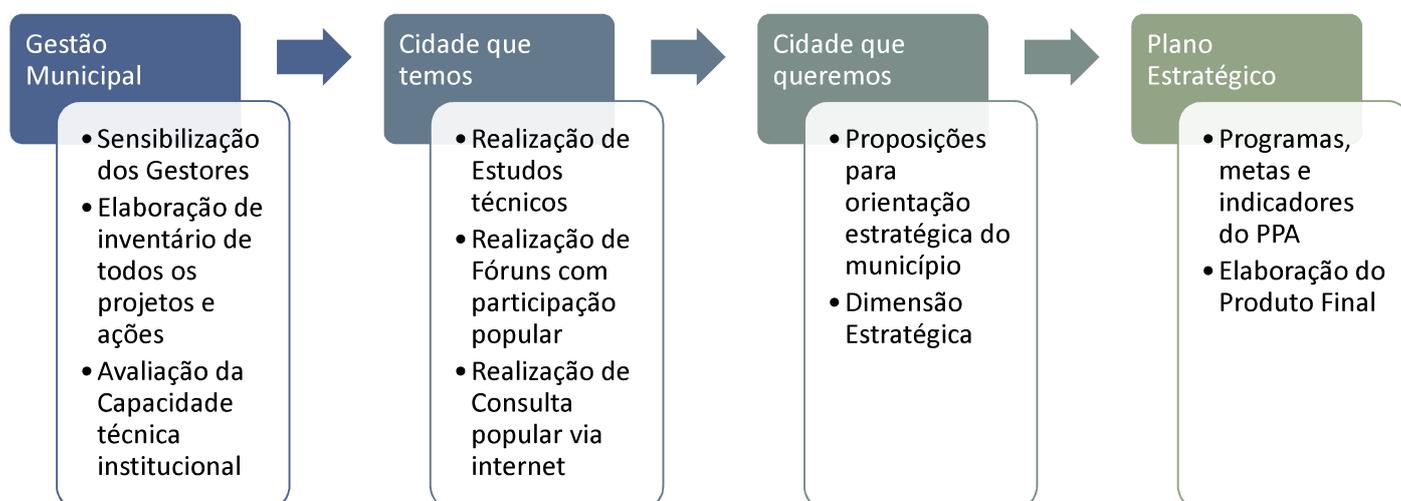
Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Como vamos fazer o Planejamento Estratégico do Crato?



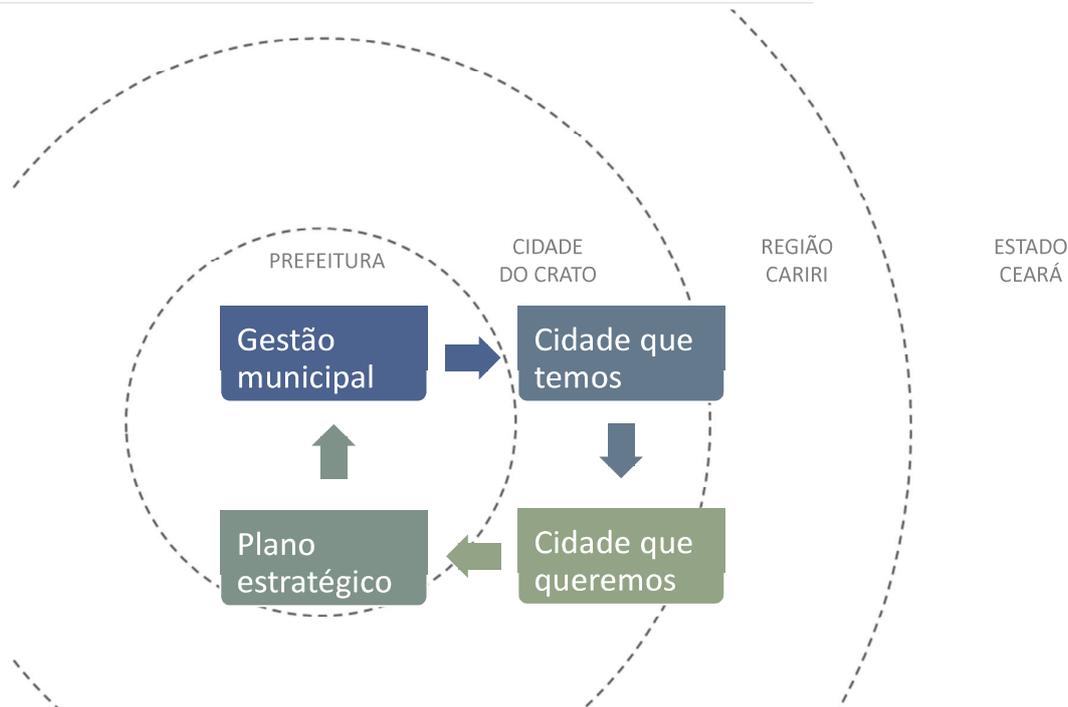
Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Fases e Etapas do Projeto



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Abrangência do Projeto



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico Municipal e Regional

Relação entre as fases e os produtos



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico Municipal e Regional

Estrutura do Plano

VISÃO DE FUTURO

Perspectivas para a Cidade

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Orientação Estratégica de Governo

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Dimensionamento da estrutura necessária para as Secretarias

PROGRAMAS E AÇÕES

Dimensão Tático-Operacional, com metas e indicadores de resultado



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional



Vivemos em um mundo em
CONSTANTE MUDANÇA



PREFEITURA DO
CRATO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

ESPAÇO PLANO
ESPAÇO PLANO – ARQUITETURA E CONSULTORIA S/S LTDA.

ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E
REGIONAL DO CRATO-CE – LOTE I

Produto 1.0 – Proposta Metodológica do Planejamento
Estratégico Municipal e Regional

JULHO / 2017 – FORTALEZA / CE

CRATO



PLANO PLURIANUAL 2018-2021



ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO / CE - LOTE I



PRODUTO 2.0 - Relatório de Inventário dos Projetos por Categoria



PREFEITURA DO
CRATO

Agosto / 2017



PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

**ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO
CRATO-CE – LOTE I**

PRODUTO 2.0 – RELATÓRIO DE INVENTÁRIO DOS PROJETOS POR CATEGORIA

FORTALEZA / CE – AGOSTO / 2017

ELABORAÇÃO

ESPAÇO PLANO – ARQUITETURA E CONSULTORIA S/S LTDA.

EQUIPE TÉCNICA DA CONSULTORA

Coordenação Técnica

AIRTON IBIAPINA MONTENEGRO JÚNIOR – Coordenador / Arquiteto e Urbanista Sênior

Equipe Chave

FRANCISCO EDUARDO ARAUJO SOARES – Arquiteto e Urbanista Sênior

ANDERSON CARLOS LEITE PEREIRA - Contador

DANIEL PAGLIUCA – Advogado Pleno

DIEGO TORQUATO ALMEIDA – Contador Pleno

FRANCISCO ANTÔNIO DO NASCIMENTO NETO – Contador Sênior

LAURO CHAVES NETO – Economista Sênior

MARCELO DA COSTA TEIXEIRA – Engenheiro Civil Sênior

PEDRO ELDER SILVA LIMA – Administrador Pleno

VERA MARIA DA SILVA FREITAS – Assistente Social Pleno;

Equipe Complementar

ISABELLY CAMPOS EGOT – Arquiteta e Urbanista

KARLO JOSÉ MEDEIROS TELES – Contador

TAMIRYS SOARES SENA – Arquiteta e Urbanista

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

Coordenação

MÉRCIA KARÍZIA SOBREIRA LEANDRO – Gerente da Célula de Monitoramento de Projetos Prioritários

Equipe Chave

ADALGIZA ARRAIS DE FARIAS VIEIRA – Subprocuradora Municipal

CÍCERO FELIPE DA SILVA CORREIA – Chefe de Gabinete Adjunto

HERMÍNIA RACHEL SARAIVA OLIVEIRA – Coordenadora de Comunicação

HILDO MORAES DE BRITO JÚNIOR – Arquiteto, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial

KARINE FEITOSA CARLOS SANTANA – Assessora da Secretaria Municipal de Educação

NÍNIVE BARRETO OLIVEIRA XENOFONTE – Gerente da Célula de Projetos Estratégicos, da Secretaria Municipal de Saúde

Equipe de Apoio da Consultora

AILA MARIA ALMEIDA OLIVEIRA – Agente Administrativo

ADLA EDWIGES OLIVEIRA DOS SANTOS – Secretária

CÍCERO VIEIRA NOBRE – Auxiliar de Escritório

WALDESON DE ARAÚJO LIMA – Digitador



SUMÁRIO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1.0. CONTEXTUALIZAÇÃO	8
2.0. LEVANTAMENTO DE PROJETOS E AÇÕES EM ANDAMENTO OU PREVISTAS PARA EXECUÇÃO, DURANTE O PPA 2018-2021 DO CRATO	11
2.1. SÍNTESE DAS DEMANDAS PREVISTAS NO PLANO DE GOVERNO	13
2.2. DETALHAMENTO DAS DEMANDAS PREVISTAS NO PLANO DE GOVERNO	14
2.3. SÍNTESE DAS DEMANDAS DO MAPP CRATO.....	21
2.4. DETALHAMENTO DAS DEMANDAS DO MAPP CRATO	24
3.0. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DOS CONVÊNIOS DE INVESTIMENTO ESTADUAIS, FEDERAIS E DE OUTRAS FONTES	48
3.1. SÍNTESE DOS CONVÊNIOS INVESTIMENTOS COM RECURSOS EXTERNOS	50
3.2. DETALHAMENTO DOS CONVÊNIOS COM RECURSOS FEDERAIS	52
3.3. DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS DE TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO	55
3.4. DETALHAMENTO DOS CONVÊNIOS COM RECURSOS ESTADUAIS	57
4.0. ANÁLISE DE IMPACTO DOS PROJETOS CONTRATADOS	59
4.1. DEMANDAS DO PLANO DE GOVERNO COM DESPESAS DE CARÁTER CONTÍNUO....	60
4.2. DEMANDAS DO PLANO DE GOVERNO COM DESPESAS DE INVESTIMENTO.....	63
4.3. DEMANDAS DO MAPP CRATO COM DESPESAS DE CUSTEIO.....	65
4.4. DEMANDAS DO MAPP CRATO COM DESPESAS DE INVESTIMENTO	67
5.0. ANÁLISE DE COMPATIBILIDADE E ALINHAMENTO COM POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS E FEDERAIS	69
5.1. COMPATIBILIDADE DAS DEMANDAS DO PLANO DE GOVERNO	71
5.2. COMPATIBILIDADE DAS DEMANDAS DO MAPP CRATO	72



6.0. CONCLUSÃO.....	73
7.0. REFERÊNCIAS	75
8.0. ANEXOS	77
ANEXO 1: FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS DE CUSTOS.....	78



APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

O presente documento, intitulado como **Produto 2.0 – Relatório de Inventário dos Projetos por Categoria**, foi desenvolvido pela equipe técnica da empresa Espaço Plano – Arquitetura e Consultoria S/S Ltda, concretizando o início do processo de elaboração do **Planejamento Estratégico Municipal e Regional do Município do Crato-CE**, em atendimento ao Contrato N° 2017.07.13.2, referente a Tomada de Preços N° 2017.06.20.1 - PMC.

Este produto apresenta uma visão consolidada das iniciativas do Município do Crato, no sentido de compreender de forma sistêmica os projetos e ações que poderão ser incorporados ao Plano Plurianual 2018-2021. Tomando como ponto de partida os tópicos apontados no Termo de Referência, além de outros considerados relevantes para uma melhor compreensão dos projetos, especialmente os que possuem recursos de Convênios Estaduais ou Federais.



1.0. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.0. CONTEXTUALIZAÇÃO

No Brasil o movimento de Gestão de Projetos, no Setor Público, iniciou oficialmente em 1993, com criação do subprograma da Qualidade e Produtividade na Administração Pública, ampliação do então Programa Brasileira da Qualidade e Produtividade – PBQP. Contudo, a busca pela qualidade nos processos (rotinas) era mais forte que iniciativas de ruptura. Somente em 2005 o programa passou por uma reestruturação assumindo a denominação de Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA, contando com núcleos estaduais e várias unidades de suporte (GESPÚBLICA, 2009).

Várias outras iniciativas foram iniciadas por todo país, por governos estaduais e municipais, principalmente nos maiores e mais estruturados, entre elas a designação de um responsável pelos projetos, criação de departamentos, e até implantação de escritórios de projetos. Contudo, algumas dessas iniciativas se resumem a setores de registro das informações relacionadas aos projetos ou convênios com outros órgãos. São comumente adicionadas as atribuições desses setores a captação de recursos, que posteriormente podem ser convertidas em Convênios.

Outras iniciativas mais robustas esbarraram em outros entraves típicos da administração pública como foi o caso do “choque de gestão”, políticas de governo convertidas em programa, realizadas em Minas Gerais, ocasião onde foram iniciados vários projetos de reorganização e modernização do aparato institucional daquele estado. O programa tinha suas diretrizes totalmente alinhadas à estratégia da alta direção, nesse caso o Governador do Estado, o qual atuava como “patrocinador” dos projetos. No entanto, com a mudança no Governo mudaram também as prioridades e o resultado foi um perceptível declínio na eficiência da Gestão. Fica clara a fragilidade de projetos públicos frente à descontinuidade proporcionada pelo fim dos mandatos eletivos, pois geralmente além dos próprios gestores há uma brutal ruptura na gestão desses órgãos, fazendo com que muitas iniciativas se percam pelo caminho.

Os órgãos do judiciário tem se destacado na criação de metodologias próprias, implantação de Escritórios de Projetos e até na regulamentação do uso de Gerenciamento de Projetos em suas iniciativas. Um exemplo exitoso é o do Poder Judiciário do Estado do Mato Grosso que conforme sua resolução nº 014/2012/TP, resolveu que a “gestão de projetos será realizada nas unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário” seria feita naquele órgão tendo como base o próprio PMBOK.

O Próprio PMI – *Project Management Institute* reconhece em sua publicação “*Government Extension to the PMBOK*” que os projetos públicos possuem características únicas daqueles no setor privado. Além das restrições legais o documento enfatiza ainda a necessidade de prestação de contas ao cidadão e a própria utilização de recursos públicos como componente de diferenciação desses projetos.

O fato dos recursos serem públicos trazem como consequência direta a maior abrangência das partes interessadas (*stakeholders*), pois se tratam de recursos oriundos de impostos obrigatórios, títulos e outras taxas. Naturalmente aumenta a dificuldade de gerenciamento das partes interessadas e suas expectativas,

muitas delas ligadas a uma demanda sociopolítica e não técnica. Outro fator que aumenta a pressão social é a possibilidade de participação de qualquer cidadão nesse processo, materializada pela Lei de acesso a informação, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, ao regulamentar o direito de obter informações sobre a implementação, acompanhamento, e resultado de qualquer projeto público.

Todos esses fatores contribuem para a percepção de uma dificuldade maior na gestão desses projetos, principalmente devido ao fato de impactarem diretamente o cronograma dos projetos, trazendo à tona outro fator intrínseco a Administração Pública, no caso a longa duração dos projetos. Infelizmente o descumprimento de prazos estabelecidos no planejamento é uma prática comum, sendo considerada uma rotina as sucessivas prorrogações de prazo, o que certamente pode comprometer o cronograma e a própria eficácia do projeto.

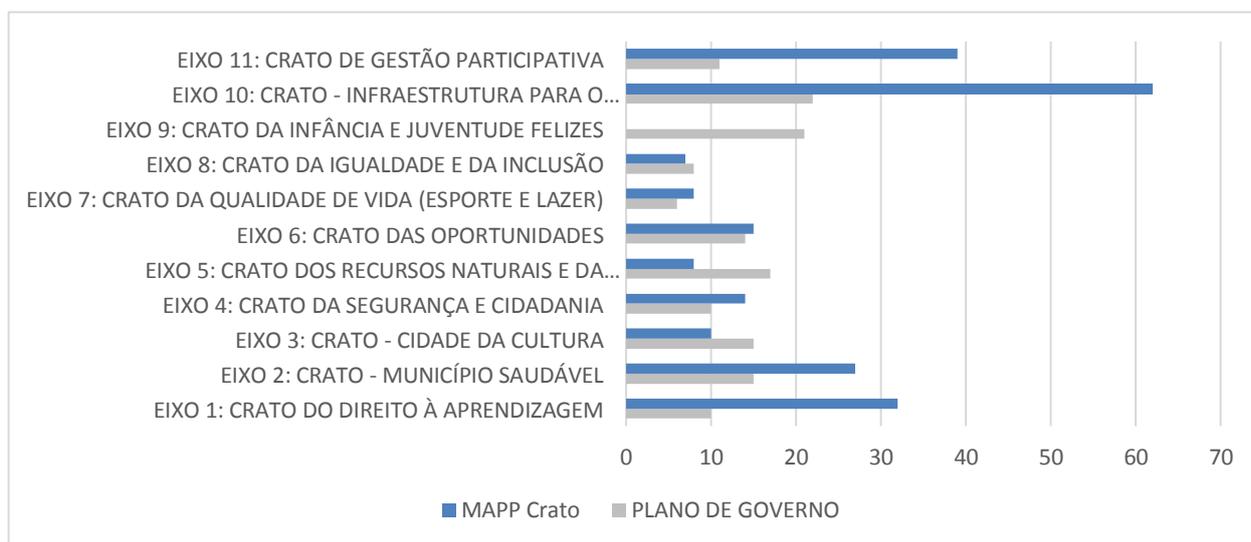
O Município do Crato, de uma forma geral, segue essa lógica, pois possui vários projetos que passaram por mais de uma gestão, ou seja, quatro anos, e que foram recebidos pela atual gestão com problemas de execução. Esse legado dificulta a evolução do modelo de gestão de projetos, pois coloca os gestores com o foco apenas nos prazos, sacrificando muitas vezes o custo e / ou o escopo desses projetos.

2.0. LEVANTAMENTO DE PROJETOS E AÇÕES EM ANDAMENTO OU PREVISTAS PARA EXECUÇÃO, DURANTE O PPA 2018-2021 DO CRATO

2.0. LEVANTAMENTO DE PROJETOS E AÇÕES EM ANDAMENTO OU PREVISTOS DURANTE A VIGÊNCIA DO PPA 2018-2020 DO CRATO

Foram consideradas, nesta análise, as iniciativas manifestadas formal ou informalmente, pela Administração Municipal, tomando como base as demandas apresentadas no Plano de Governo – Proposta de Governo, ainda em 2016, e no Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários – MAPP Crato, no decorrer desse ano (FIGURA Nº 2.1 – GRÁFICO COMPARATIVO ENTRE A QUANTIDADE DE INICIATIVAS, POR EIXO DE GOVERNO).

FIGURA Nº 2.1 – GRÁFICO COMPARATIVO ENTRE A QUANTIDADE DE INICIATIVAS, POR EIXO DE GOVERNO



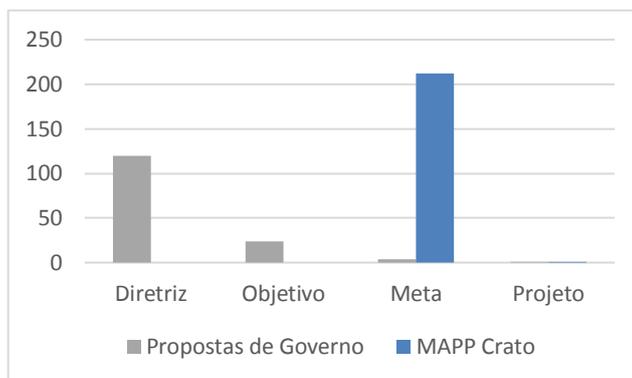
Fonte: Elaboração Própria

A Administração, corretamente, tem buscado compatibilizar as propostas apresentadas em seu Plano de Governo e as ações de fato executadas (FIGURA Nº 2.2 – GRÁFICO COMPARATIVO DA QUANTIDADE DE PROPOSTAS, POR NÍVEL). No entanto, identificamos alguns pontos de atenção que devem ser considerados para que riscos de distorções e falhas sejam mitigados durante a gestão.

Entre os pontos a serem avaliados é que o Plano de Governo traz as iniciativas num nível majoritariamente de Diretriz, ou seja, mais genérico. No outro extremo, o MAPP Crato postula demandas essencialmente a nível de Meta, ou seja, mais prático e mensurável.

Isso por si só não será problema, se a Administração mantiver a atenção na compatibilidade das iniciativas e não sobrecarregar o MAPP com novas demandas, desconexas da proposta inicial.

FIGURA Nº 2.2 – GRÁFICO COMPARATIVO DA QUANTIDADE DE PROPOSTAS, POR NÍVEL



Fonte: Elaboração Própria.

2.1. SÍNTESE DAS DEMANDAS PREVISTAS NO PLANO DE GOVERNO

O Plano de Governo é um requisito, para os candidatos homologarem suas candidaturas, instituído pelo Tribunal Superior Eleitoral para as eleições de cargos executivos. Por conta do contexto eleitoral, esses planos de uma forma geral, são idealizados ainda sem o pleno conhecimento da realidade da Administração Municipal, principalmente dos seus limites de recursos.

Por conta disso é natural que as propostas sejam mais genéricas para que após a efetivação do resultado eleitoral, seja mensurado qual é de fato a capacidade de investimento e o escopo de cada proposta. No caso específico do Crato, esse processo foi bem conduzido, contando inclusive com uma validação popular após o resultado da eleição.

Considerando esses fatores a análise vai focar no formato em que as propostas são apresentadas e das suas respectivas consequências financeiras (detalhadas nos itens [4.1 – DEMANDAS DO PLANO DE GOVERNO COM DESPESAS DE CARÁTER CONTÍNUO](#) e [4.2 – DEMANDAS DO PLANO DE GOVERNO COM DESPESAS DE INVESTIMENTO](#), deste documento) e alinhamento com políticas públicas estaduais e federais.

Nesse sentido, a estrutura apresenta sinteticamente os princípios e diretrizes para os quatro anos da gestão, organizados em 11 (onze) eixos de governo. Observa-se que os eixos propostos têm uma predominância de ações voltadas a execução direta de políticas públicas, ou seja, um olhar externo a Gestão Municipal e voltado a sociedade.

Na prática, observa-se que essa visão idealizada não foi compatível com a realidade encontrada na municipalidade, com estrutura e recursos inadequados para o seu pleno funcionamento. Isso fica muito

evidente quando analisamos as ações, consideradas prioritárias, uma boa parte voltada para estruturar ou melhorar a estrutura de trabalho da máquina pública municipal.

Dessa forma, fica evidente que falta um direcionamento da Governança e da Gestão propriamente dita, muito embora o “EIXO 11: CRATO DE GESTÃO PARTICIPATIVA” devesse, em tese, agrupar essas demandas ligadas a eficiência e a qualidade da gestão.

Outro fator que reforça o potencial conflito entre a proposta idealizada e a proposta construída empiricamente, principalmente as materializadas no MAPP Crato é que algumas demandas não se enquadram conceitualmente nesses eixos e em outro extremo alguns eixos possuem pouca ou nenhuma representação de demandas, como é o caso do “EIXO 9: CRATO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE FELIZES”.

2.2. DETALHAMENTO DAS DEMANDAS PREVISTAS NO PLANO DE GOVERNO

Destacamos das diretrizes apresentadas no Plano de Governo, as que não possuem claramente, o tipo ou volume de recursos necessários para a sua consecução, fator determinante para o Planejamento e posterior execução, como segue no **QUADRO Nº 2.1 – DETALHAMENTO DAS DEMANDAS PREVISTAS NO PLANO DE GOVERNO**.

QUADRO Nº 2.1 – DETALHAMENTO DAS DEMANDAS PREVISTAS NO PLANO DE GOVERNO	
EIXO – PROPOSTA DE GOVERNO	DIRETRIZ (PROPOSTA DE GOVERNO)
EIXO 1: CRATO DO DIREITO À APRENDIZAGEM	Ampliar a assistência pedagógica, técnica e financeira, em regime de colaboração com o Estado e a União, desenvolvendo a Educação Básica com equidade e qualidade;
	Implantar política de incentivos às práticas pedagógicas inovadoras que produzam indicadores positivos para a educação no município do Crato. A política de incentivos não deverá incidir na composição dos vencimentos dos(as) trabalhadores(as) da Educação do Município, mas será um bônus que também possibilitará a socialização (disseminação) de experiências e ideias inovadoras;
	Fortalecer as políticas Inter setoriais (meio ambiente, assistência social, cultura, saúde, segurança, esporte e lazer) viabilizando um olhar diferenciado às escolas situadas em áreas de vulnerabilidade social, com incentivo para atrair profissionais qualificados para atender aos estudantes;
	Promoção dos princípios de gestão democrática da educação pública, instigando a participação da comunidade nas decisões educacionais;
	Superação das desigualdades educacionais, com estratégias para o desenvolvimento, inclusão e como instrumento de cidadania, em regime de colaboração pactuado com o Estado e a União;
	Promoção da educação humanística, científica, cultural e tecnológica, fortalecendo os princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade;
	Ampliação da oferta escolar; e
Assegurar uma Educação que garanta o direito à aprendizagem, que desenvolva as competências de caráter geral, focada na formação de pessoas aptas a construir conhecimento, assimilar mudanças, ser participativas e autônomas nas suas	

QUADRO Nº 2.1 – DETALHAMENTO DAS DEMANDAS PREVISTAS NO PLANO DE GOVERNO

EIXO – PROPOSTA DE GOVERNO	DIRETRIZ (PROPOSTA DE GOVERNO)
	escolhas, que respeitem as diferenças e superem a fragmentação social.
EIXO 2: CRATO – MUNICÍPIO SAUDÁVEL	<p>Proporcionar o direito a Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade;</p> <p>Redução e prevenção de riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio de ações de vigilância em saúde, promoção da saúde, prevenção e controle de doenças transmissíveis, de doenças e agravos não transmissíveis e de seus fatores de riscos;</p> <p>Estimular a Participação e Controle Social das Políticas Públicas de Saúde;</p> <p>Efetivar políticas de valorização do Trabalho e da Educação em Saúde;</p> <p>Aperfeiçoar a Gestão do SUS e os Modelos de Atenção à Saúde;</p> <p>Garantir o Financiamento do SUS e Relação Público-Privado sustentáveis;</p> <p>Estimular a Participação e Controle Social das Políticas Públicas de Saúde; e</p> <p>Implementar e efetivar ações de saneamento básico, saúde ambiental e políticas de resíduos sólidos de forma sustentável, para a promoção da saúde e redução das desigualdades sociais.</p>
EIXO 3: CRATO – CIDADE DA CULTURA	<p>Na cidade da cultura iremos estimular o uso dos bens culturais da cultura letrada através da criação da “política do livro”, visando estimular a produção de livros e audiovisual, financiados através de editais específicos, sobretudo tendo o Crato como tema, para distribuição nas escolas e bibliotecas locais e outras instituições e iremos implantar a rede municipal de bibliotecas públicas com ampliação de unidades e do acervo em parceria com a SECULT;</p> <p>Apoiar as instituições ou projetos da cultura e da arte Cratenses – a Sociedade Lírica do Belmonte, Academia dos Cordelistas, a Sociedade de Cultura Artística do Crato, os programas culturais e artísticos da Sociedade Cratense de Auxílio aos Necessitados – SCAN, da APAE e dos projetos Verde Vida e Nova Vida; e</p> <p>Apoiar as instituições de suporte da cultura letrada, em especial a Universidade Regional do Cariri e o Instituto Cultural do Cariri.</p>
EIXO 4: CRATO DA SEGURANÇA E CIDADANIA	<p>Promoção dos direitos humanos, considerando as questões de gênero, étnicas, raciais, geracionais, de orientação sexual e de diversidade cultural;</p> <p>Criação e fortalecimento de redes sociais e comunitárias;</p> <p>Promoção da segurança e da convivência pacífica;</p> <p>Incentivar a ressocialização do jovem e do adolescente em situação infracional ou em conflito com a lei, de egressos do sistema prisional e dos indivíduos que cumprem penas privativas de liberdade, mediante a implementação de projetos educativos e profissionalizantes; promover e intensificar a cultura de paz, o desarmamento e o combate sistemático aos preconceitos e a todas as formas de violência; e</p> <p>Promover, de forma inter setorial, o combate à violência contra as mulheres, criando uma rede de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e estabelecendo parceria com o Observatório da Violência da Universidade Regional do Cariri. A prevenção desse tipo de violência requer uma mudança cultural, para tanto a temática de gênero deve ser introduzindo no currículo escolar.</p>
EIXO 5: CRATO DOS RECURSOS NATURAIS E DA SUSTENTABILIDADE	<p>Utilizar todas as formas de comunicação disponíveis na comunidade para disseminar e construir o conhecimento e a eco cidadania (meios de comunicação de massa, relações interpessoais, grupos comunitários e todas as formas de expressão cultural, tais como músicas, danças e teatro, etc.), garantindo que as mensagens e as informações sejam compartilhadas continuamente com a comunidade;</p>

QUADRO Nº 2.1 – DETALHAMENTO DAS DEMANDAS PREVISTAS NO PLANO DE GOVERNO

EIXO – PROPOSTA DE GOVERNO	DIRETRIZ (PROPOSTA DE GOVERNO)
	<p>Valorizar o manejo comunitário da agro biodiversidade e o conjunto diverso da agricultura familiar, do extrativismo, da agroecologia, da agricultura orgânica, do manejo agrosilvipastoril sustentável, dos sistemas agroflorestais, do turismo rural comunitário, da permacultura, com Assistência Técnica e Extensão Rural e apoiar a comercialização e o consumo dos produtos da agricultura familiar, nos princípios da economia popular solidária, inclusive com a inclusão dos produtos na merenda escolar das escolas municipais;</p> <p>Investir numa educação contextualizada para a convivência com o semiárido no território em todos os níveis;</p> <p>Aprimorar a gestão do Fundo Municipal de Meio ambiente para a aplicação em projetos socioambientais e fiscalização e aprimorar os procedimentos dos órgãos ambientais municipais responsáveis pelo licenciamento a fim de dar maior eficiência e eficácia.</p> <p>Incentivar a criação de Unidades de conservação no município, Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPNs e instalação de corredores ecológicos</p> <p>Conservar as espécies nativas nas áreas verdes e institucionais dos loteamentos</p>
<p>EIXO 6: CRATO DAS OPORTUNIDADES</p>	<p>Estimulo a iniciativas para consolidação do Turismo: o setor do turismo merece destaque entre as prioridades na geração de oportunidades de negócios, emprego e renda, tendo o selo Geoparque Araripe, programa da UNESCO, como estratégia da maior importância para atingir os objetivos que evidenciam o uso dos recursos naturais, geológicos, culturais e a religiosidade, em consonância com as cadeias produtivas do comércio, serviços, artesanato, agropecuária e a cooperação transversal em todos esses setores e cadeias produtivas, inclusive, da indústria;</p> <p>Fortalecimento e expansão da Agricultura Familiar: promoveremos o desenvolvimento rural sustentável, a partir da implementação de políticas públicas que respondam as demandas específicas das populações rurais, combatendo a pobreza rural. Para tanto buscaremos apoiar, integrar e consolidar políticas, ações e programas de assistência técnica e extensão rural, de renda mínima, acesso a crédito e o apoio à comercialização de produtos e serviços. Incentivaremos a Segurança e soberania alimentar através da valorização e organização da oferta de alimentos produzidos pela agricultura familiar;</p> <p>Estímulo e apoio às ações de extrativismo sustentável na Chapada do Araripe: Concederemos especial atenção ao extrativismo, especialmente aos produtos da Chapada do Araripe, tais como piqui e o coco babaçu, cambuí, janaguba, mangaba, araxá, araticum, maracujá peroba. Para tanto contribuiremos na organização da cadeia produtiva desses produtos e o consumo na merenda escolar;</p> <p>Geração de renda a partir de apoio e estímulo para arranjos produtivos: Agregação de valor e fortalecimento, por meio de alianças estratégicas, modelos e arranjos produtivos que possam promover a cooperação e a concorrência buscando viabilizar as economias dos pequenos e médios empreendimentos rurais e urbanos;</p> <p>Promoção do associativismo e estímulo à Economia Solidária: o associativismo tem um potencial significativo para gerar negócios com base em iniciativas locais, gerando desenvolvimento sustentável endógeno e fortalecendo as cadeias de desenvolvimento territorial sustentável;</p> <p>Promoção e capacitação produtiva: a cultura da produção e comercialização de produtos e serviços produzidos no Crato tem como condicionante o desenvolvimento de qualificação para os atores e produtores, sujeitos do processo de desenvolvimento local. A municipalidade desenvolverá em parcerias com instituições de formação instaladas no Crato, a exemplo da URCA, UFCA, SENAC, SESC, SEST/SENAT etc.</p> <p>Captação de linhas de financiamento e parcerias: A captação de recursos para financiamento de políticas, programas, projetos e ações municipais não pode prescindir de atuação em conjunto a programas e financiamento do governo Estadual,</p>

QUADRO Nº 2.1 – DETALHAMENTO DAS DEMANDAS PREVISTAS NO PLANO DE GOVERNO

EIXO – PROPOSTA DE GOVERNO	DIRETRIZ (PROPOSTA DE GOVERNO)
	<p>Federal e órgãos como Banco do Nordeste - BNB, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, SEBRAE, SENAI, FIEC, Banco Mundial, BIRD dentre outros;</p> <p>Estímulo e incentivo ao potencial da Economia da Cultura: através da valorização das expressões da cultura popular e arte. Os festivais de música, teatro, espetáculos associados à promoção do Turismo Cultural, religioso, Científico, de Natureza e de Negócios é uma estratégia para o fortalecimento das vocações produtivas locais;</p> <p>Reestruturação e ampliação da infraestrutura de trabalho para microempreendedores: Consolidar, tirar da informalidade e melhorar as condições de trabalho para ampliação da renda com a comercialização de produtos e prestação de serviços de qualidade à população e visitantes;</p> <p>Criação de medidas de desburocratização para instalação de novos negócios: Desburocratizar processos para facilitar a criação de negócios e empreendimentos criando um Sistemas de acesso à informação e ampliação de novos negócios;</p> <p>Criação de políticas de aproveitamento da capacidade produtiva, de trabalho e inovação da juventude: Os jovens egressos das Instituições de Ensino Superior e das Escolas de Profissionalização. Essa iniciativa atende a jovens de todas as classes sociais para integrá-los ao processo de desenvolvimento do Município e valorização das pessoas como sujeito transformador da realidade;</p> <p>Estímulo ao desenvolvimento da Agropecuária: As potencialidades do Crato em atividades agropecuárias são imensas dadas a riqueza de seus solos, o clima e a disponibilidade de recursos hídricos e, de caráter fundamental, a existência de mão de obra. Nesse sentido, o eixo de ações a serem implementadas privilegiam tais potencialidades, absorvendo a massa de trabalhadores gerando emprego e renda e possibilitando a inclusão social. Os desdobramentos positivos dessas ações, além da própria dinamização das atividades primárias se darão pela autossuficiência da produção alimentar, pela redução do êxodo rural municipal que provoca o inchamento da periferia das áreas urbanas do município;</p> <p>Estímulo à instalação de novas Indústrias e ampliação da capacidade produtiva do Setor industrial: a atividade industrial é tida como a que maiores efeitos de encadeamentos podem gerar num sistema econômico tanto por conta de seu caráter diversificado como pela capacidade de geração de emprego. Num município onde um dos principais problemas econômicos é o desemprego face ao tamanho de sua população em idade produtiva. Essa diretriz perspectiva o resgate das ações de consolidação do Distrito Industrial; e</p> <p>Fortalecimento do Setor Terciário: O Setor Terciário, conforme dito é o setor que se apresenta com maior dinamismo em virtude de algumas questões já apresentadas. Sendo um resultado positivo ou não da nova dinâmica de crescimento econômico que privilegia atividades de caráter urbano e, dentre elas, a dos serviços, é mister considerar esse crescimento na elaboração de um plano de governo. Neste sentido, nossa gestão buscará potencializar os efeitos positivos do crescimento das atividades terciárias.</p>
<p>EIXO 7: CRATO DA QUALIDADE DE VIDA (ESPORTE E LAZER)</p>	<p>Desenvolver a Política de Esporte em íntima relação com as secretarias de Educação, Saúde e Ação Social a fim de aproveitar todo o potencial da prática esportiva como instrumento de promoção e inclusão social;</p> <p>Desenvolver, em parceria com a Secretaria de Cultura, programas de ações recreativas e de lazer nas diversas comunidades urbanas e rurais melhorando a qualidade de vida e fortalecendo o viés sociocultural; e</p> <p>Apoiar o esporte profissional e de alto rendimento, de modo especial o futebol, o atletismo e o ciclismo, modalidades com tradição no município que contam com grande número de adeptos. O acompanhamento adequado das categorias amadoras dessas modalidades certamente oferecerá um banco de novos talentos que alimentarão as equipes profissionais e resultará em ascensão social aos seus</p>

QUADRO Nº 2.1 – DETALHAMENTO DAS DEMANDAS PREVISTAS NO PLANO DE GOVERNO

EIXO – PROPOSTA DE GOVERNO	DIRETRIZ (PROPOSTA DE GOVERNO)
	participantes, atraindo novos participantes num ciclo virtuoso.
EIXO 8: CRATO DA IGUALDADE E DA INCLUSÃO	<p>Política de Habitação do Município do Crato: propomo-nos elaborar, em discussão com a sociedade, e executar a Política de Habitação do Município, no período 2017-2020, tendo em vista o enfrentamento do déficit habitacional e da inadequação domiciliar no município do Crato (zonas rural e urbana). Nessa perspectiva nos propomos nesse período trabalhar junto ao Governo Federal, em parceria com o Governo do Estado, para a Expansão do Programa Minha Casa, Minha Vida e Minha Casa Minha Vida Rural, garantindo a contrapartida necessária, tendo em vista o amparo às demandas habitacionais para as famílias que vivem nas seguintes situações habitacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Domicílios precários; • Coabitação familiar; • Aluguéis que representam um “ônus excessivo”; e • Adensamento excessivo de pessoas. <p>Política Municipal de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTTI, garantindo o combate ao estigma e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero;</p> <p>Plano Municipal de Políticas Pública para as Mulheres. A ser elaborada de forma participativa, essa política terá como foco o combate a todas as formas de discriminação e de violência por motivo de gênero. É sabido que a violência doméstica e familiar contra as mulheres é um problema crucial que decorre da “cultura de superioridade do homem” e dominação masculina (machismo), Sabe-se igualmente que as mudanças culturais no âmbito da relação homem-mulher e do lugar da mulher na sociedade devem ser produzidas através do enfrentamento do preconceito, da discriminação e da violência contra as mulheres, através de políticas preventivas que mobilizem o movimento feminista e de mulheres, Defensoria Pública, Ministério Público, Igrejas e o sistema escolar.</p> <p>Implantar o Plano Municipal de Políticas Públicas para pessoa idosa e criar o Centro de Referência da Pessoa Idosa com vistas a articular, monitorar e participar das políticas públicas Inter setoriais, em consonância com o Estatuto do Idoso, levadas a efeito pelo município e em parceria com o Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social e do Gabinete do Governador;</p> <p>Implantar políticas públicas para a pessoa com deficiência, de forma Inter setorial e em parceria com o Governo do Estado do Ceará;</p> <p>Implantar as Leis 10.639/03 e 11.845/08 que torna obrigatório o ensino de história e Cultura Afro brasileira em todas as escolas públicas municipais;</p> <p>Implantar a política de saúde integral da população negra, com base na política nacional integrada no sistema único de saúde; e</p> <p>Implantar sinalização para travessia de pedestres para pessoas com deficiências (auditivas, visuais, etc.) ou redução de mobilidade.</p>
EIXO 9: CRATO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE FELIZES	<p>Desenvolver de forma Inter setorial as políticas estruturais, programas e ações voltadas para a infância e a juventude;</p> <p>Incentivar a ampla participação dos / das jovens na formulação, implementação e avaliação das políticas direcionadas a juventude;</p> <p>Ampliar as alternativas de inserção social do jovem, promovendo programas que priorizem o seu desenvolvimento integral e participação ativa nos espaços decisórios;</p> <p>Proporcionar atendimento de acordo com suas especificidades perante os órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população, visando ao gozo de direitos</p>

QUADRO Nº 2.1 – DETALHAMENTO DAS DEMANDAS PREVISTAS NO PLANO DE GOVERNO

EIXO – PROPOSTA DE GOVERNO	DIRETRIZ (PROPOSTA DE GOVERNO)
	<p>simultaneamente nos campos da saúde, educacional, político, econômico, social, cultural e ambiental;</p> <p>Promover o território como espaço de integração das crianças e jovens;</p> <p>Fortalecer as relações institucionais com os entes federados e estaduais e as redes de órgãos, gestores e conselhos de juventude;</p> <p>Estabelecer mecanismos que ampliem a gestão de informação e produção de conhecimento sobre juventude;</p> <p>Estabelecer mecanismos que ampliem a gestão de informação e produção de conhecimento sobre juventude;</p> <p>Garantir a integração das políticas de juventude com os Poderes Legislativo e Judiciário, com o Ministério Público e com a Defensoria Pública;</p> <p>Zelar pelos direitos dos jovens com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos privados de liberdade e egressos do sistema prisional, formulando políticas de educação e trabalho, incluindo estímulos à sua reinserção social e laboral, bem como criando e estimulando oportunidades de estudo e trabalho que favoreçam o cumprimento do regime semiaberto;</p> <p>Garantir ao jovem a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais;</p> <p>Incentivar os movimentos de jovens a desenvolver atividades artístico-culturais;</p> <p>Propiciar ao jovem o conhecimento da diversidade cultural, regional e étnica do município, do Estado e do País;</p> <p>Estimular a promoção da inclusão digital dos jovens, por meio do acesso às novas tecnologias da informação e comunicação;</p> <p>Assegurar ao jovem do campo o direito à produção e à fruição cultural e aos equipamentos públicos que valorizem a cultura camponesa;</p> <p>Garantir à criança e ao jovem com deficiência acessibilidade e adaptações razoáveis; e</p> <p>Promover o desenvolvimento infantil através de políticas Inter setoriais e da parceria com o Governo do Estado do Ceará, visando fortalecer os vínculos familiares, construir e revitalizar espaços públicos para uso das crianças, formar profissionais (pais e cuidadores) para atuar no desenvolvimento infantil, diminuir o ciclo de pobreza e violência, prevenir problemas de saúde e promover o desempenho escolar.</p>
<p>EIXO 10: CRATO - INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO</p>	<p>Dotar o Crato de infraestrutura atrativa aos investimentos no município;</p> <p>Realizar Políticas de Equidade social com garantias de sustentabilidade ambiental que preservem o espaço urbano e rural para as gerações “atuais” e “futuras”;</p> <p>Priorizar a estrutura viária no planejamento e execução de obras públicas;</p> <p>Garantir a construção ou reforma de equipamentos urbanos descentralizados;</p> <p>Executar uma política de habitação que combine programas nacionais de construção de moradias com ações locais de regularização fundiária e apoio à reformas e melhorias;</p> <p>Revisar e implementar o Plano Diretor e implementar outros instrumentos de gestão do território: Lei de Uso, Parcelamento e Ocupação do Solo Urbano como norteadores do desenvolvimento urbano sustentável, o Plano de Mobilidade Urbana; o Plano de</p>

QUADRO Nº 2.1 – DETALHAMENTO DAS DEMANDAS PREVISTAS NO PLANO DE GOVERNO

EIXO – PROPOSTA DE GOVERNO	DIRETRIZ (PROPOSTA DE GOVERNO)
	<p>Acessibilidade;</p> <p>Revitalização das áreas verdes responsáveis pelo microclima urbano; e</p> <p>Integrar o Sítio Fundão ao cotidiano da cidade.</p>
<p>EIXO 11: CRATO DE GESTÃO PARTICIPATIVA</p>	<p>Mais do que administrar o município, nosso compromisso é transformar a gestão pública através da democratização – “demoCrato-ação”- dos seus instrumentos de decisão com a participação popular;</p> <p>Chamar a população a opinar com vez e voz na definição das prioridades do Município;</p> <p>Valorizar as instituições e movimentos sociais de promoção dos direitos e do bem-estar social, tais como as associações de bairros, pastorais, comunidades terapêuticas, coletivos, núcleos e projetos de extensão das Universidades, especialmente do Núcleo de Práticas Jurídicas, o Observatório da Violência e o PROCON;</p> <p>Fortalecer os organismos de controle social, tais como a OUVIDORIA do Município, os Conselhos Municipais, Conferências Setoriais, Audiências Públicas; Fóruns Representativos dos diferentes segmentos, estimulando a participação dos cidadãos/cidadãs na avaliação das condutas dos servidores e dos serviços públicos municipais com vistas a melhoria da qualidade desses serviços. Faz-se mister prestar informação a população acerca dos serviços públicos ofertados; horários e atendimentos;</p> <p>Ética e Humanização da Gestão Pública – atuação consciente dos gestores e servidores municipais de que os bens, os serviços e os recursos públicos são destinados a atender o interesse público;</p> <p>Dialogar com servidores e movimentos sociais como política de gestão;</p> <p>Garantir a participação popular na elaboração e controle das políticas públicas e do Orçamento Municipal, assim como exercer o princípio da TRANSPARÊNCIA através da PRESTAÇÃO de CONTAS em portais específicos abrigados no site da Prefeitura, das Secretarias e das autarquias Municipais, através da imprensa e no Portal da Transparência;</p> <p>Promover a Ética e a Humanização dos serviços públicos, valorização dos servidores públicos tendo em vista a eficiência do serviço público municipal e a atuação consciente de que os bens, os serviços e os recursos públicos são destinados a atender os interesses públicos dos municípios;</p> <p>Promover, por todos os meios, o Desenvolvimento solidário, com Sustentabilidade Social e Ambiental;</p> <p>Promover políticas de equidade social com garantias de sustentabilidade ambiental que preservem o espaço urbano e rural para “esta” e para as gerações “futuras”; e</p> <p>Assegurar o ingresso no serviço público municipal em todos os níveis através de concurso público e o desenvolvimento funcional através da meritocracia.</p>

As demais demandas em que foram possíveis a identificação de custos para sua realização está nos itens 4.1 - DEMANDAS DO PLANO DE GOVERNO COM DESPESAS DE CARÁTER CONTÍNUO e 4.2 – DEMANDAS DO PLANO DE GOVERNO COM DESPESAS DE INVESTIMENTO deste documento.

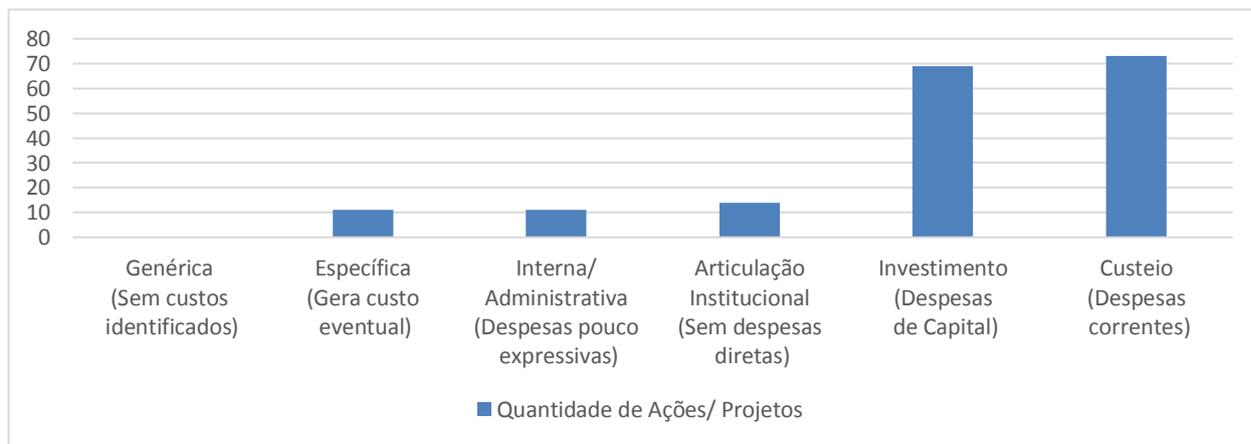
2.3. SINTÉSE DAS DEMANDAS DO MAPP CRATO

O Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários do Crato – MAPP Crato é a principal ferramenta de Gestão dos projetos do Município. O MAPP Crato tem apresentado uma rápida evolução e aprendizado dos Gestores e certamente será a ferramenta que garantirá a implementação das ações e do próprio Planejamento Estratégico Municipal e Regional – Crato 21.

No entanto, por conta da situação recebida pela atual gestão, com registros insuficientes e estrutura inadequada frente a demanda, o foco de atuação do MAPP tem se concentrado no prazo das ações. Embora o financiamento dos investimentos, bem como o custeio das ações é preocupante.

Apenas uma pequena parte, do total das ações, são de custo irrelevante ou eventual, sendo sua maioria ações que requerem manutenção, ou seja, despesas continuadas ou vão gerar após a conclusão do investimento, como é o caso de Creches e Unidades de Saúde em construção.

FIGURA Nº 2.3 – GRÁFICO COM QUANTIDADE DE PROPOSTAS, POR TIPO



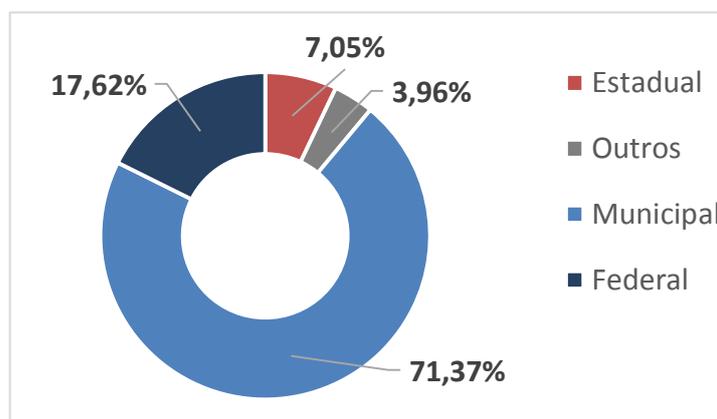
Fonte: Elaboração Própria.

Mesmo sem uma estrutura de custos é possível identificar claramente a sobreposição de ações e projetos que vão requerer recursos para seu financiamento e/ou manutenção, sejam do erário municipal ou de fontes externas, como os Governos Federal e Estadual, por exemplo (FIGURA Nº 2.3 – GRÁFICO COM QUANTIDADE DE PROPOSTAS, POR TIPO).

Do total de ações do MAPP Crato, cerca de 71% serão financiadas com recursos municipais, requerendo, portanto, um planejamento financeiro baseado em estimativas e dados concretos de custos (FIGURA Nº 2.4 – GRÁFICO COMPARATIVO DA QUANTIDADE DE PROPOSTAS DO MAPP – CRATO, POR FONTE DE RECURSOS).

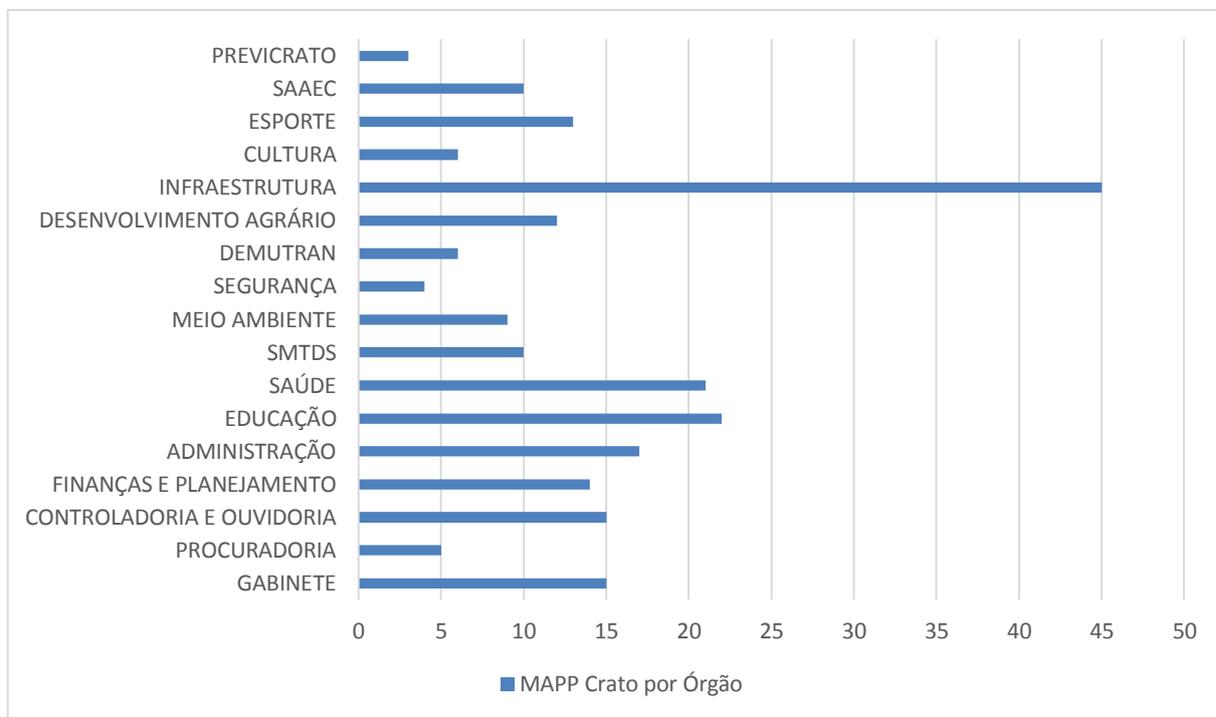
Outra constatação possível, mesmo sem uma estrutura de custos, é a concentração de ações em algumas secretarias, notadamente a de infraestrutura, que sozinha concentra quase 20% de todas as ações do MAPP Crato. Isso sinaliza a necessidade de estruturação de processos e pessoas qualificadas para dar suporte ao volume de atividades relacionadas aos Órgãos.

FIGURA Nº 2.4 – GRÁFICO COMPARATIVO DA QUANTIDADE DE PROPOSTAS DO MAPP – CRATO, POR FONTE DE RECURSOS



Fonte: Elaboração Própria.

A quantidade e porte das ações, consideradas prioritárias, bem como a distribuição dessas nos Órgãos Municipais, sinaliza também a necessidade de formatos de acompanhamentos diferenciados, de forma que a análise qualitativa das demandas das “super secretarias” não seja prejudicada diante do seu volume de atividades. (FIGURA Nº 2.5 – GRÁFICO COMPARATIVO DA QUANTIDADE DE PROPOSTAS, POR ORGÃO MUNICIPAL).

FIGURA Nº 2.5 – GRÁFICO COMPARATIVO DA QUANTIDADE DE PROPOSTAS, POR ÓRGÃO MUNICIPAL


Fonte: Elaboração Própria.

2.4. DETALHAMENTO DAS DEMANDAS DO MAPP CRATO

Relatório dos projetos e ações do MAPP Crato, com base na última reunião de avaliação ocorrida em 8 de agosto de 2017, como segue:

QUADRO Nº 2.1 – DETALHAMENTO DAS DEMANDAS DO MAPP - CRATO				
ÓRGÃO	CÓDIGO	AÇÃO	% DE ETAPAS REALIZADAS	ESTÁGIO DE EXECUÇÃO
GABINETE	MAPP2017.1201.001	Levantamento dos terrenos doados pelo município nos últimos 20 anos que não estão sendo utilizados.	100,00%	Execução Físico-Financeira Concluída
	MAPP2017.1201.002	Criação e implantação do plano municipal de atração de investimentos.	70,00%	Em Execução
	MAPP2017.1201.003	Marketing e divulgação turística.	100,00%	Em Execução
	MAPP2017.1201.004	Pavimentação nas ruas Engenheiro Agrônomo Edvam de Sousa, desembargador Edmilson da Cruz Neves e João Pereira Luna (PCF dep. Elmano de Freitas).	0,00%	Não iniciado
	MAPP2017.1201.005	Retirada dos beneficiários e demolição do prédio) - construção de duas salas de cinema (Parceria com o governo do estado).	66,67%	Em Execução
	MAPP2017.1201.006	Construção do prédio do camelódromo (Parceria com o governo do estado).	50,00%	Em Execução
	MAPP2017.1201.007	Parceria com o governo do estado - avenida de acesso do Crato	0,00%	Em Execução
	MAPP2017.1201.008	Pavimentação em diversas ruas (pcf dep. Tomaz Holanda)	0,00%	Não iniciado
	MAPP2017.1201.009	Parceria com o governo do estado - construção de (01) uma areninha (terreno encosta do seminário)	80,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.1201.010	Alienação da cadeia publica	0,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.1201.011	Parceria com o governo do estado - avenida de acesso ligando santa fé a Monte Alverne.	0,00%	Não iniciado
	MAPP2017.1201.010	Alienação da cadeia pública.	0,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.1201.011	Parceria com o governo do estado - avenida de acesso ligando santa fé a Monte Alverne.	0,00%	Não iniciado
MAPP2017.1201.012	Parceria com o governo do estado - estrada santa fé	0,00%	Em Execução	

QUADRO Nº 2.1 – DETALHAMENTO DAS DEMANDAS DO MAPP - CRATO

ÓRGÃO	CÓDIGO	AÇÃO	% DE ETAPAS REALIZADAS	ESTÁGIO DE EXECUÇÃO
	MAPP2017.1201.013	Portfólio e vídeo para o investidor - criação de um portfólio e vídeo para apresentar o município.	100,00%	Execução Físico-Financeira Concluída
	MAPP2017.1201.014	Portfólio institucional da PMC - criação de um portfólio institucional	0,00%	Não iniciado
	MAPP2017.1201.015	Incrementar cooperação técnica entre instituições de ensino superior e governo municipal - articular e firmar parcerias entre o município e as instituições de ensino superior da região	33,33%	Em Execução
PROCURADORIA	MAPP2017.1401.001	Desenvolver mecanismos para otimizar o tempo da licitação	100,00%	Execução Físico-Financeira Concluída
	MAPP2017.1401.003	Cadastro de fornecedores	100,00%	Execução Físico-Financeira Concluída
	MAPP2017.1401.004	Viabilizar juridicamente contratos de gestão e terceirização	66,67%	Em Execução
	MAPP2017.1401.005	Desenvolver mecanismos para sistematizar a procuradoria geral do município - informatização das atividades da procuradoria geral do município	20,00%	Em Execução
ADMINISTRAÇÃO	MAPP2017.1701.001	Contratação de estagiários - instituir programa de contratação de estagiários para atuação nas diversas secretarias municipais	37,50%	Em Licitação
	MAPP2017.1701.002	Desapropriação do Manuel de Abreu	50,00%	Em Execução
	MAPP2017.1701.003	Doação bens inservíveis	66,67%	Em Execução
	MAPP2017.1701.004	Alienação dos veículos sucateados	40,00%	Em Execução
	MAPP2017.1701.005	Manutenção veículos leves e pesados	100,00%	Execução Físico-Financeira Concluída
	MAPP2017.1701.006	Manutenção predial	25,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.1701.007	Implantação vigilância eletrônica noturna	33,33%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.1701.008	Regularização patrimonial dos imóveis municipais	25,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.1701.009	Criação de e-mail institucional	100,00%	Execução Físico-Financeira Concluída

QUADRO Nº 2.1 – DETALHAMENTO DAS DEMANDAS DO MAPP - CRATO

ÓRGÃO	CÓDIGO	AÇÃO	% DE ETAPAS REALIZADAS	ESTÁGIO DE EXECUÇÃO
	MAPP2017.1701.010	Programa de tratamento de servidores com dependência química	42,86%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.1701.011	Auditoria na FOPAG.	100,00%	Execução Físico-Financeira Concluída
	MAPP2017.1701.012	Aquisição e gerenciamento de material de consumo, expediente e limpeza	100,00%	Licitado
	MAPP2017.1701.013	Reorganização do arquivo municipal	20,00%	Em Execução
	MAPP2017.1701.014	Recadastramento dos servidores municipais	100,00%	Execução Físico-Financeira Concluída
	MAPP2017.1701.015	Cartão do servidor	50,00%	Em Execução
	MAPP2017.1701.016	Capacitação de servidores	50,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.1701.017	Digitalização de documentos - passar para arquivo digital, documentos produzidos na contabilidade, secretaria de finanças, licitação, setor pessoal e procuradoria	25,00%	Em Atividades Preparatórias
CONTROLADORIA E OUVIDORIA	MAPP2017.3101.001	Ouvidoria itinerante	100,00%	Em Execução
	MAPP2017.3301.001	Rede simples	33,33%	Em Execução
	MAPP2017.3301.002	Revisão dos benefícios fiscais para adequação à lei complementar nº 157/2016	16,67%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.3301.003	Nota premiada	0,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.3301.004	Convênios RFB / Sefaz.	100,00%	Execução Físico-Financeira Concluída
	MAPP2017.3301.005	Concurso público para servidores da secretaria de finanças e planejamento	14,29%	Em Atividades Preparatórias
ADMINISTRAÇÃO	MAPP2017.1701.016	Capacitação de servidores	50,00%	Em Atividades Preparatórias
CONTROLADORIA E OUVIDORIA	MAPP2017.3301.006	Inclusão créditos tributários no SPC	60,00%	Em Licitação
	MAPP2017.3301.007	Reforma tributária municipal	16,67%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.3301.008	Refis 2017	85,71%	Em Execução

QUADRO Nº 2.1 – DETALHAMENTO DAS DEMANDAS DO MAPP - CRATO

ÓRGÃO	CÓDIGO	AÇÃO	% DE ETAPAS REALIZADAS	ESTÁGIO DE EXECUÇÃO
FINANÇAS E PLANEJAMENTO	MAPP2017.3301.009	Informatização e racionalização do processo de despesa	16,67%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.3301.010	Gestão de despesas com energia elétrica, telefonia, internet, aluguéis e demais despesas permanentes	50,00%	Em Execução
	MAPP2017.3301.011	PMAT 2017/2018	16,67%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.3301.012	MAPP - Crato	60,00%	Em Execução
	MAPP2017.3301.013	Cadastro multifinalitário georeferenciado	0,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.3301.014	Reforma da sede da prefeitura municipal de Crato - reforma do prédio sede, refrigeração, mobiliário e layout da prefeitura de Crato	0,00%	Não iniciado
	MAPP2017.3301.001	Rede simples	33,33%	Em Execução
	MAPP2017.3301.002	Revisão dos benefícios fiscais para adequação à lei complementar nº 157/2016	16,67%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.3301.003	Nota premiada	0,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.3301.004	Convênios RFB / Sefaz.	100,00%	Execução Físico-Financeira Concluída
	MAPP2017.3301.005	Concurso público para servidores da secretaria de finanças e planejamento	14,29%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.3301.006	Inclusão créditos tributários no SPC	60,00%	Em Licitação
	MAPP2017.3301.007	Reforma tributária municipal	16,67%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.3301.008	Refis 2017	85,71%	Em Execução
MAPP2017.3301.009	Informatização e racionalização do processo de despesa	16,67%	Em Atividades Preparatórias	
MAPP2017.3301.010	Gestão de despesas com energia elétrica, telefonia, internet, aluguéis e demais despesas permanentes	50,00%	Em Execução	
MAPP2017.3301.011	PMAT 2017/2018	16,67%	Em Atividades Preparatórias	
MAPP2017.3301.012	MAPP-Crato	60,00%	Em Execução	
MAPP2017.3301.013	Cadastro multifinalitário georeferenciado	0,00%	Em Atividades Preparatórias	

QUADRO Nº 2.1 – DETALHAMENTO DAS DEMANDAS DO MAPP - CRATO

ÓRGÃO	CÓDIGO	AÇÃO	% DE ETAPAS REALIZADAS	ESTÁGIO DE EXECUÇÃO
	MAPP2017.3301.014	Reforma da sede da prefeitura municipal de Crato - reforma do prédio sede, refrigeração, mobiliário e layout da prefeitura de Crato	0,00%	Não iniciado
EDUCAÇÃO	MAPP2017.0601.001	Construção de quadra escolar - construção de quadra escolar coberta com vestiário – Distrito de Monte Alverne.	33,33%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.0601.002	Cobertura da quadra - cobertura da quadra - escola Aldegundes Gomes de Matos	36,36%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.0601.003	Construção de quadra escolar - construção de quadra escolar coberta - bairro vila lobo	83,33%	Em Execução
	MAPP2017.0601.004	Construção da quadra escolar - construção da quadra escolar coberta - colégio municipal	10,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.0601.005	Construção de creche - construção de creche tipo b metodologia inovadora - vila lobo	42,86%	Em Licitação
	MAPP2017.0601.006	Construção da creche - construção da creche modelo convencional – São Bento (ponta da serra)	16,67%	Não iniciado
	MAPP2017.0601.007	Construção de creche - construção de creche modelo convencional – conjunto Filemon e bairro São Miguel	21,43%	Não iniciado
	MAPP2017.0601.008	Ônibus escolar rural - aquisição de ônibus escolar rural ore 3 (grande)	75,00%	Em Execução
	MAPP2017.0601.009	Mobiliário de creches	0,00%	Não iniciado
	MAPP2017.0601.010	Utensílios para cozinha	25,00%	Em Execução
	MAPP2017.0601.011	Acessibilidade - garantir acessibilidade através de intervenções arquitetônicas e prediais da E.E.F. Sonia Callou	66,67%	Não iniciado
	MAPP2017.0601.012	Manutenção das unidades escolares - garantir manutenção predial e dos equipamentos das unidades escolares	57,14%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.0601.013	Material didático- pedagógico, em especial livro didático, e material de expediente para atender as necessidades das unidades escolares. A aquisição de livros será feita através da adesão ao PNLD e com recursos do brasil carinhoso (para educação infantil)	75,00%	Em Licitação

QUADRO Nº 2.1 – DETALHAMENTO DAS DEMANDAS DO MAPP - CRATO

ÓRGÃO	CÓDIGO	AÇÃO	% DE ETAPAS REALIZADAS	ESTÁGIO DE EXECUÇÃO
	MAPP2017.0601.014	Formação continuada de professores - realizar mensalmente formação continuada para os professores da rede	57,14%	Em Execução
	MAPP2017.0601.015	Fortalecimento e acompanhamento do plano municipal da primeira infância (PMPi)	100,00%	Não iniciado
	MAPP2017.0601.016	Avaliação interna e externa	57,14%	Execução Físico-Financeira Concluída
	MAPP2017.0601.017	Implantação de escolas em tempo integral	25,00%	Não iniciado
	MAPP2017.0601.019	Aquisição de fardamento para alunos - garantir fardamento escolar para todos os alunos matriculados na rede de ensino do município do Crato	46,15%	Em Execução
	MAPP2017.0601.020	Escola tempo comunidade - utilização de equipamentos escolares para atividades esportivas e culturais da sociedade	25,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.0601.021	Ônibus escolar - aquisição de 03(três) ônibus escolares em parceria com a secretaria estadual da educação	100,00%	Execução Físico-Financeira Concluída
	MAPP2017.0601.022	Reformas /reparos em 04(quatro) unidades escolares - executar reformas necessárias para um bom funcionamento das unidades escolares: E.E.I.E.F. Paulo lima verde/ E.E.I.E.F. Gonzaga Mota/ E.E.I.F. Caic / E.E.I.F. Melvin Jones em parceria com a secretaria estadual de educação	15,38%	Não iniciado
SAÚDE	MAPP2017.0401.001	Reduzir a judicialização da saúde	33,33%	Em Execução
	MAPP2017.0401.002	Implantar equipes de estratégias saúde da família	25,00%	Em Execução
	MAPP2017.0401.003	Aquisição de veículos de endemias	0,00%	Licitado
	MAPP2017.0401.004	Aquisição de ambulância	33,33%	Em Licitação
	MAPP2017.0401.005	Aquisição de equipamentos e materiais permanente para unidades de saúde	20,00%	Em Licitação
	MAPP2017.0401.006	Realizar manutenção física e estrutural das unidades de saúde do município	20,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.0401.007	Implantar o sistema de informação do programa nacional de imunização-SIPNI	22,22%	Em Licitação

QUADRO Nº 2.1 – DETALHAMENTO DAS DEMANDAS DO MAPP - CRATO

ÓRGÃO	CÓDIGO	AÇÃO	% DE ETAPAS REALIZADAS	ESTÁGIO DE EXECUÇÃO
	MAPP2017.0401.008	Contratação de procedimentos não contemplados pela tabela sus (possíveis de serem realizadas pelo município)	50,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.0401.009	Implantação do CAPS III.	0,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.0401.010	Implementação do setor de mobilização social	20,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.0401.011	Transferência da farmácia central	100,00%	Execução Física Concluída
	MAPP2017.0401.012	Implantação do prontuário eletrônico do cidadão - PEC	16,67%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.0401.013	Ampliação de 04 (quatro) equipes de saúde bucal (2017/2018)	28,57%	Licitado
	MAPP2017.0401.014	Implantação da farmácia do CAPS	100,00%	Execução Físico-Financeira Concluída
	MAPP2017.0401.015	1º conferência municipal de saúde da mulher	100,00%	Execução Físico-Financeira Concluída
	MAPP2017.0401.016	Aquisição de equipamentos e materiais permanente para unidades de saúde (emenda parlamentar) 2018 - emenda dep. André figueiredo (equipamento e material permanente)	0,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.0401.017	Aquisição de equipamentos e aquisição de ambulância (PCF) - PCF dep. Santana (r\$100 mil) – aquisição ambulância	33,33%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.0401.018	Construção de ubs (2018) - PCF dep. Santana (r\$500 mil)	40,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.0401.019	Emenda dep. Cabo sabino - emenda dep. Cabo sabino (30590004) – incremento do PAB	0,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.0401.020	Emenda dep. Chico Lopes (24370011) - emenda dep. Chico Lopes (24370011) – incremento do custeio MAC	0,00%	Em Atividades Preparatórias
SAÚDE	MAPP2017.0401.021	Emenda dep. Chico Lopes (24370004) - emenda dep. Chico Lopes (24370004) – incremento do PAB	0,00%	Em Atividades Preparatórias

QUADRO Nº 2.1 – DETALHAMENTO DAS DEMANDAS DO MAPP - CRATO

ÓRGÃO	CÓDIGO	AÇÃO	% DE ETAPAS REALIZADAS	ESTÁGIO DE EXECUÇÃO
SMTDS	MAPP2017.0501.001	Construção do CRAS Giselia pinheiro - construção da sede própria do centro de referência em assistência social para atendimento dos usuários do serviço	50,00%	Em Execução
	MAPP2017.0501.002	Construção do CRAS vila alta - construção da sede própria do centro de referência em assistência social para atendimento dos usuários do serviço	50,00%	Em Execução
	MAPP2017.0501.003	Reforma da casa de acolhimento institucional para crianças e adolescentes	57,14%	Em Licitação
	MAPP2017.0501.004	Reforma do cras seminário - adequação e limpeza dos espaços para melhoria do atendimento ao usuário do serviço	28,57%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.0501.005	Reforma do cras muriti	14,29%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.0501.006	Construção da praça mais infância ii	85,71%	Em Licitação
	MAPP2017.0501.007	Formação continuada e consultoria técnica de gestão de negócios para os permissionários e ambulantes	66,67%	Em Execução

	MAPP2017.0501.008	Município implementando o plano municipal pela primeira infância-PMPI (lei 3.118/15) - o plano municipal pela primeira infância do Crato tem a finalidade de promover o desenvolvimento integral da criança de 0 (zero) a 6 (seis) anos, enquanto sujeito de direitos, de acordo com o princípio da proteção integral à criança, previsto na constituição federal e no estatuto da criança e do adolescente. É uma ação Inter setorial que envolve as seguintes secretarias smtds, sms, sme, secult, semas, esporte	12,50%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.0501.009	Monitoramento do plano municipal pela primeira infância-PMPI “efetivando práticas de cidadania” - todas as comunidades do município com acesso à informação e conhecimentos sobre a situação das crianças e adolescentes promovendo iniciativas pela redução das desigualdades.	0,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.0501.010	3ª ação finalística: família e a comunidade da criança - município implementando o plano municipal pela primeira infância-PMPI (lei 3.118/15)	0,00%	Em Atividades Preparatórias
MEIO AMBIENTE	MAPP2017.3501.001	Programa coleta seletiva - implantação da coleta seletiva em diversos bairros do município do Crato, implantando ações de cuidado com a destinação de resíduos sólidos	44,44%	Em Execução

MAPP2017.3501.002	Manutenção selo verde - programa de ações em apoio à manutenção de certificação do selo verde no município do Crato	44,44%	Em Execução
MAPP2017.3501.003	Plano de requalificação das praças centrais - plano de requalificação das praças centrais do município com implementação de nova arquitetura e arborização	12,50%	Em Licitação
MAPP2017.3501.004	Revisão da poligonal urbana do município - revisão da poligonal urbana do município do Crato com redefinição de zoneamento de áreas visando inclusão dos distritos	33,33%	Em Execução
MAPP2017.3501.005	Inventário eco turístico do município - criação do inventário eco turístico do município do Crato, com ações e projetos para alavancar o desenvolvimento do ecoturismo	0,00%	Em Execução
MAPP2017.3501.006	Reflorestamento de áreas degradadas por queimadas na chapada do Araripe - apa Crato	44,44%	Em Execução
MAPP2017.3501.007	Implantação de sala técnica - implantação de sala técnica com infraestrutura de equipamentos de georreferenciamento visando construção da revisão do plano diretor do município do Crato	28,57%	Em Licitação
MAPP2017.3501.008	Projeto empoderamento e inclusão social dos catadores de material reciclável	57,14%	Em Execução

MEIO AMBIENTE	MAPP2017.3501.009	Coibir o comércio de ambulantes de produtos -	0,00%	Não iniciado
	MAPP2017.3801.001	Convênio com associação dos agentes mirins - estabelecer convênio com o centro de formação e associação dos agentes mirins da região metropolitana do cariri objetivando atender crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade social em comunidades menos favorecidas por meio de implantação de políticas públicas de prevenção no município de Crato / Ce.	16,67%	Em Execução
SEGURANÇA	MAPP2017.3801.002	Fardamentos e epis para a segurança - aquisição de fardamento e equipamentos de proteção individual (epi), destinada a suprir as necessidades da coordenadoria de defesa civil e guarda municipal, em especial combate a incêndios.	14,29%	Em Licitação
	MAPP2017.3801.003	Reinício de operação pipa - manutenção do projeto de operação pipa, com regularização de situação de risco do município e monitoramento de ações de emergência	14,29%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.3801.004	Projeto mulheres da paz - enviar documentação para o ministério da justiça e realizar prestação de contas	66,67%	Não iniciado
DEMUTRAN	MAPP2017.3701.001	Reimplantação do sistema rotativo zona azul - reimplantação do sistema zona azul por período emergencial de 12 (doze meses, conforme prevê o decreto nº 1703001/2017 – gp	100,00%	Execução Físico-Financeira Concluída

	MAPP2017.3701.002	Aquisição de fardamento do demutran	42,86%	Em Licitação
	MAPP2017.3701.003	Construção do mapa de circulação viária do município - realizar georeferenciamento das vias do município para elaboração de mapa viário com base na nova perspectiva de mobilidade urbana. Realizar parceria com instituições de ensino para contratar estagiários de áreas afins	0,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.3701.004	Aquisição de equipamentos de uso operacional do guarda civil metropolitano	0,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.3701.005	Treinamento para capacitação dos servidores do guarda civil do Crato - contratar empresa para fornecimento de treinamento dos servidores do guarda civil do Crato, proporcionando melhoria da capacidade operacional	0,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.3701.006	Aquisição de fardamento para defesa civil - aquisição de fardamento para caracterização dos servidores da defesa civil na atividade operacional	50,00%	Em Licitação
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	MAPP2017.3201.001	Capacitações em aprendizagem rural - realização de oficinas de capacitações em aprendizagem rural	20,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.3201.002	Sim - implantação do serviço de inspeção municipal	0,00%	Em Atividades Preparatórias

MAPP2017.3201.003	Acesso a água - abastecimento de água as famílias da zona rural	100,00%	Em Licitação
MAPP2017.3201.004	Car - realização do cadastro ambiental rural	62,50%	Em Licitação
MAPP2017.3201.005	Psp - preparo do solo para o plantio - oferecer máquinas para realização do preparo do solo para o plantio	42,86%	Em Atividades Preparatórias
MAPP2017.3201.006	Ater - prestar serviço de assistência técnica e extensão rural	10,00%	Em Execução
MAPP2017.3201.007	Faf – Apoio e realização de feiras	0,00%	Em Execução
MAPP2017.3201.008	Paa - execução do programa de aquisição de alimentos no município	77,78%	Em Execução
MAPP2017.3201.009	Cmda - realização da conferencia municipal de desenvolvimento agrário	0,00%	Não iniciado
MAPP2017.3201.010	Plano municipal de desenvolvimento agrário - elaboração e confecção do plano municipal de desenvolvimento agrário	16,67%	Em Atividades Preparatórias
MAPP2017.3201.011	Feiras da agricultura familiar - apoiar a realização de feiras de produtos da agricultura familiar	42,86%	Em Execução

	MAPP2017.3201.012	Hortas comunitárias - implantação de hortas comunitárias	45,45%	Em Execução
	MAPP2017.3401.001	Melhorar o abastecimento de água no distrito de Dom Quintino	40,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.3401.002	Urbanizar o entorno do estádio Mirandão	40,00%	Em Execução
	MAPP2017.3401.003	Implantação da praça dos esportes e da cultura - construção da pec modelo 3000m ²	0,00%	Em Licitação
INFRAESTRUTURA	MAPP2017.3401.004	Construção de uma ponte de concreto armado sobre o rio carás, na localidade de ponta da serra/vila palmeirinha dos Vilar - construção de uma ponte de concreto armado sobre o rio caras, na localidade de ponta da serra/vila palmeirinha dos Vilar, no município do Crato / Ce	0,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.3401.005	Pavimentação em pedra tosca no vale do amanhecer - pavimentação em pedra tosca em diversas ruas da cidade do Crato / ce. (Vale do amanhecer)	100,00%	Execução Física Concluída
	MAPP2017.3401.006	Reformar terminal rodoviário Wilson Roriz	0,00%	Em Atividades Preparatórias

INFRAESTRUTURA	MAPP2017.3401.007	Construção de quadra poliesportiva na comunidade do gesso - implantação de infraestrutura esportiva, através do contrato de repasse nº 784095/2013/ministério do esporte/caixa econômica federal e o município de Crato / Ce. (Quadra do gesso)	80,00%	Execução Físico-Financeira Concluída
	MAPP2017.3401.008	Pavimentação e urbanização da av. Alan Kardec e das ruas Antônio Leite saraiva e capitão José Macedo - pavimentação e urbanização da av. Alan Kardec e das ruas Antônio leite saraiva e capitão José Macedo, no município de Crato / ce.	40,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.3401.009	Construção de quadra poliesportiva (cachoeira dos Goncalves) - construção de quadra poliesportiva, através do contrato de rapasse nº 790567/2013/ministério do esporte/caixa econômica federal e o município de Crato / ce. (Cachoeira dos Gonçalves)	100,00%	Execução Física Concluída
	MAPP2017.3401.010	Pavimentação e drenagem na avenida Hermes paraíba - pavimentação e drenagem na avenida Hermes paraíba com construção de ponte e passeio, através do contrato de repasse nº 790309/2013/ministério da cidade/caixa econômica federal e o município do Crato / Ce.	33,33%	Em Execução
	MAPP2017.3401.011	Urbanização de via pública (Chiquinha Macedo) - urbanização de via pública, através do termo de compromisso nº 789906/2013/ministério das cidades/caixa econômica federal e o município do Crato / Ce. (Chiquinha Macedo)	0,00%	Em Atividades Preparatórias

INFRAESTRUTURA	MAPP2017.3401.012	Pavimentação em ruas do município (rua do piolho)	33,33%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.3401.013	Tapar buracos na malha viária do Crato	100,00%	Execução Física Concluída
	MAPP2017.3401.014	Recapear malha asfáltica	100,00%	Execução Físico-Financeira Concluída
	MAPP2017.3401.015	Reformar colégio municipal	0,00%	Não iniciado
	MAPP2017.3401.016	Reformar e ampliar escola zé do vale	0,00%	Não iniciado
	MAPP2017.3401.017	Reformar escola 18 de maio	0,00%	Não iniciado
	MAPP2017.3401.018	Contratar empresa de manutenção de prédios públicos, com aplicação de identidade visual	0,00%	Não iniciado
	MAPP2017.3401.019	Elaborar projeto de urbanização no bairro alto da penha (convênio 822936)	50,00%	Em Atividades Preparatórias

INFRAESTRUTURA	MAPP2017.3401.020	Pavimentar e drenar a estrada do campo alegre	0,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.3401.021	Ampliação do sistema de abastecimento de água no município de Crato / Ce (convênio 681289)	40,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.3401.022	Sistema de esgotamento sanitário 1ª etapa no município de Crato / Ce (convênio 683220)	0,00%	Não iniciado
	MAPP2017.3401.023	Reformar estádio do Mirandão	0,00%	Em Execução
	MAPP2017.3401.024	Iluminar praças centrais e principais avenida com led	0,00%	Não iniciado
	MAPP2017.3401.025	Elaborar projeto para duplicar a entrada do Crato (av. Padre Cícero)	0,00%	Não iniciado
	MAPP2017.3401.026	Construir praças - elaboração de projetos para construção de praças nos distritos de ponta da serra e Dom Quintino	0,00%	Em Atividades Preparatórias

INFRAESTRUTURA	MAPP2017.3401.027	Reformar o mercado Walter Peixoto	0,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.3401.028	Reformar a praça da batateira	0,00%	Não iniciado
	MAPP2017.3401.029	Construir avenida via férrea colégio municipal / RFFESA	0,00%	Não iniciado
	MAPP2017.3401.030	Revitalizar o rio granjeiro 1ª etapa, central de abastecimento Walter Peixoto / Thomaz Osterne.	0,00%	Não iniciado
	MAPP2017.3401.031	Revitalizar o rio granjeiro 2ª etapa, ponte de bia até o canal do rio granjeiro	0,00%	Não iniciado
	MAPP2017.3401.032	Construir a praça da prefeitura	0,00%	Não iniciado
	MAPP2017.3401.033	Pavimentar em pedra tosca o distrito de santa fé no município	0,00%	Não iniciado

INFRAESTRUTURA	MAPP2017.3401.034	Construir quadra poliesportiva coberta (muriti)	50,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.3401.035	Construir matadouro público	0,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.3401.036	Pavimentar a ce 285 ao sítio breá.	0,00%	Não iniciado
	MAPP2017.3401.037	Abastecimento de água em monte Alverne, santa fé, bréa, mané côco e santa rosa	0,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.3401.038	Construir a casa de acolhimento	0,00%	Em Execução
	MAPP2017.3401.039	Construir a ubs Zacarias Gonçalves	0,00%	Em Execução
	MAPP2017.3401.040	Pavimentar (emenda 24420001dep guimarães)	0,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.3401.041	Construir uma quadra no novo horizonte	0,00%	Não iniciado

INFRAESTRUTURA	MAPP2017.3401.042	Pavimentar ruas do município	0,00%	Não iniciado
	MAPP2017.3401.043	Reformar o teatro salviano Arraes - reforma do teatro salviano Arraes (emenda sem. Pimentel 2895006)	0,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.3401.044	Construção de unidades habitacionais - construção de 24 unidades habitacionais (convênio 623899)	0,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.3401.045	Pavimentação (convênio 717359) - pavimentação (valor 780.301,53-convênio 717359)	0,00%	Em Atividades Preparatórias
CULTURA	MAPP2017.2101.001	Aquisição de imóvel na rua José de Alencar para construção da saída de emergência lateral do cine teatro salviano Arraes - adquirir imóvel vizinho à portaria do cine teatro salviano arraes, onde funciona o bar “decolores”, para construção de uma saída de emergência lateral do teatro e construção de bilheteria, cafeteria, etc.	0,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.2101.002	Locação de ônibus para as atividades e eventos culturais da secretaria de cultura - aquisição de ônibus para transporte de grupos culturais do Crato nas atividades e eventos culturais da secretaria de cultura	66,67%	Em Licitação

	MAPP2017.2101.003	Resgatar o festival de música do Crato - realizar o "festival de música do Crato"	75,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.2101.004	Viabilizar o funcionamento do parque histórico do caldeirão e da banda cabaçal dos irmãos anicetos- realizar a contratação de 1 casal de moradores do parque histórico do caldeirão da santa cruz e de 1 membro da família aniceto para substituir o mestre Antônio aniceto (falecido)	100,00%	Execução Físico-Financeira Concluída
	MAPP2017.2101.005	Cumprir o calendário cultural do Crato (eventos fixos para 2017) - liberar recursos financeiros para viabilizar contratações e aquisições para a realização dos seguintes eventos no ano de 2017: semana do município e são João, eventos durante a expocrato, semana do folclore(setembro), festival de música do Crato outubro) mostra sesc (parceria da prefeitura), guerrilha do ato dramático e natal popular.	80,00%	Em Execução
	MAPP2017.2101.006	Aquisição de instrumentos, fardamentos e materiais de consumo para funcionamento da banda de música municipal do Crato -	75,00%	Em Licitação
ESPORTE	MAPP2017.2601.001	Plano anual de esporte - jogos escolares	60,00%	Em Execução
	MAPP2017.2601.002	Plano anual de esporte - Crato em movimento	55,56%	Em Execução
	MAPP2017.2601.003	Plano anual de esporte - circuito esportivo	77,78%	Em Execução

MAPP2017.2601.004	Plano anual de esporte - projeto segurança pública e qualidade de vida	50,00%	Em Execução
MAPP2017.2601.005	Plano anual de esporte - esporte de ação e aventura	33,33%	Em Atividades Preparatórias
MAPP2017.2601.006	Plano anual de esporte - família na praça	75,00%	Em Execução
MAPP2017.2601.007	Plano anual de esporte - escolinhas pré desportivas e esporte de alto rendimento	55,56%	Em Atividades Preparatórias
MAPP2017.2601.008	Plano anual de esporte - programa segundo tempo	44,44%	Em Atividades Preparatórias
MAPP2017.2601.009	Plano anual de esporte - estrutura física secretaria de esportes	55,56%	Em Licitação
MAPP2017.2601.010	Plano anual de esporte - projeto de capacitação e incentivo ao esporte campeonato do servidor público	44,44%	Em Atividades Preparatórias
MAPP2017.2601.011	Plano anual de esporte - estrutura física quadra bicentenária	50,00%	Em Atividades Preparatórias

ESPORTE	MAPP2017.2601.012	Plano anual de esporte - estrutura física estádio Mirandão	57,14%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.2601.013	6ª ação finalista do direito de brincar ao brincar de todas as crianças. Pmpj.	71,43%	Em Execução
SAAEC	MAPP2017.SAAEC.001	Programa de educação hidroambiental - implantação do núcleo e realização de 80 oficinas de capacitação de alunos e 12 oficinas de professores	20,00%	Em Execução
	MAPP2017.SAAEC.002	Implantação de laboratório de qualidade de água e efluentes - implantar laboratório para realização de análises bacteriológicas da SAAEC	28,57%	Em Execução
	MAPP2017.SAAEC.003	Projeto de universalização da hidrômetração (puh)	0,00%	Em Execução
	MAPP2017.SAAEC.004	Ampliação das ligações intradomiciliares ao sistema de esgotamento sanitário do bairro seminário	0,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.SAAEC.005	Rever social – revisão da tarifa social - necessidade de integração das informações com a secretaria de ação social e revisão de critérios para inclusão de clientes na tarifa social	80,00%	Em Execução
	MAPP2017.SAAEC.006	Aperfeiçoamento do sistema de tratamento de água para abastecimento do bairro vila alta - melhoria da qualidade da água ofertada aos moradores do bairro vila alta.	14,29%	Em Execução

SAAEC	MAPP2017.SAAEC.007	Refis da água – refinanciamento de débitos de consumidores de água - alto índice de inadimplência de usuários	20,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.SAAEC.008	Perfuração de poço tubular e construção de adutora do distrito de dom Quintino, Crato / Ce - ampliar o fornecimento de água em qualidade e quantidade através de captação de água subterrânea e sistema de adutora para armazenamento em caixa de água.	20,00%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.SAAEC.009	Implantação do sistema de abastecimento de água do sítio cruzeiro/santa fé – Crato / Ce - falta a montagem do sistema de abastecimento no distrito de santa fé	14,29%	Em Atividades Preparatórias
	MAPP2017.SAAEC.010	Projeto de ampliação de fiscalização e corte de ligações clandestinas e clientes em débito - ampliar a fiscalização e intensificar os cortes	33,33%	Em Atividades Preparatórias
PREVICRATO	MAPP2017.PREVCRA TO.001	Parceria com previcrato / abcmi / sec. Do trabalho e desenvolvimento social - formalizar parceria com a abcmi (clube da melhor idade)	66,67%	Em Execução
	MAPP2017.PREVCRA TO.002	Criação de site	50,00%	Em Licitação
	MAPP2017.PREVCRA TO.003	Compra de veículo adaptado para o rpps previcrato - aquisição de veículo adaptado para cadeirante para o rpps previcrato	66,67%	Em Licitação

3.0. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DOS CONVÊNIOS DE INVESTIMENTO ESTADUAIS, FEDERAIS E DE OUTRAS FONTES

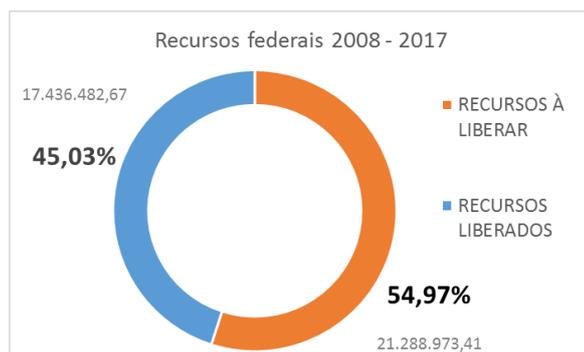
3.0. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DOS CONVÊNIOS DE INVESTIMENTO ESTADUAIS, FEDERAIS E DE OUTRAS FONTES

A gestão de Projetos com recursos externos, especialmente recursos Estaduais ou Federais, requerem uma preparação além do Gerenciamento de Projetos, propriamente dito. Isso ocorre devido a necessidade de várias atividades correlatas relacionadas a esses convênios.

Isso tem sido cada vez mais necessário devido ao aumento da complexidade envolvida na matéria, além do aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e transparência, os quais exigem servidores cada vez mais preparados. Essa é uma realidade Nacional, mas particularmente grave no Crato, devido à falta de estruturação ao longo dos últimos anos.

Fica muito evidente quando observamos o desempenho financeiro dos convênios, nos últimos anos, que houve uma queda na eficiência no recebimento dos recursos, aumentando o passivo de recursos a receber. Mesmo considerando o período de recessão, essa premissa foi validada individualmente nos projetos, os quais mostram que a maioria dos Convênios com recuso a liberar são por motivo de falta de execução ou alguma pendência técnica ou jurídica. (FIGURA Nº 3.1 – GRÁFICO COM AS LIBERAÇÕES DE RECURSOS FEDERAIS, NO PERÍODO DE 2008 A 2017 - DEZ ANOS). e (FIGURA Nº 3.2 – GRÁFICO COM AS LIBERAÇÕES DE RECURSOS FEDERAIS, NO PERÍODO DE 2013 A 2016 - QUATRO ANOS).

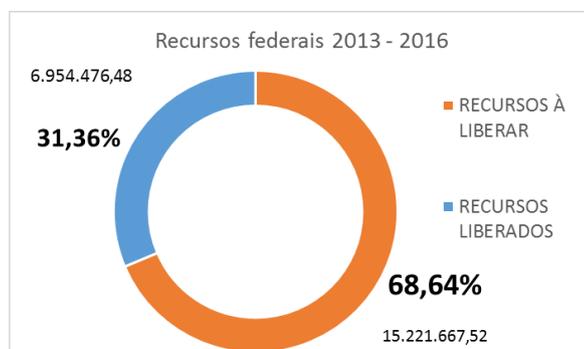
FIGURA Nº 3.1 – GRÁFICO COM AS LIBERAÇÕES DE RECURSOS FEDERAIS, NO PERÍODO DE 2008 A 2017 - DEZ ANOS



Fonte: Elaboração Própria.

No município do Crato, não existe um setor estruturado, com equipe multidisciplinar dedicada a essa atividade. Portanto, os servidores que realizam essas atividades se dividem com as demais atribuições, o que pode colocar em segundo plano providências essenciais ao bom andamento desses Convênios.

FIGURA Nº 3.2 – GRÁFICO COM AS LIBERAÇÕES DE RECURSOS FEDERAIS, NO PERÍODO DE 2013 A 2016 - QUATRO ANOS



Fonte: Elaboração Própria.

3.1. SÍNTESE DOS CONVÊNIOS INVESTIMENTOS COM RECURSOS EXTERNOS

Dos recursos atualmente contratados, ou seja, com Convênios ou congêneres vigentes no Município do Crato, as modalidades mais comuns de acesso são as seguintes:

- Transferências entre fundos: Quando é realizada por Fundo Federal para um Fundo Municipal. EXEMPLOS: Entre fundos da Saúde para Construção de UBS ou aquisição de equipamentos;
- Emendas Parlamentares: Indicação direta de Deputado Federal ou Senador para que determinado valor, de determinado programa seja destinado em favor do Município; e
- Propostas Voluntárias (Programação): Oportunidade em função de deliberação espontânea do Órgão Concedente, realizada por Convênio. Embora oficialmente não tenha interferência de Parlamentares é muito comum que seja concedido através de articulação política.

Essas modalidades possuem maior grau de interferência de parlamentares para sua efetivação, principalmente por sua maioria ser iniciado com ato oficial do parlamentar ao indicar uma emenda individual.

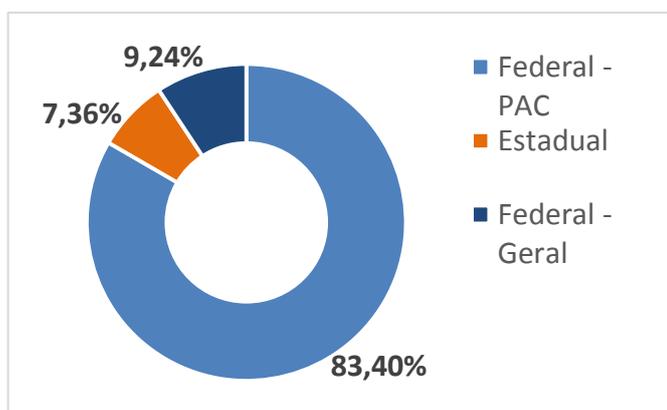
Numa proporção menor, existem ainda recursos obtidos através de modalidades com pouca ou nenhuma interferência de terceiros, pois são baseadas sem critérios técnicos para sua seleção. Necessitando, portanto, de propostas mais qualificadas para serem convertidas em Convênios, são elas:

- Seleções Públicas: Concurso realizado pelo Órgão concedente para identificar quais Municípios ou entidades estão mais aptos a receber o recurso;

- Programa específico do Concedente: Oportunidade que está atrelada a um objetivo específico do Órgão, nesse caso o próprio Ministério estabelece critérios para uma pré-seleção; e
- Doações: Oportunidade de transferência de recursos materiais.

Dessa forma, os recursos, referentes aos 48 (quarenta e oito) instrumentos vigentes, estão agrupados principalmente entre Recursos Federais, sejam de Emendas parlamentares, de programação, ou do PAC, e Recursos Estaduais (FIGURA Nº 3.3 – GRÁFICO COMPARATIVO DA REPRESENTATIVIDADE DOS RECURSOS RECEBIDOS, POR FONTE).

FIGURA Nº 3.3 – GRÁFICO COMPARATIVO DA REPRESENTATIVIDADE DOS RECURSOS RECEBIDOS, POR FONTE



Fonte: Elaboração Própria.

Tendo no PAC a maior fonte de recursos, representando mais de 83% do total de recursos. Essa falta de proporção se deve ao fato atípico do Município possuir dois Projetos com valores muito expressivos, são eles a Implantação do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.

Esses dois Projetos juntos representam mais 64% de todos os recursos contratados e devem ter prioridade no acompanhamento e resolução de pendências, visando reduzir os riscos de perda dos recursos, visto que são convênios antigos.

3.2. DETALHAMENTO DOS CONVÊNIOS COM RECURSOS FEDERAIS

QUADRO Nº 2.1 – DETALHAMENTO DAS DEMANDAS DO MAPP - CRATO								
CONCEDENTE	Nº CONVÊNIO	Nº INTERNO	OBJETO	VALOR REPASSE	INÍCIO (ASSINATURA)	TÉRMINO	SITUAÇÃO DO CONVÊNIO	EXECUTADO
Ministério do Esporte	844031	1037787-79 17951/2017	Construção de Quadra Coberta no Conjunto Novo Horizonte, no Município de Crato/CE	497.024,78	20/06/2017	20/06/2019	Projeto em fila	0,00%
Ministério do Turismo	847687	1040118-48 17965/2017	Reforma do Teatro Municipal Salviano Arraes, no Município de Crato/CE	243.750,00	28/04/2017	28/04/2018	Projeto em fila	0,00%
Ministério das Cidades	845023	1040582-78 17868/2017	Pavimentação de Diversas Ruas na Sede do Município de Crato/CE	245.850,00	28/04/2017	28/04/2018	Projeto em fila	0,00%
Ministério das Cidades	844743	1040592-82 17688/2017	Pavimentação de Diversas Ruas na Sede do Município de Crato/CE	493.100,00	28/04/2017	28/04/2018	Projeto em fila	0,00%
Ministério do Turismo	842022	1036222-86 37354/2016	Reforma do Terminal Rodoviário Wilson Roriz, no Município de Crato/CE.	390.000,00	30/12/2016	30/12/2018	Projeto em elaboração	0,00%
Ministério das Cidades	840718	1036387-73 38261/2016	Pavimentação em Vias Urbanas no Município de Crato/CE	493.100,00	30/12/2016	31/12/2018	Projeto em Fila	0,00%
Ministério do Esporte	831528	1032527-22 15524/2016	Construção de Quadra Poliesportiva Coberta. (Quadra do Muriti)	390.000,00	19/08/2016	31/12/2018	Projeto apresentado	0,00%

Ministério das Cidades	822936	1023373-28 25134/2015	Elaboração de Projeto para Urbanização do Bairro Alto da Penha, contemplando: Projetos de Drenagem, Urbanização e Pavimentação.	196.400,00	18/12/2015	31/12/2017	Em Licitação	0,00%
Ministério das Cidades	681290	0424404-40	Ampliação do ses da sede municipal de Mossoró / RN-bacia 2	869.695,41	07/08/2014	07/08/2017	Adimplente	
Ministério das Cidades	681289	0424378-20	Ampliação do sistema de abastecimento de água na sede do município 1ª Etapa	49.696.162,31	06/08/2014	30/12/2018	Projeto em revisão	0,00%
Ministério das Cidades	683220	0424433-92	Implantação do SES 1ª Etapa – Bacia do Granjeiro Sub-bacia SB 09, 10, 11, e 12 da sede municipal.	27.527.822,57	06/08/2014	30/12/2018	Projeto em fila	0,00%
Ministério do Turismo	808332	1017769-51 32249/2014	Pavimentação e Drenagem Pluvial no Município de Crato/CE. (Estrada Trecho Gizelia Pinheiro - Campo Alegre)	975.000,00	10/07/2014	30/12/2017	Projeto em Fila	3,62%
Ministério do Esporte	682811	0425761-00	Construção de Centro de iniciação ao Esporte - CIE	3.133.507,49	11/06/2014	30/12/2017	Não iniciada	0,00%
Ministério das Cidades	681291	0424449-72	Elaboração de projetos de engenharia para ampliação e adequações do saa da sede do município	64.481,93	04/06/2014	30/05/2018	Adimplente	
Ministério do Desenvolvimento Social	798536	1012724-56 60826/2013	Estruturação da rede de serviços de proteção social básica construção de centro de referência de assistência social - CRAS	600.000,00	30/12/2013	30/12/2017	Em Execução	29,57%

Ministério das Cidades	789906	1007856-82 49314/2013	Implantação de Passeios Públicos, no Município de Crato CE. (Chiquinha Macedo)	295.300,00	30/12/2013	30/12/2017	Paralisada	55,94%
Ministério das Cidades	790309	1008646-40 49322/2013	Pavimentação e Drenagem na Avenida Hermes Paraíba com Construção de Ponte e Passeios, no Município de Crato CE.	987.600,00	27/12/2013	30/06/2018	Projeto em elaboração	0,87%
Ministério do Esporte	790567	1008802-53 28306/2013	Construção de Quadra Poliesportiva no Sítio Cachoeira dos Goncalves localizado no Distrito de Dom Quintino, no município de Crato-CE.	292.500,00	08/11/2013	30/12/2017	Em Execução	97,51%
Ministério do Esporte	784095	18067/2013	Implantação e modernização de infraestrutura esportiva (Construção de Quadra do Gesso)	292.500,00	28/10/2013	30/12/2017	Paralisada	58,11%
Ministério do Turismo	780248	1002084-48 044430/2012	Urbanização no balneário da nascente, no município de Crato, através da construção de calçadas, pavimentação de passeio.	292.500,00	24/12/2012	30/12/2016	Aguardando Prestação de Contas	0,00%
Ministério da Cultura	672135	0363283-88	Construção de Praça de Esporte e Cultura - PEC - Modelo 3000m2 (Bairro Mirandão)	1.922.175,00	09/03/2012	30/12/2017	Em Execução	57,16%
Ministério do Turismo	717359	0305027-62 80072/2009	Pavimentação em pedra tosca na Sede e distritos do Município do Crato-CE. (Pavimentação de 38 ruas)	780.301,53	25/06/2010	30/06/2017	Paralisada	42,63%
Ministério das Cidades	623899	0249775-20	Construção de unidades habitacionais	548.313,18	29/04/2008	30/12/2017	Concluído	100,00%

3.3. DETALHAMENTO DOS INVESTIMENTOS DE TRANSFERÊNCIA FUNDO A FUNDO

QUADRO Nº 2.1 – DETALHAMENTO DAS DEMANDAS DO MAPP - CRATO								
CONCEDENTE	Nº CONVÊNIO	Nº INTERNO	OBJETO	VALOR REPASSE	INÍCIO (ASSINATURA)	TÉRMINO	SITUAÇÃO DO CONVÊNIO	EXECUTADO
Ministério da Saúde		11737.4710001/13-007	Construção de Unidade Básica de Saúde - UBS - Porte 1 (Zacarias Gonçalves)	408.000,00	09/09/2015	Indefinido	Em execução	80,00%
FNDE	8025/2014	1007366	Cobertura de Quadra Escolar 001/2013 - Crato - CE	243.276,39	01/01/2014	24/08/2017	Indefinido	0,00%
FNDE	9894/2014	1014588	Construção de Creche Tipo C - São Bento - Crato - CE	943.710,53	01/01/2014	22/05/2018	Indefinido	0,00%
Ministério da Saúde		11737.4710001/13-006	Construção de Unidade de Acolhimento	500.000,00	17/10/2013	Indefinido	Em execução	73,83%
Ministério da Saúde		11737.4710001/13-002	Construção de Unidade Básica de Saúde - UBS - Porte 1 (Palmeiral)	408.000,00	25/03/2013	Indefinido	Concluído	100,00%
Ministério da Saúde		11737.4710001/13-009	Construção de Unidade de Pronto Atendimento - UPA - Porte 1	2.200.000,00	01/01/2013	Indefinido	Paralisada	23,00%
FNDE	3871/2013	30934	Construção de Quadra Escolar Coberta - Vila Lobo	510.000,00	01/01/2013	26/09/2016	Paralisada	62,70%
FNDE	4862/2013	1000917	Construção de Quadra Escolar Coberta - Dom Quintino - Crato - CE	493.292,27	01/01/2013	04/09/2016	Em Reformulação	0,00%
FNDE	6712/2013	1004759	Construção de Quadra Escolar Coberta 003 - Crato - CE (São Miguel)	493.292,27	01/01/2013	21/08/2017	Indefinido	0,00%
FNDE	6332/2013	1004847	Construção de Creche Tipo B - Vila Lobos - Crato - CE	1.709.589,89	01/01/2013	22/06/2017	Paralisada	29,26%
FNDE	7203/2013	1006044	Construção de Creche Tipo B - Bairro São Miguel - Crato - CE	1.709.589,89	01/01/2013	01/06/2018	Indefinido	0,00%

ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO-CE – LOTE I

FNDE	7203/2013	1006045	Construção de Creche Tipo B - Loteamento Filemon - Crato - CE	1.709.589,89	01/01/2013	01/06/2018	Indefinido	0,00%
FNDE	2162/2011	22723	Construção de Quadra Escolar - Monte Alverne	510.000,00	01/01/2011	31/10/2017	Paralisada	42,95%

3.4. DETALHAMENTO DOS CONVÊNIOS COM RECURSOS ESTADUAIS

QUADRO Nº 2.1 – DETALHAMENTO DAS DEMANDAS DO MAPP - CRATO								
CONCEDENTE	Nº CONVÊNIO	Nº INTERNO	OBJETO	VALOR REPASSE	INÍCIO (ASSINATURA)	TÉRMINO	SITUAÇÃO DO CONVÊNIO	EXECUTADO
Secretaria dos Recursos Hídricos	06/SRH/CE/2014	931252	Sistema de Abastecimento d'água na Comunidade Dom Quintino, no Município de Crato, com estrita observância das condições inseridas neste convênio e no Processo Administrativo nº 2461210/2014, parte integrante deste Termo, independente de transcrição - MAPP 332.	753.994,42	-	01/07/2014	03/12/2017	Adimplente
Secretaria das Cidades	111/CIDADES/2014	931322	Construção de uma ponte de concreto armado sobre o Rio Caras, na localidade de Ponta da Serra / Vila Palmeirinha dos Vilar, no município.	822.681,55	411.923,05	30/06/2014	30/12/2017	Projeto em fila
Secretaria das Cidades	108/CIDADES/2014	931315	Pavimentação Em Pedra Tosca No Distrito De Santa Fé no município.	384.288,80	31.835,79	30/06/2014	30/12/2017	Adimplente
Secretaria das Cidades	116/cidades/2014	931242	Urbanização do entorno do Estádio Mirandão na sede do município.	1.081.449,90	540.724,95	30/06/2014	30/12/2017	Adimplente
Secretaria das Cidades	106/CIDADES/2014	931274	Pavimentação em Pedra Tosca em Diversas Ruas da Sede Do Município.	277.064,03	13.853,2	27/06/2014	27/12/2017	Adimplente
Secretaria das Cidades	016/CIDADES/2014	928097	Pavimentação em pedra tosca em diversas ruas da cidade no município.	313.905,56	21.973,39	27/05/2014	26/12/2017	Adimplente

Secretaria das Cidades	019/CIDADES/2014	928039	Pavimentação e Urbanização da Avenida Alan Kardec e das ruas Antônio Leite Saraiva e Capitão José Macêdo no município.	2.131.622,80	301.609,48	26/05/2014	26/11/2017	Adimplente
------------------------	------------------	--------	--	--------------	------------	------------	------------	------------

4.0. ANÁLISE DE IMPACTO DOS PROJETOS CONTRATADOS

4.0. ANÁLISE DE IMPACTO DOS PROJETOS CONTRATADOS, ESPECIALMENTE NO CUSTEIO DE RECURSOS HUMANOS

O objetivo dessa análise é proporcionar a administração uma perspectiva de longo prazo, principalmente no impacto financeiro das demandas consideradas prioritárias para a Administração. Contudo, devido a inexistência de controles por centro de custo e similares, que permitam uma correta mensuração dos custos de manutenção e de recursos humanos necessários para o pleno funcionamento, essa análise mais aprofundada se torna inviável.

Foram consideradas duas fontes que expressam claramente essas prioridades da atual Gestão, quais sejam o Plano de Governo e o MAPP Crato. O plano de governo apresenta, em sua maioria, propostas genéricas, com características essenciais de diretrizes, cerca de 74% do total de 149 (cento e quarenta e nove) propostas, sem prejuízo a clareza na intenção do plano.

Já o MAPP Crato, ferramenta de monitoramento das ações e projetos prioritários da Administração, se concentra em ações de nível tático e operacional, totalizando 227 (duzentas e vinte e sete) ações e/ou projetos ativos, conforme última reunião do MAPP, realizada em 8 de agosto desse ano.

Nesse cenário, visando produzir uma informação de qualidade para a Administração, a análise buscou identificar as demandas com necessidades de gastos significativos, seja ela de custeio na contratação de pessoal, manutenção ou de capital, quando se tratar de investimentos e aquisições de bens, nas duas fontes avaliadas.

4.1. DEMANDAS DO PLANO DE GOVERNO COM DESPESAS DE CARÁTER CONTÍNUO

Se enquadram nessa categoria as iniciativas que terão gastos significativos considerados “DESPESAS CORRENTES”, sejam elas com pessoal, aquisição de material de consumo e/ou reformas que impactarão os orçamentos dos próximos quatro anos. Nesse sentido, se destacam as seguintes iniciativas:

- Adequação dos pontos de atendimento para táxi, ônibus, moto táxi e acesso intermodal a esses transportes e ao Veículo Leve sobre Trilhos - VLT;
- Ampliar os roteiros para o transporte público, com novos horários de circulação (para o centro comercial e para os demais bairros da cidade, bem como para a zona rural);
- Controle do Índice de Sonorização e cumprimento da legislação pertinente;
- Criar e implantar o Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura, através da construção de espaços para comercialização de produtos do artesanato, em áreas de adensamento populacional, a exemplo da Encosta do Seminário e através da revitalização da famosa “Feira do Crato”, cantada em verso e prosa por Luís Gonzaga, como espaço de expressões artísticas e culturais e de economia da cultura;

- Criar Escola de Arte Popular destinada aos ensinamentos dos mestres da cultura popular; e promover a reforma no projeto museológico do Museu Histórico, Artístico do Crato;
- Desenvolver programas de esporte específicos para as crianças, adolescentes/jovens, mulheres e idosos, garantindo a acessibilidade e respeitando as peculiaridades de cada grupo;
- Estabelecer parceria com o Governo do Estado do Ceará, através do Gabinete da Primeira Dama do Estado, para implementar em Crato as ações do Programa Mais Infância Ceará, em seus três pilares: Tempo de Aprender (creches), Tempo de Brincar, Tempo de Crescer
- Garantir a valorização e a qualificação permanente dos professores e técnicos administrativos do sistema municipal;
- Garantir meios e equipamentos públicos que promovam o acesso das crianças e jovens à produção cultural, à prática esportiva, à mobilidade territorial e à fruição do tempo livre;
- Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades, por meio das ações da Central de Regulação;
- Implantação do “município saudável e sustentável”, ampliando e aprimorando a gestão ambiental do município, com a participação ativa das comunidades (incluindo mulheres e homens de todos os grupos etários e étnicos) em todo o processo de implantação, desde o diagnóstico inicial, as ações para identificar os recursos e possíveis soluções, execução das ações, monitoramento e a avaliação;
- Implantação progressiva da escola de tempo integral;
- Implantar a coleta seletiva no município com centro de triagem dos resíduos sólidos recicláveis e, em parceria com empresas privadas, associações ou grupos produtivos, especialmente a Associação dos Agentes Recicladores Ambientais de Crato, e, ainda, incrementar a produção de composto orgânico e do aproveitamento de óleo de cozinha para uso na fabricação artesanal de saponáceos;
- Incentivar a implantação e o desenvolvimento de outros bens culturais tais como salas de cinema e teatro, arte circense palcos sonoros e festivais de música;
- Incentivar e capacitar profissionais Agentes Recicladores Ambientais de Crato através de processos de formação, de incentivo ao ingresso em salas de educação de jovens e adultos e através de incentivo financeiro para estruturação do processo de trabalho;
- Otimizar o atendimento de serviços básicos à população com a implantação desses serviços 24 horas (Zoonose, SAAEC, iluminação pública; fiscalização ambiental), e com a ampliação as sedes de atendimento e serviços municipais. Os serviços de saúde se estenderão até as 22 horas;
- Programa “Meu Lugar”. Da parceria entre o Centro de Referência da Assistência Social, a Universidade Regional do Cariri e o Fórum do Crato será desenvolvido o Programa Meu Lugar, voltada para a criação ou retomada de laços entre pessoas da mesma família e / ou da mesma comunidade e da sociedade como um todo e, ainda, do apoio para inserção de pessoas capazes no mundo do trabalho;

- Programa “Minha Renda”. Apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade – idosos e pessoas com deficiência, através da garantia de assistência à saúde, de acesso a bens culturais e na forma de assistência jurídica nas suas demandas de auxílio financeiro junto à Previdência Social ou ao Governo do Estado do Ceará;
- Programa SUPERAÇÃO - que consistirá no apoio psicossocial e auxílio econômico transitório a pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, visando a (re)afirmação de sua autonomia individual, familiar e social;
- Promover a preservação do patrimônio material e imaterial da cultura popular do mosaico Crato Cariri, valorizando os mestres da cultura, os grupos, as manifestações e expressões culturais e tradições do município e revigorando o artesanato, as artes, saberes, sabores e festas populares;
- Promover a segurança no trânsito através da manutenção, ampliação e modernização do sistema de sinalização, da fiscalização eficiente, com apreensão de veículos roubados, do monitoramento e da educação no trânsito;
- Promover e/ou apoiar a realização de competições esportivas aproveitando o potencial do município e da região no que toca às características geográficas (adequadas ao esporte de aventura e competições eco esportivas) bem como estimulando a tradição esportiva da nossa gente, criando ou se inserindo no calendário esportivo regional, estadual e nacional, apoiando a participação dos atletas cratenses e atraindo e fortalecendo o Turismo Esportivo, o “Maraturismo”;
- Realizar concurso público para formação de quadro qualificado para a Secretaria de Cultura;
- Reforma e regularização do cemitério público municipal, atendendo a segurança, o ordenamento dos corredores, identificação dos túmulos, higienização e controle de poluição da água subterrânea;
- Reformar o projeto museológico do Museu Histórico, Artístico do Crato;
- Rever e implementar o Plano de Saneamento Básico com a incrementação de projetos inovadores para a coleta e a destinação final dos resíduos sólidos e efluentes, assim como do reuso da água
- Revitalizar as bibliotecas públicas municipais através da ampliação dos acervos e da instalação de terminais de consulta eletrônica de livros e periódicos disponíveis na internet;
- Revitalizar o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, programa de reflorestamento e de experiências de convivência com o semiárido para educação, pesquisa e turismo religioso, cultural e ecológico, em parceria com o Geopark Araripe / URCA;
- Valorização e qualificação da Guarda Civil Municipal;
- Valorizar a capacidade criativa do jovem, mediante o desenvolvimento de programas e projetos culturais; e
- Valorizar a tradicional Banda de Música Maestro Azul e a Escola de Música.

4.2. DEMANDAS DO PLANO DE GOVERNO COM DESPESAS DE INVESTIMENTO

Se enquadram nessa categoria as iniciativas apresentadas no Plano de Governo que, possivelmente, vão necessitar de investimento para sua realização. Elas variam de abrangência e porte, mas invariavelmente, requerem recursos de capital, sejam eles para Obras Civas de construção ou ampliação ou ainda para aquisição de equipamentos, veículos e demais bens permanentes.

Vale salientar que a maioria dessas ações, possivelmente vão criar ou ampliar as despesas de custeio de caráter continuado, relacionadas ao respectivo investimento. Inclusive, a falta de um controle de despesas por centro de custo, ou seja, por cada unidade que gera despesas, tornou inviável a projeção de custos dessas demandas.

Independente disso, foi possível identificar claramente, dentre os investimentos apontados, quais vão requerer um volume maior de investimentos, são eles:

- Abertura e incremento de novas vias que interliguem os diversos bairros;
- Ampliar a rede de oferta da educação infantil e creches;
- Construir equipamentos destinados as práticas de recreação, esporte, brincadeiras e jogos populares;
- Construir novas creches e melhorar as existentes e reformar e/ou ampliar as escolas do sistema municipal, inclusive dos distritos e equipá-las adequadamente;
- Criação do Centro de Referência da Cultura Negra “A Cova da Nega”, no Distrito Ponta da Serra e o Centro de Referência da Cultura Cariri no Monte Alverne;
- Criar Centros Integrados de Cultura, Arte, Esporte e Lazer em bairros e distritos;
- Criar corredores ecológicos/ cinturão verde interligando o Parque Estadual do Fundão em Crato com o Balneário da Nascente que será requalificado como espaço de termalismo / crenoterapia / lazer e cultura com a recuperação ainda do prédio da histórica hidrelétrica;
- Criar um Centro de Informações Socioambientais – CIS - para empreendedores, pesquisadores e turistas;
- Dotar os bairros e distritos do município de espaços adequados para a prática esportiva e atividades de lazer, estimulando e fortalecendo o costume da rotina saudável e melhorando a qualidade de vida da população;
- Implantação do Monitoramento eletrônico com câmeras de vigilância em áreas estratégicas da cidade;
- Implantar do núcleo de saúde ambiental considerando o cuidado com o meio ambiente do trabalho e consequentemente dos trabalhadores/as inclusive os/as trabalhadores/as rurais expostos a doenças e agravos relacionados ao trabalho e decorrentes da exposição a agroquímicos;
- Implementar o Plano Municipal de Saneamento;

- Implementar o Reuso de água e captação de águas da chuva em escolas e prédios públicos, adequando os espaços já existentes e considerar a importância desse investimento nas novas obras;
- Melhorar a infraestrutura do comércio popular, garantindo nova edificação para o “Camelódromo”, revisão do espaço no entorno do Mercado e Feiras Livres e Incentivando a instalação de subcentros comerciais nos bairros, em especial no Seminário;
- Modernização e ampliação do sistema de iluminação pública municipal e utilização dos espaços públicos com atividades culturais e de lazer comunitário;
- Reestruturação de Praças e Parques garantindo seu uso seguro em todos os bairros e zona rural; e
- Revitalizar as nascentes, riachos, rios e fontes, através de incentivos a pequenos produtores e revitalização e Renaturalização do Rio Grangeiro, Batateiras, Saco e Lobo com saneamento.

4.3. DEMANDAS DO MAPP CRATO COM DESPESAS DE CUSTEIO

No monitoramento de ações e projetos prioritários, denominado MAPP Crato, se repete a ausência de controle de custos das demandas, mesmo que por estimativa. Todavia, esse esforço de levantamento estimativo dos custos está sendo realizado pelas secretarias durante esse processo de planejamento.

Das ações previstas no MAPP, destacamos a seguir o conjunto de ações com despesas de custeio eventual ou de caráter continuado, com recurso do erário municipal. Essas ações representam cerca de 30% do número total de ações, como seguem:

- Ampliação de 04 (quatro) equipes de saúde bucal (2017/2018);
- Aperfeiçoamento do sistema de tratamento de água para abastecimento do bairro vila alta - melhoria da qualidade da água ofertada aos moradores do bairro vila alta;
- Apoio e realização de feiras da Agricultura Familiar – FAF;
- Aquisição de equipamentos de uso operacional da guarda civil metropolitana;
- Aquisição de fardamento do DEMUTRAN;
- Aquisição de fardamento para alunos - garantir fardamento escolar para todos os alunos matriculados na rede de ensino do município do Crato;
- Aquisição de fardamento para defesa civil - aquisição de fardamento para caracterização dos servidores da defesa civil na atividade operacional;
- Aquisição de fardamentos e EPIS para a segurança - aquisição de fardamento e equipamentos de proteção individual (EPI), destinada a suprir as necessidades da coordenadoria de defesa civil e guarda municipal, em especial combate a incêndios.
- Aquisição de instrumentos, fardamentos e materiais de consumo para funcionamento da banda de música municipal do Crato;
- Aquisição de utensílios para cozinha escolar;
- Coibir o comércio de ambulantes de produtos;
- Contratação de procedimentos não contemplados pela tabela SUS (possíveis de serem realizadas pelo município);
- Contratar empresa de manutenção de prédios públicos, com aplicação de identidade visual
- Cumprir o calendário cultural do Crato (eventos fixos para 2017) - liberar recursos financeiros para viabilizar contratações e aquisições para a realização dos seguintes eventos no ano de 2017: semana do município e São João, eventos durante a Expocrato, semana do folclore (setembro), festival de música do Crato outubro) mostra SESC (parceria da prefeitura), guerrilha do ato dramático e natal popular;

- Execução do programa de aquisição de alimentos no município – PAA;
- Garantir acessibilidade através de intervenções arquitetônicas e prediais da E.E.F. Sonia Callou;
- Garantir acesso a água - Abastecimento de água as famílias da zona rural;
- Iluminar praças centrais e principais avenida com led;
- Implantação da farmácia do CAPS;
- Implantação de escolas em tempo integral
- Implantação de hortas comunitárias
- Implantação do prêmio professor fundamental - instituir gratificação para os professores da rede municipal que obtiverem melhor êxito aos resultados das avaliações externas do ensino fundamental;
- Implantação do prontuário eletrônico do cidadão – PEC;
- Implantação do serviço de inspeção municipal – SIM;
- Implantar o sistema de informação do programa nacional de imunização - SIPNI;
- Implementação do Plano Anual de Esporte, prevendo pelo menos as seguintes iniciativas: jogos escolares; Crato em movimento; circuito esportivo; projeto segurança pública e qualidade de vida; esporte de ação e aventura; família na praça; escolinhas pré desportivas e esporte de alto rendimento; campeonato do servidor público;
- Implementação do plano de requalificação das praças centrais, com nova arquitetura e arborização;
- Implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância – PMPI;
- Implementação do programa coleta seletiva em diversos bairros do município do Crato, implantando ações de cuidado com a destinação de resíduos sólidos;
- Implementação do projeto de ampliação de fiscalização e corte de ligações clandestinas e clientes em débito - ampliar a fiscalização e intensificar os cortes;
- Implementação do setor de mobilização social;
- Locação de ônibus para as atividades e eventos culturais da secretaria de cultura - aquisição de ônibus para transporte de grupos culturais do Crato nas atividades e eventos culturais da secretaria de cultura;
- Manutenção das unidades escolares - garantir manutenção predial e dos equipamentos das unidades escolares;
- Operação Pipa - Manutenção do projeto de operação pipa, com regularização de situação de risco do município e monitoramento de ações de emergência;
- Operação tapa buracos na malha viária do Crato;

- Preparo do solo para o plantio - oferecer máquinas para realização do preparo do solo para o plantio – PSP;
- Prestar serviço de assistência técnica e extensão rural – ATER;
- Programa de educação hidroambiental - implantação do núcleo e realização de 80 oficinas de capacitação de alunos e 12 oficinas de professores;
- Realização da 6ª ação finalista do direito de brincar ao brincar de todas as crianças. PMPI;
- Realização do cadastro ambiental rural – CAR;
- Realização do projeto empoderamento e inclusão social dos catadores de material reciclável;
- Realizar manutenção física e estrutural das unidades de saúde do município;
- Reflorestamento de áreas degradadas por queimadas na chapada do Araripe - Apa Crato;
- Reforma do CRAS Muriti;
- Reforma do CRAS Seminário - adequação e limpeza dos espaços para melhoria do atendimento ao usuário do serviço;
- Reformar a praça da batateira;
- Reformar colégio municipal;
- Reformar escola 18 de maio;
- Reformar o mercado Walter Peixoto;
- Utilização de equipamentos escolares para atividades esportivas e culturais da sociedade; e
- Viabilizar o funcionamento do parque histórico do caldeirão e da Banda Cabaçal dos irmãos Anicetos - realizar a contratação de 1 casal de moradores do parque histórico do caldeirão da Santa Cruz e de 1 membro da família Aniceto para substituir o mestre Antônio Aniceto (falecido).

4.4. DEMANDAS DO MAPP CRATO COM DESPESAS DE INVESTIMENTO

Considerando que 70% do total de ações do MAPP Crato possui como fonte de recursos o tesouro municipal, mesmo essa informação se referindo ao número de ações e não aos seus respectivos custos, chama a atenção devido ao fato de, geralmente, investimentos de iniciativa própria do município não recebem financiamento do seu respectivo custeio.

Vale salientar que essa análise, a qual mesmo ainda está em processo de revisão, não apresenta a informação quanto ao volume de recursos, pois não existe controle de custos que permita essa averiguação.

De qualquer forma, é possível identificar no montante de ações do MAPP Crato um conjunto de ações que requer recursos financeiros de investimentos, sim sinalização de fonte externa para tal. Esse conjunto de ações representa cerca de 12% do total do número de ações do MAPP Crato, como segue:

- Abastecimento de água em Monte Alverne, Santa Fé, Bréa, Mané Côco e Santa Rosa;
- Ampliação das ligações intradomiciliares ao sistema de esgotamento sanitário do bairro seminário - número de ligações intradomiciliares insuficiente para atendimento ao pleno funcionamento da ete Seminário;
- Aquisição de imóvel na rua José de Alencar para construção da saída de emergência lateral do cine teatro Salviano Arraes;
- Aquisição de veículos de endemias;
- Aquisição de veículo adaptado para cadeirante para o RPPS Previcrato;
- Construir a praça da prefeitura;
- Construir avenida via férrea colégio municipal / RFFESA;
- Construir matadouro público;
- Implantação de laboratório de qualidade de água e efluentes - implantar laboratório para realização de análises bacteriológicas da SAAEC;
- Implantação do CAPS III;
- Implantação do sistema de abastecimento de água do Sítio Cruzeiro/Santa Fé – Crato;
- Melhorar o abastecimento de água no distrito de Dom Quintino;
- Pavimentação em pedra tosca no vale do amanhecer;
- Pavimentar da CE-285 ao Sítio Brea;
- Pavimentar e drenar a estrada do Campo Alegre;
- Pavimentar em pedra tosca o distrito de Santa Fé no município;
- Pavimentar ruas do município;
- Perfuração de poço tubular e construção de adutora do distrito de Dom Quintino;
- Investimentos na estrutura física quadra bicentenária
- Projeto de universalização da hidrômetração;
- Reformar e ampliar Escola Zé do Vale; e
- Transferência da Farmácia Central.

5.0. ANÁLISE DE COMPATIBILIDADE E ALINHAMENTO COM POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS E FEDERAIS

5.0. ANÁLISE DE COMPATIBILIDADE E ALINHAMENTO DOS PROJETOS COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS E FEDERAIS

Quando se fala em compatibilidade de políticas públicas, temos que avaliar dois aspectos. A compatibilidade externa com outros entes federados e a interna, entre as políticas do próprio município. Nesse sentido essa compatibilização, principalmente interna, é o caminho para evitar à fragmentação, na formulação/implementação das políticas públicas de forma integrada, observando a coerência, consistência e coordenação das políticas públicas municipais.

Devido a amplitude do tema de políticas públicas e a falta de dados objetivos das ações, definiremos como escopo dessa análise aspectos mais objetivos como a compatibilidade das políticas públicas internas com as dos principais financiadores externos, tomando como base os referenciais técnicos dos próprios Governos Estadual e Federal para os anos seguintes. São eles:

- Orçamento Estadual do Ceará; e
- Orçamento Federal da União.

Esses referenciais permitem, além de avaliar compatibilidade com a proposta para o município, vislumbrar novas possibilidades de captação de recursos, já que representam programas governamentais que precisam ser executados, inclusive por meio de parcerias com municípios. Considerando esses fatores, listamos abaixo políticas, consideradas necessárias, para um município de médio porte e comuns aos referenciais dos Governos Estadual e Federal, como segue:

- Mobilidade e Acessibilidade;
- Cultura e Patrimônio;
- Desenvolvimento Econômico;
- Comercio e Serviços;
- Trabalho, Emprego e Renda;
- Turismo;
- Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Defesa Civil;
- Segurança Pública;
- Saúde;
- Segurança Alimentar e Nutricional;
- Drogas;
- Juventude;

- Assistência Social;
- Proteção e Defesa da Criança e do Adolescente;
- Direitos do Idoso;
- Direitos da Pessoa com Deficiência;
- Direitos das Mulheres;
- Direitos de LGBTT;
- Igualdade Racial;
- Educação;
- Esporte e Lazer;
- Habitação e Regularização Fundiária;
- Terras Públicas;
- Saneamento Ambiental;
- Meio Ambiente;
- Recursos Hídricos;
- Agricultura;
- Transporte;
- Previdência Social;
- Ambiente Político Institucional;
- Governança; e
- Integração Metropolitana.

5.1. COMPATIBILIDADE DAS DEMANDAS DO PLANO DE GOVERNO

O plano apresenta claramente alinhamento com as diretrizes de políticas inclusivas e de valorização cultural, não apresentando incompatibilidades evidentes com as diretrizes dos Governos Estadual e Federal. Contudo, ao analisar as ações propostas, tomando como base, o referencial apresentado anteriormente é possível identificar a similaridade, ou não, com a proposta de Governo de um município de porte médio.

Contudo, devido ao caráter mais genérico do Plano, não é possível identificar objetivamente a compatibilidade de todas as ações, mas podemos avaliar as omissões e potenciais inconsistências nas ações e/ou diretrizes, que em tese, deveriam constar no Plano de Governo.

Nesse sentido, destacam-se por omissão as seguintes políticas públicas:

- Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Defesa Civil;
- Terras Públicas;
- Governança; e
- Integração Metropolitana.

Estão presentes, mesmo que apenas citadas, mas de forma insipiente, as seguintes políticas:

- Mobilidade e Acessibilidade;
- Comercio e Serviços; e
- Segurança Alimentar e Nutricional.

5.2. COMPATIBILIDADE DAS DEMANDAS DO MAPP CRATO

No MAPP Crato, a análise das ações limita-se avaliar a sua compatibilidade, quando as ações têm como fonte de recurso os Governos Federal ou Estadual. Isso é necessário devido ao requisito fundamental dos acordos celebrados, Convênios ou congêneres, ter interesse comum e compatível na execução de políticas públicas.

Nesse sentido, constatou-se que a finalidade dos programas financiadores não está explícita na definição de escopo dos novos projetos, o que pode causar eventuais inconformidades por diferença do projeto apresentado pelo Município em relação as diretrizes e normas do Programa Estadual ou Federal relacionado.

As demandas do MAPP Crato, referentes a Convênios, não possuía, até a última reunião de avaliação, uma diferenciação quanto a fonte de recurso e conseqüentemente quanto as suas políticas públicas. Isso pode induzir a Administração ao erro por não considerar aspectos específicos de cada Programa, fonte do recurso.

Destacam-se, como risco potencial, os projetos relacionados a projetos integrados de obra e implementação, como por exemplo implantação de Praça do PEC, a qual prevê a construção, trabalho social, equipamentos, entre outras ações. Esse tipo de ação apresenta maior dificuldade da gestão devido as informações necessárias para sua consecução transcenderem o projeto de engenharia.

Nesse sentido, é fundamental para a Administração diferenciar os projetos do MAPP, de acordo com a sua fonte de recurso e complexidade, para que seja possível uma análise individualizada.



6.0. CONCLUSÃO

6.0. CONCLUSÃO

Após análise das ações e projetos municipais, em suas diferentes situações e estágios de execução, foi possível identificar a situação geral desse conjunto. Tal análise evidenciou necessidades pontuais e estruturais para a boa execução e conversão dos projetos em benefícios reais a sociedade cratense.

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou ainda avaliar e validar a existência de um paradoxo da Administração Municipal entre a necessidade de busca de recursos financeiros junto aos Governos Estadual e Federal para garantir o amplo alcance da execução das políticas públicas e do outro lado a notória dificuldade de executar os convênios firmados, devido a sua capacidade técnica e operacional.

De uma forma geral existe uma fragmentação na gestão desses projetos o que dificulta seu monitoramento e até mesmo uma análise situacional, sendo necessário inclusive um trabalho praticamente artesanal para levantar a situação em que as demandas se encontram.

Isso fica muito evidente quando se busca uma validação individual da situação real em que as demandas se encontram, por exemplo, projetos que estão em fila de elaboração, constarem no controle como se estivessem em elaboração ou convênios com problemas e/ou paralisados, como se estivessem em plena execução, por exemplo.

Essas inconsistências nos sistemas de controle, reduzem a capacidade do gestor de tomada de decisão e fazem com que os envolvidos gastem muita energia em ações redundantes e/ou corretivas.

Todavia, vale salientar que são perceptíveis o avanço e a evolução dessas práticas na atual gestão. Em poucos meses retomou vários projetos paralisados e iniciou vários outros novos. Contudo, mesmo com todo esforço, a estrutura ainda é deficitária por questões conjunturais e resultantes de vários anos de omissão em relação a esses pontos.



7.0. REFERÊNCIAS

7.0. REFERÊNCIAS

ARIOLI, E.E. Análise e solução de problemas: o método da qualidade total com dinâmica de grupo. 1 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.

CAMPOS, V. Falconi. Gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia. 8. ed. Belo Horizonte: INDG Tecnologia e Serviços Ltda, 2004.

KERZNER, Harold (2014). Gerenciamento de Projetos – As melhores práticas – 2a edição. Porto Alegre: Bookman.

MATUS, C. Política, Planejamento e Governo. Brasília: IPEA. 1993.

MAXIMIANO, ANTONIO CESAR AMARU. Administração de Projetos – Como transformar ideias em resultados. 4ª edição. Ed. Atlas. São Paulo-SP, 2010.

OCDE. Coerência nas Políticas: relatório final de atividades. Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE/ Comitê de Gestão Pública, março de 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO. Lei Orçamentária Anual - Exercício 2017, 2016

_____. Planilha de acompanhamento de prazos do MAPP Crato, 8 de agosto de 2017.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. 2013 Annual Report. EUA, 2013.

_____. Government Extension to the PMBOK Guide Third Edition. EUA, 2006.

_____. Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos 5ª edição – Project Management Body of Knowledge – PMBOK. EUA, 2013.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE BRASIL. 2010. Estudo de Benchmarking em Gerenciamento de Projetos Brasil - Chapters Brasileiros.

SENADO FEDERAL. Administração Pública: Normas e regulamentos. Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Subsecretaria de edições técnicas. Brasília-DF, 2006.



8.0. ANEXOS



ANEXO 1: FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS DE CUSTOS



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico Municipal e Regional

Identificação de custos correntes de equipamentos novos

Órgão: Secretaria de Saúde
Responsável: Milena Brasil

Objeto	Situação atual	Valor de investimento Convênio	Valor de investimento Municipal	Despesa corrente atual (total)	Despesa corrente para 2018 (total)	Informações necessárias
Construção de Unidade Básica de Saúde - UBS - Porte 1 (Zacarias Gonçalves)	Funcionando em prédio alugado	408.000,00	0,00	0,00	0,00	<ol style="list-style-type: none"> 1. Quantos profissionais estão dedicados a esta unidade e qual o custo anual destes atualmente? 2. Quantos profissionais serão dedicados para esta unidade e qual o custo anual estimado para 2018? 3. Qual o custo anual com material de consumo deste equipamento atualmente? 4. Qual o custo anual com material de consumo estimado para 2018? 5. Qual o custo anual com despesas fixas (aluguel, água, energia, etc) deste equipamento atualmente? 6. Qual o custo anual com manutenção (estrutura física) deste equipamento atualmente? 7. Será necessária aquisição de equipamentos e/ou material permanente para esta unidade funcionar?
Construção de Unidade de Acolhimento	Inexistente	500.000,00	0,00	Inexistente	0,00	<ol style="list-style-type: none"> 1. Quantos profissionais serão dedicados para esta unidade e qual o custo anual estimado para 2018? 2. Qual o custo anual com material de consumo estimado para 2018? 3. Será necessária aquisição de equipamentos e/ou material permanente para esta unidade funcionar?

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

ESPAÇO PLANO
ESPAÇO PLANO – ARQUITETURA E CONSULTORIA S/S LTDA.

ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E
REGIONAL DO CRATO-CE – LOTE I

**Produto 2.0 – Relatório de Inventário dos Projetos por
Categoria**

AGOSTO / 2017 – FORTALEZA / CE



CRATO

21

PLANO PLURIANUAL 2018-2021



ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO / CE - LOTE I



**PRODUTO 3.0 - Relatório de Diagnóstico da Situação dos Processos e Recursos Humanos,
Relacionados ao Planejamento Municipal**



PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

**ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO
CRATO-CE – LOTE I**

**PRODUTO 3.0 – RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DOS PROCESSOS
E RECURSOS HUMANOS, RELACIONADOS AO PLANEJAMENTO MUNICIPAL**

FORTALEZA / CE – AGOSTO / 2017

ELABORAÇÃO

ESPAÇO PLANO – ARQUITETURA E CONSULTORIA S/S LTDA.

EQUIPE TÉCNICA DA CONSULTORA

Coordenação Técnica

AIRTON IBIAPINA MONTENEGRO JÚNIOR – Coordenador / Arquiteto e Urbanista Sênior

Equipe Chave

FRANCISCO EDUARDO ARAUJO SOARES – Arquiteto e Urbanista Sênior

ANDERSON CARLOS LEITE PEREIRA - Contador

DANIEL PAGLIUCA – Advogado Pleno

DIEGO TORQUATO ALMEIDA – Contador Pleno

FRANCISCO ANTÔNIO DO NASCIMENTO NETO – Contador Sênior

LAURO CHAVES NETO – Economista Sênior

MARCELO DA COSTA TEIXEIRA – Engenheiro Civil Sênior

PEDRO ELDER SILVA LIMA – Administrador Pleno

VERA MARIA DA SILVA FREITAS – Assistente Social Pleno

Equipe Complementar

ISABELLY CAMPOS EGOT – Arquiteta e Urbanista

KARLO JOSÉ MEDEIROS TELES – Contador

TAMIRYS SOARES SENA – Arquiteta e Urbanista

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

Coordenação

MERCIA KARIZIA SOBREIRA LEANDRO – Gerente da Célula de Monitoramento de Projetos Prioritários

Equipe Chave

ADALGIZA ARRAIS DE FARIAS VIEIRA – Subprocuradora Municipal

CÍCERO FELIPE DA SILVA CORREIA – Chefe de Gabinete Adjunto

HERMÍNIA RACHEL SARAIVA OLIVEIRA – Coordenadora de Comunicação

HILDO MORAES DE BRITO JÚNIOR – Arquiteto, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial

KARINE FEITOSA CARLOS SANTANA – Assessora da Secretaria Municipal de Educação

NÍNIVE BARRETO OLIVEIRA XENOFONTE – Gerente da Célula de Projetos Estratégicos, da Secretaria Municipal de Saúde

Equipe de Apoio da Consultora

AILA MARIA ALMEIDA OLIVEIRA – Agente Administrativo

ADLA EDWIGES OLIVEIRA DOS SANTOS – Secretária

CÍCERO VIEIRA NOBRE – Auxiliar de Escritório

WALDESON DE ARAÚJO LIMA – Digitador





SUMÁRIO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1.0. CONTEXTUALIZAÇÃO	9
2.0. MODELOS DE GESTÃO	12
2.1. GERENCIAMENTO DE PROJETOS.....	13
2.1.1. FASES DO CICLO DE VIDA DO PROJETO	13
2.1.2. ÁREAS DE CONHECIMENTO	14
2.2. GERENCIAMENTO DE PROCESSOS	16
3.0. VERIFICAÇÃO DOS PROCESSOS RELACIONADOS À EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL	18
3.1. COLETA DE DADOS.....	19
3.2. ENTREVISTAS	19
3.3. PROCESSO DE GERENCIAMENTO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL	19
3.4. OPORTUNIDADES DE MELHORIAS	22
3.5. RISCOS CONSIDERÁVEIS.....	23
4.0. VERIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS EM RELAÇÃO AS DEMANDAS DE EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL E DOS PROJETOS EM ANDAMENTO (CAPACIDADE TÉCNICA INSTALADA)	24
4.1. COLETA DE DADOS.....	25
4.2. ENTREVISTAS	25
4.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	26
4.4. OPORTUNIDADES DE MELHORIAS	28
4.5. RISCOS CONSIDERÁVEIS.....	29
5.0. REFERÊNCIAS.....	30

6.0. ANEXOS	32
6.1. ANEXO Nº 01 – FORMULÁRIO DE LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES	33
6.2. ANEXO Nº 02 – FORMULÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES	35



APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

O presente documento, intitulado como **Produto 03 – Relatório de diagnóstico da situação dos processos e recursos humanos, relacionados ao Planejamento Municipal**, foi desenvolvido pela equipe técnica da empresa Espaço Plano – Arquitetura e Consultoria S/S Ltda., concretizando a **Fase 1 - Gestão Municipal, Etapa C - Avaliação da Capacidade Técnica Institucional** do processo de elaboração do **Planejamento Estratégico Municipal e Regional do Município do Crato-CE**, em atendimento ao Contrato N° 2017.07.13.2, referente a Tomada de Preços N° 2017.06.20.1 - PMC.

Este produto apresenta o diagnóstico da situação dos processos e recursos humanos, relacionados ao Gerenciamento de Projetos no âmbito do Planejamento Municipal e as recomendações advindas da análise.



1.0. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.0. CONTEXTUALIZAÇÃO

A cada dia que se passa os negócios acontecem em um ambiente cada vez mais complexo, definido pela convergência entre as crescentes demandas da população. A dinâmica do mercado e novas exigências regulatórias criam uma complexidade cada vez mais heterogênea, necessária para suportar um número expressivo de decisões que acontecem no dia-a-dia das instituições.

As instituições acreditam nos seus processos gerenciais, para guiá-las através deste complexo ecossistema. Infelizmente, a complexidade deste ambiente pode levar a uma desconexão entre os que foi projetado na concepção dos processos com a sua efetiva execução.

Além disso, abrir diversas ações para atender uma grande demanda de solicitações da população e das entidades públicas de um município aumenta ainda mais esta pressão. Enquanto a administração pode estar preparada para responder rapidamente as necessidades de mudança nos seus processos, a equipe de gerenciamentos dos projetos pode não conseguir acompanhar este ritmo.

Uma solução de Gestão de Processos, baseada nos princípios fundamentais de BPM (Gerenciamento de Processos de Negócio), é um incremento importante para as instituições, ela é visível, compreensível, de retorno rápido e garantido e vai controlar os processos residentes em qualquer lugar dentro da instituição ou mesmo fora dela, numa ampla combinação de recursos e aplicações.

A Gestão de Processos é uma proposição estratégica e por isso deve ser amplamente compreendida pela instituição, seus fundamentos, requerimentos-chave e – fundamental - o nível de esforço necessário para implementá-la.

O sucesso de administração pública é construído sobre um alicerce de processos que alinham os recursos disponíveis às necessidades dos cidadãos. Seja fornecendo produtos ou serviços à população, colaborando com parceiros institucionais, ou coordenando os esforços dos colaboradores, os processos, no seu final, unificam os serviços, sua marca e seu valor.

Processos são o coração e a identidade da instituição. Eles são os passos para a criação de novos serviços, para a resposta a uma simples questão de um munícipe, para a compra de suprimentos, para a negociação com os servidores, para o desenvolvimento de um segmento de negócio territorial e, principalmente para a execução de um projeto plurianual da prefeitura, que abrange diversas ações integradas.

Os processos para gerenciamento de projetos tratam das atividades para elaboração, execução, monitoramento e encerramentos do plano plurianual da Prefeitura do Crato, denominado PPA 2018-2021.

Esse plano contempla não somente as metas anuais em termo de ações a serem realizadas internamente, bem como às governamentais a serem realizadas no município. Além disso, são indicadas no PPA as ações voltadas a melhorias de estrutura, capacitação e processos almejadas para a própria prefeitura.

Esse plano visa direcionar as ações da Prefeitura para o cumprimento de sua missão, considerando a otimização do uso de seus recursos humanos e patrimoniais. O PPA considera as orientações da ONU, guardando aderência com a legislação vigente e com as orientações oriundas dos órgãos de controle da administração pública.

O processo de elaboração do PPA teve início no mês de julho deste ano e é coordenado pela Gerência de Projetos Prioritários da Secretaria de Finanças e Planejamento, que é responsável por coletar informações de todos os órgãos que compõem a Prefeitura do Crato, consistir e consolidar essas informações em um plano unificado, bem como encaminhar o plano para aprovações em diversas instâncias.

O PPA direciona as ações da prefeitura para cada ano, para um intervalo de 4 anos estabelecendo metas a serem monitoradas pelo processo de gerenciamento de projetos.



2.0. MODELOS DE GESTÃO

2.0. MODELOS DE GESTÃO

2.1. GERENCIAMENTO DE PROJETOS

Segundo o PMI – *Project Management Institute* (2013), um projeto, é um esforço temporário realizado para criar um produto ou serviço único. Ou seja, é desenvolvido a partir de uma ideia, progredindo para um plano, que, por sua vez, é executado e concluído.

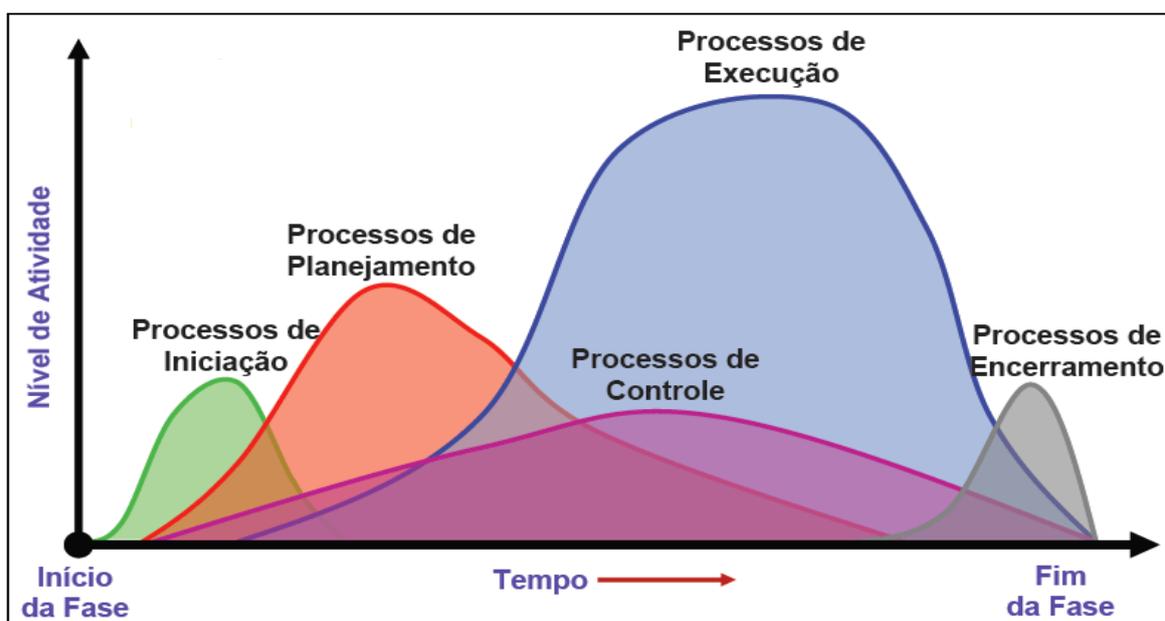
O PMI edita e publica *Um Guia do Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos* (Guia PMBOK) que reflete a colaboração e o conhecimento de gerentes de projetos na ativa e fornece os fundamentos de gerenciamento de projetos da maneira como são aplicados em uma ampla variedade de projetos.

Esse padrão com reconhecimento mundial fornece aos gerentes de projetos as ferramentas essenciais para exercer o gerenciamento de projetos e entregar resultados organizacionais

2.1.1. FASES DO CICLO DE VIDA DO PROJETO

Todo projeto pode ser dividido em fases de desenvolvimento. O entendimento dessas fases permite ao time de projeto um melhor controle do total de recursos gastos para atingir as metas estabelecidas. Esse conjunto de fases é conhecido como ciclo de vida de um projeto (FIGURA Nº 2.1 – FASES DO CICLO DE VIDA DO PROJETO).

FIGURA Nº 2.1 – FASES DO CICLO DE VIDA DO PROJETO



Fonte: Guia PMBOK (2013).

Cada fase normalmente define qual é o trabalho a ser realizado e quem deve estar envolvido. Normalmente, a similaridade encontrada em projetos de diferente natureza são: fase de iniciação, fase de planejamento, fase de execução, fase de monitoramento e controle e fase de encerramento.

- **Fase de Iniciação:** Fase inicial do projeto, quando uma determinada necessidade é identificada e transformada em um problema estruturado a ser resolvido. Nessa fase, a missão e o objetivo do projeto são definidos, bem como as melhores estratégias são selecionadas;
- **Fase de Planejamento:** Fase responsável por detalhar tudo aquilo que será realizado pelo projeto, incluindo cronogramas, interdependências entre atividades, alocação dos recursos envolvidos, análise de custos, etc., para que no final dessa fase, ele esteja suficientemente detalhado para ser executado sem dificuldades e imprevistos. Nessa fase, os planos auxiliares de comunicação, qualidade, riscos, aquisições e recursos humanos também são desenvolvidos;
- **Fase de Execução:** Fase que materializa tudo aquilo que foi planejado anteriormente. Qualquer erro cometido nas fases anteriores fica evidente durante essa fase. Grande parte do orçamento e do esforço do projeto é consumida nessa fase;
- **Fase de Monitoramento e Controle:** Fase que acontece paralelamente ao planejamento e execução. Tem como objetivo acompanhar e controlar aquilo que está sendo realizado pelo projeto, de modo a propor ações corretivas e preventivas no menor espaço de tempo possível após a detecção de anormalidades. O objetivo do controle é comparar o status atual do projeto com o status previsto no planejamento, tomando ações corretivas em caso de desvio; e
- **Fase de Encerramento:** É a fase quando a execução dos trabalhos é avaliada através de uma auditoria interna (ou externa). A documentação do projeto é finalizada e todas as falhas ocorridas durante o projeto são discutidas e analisadas para que erros similares não se repitam (visando aprendizagem).

O Gerenciamento de Projetos é a aplicação de conhecimentos, habilidades, ferramentas e técnicas às atividades do projeto a fim de atender aos seus requisitos, sendo realizado através da aplicação e da integração dos processos de gerenciamento de projetos.

2.1.2. ÁREAS DE CONHECIMENTO

Além dos grupos de processos, o Guia PMBOK® define dez áreas do conhecimento em gerenciamento de projetos (FIGURA Nº 2.2 – ÁREAS DE CONHECIMENTO).

- **Gerenciamento do Escopo:** Descreve os processos necessários para que todo e somente o trabalho requerido para completar o projeto com sucesso seja realizado;

FIGURA Nº 2.2 – ÁREAS DE CONHECIMENTO



Fonte: Guia PMBOK (2013).

- **Gerenciamento do Tempo:** Visa assegurar o encerramento do projeto no tempo definido;
- **Gerenciamento do Custo:** Busca assegurar que o projeto se encerrará dentro do orçamento;
- **Gerenciamento da Qualidade:** Se assegura de que o projeto satisfará as necessidades contratadas;
- **Gerenciamento das Aquisições:** Gerencia a aquisição de bens e serviços fora da organização;
- **Gerenciamento dos Recursos Humanos:** Descreve os processos necessários para assegurar o melhor desempenho das pessoas envolvidas;
- **Gerenciamento da Comunicação:** Busca garantir que as informações certas, sejam disseminadas no tempo certo, da melhor forma e as pessoas corretas;
- **Gerenciamento dos Riscos:** Se assegura de identificar, analisar, controlar e responder aos riscos do projeto;
- **Gerenciamento da Integração:** Descreve os processos necessários para assegurar a perfeita coordenação entre todos os processos envolvidos; e

- **Gerenciamento dos Stakeholders:** Busca o engajamento eficaz das partes interessadas nas decisões e execução do projeto.

O Gerenciamento de Projetos é realizado através de processos, utilizando conhecimento, habilidades, ferramentas e técnicas (FIGURA Nº 2.3 – PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS).

FIGURA Nº 2.3 – PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS



Fonte: Elaboração Própria, adaptado do Guia PMBOK (2013).

2.2. GERENCIAMENTO DE PROCESSOS

Segundo a ABPMP (2013), processos são compostos por atividades inter-relacionadas que solucionam uma questão específica. Essas atividades são governadas por regras legais e vistas no contexto de seu relacionamento com outras atividades para fornecer uma visão de sequência e fluxo para alcançar um ou mais resultados.

Processos devem ser gerenciados em um ciclo contínuo para manter sua integridade e permitir a transformação. Isso implica um comprometimento permanente e contínuo da instituição para o gerenciamento de seus processos, incluindo um conjunto de atividades, tais como modelagem, análise, desenho, medição de desempenho e transformação de processos.

Envolve uma continuidade, um ciclo de *feedback* sem fim para assegurar que os processos de negócio estejam alinhados com a estratégia organizacional e ao foco do cliente (FIGURA Nº 2.4 – CICLO DE VIDA DE GERENCIAMENTO DE PROCESSOS).

O gerenciamento de processos auxilia no estabelecimento de princípios e práticas que permitem às instituições serem mais eficientes e eficazes na execução de seus processos para atendimento à população.

Gerenciamento de Processos é uma disciplina gerencial que integra estratégias e objetivos de uma instituição com expectativas e necessidades de clientes, por meio do foco em processos ponta a ponta. Engloba estratégias, objetivos, cultura, estruturas organizacionais, papéis, políticas, métodos e tecnologias

para analisar, desenhar, implementar, gerenciar desempenho, transformar e estabelecer a governança de processos.

FIGURA Nº 2.4 – CICLO DE VIDA DE GERENCIAMENTO DE PROCESSOS



Fonte: Guia PMBOK (2013).

3.0. VERIFICAÇÃO DOS PROCESSOS RELACIONADOS À EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

3.0. VERIFICAÇÃO DOS PROCESSOS RELACIONADOS À EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

3.1. COLETA DE DADOS

A coleta de dados para identificação dos processos relacionados à execução dos processos relacionados à execução do planejamento municipal consistiu em entrevistas estruturadas e não estruturadas junto aos servidores indicados pela coordenação do projeto.

Durante as entrevistas foram identificados os instrumentos utilizados e solicitadas cópias para análise, bem como o mapeamento do fluxo do processo de monitoramento de projetos prioritários.

3.2. ENTREVISTAS

Foram realizadas várias entrevistas com Secretários Adjuntos e técnicos municipais, todas realizadas com a indicação e anuência da coordenação do projeto. As entrevistas ocorreram em formato individual, no próprio local de trabalho do entrevistado.

Inicialmente foi conversado com a Coordenadora de RH, para identificação das etapas e atividades realizadas para a execução do planejamento municipal. Na sequência, foram realizadas entrevistas com o Secretário Adjunto da Secretaria de Infraestrutura, Coordenador de Projetos Estruturantes do Gabinete do Prefeito, Coordenador Especial da Comissão de Compras, Secretária Adjunto de Finanças e Planejamento e a Gerente da Célula de Monitoramento de Projetos Prioritários e Coordenadora do Projeto.

Nessas entrevistas foram recolhidas informações acerca do modelo de gerenciamento de projetos praticado pela Prefeitura para a gestão de seus projetos, a partir das quais foi elaborado o fluxo do macro processo de monitoramento dos projetos, que inclui o planejamento municipal, sob a responsabilidade da gerência de monitoramento dos projetos prioritários.

As informações coletadas nos questionários estruturados foram validadas e assinadas pelos entrevistados como forma de garantir a qualidade, fidelidade e origem das informações.

3.3. PROCESSO DE GERENCIAMENTO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

O atual processo de gerenciamento do planejamento municipal da Prefeitura do Crato é concentrado no Monitoramento e Acompanhamento de Projetos Prioritários (MAPP), que é uma planilha eletrônica de controle do andamento dos projetos, onde se avalia mensalmente o prazo de execução e os custos de cada projeto ali registrado.

Todo os projetos em execução estão registrados no MAPP, registro este, que só é realizado com a autorização expressa do prefeito a partir de sua análise da importância do mesmo para a administração do município.

Na FIGURA Nº 3.1 – MACRO FLUXO DO PROCESSO DE MONITORAMENTO DE PROJETOS PRIORITÁRIOS, obtida a partir da entrevista com a gerente de monitoramento de projetos prioritários, é possível identificar o fluxo das atividades realizadas por um projeto a partir de sua origem até a fase de monitoramento e controle. Percebe-se na análise deste macro fluxo a ausência das fases de iniciação, planejamento, execução e encerramento do gerenciamento de projetos.

O MAPP reúne os processos de monitoramento e controle, para o gerenciamento dos projetos da prefeitura. Seus dados, em versão não editável, têm utilização abrangente por todas as secretarias. A Secretaria de Finanças e Planejamento, através da Gerência de Monitoramento de Projetos Prioritários recebe e consolida as informações de todas as outras secretarias para apresentação na reunião mensal de acompanhamento do MAPP.

Fazem parte do MAPP, alguns dos processos definidos pelo PMBOK, que permitem o monitoramento e controle da execução dos projetos. Portanto, o MAPP atende apenas a fase de Monitoramento e Controle de projetos, definido no PMBOK.

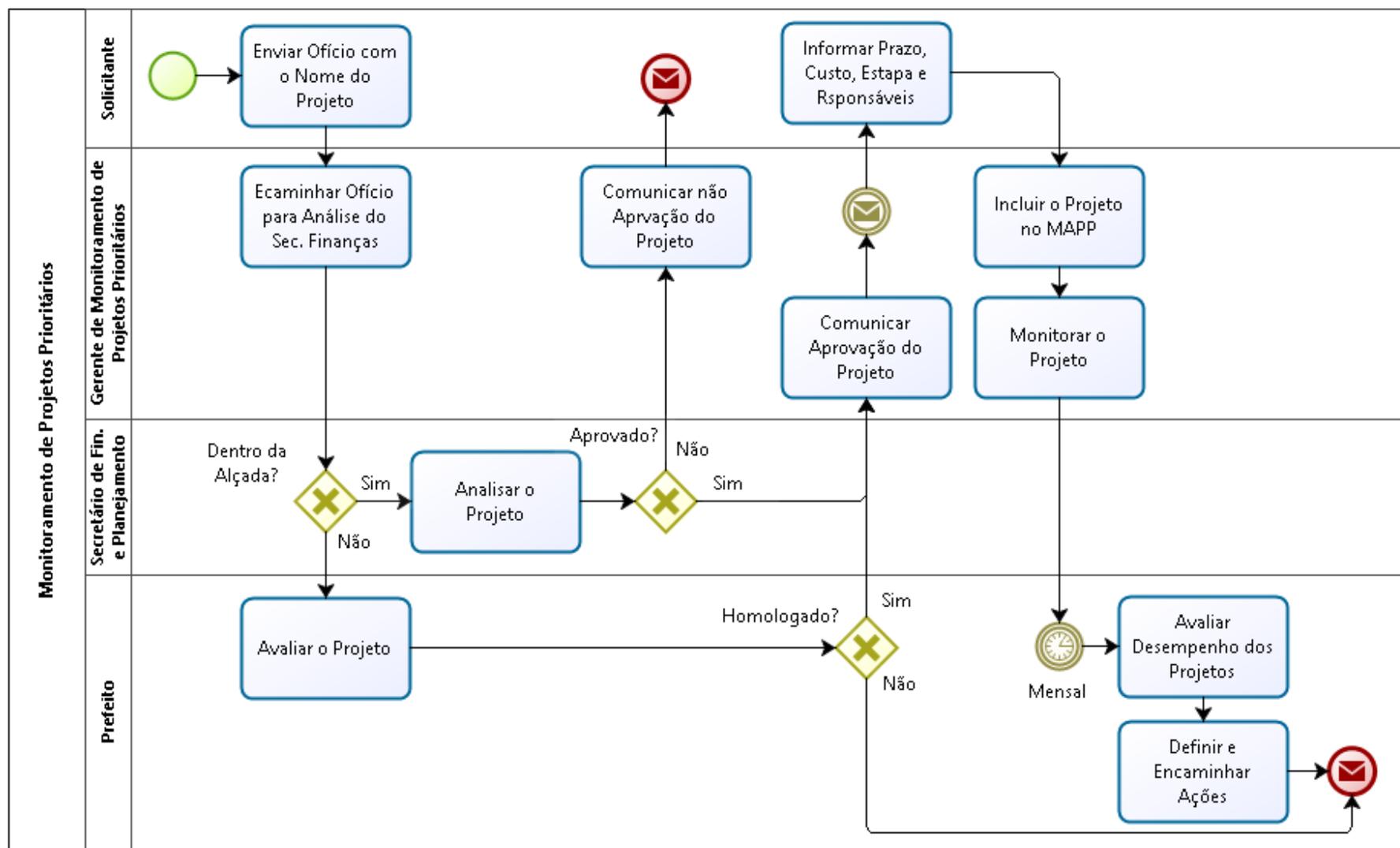
O processo de gestão dos projetos da Prefeitura é baseado em eventos de controle. Estes eventos são informações elaborados pelos responsáveis do projeto, mensalmente, e são encaminhados para a Gerência de Monitoramento de Projetos Prioritários para registro no MAPP que serão acompanhados até o encerramento do projeto.

Os eventos de controle são os registros no MAPP e são uma valiosa ferramenta para o acompanhamento dos projetos, tanto por parte do responsável, como pela Gerência de Monitoramento de Projetos Prioritários e pelo Prefeito do município.

É importante ressaltar que os eventos de controle ainda são incipientes e não abrangem todas etapas do gerenciamento de projeto estipulado pelo PMBOK, dado que a metodologia em utilização praticamente se resume ao **monitoramento e controle**. Sendo assim, temos os seguintes eventos de controle:

- Prazo do projeto;
- Data prevista para início;
- Data prevista para finalização;
- Conclusão;
- Número de dias restantes para a conclusão;
- Status;
- Situação da ação;
- Atividades atrasadas;
- Atividades no prazo; e
- Custo.

FIGURA Nº 3.1 – MACRO-FLUXO DO PROCESSO DE MONITORAMENTO DE PROJETOS PRIORITÁRIOS



O MAPP apresenta de forma gráfica diversos indicadores do estágio de execução das ações sob diversas dimensões tais como:

- Previsão de Conclusão das Ações por Mês;
- Execução das Ações por Órgão;
- Atividades Atrasadas x Atividades Dentro do Prazo;
- Custo das Ações;
- Estágio de Execução das Ações;
- Eixo de Governo x Ações; e
- Execução das Licitações.

As demais fases do ciclo de vida e dos processos de gerenciamento de projetos e suas respectivas áreas de conhecimentos definidas pelo PMBOK não são atendidos pelo MAPP.

3.4. OPORTUNIDADES DE MELHORIAS

Torna-se necessário a ampliação da utilização dos conceitos, fases e processos de gerenciamento de projetos para atender desde o planejamento até a fase e encerramento dos projetos, estabelecendo um contínuo planejamento, execução e controle, realimentando o processo.

A grande e principal vantagem do gerenciamento de projetos é que ele não está restrito a projetos de alta complexidade e custo, podendo ser aplicado a empreendimentos de qualquer segmento público, complexidade, orçamento e tamanho. Contudo, vale ressaltar vários outros benefícios, como:

- Evitar surpresa;
- Desenvolver diferenciais competitivos;
- Antecipar situações desfavoráveis;
- Disponibilizar orçamentos antes do início dos gastos;
- Agilizar decisões;
- Aumentar o controle gerencial;
- Facilitar eventuais revisões no projeto;
- Melhorar a alocação de pessoas, equipamentos e materiais; e
- Facilitar a estimativa de futuros projetos.

Esses são apenas alguns dos diversos benefícios que o Gerenciamento de Projetos pode trazer para a instituição, independentemente de seu tamanho ou complexidade.

Administrar uma prefeitura do porte do Crato não pode ser somente a base de gráficos e monitoramento e acompanhamento dos projetos. É necessário entender claramente a missão, o escopo, os objetivos e até mesmo a entrega de cada projeto do começo ao fim.

As instituições que aderem a filosofia e prática de Gerenciamento de Projetos estão mais capacitadas ao sucesso, em vista das instituições que continuam em suas velhas práticas e intuições.

3.5. RISCOS CONSIDERÁVEIS

O Planejamento Estratégico Municipal e Regional do Município do Crato / CE, ainda em fase de elaboração não permite que se faça uma análise e diagnóstico de sua implementação. Esta verificação só poderá ser realizada após o início da fase de implementação do projeto.

Entretanto, considerando a existência da ferramenta de Monitoramento e Acompanhamento de Projetos Prioritários (MAPP), atualmente em fase de consolidação de sua implementação, podemos inferir que o Planejamento Estratégico, poderá ser acompanhado com a utilização da ferramenta MAPP, ainda que esta não seja a modelo adequado para o gerenciamento completo de projetos.

Dentre os problemas mais comuns na gestão dos empreendimentos públicos temos os estouros dos orçamentos dos projetos, seja por falha na elaboração dos orçamentos dos mesmos seja por falta de controle de sua execução.

Um risco mal dimensionado é tão perigoso quanto um risco não identificado. Se a instituição subestima o impacto de um risco no orçamento do projeto e depois percebe que o projeto se torna inviável pelo acréscimo financeiro, de que forma justificar isso para as suas fontes financiadoras ou mesmo para a população atendida pelo projeto?

É por isso que devemos usar as ferramentas adequadas para dimensionar o impacto de cada risco no todo, considerando as possíveis ações para reduzir os riscos negativos ou maximizar efeitos dos riscos positivos.

4.0. VERIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS EM RELAÇÃO AS DEMANDAS DE EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL E DOS PROJETOS EM ANDAMENTO (CAPACIDADE TÉCNICA INSTALADA)

4.0. VERIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS EM RELAÇÃO AS DEMANDAS DE EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL E DOS PROJETOS EM ANDAMENTO (CAPACIDADE TÉCNICA INSTALADA)

4.1. COLETA DE DADOS

A coleta de dados para a verificação dos recursos humanos em relação as demandas de execução do planejamento municipal e dos projetos em andamento (capacidade técnica instalada) consistiu em entrevistas estruturadas e não estruturadas junto aos servidores indicados pela coordenação do projeto.

Durante as entrevistas foram identificados os instrumentos utilizados e solicitadas cópias para análise, bem como a Lei Número 3253 de 01 de março de 2017, que institui a estrutura organizacional do Poder Executivo do município do Crato e dá outras providências, publicada no Diário Oficial de 03 de março de 2017, buscada diretamente no site da Prefeitura do Crato.

Esta Lei foi utilizada para elaboração do organograma geral da prefeitura até o nível de secretaria e o organograma da Secretaria de Finanças e Planejamento em detalhe de funções.

4.2. ENTREVISTAS

Foram realizadas várias entrevistas com Secretários Adjuntos e técnicos municipais, todas realizadas com a indicação e anuência da coordenação do projeto. As entrevistas ocorreram em formato individual, no próprio local de trabalho do entrevistado.

Inicialmente foi conversado com a Coordenadora de RH, para identificação das etapas e atividades realizadas em gerenciamento de projetos. Na sequência, foram realizadas entrevistas com o Secretário Adjunto da Secretaria de Infraestrutura, Coordenador de Projetos Estruturantes do Gabinete do Prefeito, Coordenador Especial da Comissão de Compras, Secretária Adjunto de Finanças e Planejamento e a Gerente da Célula de Monitoramento de Projetos Prioritários e Coordenadora do Projeto.

Nessas entrevistas foram recolhidas informações acerca dos quantitativos de pessoas na execução das atividades dos processos de execução do planejamento municipal e suas respectivas capacitações em gerenciamento de processos de gerenciamento de projetos.

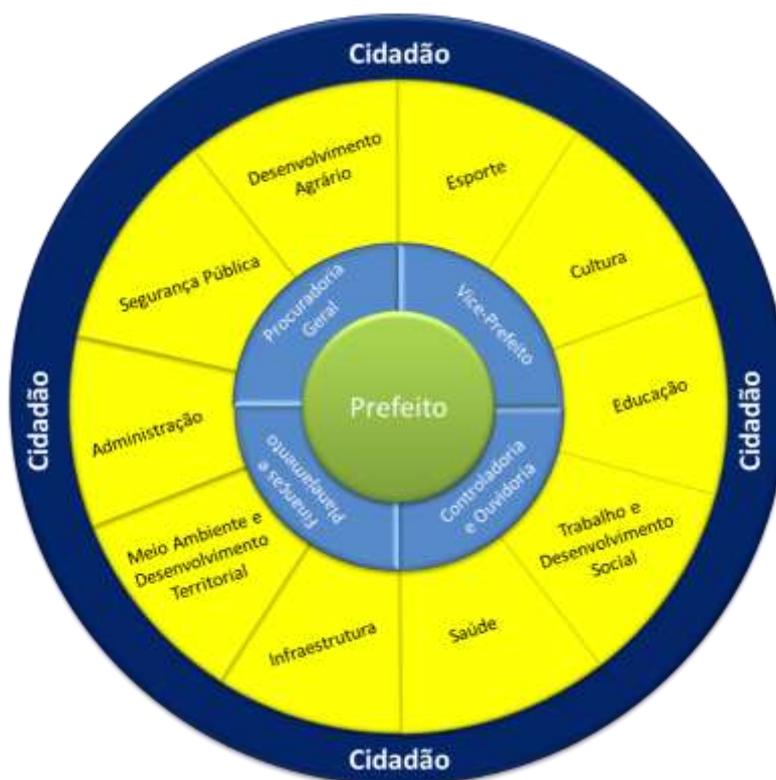
As informações coletadas nos questionários estruturados foram validadas e assinadas pelos entrevistados como forma de garantir a qualidade e origem das informações.

A montagem do organograma geral com os órgãos da administração direta e os órgãos executivos da prefeitura, até o nível de secretarias, bem como o da Secretaria de Finanças e Planejamento teve como base a Lei número 3253 de 01 de março de 2017 e informações complementares fornecidas pela Secretária Adjunta de Finanças e Planejamento.

4.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional da Prefeitura do Crato (FIGURA Nº 4.1 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA), apresenta: os Órgãos de Assessoramento Imediato ao Prefeito, que são: a) Procuradoria Geral do Município; b) Controladoria e Ouvidoria Geral do Município e c) Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento; e os Órgãos Executivos que são: a) Secretaria Municipal de Administração; b) Secretaria Municipal de Educação; c) Secretaria Municipal de Saúde; d) Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social; e) Secretaria Municipal Infraestrutura; f) Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial; g) Secretaria Municipal de Cultura; h) Secretaria Municipal de Esporte; i) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário e j) Secretaria Municipal de Segurança Pública.

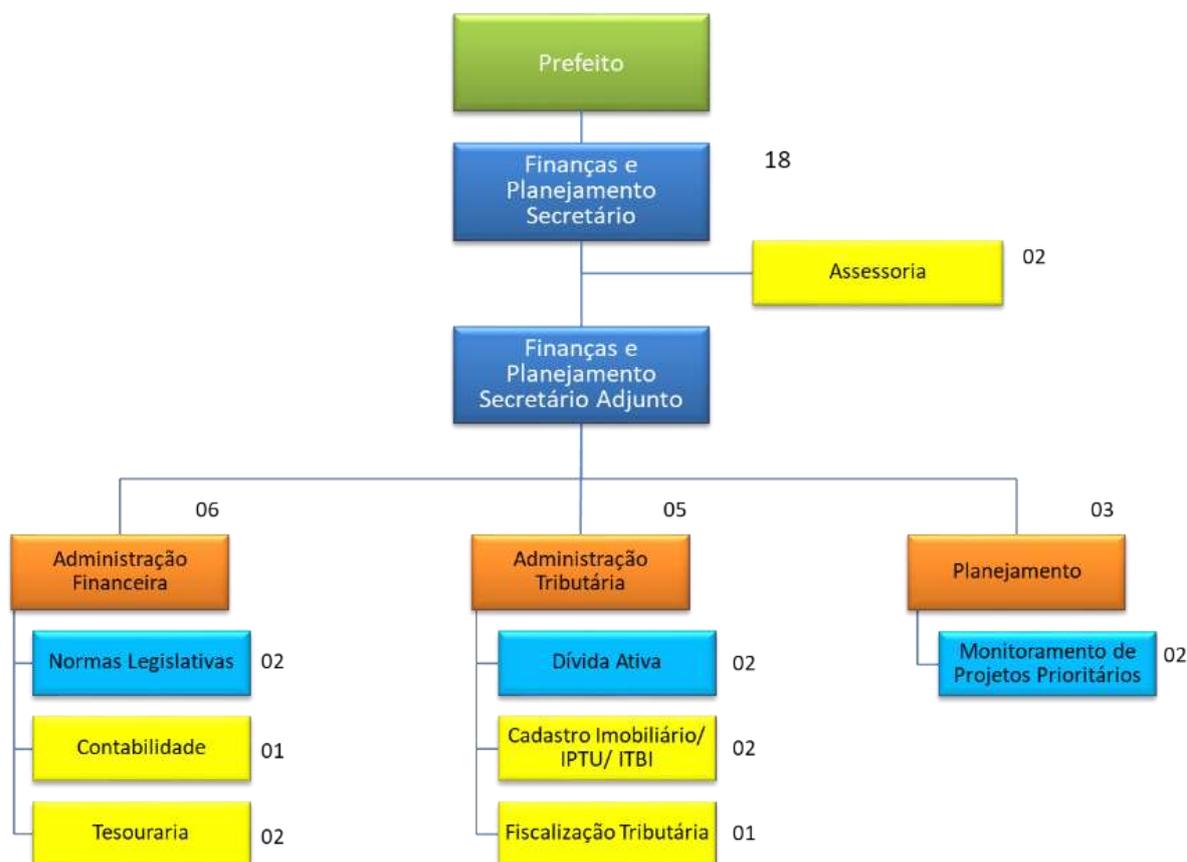
FIGURA Nº 4.1 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA



Fonte: Elaborado com base na lei Municipal número 3253/2017.

A partir da estrutura organizacional acima foi efetuado o detalhamento das funções da Secretaria de Finanças e Planejamento (FIGURA Nº 4.2 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO) que apresenta a função de Gerência de Monitoramento de Projetos Prioritários subordinada à Coordenação de Planejamento.

FIGURA Nº 4.2 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO



Fonte: Elaborado com base na lei Municipal 3640/2017.

A Gerência de Monitoramento de Projetos Prioritários é a unidade organizacional responsável pelo monitoramento dos projetos prioritários da prefeitura do Crato. A estrutura é composta por uma gerente e uma auxiliar que tratam do recebimento e registro das informações para registro do MAPP.

Considerando o volume de ações em execução e as responsabilidades e atividades que esta área deveria exercer podemos definir que a mesma é insuficiente para gerir de forma coerente com os volumes de recursos e prazo para a execução dos projetos em andamento na prefeitura do Crato, de acordo com as boas práticas do modelo de gestão de gerenciamento de projetos preconizado no PMBOK.

Cada Secretaria possui um servidor que envia as informações, em formato não padronizado, por formulário, e-mail ou verbalmente sem registro e sem controle das mesmas para a Gerência de Monitoramento de Projetos Prioritários para a sua consolidação.

A gerência de monitoramento e controle registra no MAPP as informações recebidas que serão consolidadas por secretarias e demais órgãos da administração e eu serão apresentadas ao prefeito na reunião mensal de acompanhamento dos projetos.

A área não dispõe de equipamentos e *software* para trabalhar especificamente com gerenciamento de projetos e processos. Não dispõe de uma ferramenta para gerenciamento de projetos que permita uma operação compartilhada, e nem fluxos de gerenciamento de processos definidos para tal fim.

Ou seja, não existem processos nem procedimentos padronizados, com responsáveis e tempos definidos para a execução de cada atividade, incluindo os indicadores de desempenho dos processos, bem como as respectivas normas para a execução das atividades de gerenciamento dos processos de gestão de projetos.

A equipe atualmente em operação na gerência de monitoramento de projetos prioritários, e os servidores das outras secretarias que foram entrevistados, não possuem capacitação formal em gerenciamento de projetos. Portanto, aliados à ausência de processos padronizados e normas para tal, não podem executar de forma adequadas as suas respectivas atividades dentro dos processos.

A falta de capacitação é um fator que poderá impactar negativamente no processo de gerenciamento de projetos.

4.4. OPORTUNIDADES DE MELHORIAS

Implantar um Escritório de Projetos e Processos é um importante passo que a organização dá em direção a uma gestão de projetos de alta performance através da ampliação das funções e responsabilidades da atual gerência de monitoramento de projetos prioritários, bem como a devida capacitação de seus integrantes.

Assim, ter um escritório de projetos e processos devidamente estruturado significa que a gestão da instituição em relação a essas atividades é trabalhada como parte estratégica do todo, além de implicar na padronização e no desenvolvimento das competências gerenciais e operacionais, e no alinhamento das três camadas organizacionais — estratégica, tática e operacional — por intermédio da combinação de projetos e processos.

Dentre os principais benefícios gerados por um Escritório de Projetos e Processos podemos listar:

- Desenvolver a gestão das políticas, procedimentos e modelos para gestão de projetos e processos;
- Implantar a gestão da metodologia de gerenciamento de projetos, processos governança;
- Promover um ambiente em que a tomada de decisão colaborativa é mais fácil e mais frutífera;
- Planejar os projetos e programas para a municipalidade;
- Coordenar e realizar o monitoramento e controle de programas e projetos;

- Minimizar os riscos para projetos integrados em termos de impactos nos resultados;
- Certificar-se de que os recursos humanos são focados no controle e na eficiência;
- Provar o valor do PMO para as respectivas partes interessadas importantes;
- Comprovar que o sucesso não acontece somente hoje, mas é mais provável com iniciativas futuras do projeto;
- Capacitar em gerenciamento de projetos e processos os demais integrantes da instituição envolvidos desde o planejamento até o encerramento dos projetos;
- Controlar as mudanças e acompanhamento dos problemas relacionados aos projetos; e
- Encerrar os projetos e programas.

Assim, não apenas para quem está no processo de implantação do Escritório de Projetos e Processos, na fase de convencimento da alta gestão da instituição, mas até mesmo para quem tem que se convencer sobre o valor que o Escritório de Projetos e Processos gera, deve-se considerar cada um dos benefícios proporcionados por esse modelo de gestão.

4.5. RISCOS CONSIDERÁVEIS

Entendemos que apesar dos constantes movimentos de implementação de estruturas de gerenciamento de projetos e processos nos governos, somente o estudo e a disseminação profunda dos conhecimentos do gerenciamento de projetos e processos irão permitir que a Prefeitura alcance esse estágio de evolução para um modelo moderno e eficiente de gestão.

A criação do escritório de projetos e processos, juntamente com a capacitação avançada de sua equipe em gestão de projetos e processos é caminho sustentável e inovador para garantir o sucesso da administração municipal.

5.0. REFERÊNCIAS

5.0. REFERÊNCIAS

ABPMP BPM CBOK Versão 3.0 Guia para o Gerenciamento de processos de Negócio Corpo Comum de Conhecimento. ABPMP International 2013

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos 5ª edição – Project Management Body of Knowledge – PMBOK. EUA, 2013.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE BRASIL. 2010. Estudo de Benchmarking em Gerenciamento de Projetos Brasil - Chapters Brasileiros.



6.0. ANEXOS



6.1. ANEXO Nº 01 – FORMULÁRIO DE LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES

**Escritório Projetos – Prefeitura do Crato
Levantamento de Informações de Metodologia de Planejamento**

LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Nome do Projeto:		Código
Gerente do Projeto:		
e-mail:		Telefone(s):
Objetivo e Características do Projeto:		
Principais fases do projeto:	Início:	
	Duração Estimada:	
	Termino Previsto:	
	Situação atual:	
Principais Entregas/ produtos do projeto:		
Unidades, órgãos e gestores envolvidos:		
Quantos participam da equipe de controle/ acompanhamento do projeto:		
Quanto tempo foi gasto na concepção e no planejamento projeto:		

SOBRE O CONTROLE DO PROJETO

Como é feita a comunicação do status do projeto para o nível estratégico e com que frequência?
De que forma são repassadas as informações para as atualizações e com que frequência?
Qual o percentual atual de conclusão do projeto?
Por quem e como é controlado o cronograma do projeto?
Que ferramentas são utilizadas no acompanhamento e controle do projeto?
Quem fornece informações para atualizações de controle do projeto?
Que indicadores de desempenho do projeto são monitorados?
Por quem e como é controlado o custo do projeto?
Como são identificados, documentados e controlados os riscos do projeto?
Quem analisa a adequação das entregas do projeto com o previsto?
Onde são armazenadas as informações de controle do projeto (servidor, estação de trabalho, papel)?
O gerente do projeto tem conhecimentos sobre metodologias formais de GP? (detalhar)

SUGESTÕES DE MELHORIAS

Quais os principais aspectos que poderiam ser melhorados no gerenciamento dos projetos?		
O gerente do projeto considera relevante sua participação no projeto Piloto? (ver disponibilidade)		
Data:	Fornecedor das informações	Entrevistador

6.2. ANEXO Nº 02 – FORMULÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES



PREFEITURA DO
CRATO



EDXO	SECRETARIA	
-------------	-------------------	--

AÇÃO	
-------------	--

DESCRIÇÃO	
------------------	--

GESTOR DA AÇÃO

FONTE 1				
Origem Recursos	Prazo	Valor	Valor Contra-partida	No. MAPP Estadual
<input type="checkbox"/> Tesouro Municipal <input type="checkbox"/> Tesouro Estadual <input type="checkbox"/> Tesouro Federal – OGU <input type="checkbox"/> Tesouro Federal – PAC <input type="checkbox"/> Outros				

FONTE 2				
Origem Recursos	Prazo	Valor	Valor Contra-partida	No. MAPP Estadual
<input type="checkbox"/> Tesouro Municipal <input type="checkbox"/> Tesouro Estadual <input type="checkbox"/> Tesouro Federal – OGU <input type="checkbox"/> Tesouro Federal – PAC <input type="checkbox"/> Outros				

FONTE 3				
Origem Recursos	Prazo	Valor	Valor Contra-partida	No. MAPP Estadual
<input type="checkbox"/> Tesouro Municipal <input type="checkbox"/> Tesouro Estadual <input type="checkbox"/> Tesouro Federal – OGU <input type="checkbox"/> Tesouro Federal – PAC <input type="checkbox"/> Outros				

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO					
Atividades a desenvolver	Responsável	Prazo (dias)	Datas		Custo (R\$)
			Início	Término	
01					
02					
03					
04					
05					
06					
07					
08					
09					
10					

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
SECRETARIA DE FINANÇAS PLANEJAMENTO

ESPAÇO PLANO
ESPAÇO PLANO – ARQUITETURA E CONSULTORIA S/S LTDA.

ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E
REGIONAL DO CRATO-CE – LOTE I

Produto 3.0 – Relatório de diagnóstico da situação dos
processos e recursos humanos, relacionados ao Planejamento
Municipal

AGOSTO / 2017 – FOTALEZA / CE

CRATO

21

PLANO PLURIANUAL 2018-2021



ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO / CE - LOTE I



**PRODUTO 4.0 - RELATÓRIO CONSOLIDADO DAS ANÁLISES TÉCNICAS DO MUNICÍPIO
TOMO I - MICRORREGIÃO E CIDADE**



**PREFEITURA DO
CRATO**

Outubro / 2017



PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

**ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO
CRATO-CE – LOTE I**

**PRODUTO 4.0 – RELATÓRIO CONSOLIDADO DAS ANÁLISES TÉCNICAS DO
MUNICÍPIO**

TOMO I – MICRORREGIÃO E CIDADE

FORTALEZA / CE – OUTUBRO / 2017

ELABORAÇÃO

ESPAÇO PLANO – ARQUITETURA E CONSULTORIA S/S LTDA.

EQUIPE TÉCNICA DA CONSULTORA

Coordenação Técnica

AIRTON IBIAPINA MONTENEGRO JÚNIOR – Coordenador / Arquiteto e Urbanista Sênior

Equipe Chave

FRANCISCO EDUARDO ARAUJO SOARES – Arquiteto e Urbanista Sênior

ANDERSON CARLOS LEITE PEREIRA - Contador

DANIEL PAGLIUCA – Advogado Pleno

DIEGO TORQUATO ALMEIDA – Contador Pleno

FRANCISCO ANTÔNIO DO NASCIMENTO NETO – Contador Sênior

LAURO CHAVES NETO – Economista Sênior

MARCELO DA COSTA TEIXEIRA – Engenheiro Civil Sênior

PEDRO ELDER SILVA LIMA – Administrador Pleno

VERA MARIA DA SILVA FREITAS – Assistente Social Pleno;

Equipe Complementar

ISABELLY CAMPOS EGOT – Arquiteta e Urbanista

KARLO JOSÉ MEDEIROS TELES – Contador

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

Coordenação

MÉRCIA KARÍZIA SOBREIRA LEANDRO – Gerente da Célula de Monitoramento de Projetos Prioritários

Equipe Chave

ADALGIZA ARRAIS DE FARIAS VIEIRA – Subprocuradora Municipal

CÍCERO FELIPE DA SILVA CORREIA – Chefe de Gabinete Adjunto

HERMÍNIA RACHEL SARAIVA OLIVEIRA – Coordenadora de Comunicação

HILDO MORAES DE BRITO JÚNIOR – Arquiteto, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial

KARINE FEITOSA CARLOS SANTANA – Assessora da Secretaria Municipal de Educação

NÍNIVE BARRETO OLIVEIRA XENOFONTE – Gerente da Célula de Projetos Estratégicos, da Secretaria Municipal de Saúde

Equipe de Apoio da Consultora

AILA MARIA ALMEIDA OLIVEIRA – Agente Administrativo

ADLA EDWIGES OLIVEIRA DOS SANTOS – Secretária

CÍCERO VIEIRA NOBRE – Auxiliar de Escritório

WALDESON DE ARAÚJO LIMA – Digitador



SUMÁRIO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1.0. ANÁLISE SOCIECONÔMICA	8
1.1. ANÁLISE REGIONAL	10
1.2. SUPORTE HUMANO.....	11
1.2.1. INFRAESTRUTURA DE SUPORTE HUMANO	12
1.2.1.1. EDUCAÇÃO.....	12
1.2.1.2. SAÚDE	12
1.2.2. ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	13
1.2.3. CULTURA	14
1.2.4. ESPORTE	14
1.2.5. ANÁLISE TÉCNICA INSTITUCIONAL DA BASE SOCIAL.....	15
2.0. ANÁLISE URBANÍSTICA E AMBIENTAL	16
2.1. ANÁLISE URBANÍSTICA.....	17
2.1.1. HISTÓRIA	17
2.1.2. EVOLUÇÃO URBANA	18
2.1.3. SITUAÇÃO ATUAL.....	20
2.1.3.1. ZONA URBANA.....	21
2.1.3.2. ZONA RURAL.....	26
2.1.4. INFRAESTRUTURA URBANA	36
2.1.4.1. REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA.....	36
2.1.4.2. ESGOTAMENTO SANITÁRIO	36
2.1.4.3. DRENAGEM URBANA	38
2.1.4.4. RESÍDUOS SÓLIDOS.....	38

2.1.4.5. REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	38
2.1.4.6. REDE DE TELECOMUNICAÇÕES.....	39
2.1.4.7. TRANSPORTE PÚBLICO	39
2.2. ANÁLISE AMBIENTAL	40
2.2.1. CLIMA E PLUVIOSIDADE.....	40
2.2.2. RELEVO E SOLO	40
2.2.3. RECURSOS HÍDRICOS	41
2.2.4. VEGETAÇÃO	43
2.2.5. APA CHAPADA DO ARARIPE.....	43
3.0. IMPACTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (RMC) E TENDÊNCIAS MACROECONÔMICAS	45
3.1. TENDÊNCIAS MACROECONÔMICAS.....	48
4.0. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51



APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

O presente documento, intitulado como **Produto 04 – Relatório Consolidado das Análises Técnicas do Município** foi desenvolvido pela equipe técnica da empresa Espaço Plano – Arquitetura e Consultoria S/S Ltda, concretizando o início do processo de elaboração do **Planejamento Estratégico Municipal e Regional do Município do Crato-CE**, em atendimento ao Contrato Nº 2017.07.13.2, referente a Tomada de Preços Nº 2017.06.20.1 – PMC.

Este produto abrange a visão técnica das diversas áreas do saber envolvidas na elaboração do Plano. O principal objetivo do presente relatório foi levantar dados para uma completa análise da realidade existente através de uma percepção global da região e do município, visando a elaboração de um Planejamento Estratégico consistente.

A metodologia utilizada para a produção do presente relatório constituiu-se, basicamente, de levantamentos de informações, observações em campo e entrevistas com técnicos da Prefeitura. Após o levantamento dessas informações, foram realizadas análises técnicas utilizando as metodologias descritas no **Produto 01 – Proposta Metodológica do Planejamento Estratégico Municipal e Regional**. Para a Análise de Governança, no entanto, devido as características próprias desse sujeito, a Consultora optou por acrescentar à referida Proposta Metodológica uma nova ferramenta metodológica apoiada nas atuais iniciativas do Tribunal de Contas da União (TCU). Dessa forma, a ferramenta adotada será explicitada adiante.

Este Produto é composto de três TOMOS a seguir denominados:

- a. TOMO I – MICRORREGIÃO E CIDADE: Análise socioeconômica, análise urbanística, análise ambiental do município e impacto do desenvolvimento regional (RMC) e de tendências macroeconômicas;
- b. TOMO II – GOVERNANÇA, PLANEJAMENTO E GESTÃO: Análise da governança municipal, análise dos instrumentos de planejamento vigente e análise da situação econômico-fiscal; e
- c. TOMO III – DEMAIS ANALISES: Análise da legislação vigente, recomendações de ajustes nas legislações e omissões a serem sanadas.

Estão postos os principais fundamentos para o desenvolvimento da próxima etapa do Plano, no formato que associa as percepções técnica e comunitária, observando as diretrizes estabelecidas no **Produto 01 – Proposta Metodológica do Planejamento Estratégico Municipal e Regional**.



1.0. ANÁLISE SOCIECONÔMICA

1.0. ANÁLISE SOCIOECONÔMICA

O Crato foi criado em 1764, ao norte faz limite com Caririçu e Farias Brito; ao Sul com Pernambuco e Barbalha; ao leste com Juazeiro do Norte, Barbalha e Caririçu; já a Oeste com Nova Olinda, Santana do Cariri e Pernambuco. Possui uma área de 1.009,20 km², uma pluviometria média de 1.090,9 ml e abrange as bacias hidrográficas do Alto Jaguaribe e Salgado.

A divisão administrativa contempla os distritos de Crato (sede), Baixio das Palmeiras, Belmonte, Campo Alegre, Dom Quintino, Monte Alverne, Bela Vista, Ponta da Serra, Santa Fé e Santa Rosa. Em 2010 possuía 121.428 habitantes, sendo 83,11% na área urbana e 16,89% na área rural; para 2016 havia sido estimada uma população de 129.662 habitantes.

A densidade demográfica cresceu de 88,23 Hab./km² em 1991 para 104,87 em 2010. A população jovem (0 a 14 anos) foi reduzida proporcionalmente de 37,46% em 1991 para 25,62% em 2010; já a terceira idade (65 anos e mais) cresceu de 5,73% para 7,80% no mesmo período.

Em 2015 o município possuía 71 unidades de saúde ligadas ao SUS, sendo 67,61% delas Públicas e 32,39% Privadas, apresentando 1,59 médicos, 0,52 dentistas e 4,89 leitos por 1.000 habitantes nos três quesitos contra 1,37, 0,34 e 2,18 por 1.000 habitantes no Estado do Ceará. A Mortalidade infantil foi reduzida de 17,83 para 11,69 por mil nascidos vivos entre 2009 e 2015; no mesmo período o resultado estadual foi uma redução de 15,52 para 12,22.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município foi de 0,713 em uma escala de 0 a 1, sendo o terceiro melhor resultado do Estado, A extrema pobreza aflige 11,05% da população do município, sendo 8,02% na área urbana e 25,93% na área rural. Existia em 2015 18.614 empregos formais no município com predominância dos setores de serviços, indústria de transformação, comércio e administração pública.

Em 2013 o Produto Interno Bruto (PIB) do município foi de R\$1.178.172 com a participação de 78,88% do setor terciário, 16,52% do secundário e 4,59% do primário; enquanto que no Estado do Ceará essa participação é de respectivamente 74,38%, 20,46% e 5,16%. O PIB per capita municipal era de R\$9.307 frente a R\$12.393 do Estado.

Crato, ao abrigar os mais prestigiados estabelecimentos de educação básica, uma Escola Agrotécnica Federal e a Universidade Regional do Cariri (URCA) – única instituição de ensino superior da região até o final dos anos 1990 –, além de clubes recreativos no seu pé de serra, figurava como polo de educação, cultura e lazer.

Em termos culturais, Crato mantém importância significativa, possuindo diversos equipamentos culturais com grande movimentação de público, sendo frequentes apresentações de mostras de vídeos, peças teatrais, grupos tradicionais locais. Crato também sobressai como polo de lazer, graças a clubes e balneários que exploram as fontes de água da Chapada do Araripe. Em termos turísticos, destaca-se, ainda, nos esportes de trilha pelos caminhos da FLONA (Floresta Nacional do Araripe).

É fundamental o fortalecimento do tecido empresarial com a melhoria do ambiente de negócios que proporcione o desenvolvimento de micro e pequenas empresas, o chamado pequeno capital; sendo necessária também a atração de grandes empresas âncoras, bem como a necessidade do aumento da produtividade da economia para potencializar seu crescimento. Alguns fatores considerados para elevar a produtividade com participação das pequenas empresas são: dar continuidade ao processo de formalização do mercado de trabalho e transferir/absorver a mão de obra da agricultura tradicional para outros setores mais produtivos, além da absorção de tecnologia e racionalização do processo produtivo.

1.1. ANÁLISE REGIONAL

O Cariri observou um crescimento demográfico de 10,45% entre 2000 e 2010, passando de 871.031 para 962.018 habitantes, houve um aumento de 21,12% da população urbana e uma queda de 7,99% na população rural. A região possuía 27,10% da população na faixa etária de 0 a 14 anos, 64,30% de 15 a 64 anos e 8,60% com mais de 64 anos. Crato aumentou a sua participação relativa na população regional de 12,01% para 12,62% no mesmo período. A população estimada para 2016 era de 1.009.678 na região.

Entre 2009 e 2016 a região observou uma taxa média geométrica de crescimento anual populacional de 0,65%; já a densidade demográfica cresceu de 55,14 para 58,06 hab./km² no mesmo período.

Os indicadores de saúde regionais evoluíram de 2010 a 2015, a oferta de unidades de saúde passou de 0,65 para 0,69; os leitos de 2,97 para 2,80; os profissionais de saúde de 7,46 para 8,14 nas três situações os indicadores se referem a dados por mil habitantes.

A mortalidade infantil do Cariri caiu de 16,95 para 13,87 por mil nascidos vivos entre 2010 e 2015; enquanto que a taxa de analfabetismo foi reduzida de 32,34% para 23,08% de 2000 até 2010. A taxa de escolarização do ensino fundamental de 99,42% em 2015 ressalta a universalização da oferta nesse nível, enquanto que no ensino médio a taxa de escolarização ficou em 73,81%.

Em 2015, 137.873 famílias na região foram beneficiadas com o Programa Bolsa Família, tendo sido pago R\$285.741 mil. Entre 2000 e 2010 o % de domicílios ligados a rede geral de água cresceu de 59,39 para 74,60%; já o % de domicílios ligados a rede geral de esgoto aumentou de 14,01 para 22,88%. Em 2000 havia 88,11% dos domicílios com energia elétrica o que foi elevado para 99,10% em 2010, o que representa a universalização desse quesito.

O Produto Interno Bruto (PIB) regional evoluiu de R\$5.894.419 mil em 2010 para R\$10.102.799 mil em 2014. No mesmo período o PIB per capita regional cresceu de R\$6.127 para R\$10.111.

Existe uma forte centralidade do CRAJUBAR em relação à Região Metropolitana do Cariri, apresentando este aglomerado crescimento e perfil de aglomerado urbano secundário, exercendo forte atração populacional e de atividades na mesorregião sul cearense. Percebe-se, ademais, certa divisão funcional entre os municípios do CRAJUBAR em termos de localização de indústrias, comércio, serviços, cultura e lazer.

É importante ressaltar, que o desempenho econômico do Cariri, sobretudo do CRAJUBAR, deve-se, em parte, a fatores endógenos, visto que estes municípios apresentam historicamente desempenho econômico superior aos demais municípios do entorno. Porém, tal dinamismo foi potencializado pela política estadual de atração de investimentos, com a instalação de grandes empresas industriais. Por sua vez, o crescimento da produção industrial e do nível de renda acaba por impulsionar a atração de grandes empresas do setor de serviços, como distribuidoras, grupos atacadistas e construção civil, comércio de bens duráveis, bem como de serviços mais sofisticados, como nos segmentos de educação superior, assessoria empresarial, saúde, turismo e lazer.

Até o princípio dos anos 1990, a leitura mais popular do Crajubar era de uma integração regional com uma relativa especialização dos centros urbanos de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Assim, tornava-se previsível que, em relação às demandas por bens e serviços mais especializados, para habitantes desse aglomerado urbano do Cariri, bem como para as populações situadas na área de influência do Crajubar, não restava outra opção senão de se abastecerem no comércio de Juazeiro do Norte, instruírem-se nas escolas do Crato e se tratarem no ambiente de Barbalha, o lazer seria no Crato ou em Barbalha. Aliás, esse é o cenário normalmente descrito na bibliografia de âmbito regional, inclusive, ainda hoje, difundido no senso comum regional.

Visando a um processo de *spillover*, segundo o qual um benefício econômico em determinada área provoca externalidades positivas em outras, vale reforçar que a RM Cariri, agrega cidades com elevado grau de conurbação e crescimento econômico (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha – CRAJUBAR) e municípios com menor grau de integração na economia da região (Farias Brito, Nova Olinda, Santana do Cariri, Jardim, Caririçu e Missão Velha). A conurbação CRAJUBAR faz as cidades que lhe são circunvizinhas a ela se integrar mediante a procura de serviços que não possuem ou que lhe são oferecidos de modo insatisfatório, tais como: saúde, educação (principalmente de nível superior), emprego, lazer, aquisição de mercadorias etc. Daí a dependência desses municípios menores do centro formado por Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.

É necessário, portanto, para a redução das desigualdades e o desenvolvimento da RMC, que as micro, pequenas e médias empresas assumam um maior protagonismo na economia local e regional. Pois, as empresas deste porte, em áreas rurais ou pequenas cidades, representam papel importante no processo de desenvolvimento econômico, considerando que absorvem a mão de obra em excesso da agricultura e levam a transição para o emprego não agrícola.

1.2. SUPORTE HUMANO

No que concerne a Base Social do Plano Plurianual do município do Crato, foram tratadas as questões relacionadas a Educação, Saúde, Assistência, Cultura, Esporte e Lazer.

As formações dos grupos por ocasião dos Fóruns Distritais levaram os participantes a uma discussão, a partir de temas geradores, os problemas vivenciados no município e suas possíveis soluções, tendo por

finalidade maior obter da população sugestões para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento municipal, considerando os princípios e as diretrizes que norteiam a gestão.

1.2.1. INFRAESTRUTURA DE SUPORTE HUMANO

1.2.1.1. Educação

A Secretaria Municipal de Educação possui, em sua rede, quatorze Centros de Educação Infantil, atendendo crianças na faixa etária de 01 a 05 anos, totalizando 4.366 alunos. O Crato possui, também, 50 Escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental atendendo a 11.735 alunos e núcleos de Educação de Jovens e Adultos, atendendo 902 alunos. Totalizando um atendimento de 17.003 alunos, de acordo com o Sistema Educacenso¹.

A Secretaria dispõe um quantitativo de 1202 professores, sendo 876 efetivos e 326 temporários. Também está disponível uma equipe multifuncional composta por: uma psicóloga, uma fonoaudióloga, uma assistente social e duas psicopedagogas, que realizam acompanhamentos junto às escolas para os diagnósticos e encaminhamentos dos alunos com deficiência, sendo uma demanda média de 357 solicitações de cuidadores para acompanhamentos nas atividades escolares.

O deslocamento dos alunos ocorre através de Transporte Escolar. Para tanto, são 114 rotas licitadas e 25 ônibus da frota própria atendendo o quantitativo médio de 7.950 alunos das redes municipal e estadual. Foram adquiridos nessa gestão quatro ônibus para o transporte escolar, sendo um novo adquirido com recurso do PAR e três cedidos pela Secretaria da Educação do Estado, conforme informações da secretaria de educação.

Quanto à Alimentação Escolar, a Secretaria disponibiliza uma equipe composta por três nutricionistas e dois técnicos administrativos, responsáveis pela elaboração dos cardápios, acompanhamentos nas escolas e monitoramento dos fluxos de entradas e saídas de alimentos.

1.2.1.2. Saúde

O município do Crato, de acordo com as informações da Secretaria de Saúde, dispõem de uma ampla Infraestrutura de atendimento a população. O Crato é atendido pelo Programa Saúde da Família (PSF), com 40 Equipes de Saúde da Família e conta também com o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) com três núcleos (Centro/Pimenta, Pinto Madeira, Palmeiral). O município conta também com quinze Postos de Saúde e pontos de apoio, distribuídos nos distritos do município que atendem as necessidades básicas da população.

¹ Educacenso é uma radiografia detalhada do sistema educacional brasileiro. A ferramenta permite obter dados individualizados de cada estudante, professor, turma e escola do país, tanto das redes públicas (federal, estaduais e municipais) quanto da rede privada. Todo o levantamento é feito pela internet.

Para saúde bucal, possui 24 equipes implantadas e mais quatro já credenciadas pelo Ministério da Saúde que serão implantadas no município até próximo ano. O CEO Municipal oferece atendimento especializado em endodontia, cirurgia, periodontia, ortodontia e pacientes especiais.

O município ainda oferta diversos atendimentos especializados. No Centro de Especialidades do Crato são ofertados atendimentos nas especialidades de: dermatologia, ginecologia, obstetrícia de baixo e alto risco, pneumologia, otorrinolaringologia, cirurgião cabeça e pescoço, gastroenterologia, proctologia, cardiologia, ortopedia, cirurgião geral (pequenas cirurgias), reumatologia, mastologia, neurologia adulto, endocrinologia e atendimentos em cuidados paliativos. No Posto de Atendimento Médico com referência em pediatria, são ofertados atendimentos nas especialidades de: pediatra, cirurgias pediátricas, cardiologista e neurologia pediátrica. O Posto Teodorico Teles, por sua vez, é referência no acompanhamento de pacientes hipertensos e diabéticos e também possui especialistas em cardiologia e clínica geral.

O município dispõem de dois Hospitais/Maternidade. O Hospital e Maternidade São Francisco de Assis é referência para o município e conta com seis leitos UTI adulto, quatorze para clínicas geral, quatorze para cirúrgica, nove para obstétrica clínica, vinte e cinco para obstétricas cirúrgica e dez leitos de pediatria. O Hospital Leandro Bezerra é referência em Clínica Médica, Cirúrgica, Ortopedia e Traumatologia, Transplante Renal e UTI Adulto e possui cinco leitos para UTI Adulto, 45 leitos para casos cirúrgicos e 53 leitos para clínicos.

O município do Crato conta ainda com Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), sendo um CAPS II (Em fase de qualificação para CAPS III) e um CAPS AD.

Quanto a cobertura vacinal município atinge com bons resultados o índice de cobertura pactuado no calendário básico de vacinação.

As principais incidências de doenças notificadas no município apontadas pela referente secretaria foram: dengue, atendimento antirrábico, intoxicação exógena, leishmaniose tegumentar, tuberculose dentre outras.

1.2.2. Assistência Social

A Assistência Social no município de Crato é executada pela Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social –SMTDS.

A Secretaria executa ações, programas/projetos assistenciais, atendendo as famílias de baixa renda e extrema pobreza, bem como os grupos de vulnerabilidade (crianças, adolescentes, jovens, idosos, dentre outros).

Dentre as ações, programas, projetos e serviços realizados pela referida secretaria estão: serviço de Proteção Integral a Família (PAIF), Serviço de Proteção Integral a Família e ao Indivíduo (PAEFI), Serviço

de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), serviço de emissão da Carteira do Idoso, Programa das Ações Estratégicas do PETI (AEPETI), concessão dos benefícios eventuais, Programa Mais Infância no SUAS (Criança Feliz), Programa de Educação Permanente do SUAS, assessoramento das entidades da Política de Assistência Social, Programa ACESSUAS Trabalho, concessão de emissão de segunda via de documentação e casamento civil e Programa Minha Casa Minha Vida.

As ações assistenciais e produtivas, atendimentos e acompanhamentos às famílias em situação de vulnerabilidade são realizadas por profissionais lotados nos seis Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). A secretaria dispõe, ainda de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

As condições físicas dos equipamentos requerem serviços de reforma, ampliação e manutenção da infraestrutura no tocante a acessibilidade e otimização do espaço. Alguns CRAS estão em fase de construção de novos prédios, o que deixarão os mesmos dentro do que preconiza o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). A SMTDS está realizando o levantamento completo das unidades que requerem reforma, e o processo burocrático já está em andamento.

Os serviços ofertados, estão sendo aprimorados, no intuito de melhorar a oferta dos mesmos a população. Contudo alguns fatores como a demora no processo licitatório colocam a oferta dos mesmos em situação de parcial comprometimento, em virtude de que os equipamentos não podem ampliar a oferta dos serviços à população, conforme informações da secretaria.

1.2.3. Cultura

As atividades culturais no município do Crato são coordenadas e executadas através da Secretaria Municipal de Cultura. Principais equipamentos culturais disponíveis são: duas Bibliotecas Públicas, o Cineteatro Salviano Arraes, dois Museus Históricos do Crato, o Largo da RFFSA, a Galeria da RFFSA, o Auditório da RFFSA, o Caldeirão da Santa Cruz do Deserto e diversas praças e igrejas.

No tocante a cultura local, são realizados diversos eventos e festas tradicionais no município, dentre as quais destacam-se: Dia de Reis (6 de janeiro), São João (junho), Semana do Município (junho), Semana do Folclore (agosto) e apresentações da Banda Municipal.

1.2.4. Esporte

Os equipamentos de esporte e lazer existentes no município do Crato podem ser encontrados nas praças do Bicentenário, da RFFESA e da Encosta do Seminário. O município também possui três campos: o Estádio Mirandão, o Campo do Seminário e a Quadra Bicentenário.

Os principais eventos esportivo que ocorrem no município são: a Copa 21 de Junho e a Corrida 21 de Junho, para pedestres e ciclistas.

Os principais esportes praticados no município são: Futsal, Basquete, Handebol, Pedestrianismo, Ciclismo e *Mountain Bike*.

O principal atrativo natural para prática de esportes no município são as trilhas na Chapada do Araripe.

1.2.5. Análise Técnica Institucional da Base Social

O Plano Plurianual - PPA, é o principal instrumento de planejamento de médio prazo de ações do governo. Assim, como forma de contribuir para a efetivação de um plano exequível, deve se considerar a aplicação dos princípios do Plano de Governo, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital.

Nesse sentido, os conteúdos inerentes a base social (Educação, Saúde, Assistência, Cultura, Esporte e Segurança) foram amplamente debatidos, nas realizações dos Fóruns Distritais, fato que permitiu aos participantes apontarem as soluções e elegerem as prioridades a serem implantadas no plano de governo. Ao final dos encontros, ocorreu um consenso e aprovação dos representantes da sociedade civil e poder público local.

A seguir os principais pontos que deverão ser considerados na elaboração do PPA do município que dizem respeito a base social:

- Ausência de Capacitações dos profissionais da gestão, considerando os princípios e diretrizes do Plano de Governo;
- Não adequação do Plano de Governo (Plano de Campanha) nas áreas da base social de acordo com as mudanças que ocorreram nos cenários municipal, estaduais e federais que influenciaram e ou comprometeram a execução de suas atividades;
- Falta de efetividade das proposições do Plano Diretor;
- Ausência de uma equipe efetiva de articulação e alinhamento interinstitucional, encarregada de promover a comunicação, socialização das ações prioritárias e identificar oportunidades de parcerias e ações conjuntas nas áreas que compõem a base social do governo;
- Falta de infraestrutura física e humana para o fortalecimento dos serviços básicos de educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e segurança pública;
- Ausência de espaços e apoio ao desenvolvimento comunitário voltado a programas de promoção humana e geração de ocupações produtivas e fontes de renda; e
- Potencialização dos programas e organizações já existentes, que atuem efetivamente nas áreas de desenvolvimento social. A criação de novos instrumentos e projetos sobre o mesmo tema, na prática, pouco agrega às comunidades e termina por gerar competição entre áreas e setores de um mesmo governo.



2.0. ANÁLISE URBANÍSTICA E AMBIENTAL

2.0. ANÁLISE URBANÍSTICA E AMBIENTAL

2.1. ANÁLISE URBANÍSTICA

2.1.1. HISTÓRIA

A região do Cariri, no sul do Ceará, ao sopé da Chapada do Araripe, teve um processo de colonização semelhante ao do restante do interior do Estado, baseado na concessão de sesmarias, requeridas pelos colonos para a criação de gado.

Os primeiros povoamentos datam da segunda metade do século XVIII, quando holandeses e portugueses disputaram as terras férteis do Vale do Cariri com os índios jucás da nação Kariri, que deu nome ao lugar e que já estava sob processo de catequização desde o século XVII.

Crato, uma das cidades mais antigas do Estado, foi fundada oficialmente em 1853. Àquela época, predominava a pecuária vinda do roteiro do ciclo baiano dos currais. Com o passar do tempo, a fertilidade do solo e a abundância de águas perenes fizeram com que a agricultura da cana-de-açúcar sobrepujasse a pecuária bovina, sem que esta desaparecesse.

O ciclo da cana, na primeira metade do século XVIII, impulsionou a economia da região que se tornou um polo canavieiro, cujo produto principal era a rapadura. Nesse contexto, Crato e Barbalha lideraram a produção, contando com a maioria dos engenhos existentes na região.

Atraídos pela prosperidade da região, estabeleceram-se no Crato um grande número de comerciantes oriundos de outras províncias, principalmente da Bahia. A cidade se consolidou como centro comercial, tornando-se fornecedora de alimentos para o sertão e encarregada da distribuição de manufaturas para o interior, desenvolvendo fortes relações com as cidades vizinhas. Nesse período, Crato tornou-se conhecida como “Pérola do Cariri”, destacando-se no contexto sul-cearense nos aspectos socioeconômicos e culturais e dominando o comércio atacadista.

Crato foi a primeira cidade da região a implementar um sistema educacional, sob a égide da Diocese, polarizadora de toda a região do Cariri, reforçando o status cultural que permanece até hoje e que é realçado pelas diversas instituições educacionais nascidas no século XIX, como o Seminário de São José.

A via férrea, na primeira metade do século XX, representou importante meio de escoamento da produção regional de mamona, algodão, cereais e gipsita, enquanto trazia combustíveis e produtos manufaturados. Por muitos anos, até o final da década de 1960, era o meio de transporte de passageiros mais rápido para Fortaleza, perdendo competitividade com o asfaltamento da BR-116.

No início dos anos 60, o município foi alvo, junto com Juazeiro do Norte, Barbalha e Missão Velha, de um experimento de desenvolvimento regional cujo nome originou-se de seu idealizador: o *Plano Asimow*. Fruto de um convênio entre a Universidade Federal do Ceará e a Universidade da Califórnia, treinou recém-

graduados das duas universidades e empresários locais, assim como elaborou projetos econômico-financeiros para suportar o surgimento de novos negócios com sócios locais.

Não obstante terem sido implantados com apoio da SUDENE e do Banco do Nordeste, os projetos não se consolidaram, apesar do relativo sucesso inicial, principalmente devido à falta de acompanhamento e monitoramento para correção de rumos após o início das operações.

Atualmente, Crato integra a conturbação CRAJUBAR e divide com os vizinhos, Juazeiro e Barbalha, o Distrito Industrial do Cariri. O distrito, com mais de 30 anos, necessita de uma revitalização para que possa atrair uma maior diversidade de indústrias.

Culturalmente, Crato manteve, no século XX, um papel pioneiro no Ceará e no Cariri. A realização anual da exposição agropecuária, a partir do fim dos anos de 1950, fez do município referência para criadores, produtores de insumos agrícolas e admiradores de animais do interior do Nordeste. A partir do fim dos anos 1990, a exposição anual, Expocrato, passou oferecer uma variedade de atrações culturais, atraindo um público diversificado e se convertendo em uma das atrações do Ceará durante o período de férias escolares.

O pioneirismo em serviços educacionais também se manteve. Na década 1980, Crato recebeu a Universidade Regional do Cariri, URCA, que, posteriormente, difundiu seus campi em toda a região. Posteriormente, diversos equipamentos educacionais de grande porte como Faculdades e Escolas Profissionalizantes foram instalados na região, que atualmente polariza esses tipos de serviços.

2.1.2. EVOLUÇÃO URBANA

O primeiro núcleo de ocupação do Crato data da segunda metade do século XVII, quando missões religiosas da Ordem Capuchinha foram enviadas pela Coroa para catequizar os índios Cariris. A missão que se instalou na região chamava-se Miranda e o nome da aldeia era Aldeia dos Brejos, provavelmente pela abundância de água, fator determinante na escolha do sítio.

A aldeia foi fundada às margens do Rio Granjeiro, entre os morros do Seminário e do Barro Vermelho. As primeiras casas desenvolveram-se ao longo do rio, margeando as antigas estradas de acesso, o que pode ser constatado na Rua José Carvalho, antiga Rua das Laranjeiras, e na Rua D. Pedro II, que possuem traçado irregular.

Em 1740 foi erigida a primeira igreja, em taipa, onde hoje localiza-se a Matriz de Nossa Senhora da Penha e a partir daí, as habitações ocuparam o espaço correspondente à atual Praça da Matriz (Igreja e Praça da Sé), em um processo que delimitou uma poligonal que caracterizava a praça típica das vilas do século XVIII do Brasil Colonial, onde se situavam os prédios públicos e religiosos, em especial Casa de Câmara e Cadeia, e Igreja. A partir desse núcleo, desenvolveu-se uma malha xadrez, perpendicular ao Rio Granjeiro, em um processo novamente semelhante a outras vilas do Brasil Colonial.

Como dito anteriormente, Crato já se destacava no cenário regional, contudo permaneceu, até a primeira metade do século XIX, como uma cidade pequena, que, em 1838, possuía apenas 2.000 habitantes. A partir de 1850, contudo, com a chegada de comerciantes provenientes de Icó, que faziam a conexão Aracati–Crato trazendo mercadorias, Crato passou por um rápido processo de desenvolvimento e expansão. Várias lojas e as primeiras farmácias foram abertas, dando origem à primeira mudança no uso do solo no Crato, pois antigas casas deram lugar a mercearias, cafés, lojas e boticas, as quais funcionaram como atrativos para o estabelecimento de outros comércios e serviços. Esse fato conferiu um status comercial a algumas ruas como a Rua Bárbara de Alencar, Rua Senador Pompeu, Rua Tristão Gonçalves, e nas praças Juarez Távora e Siqueira Campos, que, juntamente com a Rua João Pessoa, são historicamente comerciais. Nesse período, os serviços médicos, de transporte e de educação também foram aperfeiçoados. Esse processo de urbanização culminou, em 1853, a elevação da Aldeia do Miranda à categoria de vila, com o nome de Vila Real do Crato (ou Vila Real do Curato).

Somente a partir da segunda metade do século XIX o desenvolvimento urbano do Crato ultrapassou a barreira do Rio Granjeiro. Em 1874, a inauguração do Seminário de São José fomentou a ocupação do morro, Alto do Seminário, sem, no entanto, manter a regularidade do traçado. A implantação do Seminário deu novo impulso ao processo de urbanização, atraindo outros equipamentos – como hotéis, pensões e pousadas; e iniciando a tradição em equipamentos educacionais do Crato, que foi validade posteriormente com a implantação de outros equipamentos importantes para a região.

Em 1926 foi inaugurada a via férrea, contudo ela não possuiu um papel de destaque no processo de urbanização, pois foi desativada pouco tempo depois. A construção desse ramal ferroviário, no entanto, fomentou o comércio e a instalação de habitações as suas margens e contribuiu para fortalecer as relações entre Crato, Barbalha e a emergente Juazeiro do Norte.

O núcleo urbano do Crato, até a segunda metade do século XX, restringiu aos bairros do Centro, Seminário, Pimenta, Alto da Penha, Pinto Madeira e Vila Alta, com eixos claros de expansão ao longo das vias de acesso a Juazeiro do Norte. Nos anos setenta, a criação da Faculdade de Direito contribuiu para o crescimento no sentido leste e para o surgimento do bairro Cruz, ao longo do vetor de expansão gerado pela Avenida Padre Cícero e pela Avenida Perimetral.

Ao mesmo tempo, as classes mais abastadas da população buscam o afastamento pelo lado Oeste, subindo o Morro do Granjeiro e ocupando grandes loteamentos, e as classes mais baixas instalam-se nos altos do Seminário, Vila Alta, Alto da Penha, muitas vezes ocupando as encostas e áreas de risco. O bairro Muriti surgiu, praticamente, em função das inúmeras indústrias instaladas, nos anos 70 e 80, ao longo da Avenida Padre Cícero, um eixo de crescimento em direção a Juazeiro do Norte.

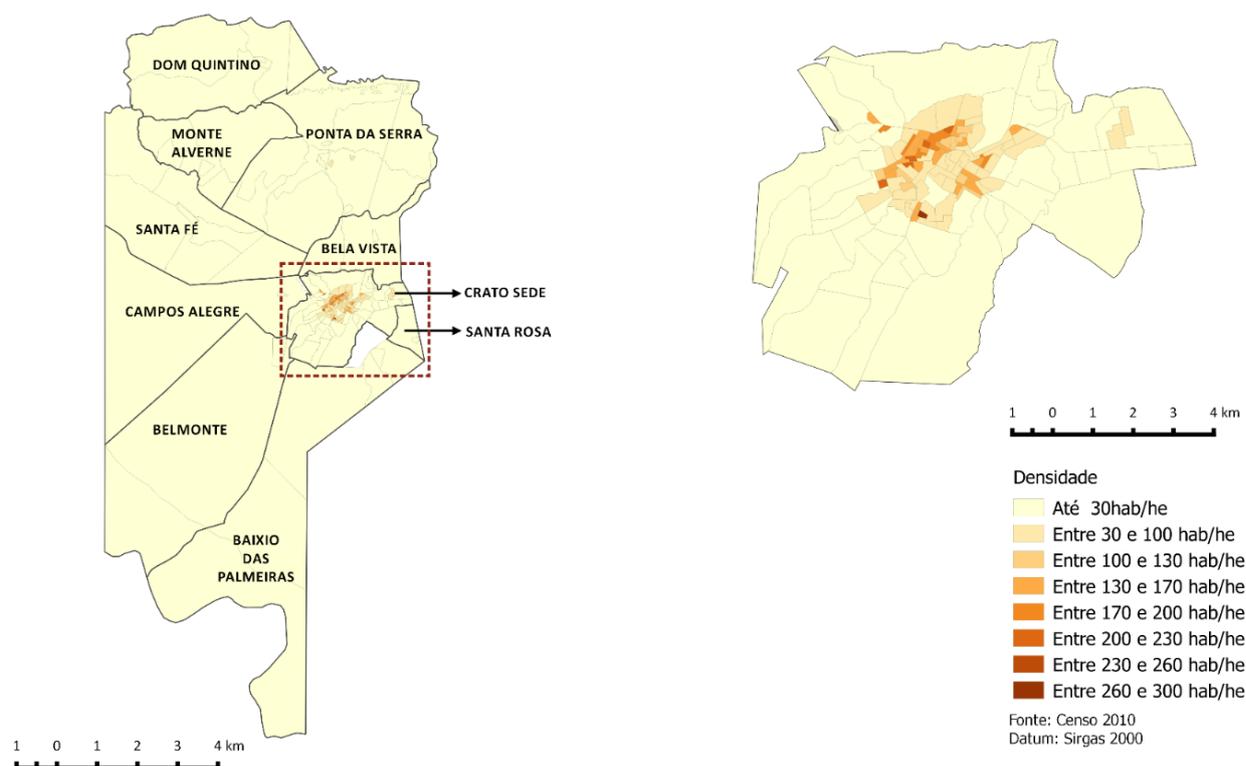
Nos últimos anos, o crescimento em direção ao Oeste se consolidou, assim como o crescimento em direção aos vizinhos: Juazeiro do Norte e Barbalha. Nesse caso, um fator importante foi a criação do Distrito Industrial do Cariri, que embora não tenha se consolidado como previsto, representa um marco na integração dos três municípios.

2.1.3. SITUAÇÃO ATUAL

O município do Crato possui dez distritos, Santa Fé, Monte Alverne, Dom Quintino, Campo Alegre, Belmonte, Ponta da Serra, Santa Rosa, Bela Vista e Baixo das Palmeiras e o Distrito-Sede do município, os quais, juntos, ocupam uma área de 1.176,50 km² com 121.428 habitantes em 2010, perfazendo uma densidade demográfica de 103,21 hab/km², com taxa de urbanização de 83,11%.

Contudo, como demonstrado na **FIGURA Nº 2.1 – ANÁLISE DEMOGRÁFICA**, a distribuição dessa densidade no território do município ocorre de forma desigual, onde a maioria do território do Crato possui densidade média de até 30hab/he, com uma concentração de densidade no Distrito-Sede, com média de densidade entre 100 e 230hab/he, com apenas um setor censitário com densidade mais elevada.

FIGURA Nº 2.1 – ANÁLISE DEMOGRÁFICA



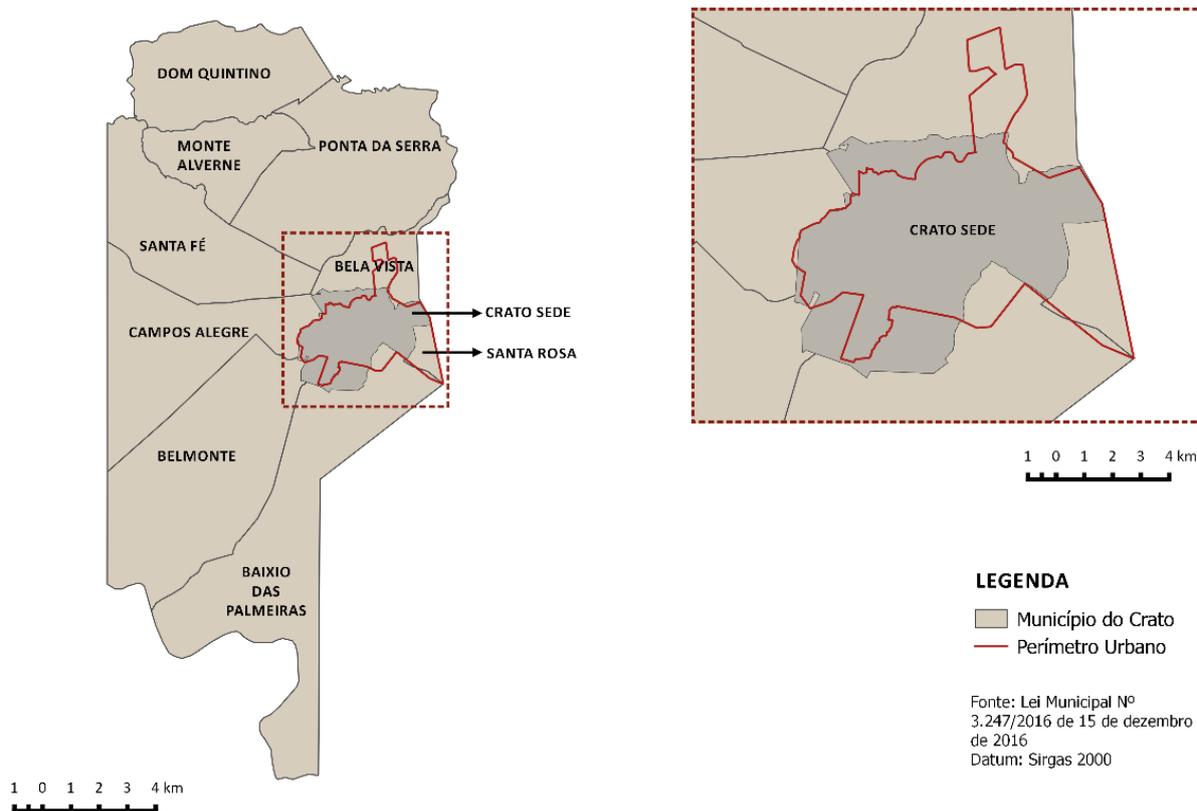
Elaboração Própria. Fonte: IBGE.

Segundo dados do Censo 2010, a população urbana do Crato cresce na ordem de 1,86% ao ano, e a rural decresce na ordem de 0,11% ao ano, de forma que em 2016 a população total do município foi estimada em 129.662 habitantes.

Atualmente, o perímetro urbano do município é determinado pela Lei Municipal Nº 3.247/2016 de 15 de dezembro de 2016, que modificou a Lei 2.590/2009 (Ver **FIGURA Nº 2.2 – PERÍMETRO URBANO**). Esse perímetro urbano engloba quase a totalidade do Distrito-Sede e do distrito de Santa Rosa, e parcialmente

os distritos de Bela Vista e Belmonte. A última alteração do perímetro urbano o expandiu em direção ao distrito de Bela Vista.

FIGURA Nº 2.2 – PERÍMETRO URBANO



Elaboração Própria. Fonte: Prefeitura Municipal do Crato.

Os principais eixos de acesso ao município são a BR-122, a Leste, e a CE-060, ambas se convertem na CE-292, que liga Juazeiro do Norte ao Crato, tendo sequência pelas avenidas Padre Cícero e Antônio Leite Saraiva, atingindo a área central pelas Ruas Almirante Alexandrino e João Pessoa. Já os acessos aos distritos são proporcionados pelas rodovias estaduais, CE-293 e CE-386, e vicinais, sendo, as últimas, mantidas em estágios diversificados de pavimentação.

2.1.3.1. Zona Urbana

A zona urbana do município do Crato, conforme definido pela Lei Municipal, engloba parte dos distritos de Santa Rosa, Bela Vista, Belmonte e o Distrito-Sede do Crato. Para efeito desta análise, serão abordados, primeiramente, aspectos gerais relativos à Zona Urbana e, posteriormente, serão abordadas questões específicas da morfologia urbana de cada distrito incluindo nessa zona.

Quanto ao uso do solo atual, a Zona Urbana apresenta duas áreas diversas. A área central, que corresponde ao primeiro núcleo urbano às margens do Rio Granjeiro, apresenta uma situação

diversificada, incluindo moradia, serviços, equipamentos públicos, saúde e lazer, além de um comércio varejista que se manteve nas mesmas ruas de origem, com algumas mudanças de uso. À exceção das ruas próximas à Prefeitura, a maioria dos prédios comerciais foram residências que sofreram adaptações para instalação de lojas, escritórios e clínicas, o que resulta em grande vitalidade do Centro.

Nos últimos anos essa área passou por um processo de revitalização, com a implantação de pavimentação em blocos de concretos em algumas vias e a implantação de sinalização de trânsito. Apesar do intenso uso comercial, a área apresenta vitalidade em variados turnos, com as Praças amplamente utilizadas pela população durante a noite, em especial a Praça da Igreja Matriz e a Praça da RFFESA. Nessa área, além da variedade de usos, também é encontrado o maior adensamento do município, com especial destaque para o bairro Seminário, o mais populoso do Crato.

O Centro ainda apresenta alguns problemas que contribuem para uma possível degradação da boa qualidade do seu espaço devido à poluição sonora, visual e ambiental (Rio Granjeiro), sujeira do mercado central e circulação prejudicada pela invasão de ambulantes nas calçadas, em dias de feira.

Nos bairros situados fora da área central, que correspondem a uma área periférica, o uso do solo é caracterizado por uma ocupação homogênea, com predominância de habitações, sem a presença de serviços ou comércios adequados. Também é possível identificar uma separação entre os núcleos habitacionais de classe média e alta, e os núcleos de classe baixa, aos quais atualmente se somam os empreendimentos Minha Casa Minha Vida.

Outra característica dessa área periférica é o baixo adensamento. Os novos núcleos habitacionais são formados por loteamentos, que além de apresentarem as características próprias desse tipo de parcelamento – com ocupação gradual ao longo dos anos, são desconectados da malha viária existente. Essa situação é encontrada principalmente na porção sudoeste, a partir do Parque de Exposições e em direção ao Distrito Industrial.

A prevalência dos serviços na área central, somada a ocupação em áreas desconectadas ao sistema viário e as carências do transporte público, além de outras questões, tem ocasionado dificuldades na mobilidade.

- **Distrito – Sede Crato**

O Distrito-Sede do Crato, como dito anteriormente, concentra a maior densidade do município e corresponde ao primeiro núcleo de ocupação do Crato. Com 92.941 habitantes, segundo dados do Censo de 2010, o Distrito-Sede possui uma malha urbana central, de traçado ortogonal e perpendicular, a qual, com o desenvolvimento do município, foram adicionadas outras porções, configurando dois principais eixos de crescimento: nas direções sudoeste e leste. Contudo, conforme se observa na **FIGURA Nº 2.3 – ARRUAMENTO DO NÚCLEO URBANO – SEDE CRATO**, o tecido urbano desse distrito não apresenta uma configuração homogênea, existindo grandes vazios entre os trechos existentes da malha urbana e uma forte tendência em espraíar ainda mais o crescimento.

FIGURA Nº 2.3 – ARRUAMENTO DO NÚCLEO URBANO – SEDE CRATO

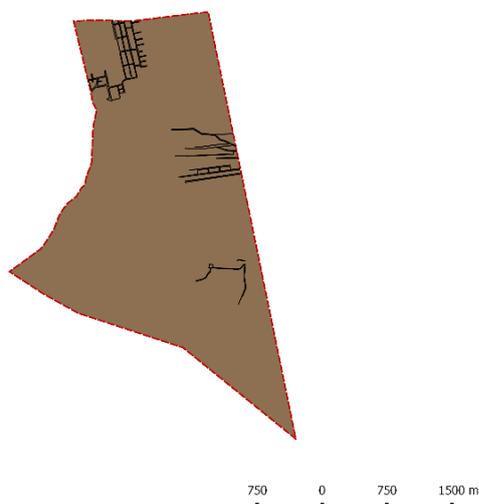


Elaboração própria. Fonte: IBGE.

- **Santa Rosa**

O Distrito de Santa Rosa, localizado a sudeste do distrito sede, apresenta uma configuração urbana peculiar, pois se encontra entre a área mais adensada do Crato e o município vizinho, Barbalha. Com 1.268 habitantes, segundo dados do Censo 2010, esse distrito apresenta três núcleos de urbanização distintos, sendo dois deles conturbados com o distrito sede e um com Barbalha (FIGURA Nº 2.4 – ARRUAMENTO DO NÚCLEO URBANO – SANTA ROSA). De forma geral, o distrito apresenta um processo de urbanização similar ao do distrito central, com arruamento ortogonal. Contudo, apresenta uma densidade diferenciada, com a presença de grandes vazios entre os núcleos urbanizados.

FIGURA Nº 2.4 – ARRUAMENTO DO NÚCLEO URBANO – SANTA ROSA



Elaboração própria. Fonte: IBGE.

A tipologia predominante nesse distrito é a residencial, com edificações de um pavimento. O uso comercial é raro, com baixíssima incidência. As vias são, em sua maioria, pavimentadas em pedra-tosca, com incidência de vias vicinais sem pavimentação principalmente nos limites do distrito (ver FIGURA Nº 2.5 – TIPOLOGIA USUAL DE VIAS DO NÚCLEO URBANO – SANTA ROSA).

FIGURA Nº 2.5 – TIPOLOGIA USUAL DE VIAS DO NÚCLEO URBANO – SANTA ROSA



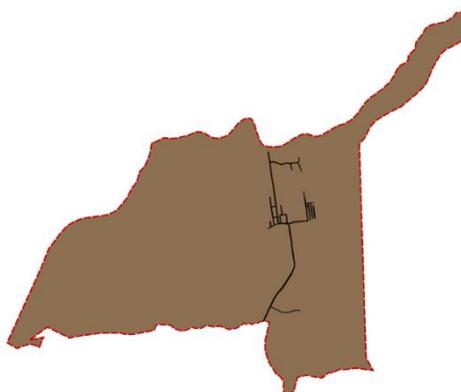
Fonte: Google Street View.

- **Bela Vista**

O Distrito de Bela Vista, localiza-se ao norte do Distrito-Sede. Com uma população de 2.625 habitantes, segundo dados do IBGE, o acesso ao distrito, a partir do Distrito-Sede, ocorre através de uma via asfaltada, de forma que a sede distrital encontra-se no interior do distrito.

O distrito apresenta uma configuração urbana similar à morfologia da zona rural, orientado a partir de um eixo principal, onde se concentram as edificações e de onde partem poucas ramificações viárias (ver FIGURA Nº 2.6 – ARRUAMENTO DO NÚCLEO URBANO – BELA VISTA).

FIGURA Nº 2.6 – ARRUAMENTO DO NÚCLEO URBANO – BELA VISTA



750 0 750 1500 m

Elaboração própria. Fonte: IBGE.

As vias são, em sua maioria, vicinais, sem nenhuma pavimentação e sem passeio. As edificações possuem, majoritariamente, entre um e dois pavimentos, e na sede-distrital ocupam lotes de dimensões homogêneas. A sede distrital possui alguns usos diversificados, como comercial, mas em sua maioria ligados ao uso residencial (ver FIGURA Nº 2.7 – TIPOLOGIA USUAL DE VIAS E EDIFICAÇÕES DO NÚCLEO URBANO – BELA VISTA).

FIGURA Nº 2.7 – TIPOLOGIA USUAL DE VIAS E EDIFICAÇÕES DO NÚCLEO URBANO – BELA VISTA



Fonte: Google Street View.

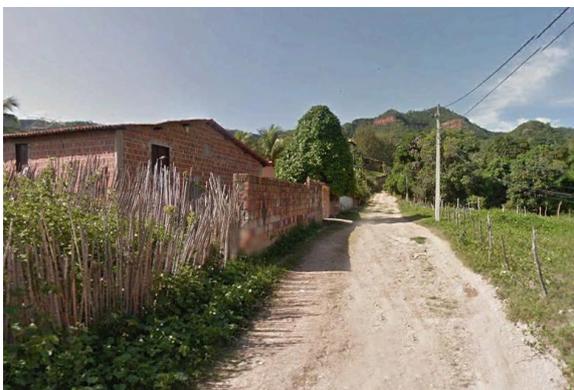
- **Belmonte**

O Distrito de Belmonte localiza-se a sudoeste do Distrito-Sede. Esse distrito apresenta, segundo dados do Censo 2010, 1.793 habitantes e possui um grande valor ambiental, pois boa parte do seu território é ocupada pela Chapada do Araripe.

Dessa forma, a pequena mancha urbana desse distrito é um prolongamento do Distrito-Sede, contudo, não apresenta a ortogonalidade que marca o distrito do Crato. Essa mancha urbana apresenta um padrão de ocupação diferenciado, com predominância do uso residencial de alto padrão, em lotes grandes, contrastando com residências de padrão popular e grandes vazios (ver FIGURA Nº 2.8 – TIPOLOGIA USUAL DE VIAS E EDIFICAÇÕES DO NÚCLEO URBANO – BELMONTE).

O acesso a esse distrito ocorre por vias asfaltadas, porém as demais vias desse distrito são, em sua maioria, pavimentadas em pedra tosca, com passeios irregulares.

FIGURA Nº 2.8 – TIPOLOGIA USUAL DE VIAS E EDIFICAÇÕES DO NÚCLEO URBANO – BELMONTE



Fonte: Google Street View.

2.1.3.2. Zona Rural

A zona rural do município do Crato, engloba os distritos de Dom Quintino, Monte Alverne, Santa Fé, Campo Alegre, Baixio das Palmeiras e Ponta da Serra. Para efeito desta análise, serão abordados, primeiramente, aspectos gerais relativos à Zona Rural e, posteriormente, serão abordadas questões específicas da morfologia urbana de cada sede distrital incluída nessa zona.

As áreas que compõem a Zona Rural do Crato apresentam características de ocupação e uso do solo distintas, com núcleos urbanos – que correspondem as sedes distritais – em diferentes níveis de urbanização e ofertando diferentes graus de serviços. Contudo, essas zonas possuem outras características em comum.

O acesso à zona rural, como dito anteriormente, é feito por rodovias estaduais, contudo o acesso às localidades é feito, na maioria dos casos, por estradas vicinais, as quais, muitas vezes apresentam poucas condições de tráfego, principalmente nos períodos de chuva. A mobilidade entre as zonas urbana e rural, incluindo as localidades, é dificultada pela regulamentação do transporte público. Embora se tenha avançado na regulamentação, a população residente nas localidades mais distantes ainda enfrenta dificuldades de acesso.

Os equipamentos de uso institucional se concentram, na maioria dos casos, nas sedes distritais, o que, somado as condições de mobilidade, dificulta o acesso da população a eles.

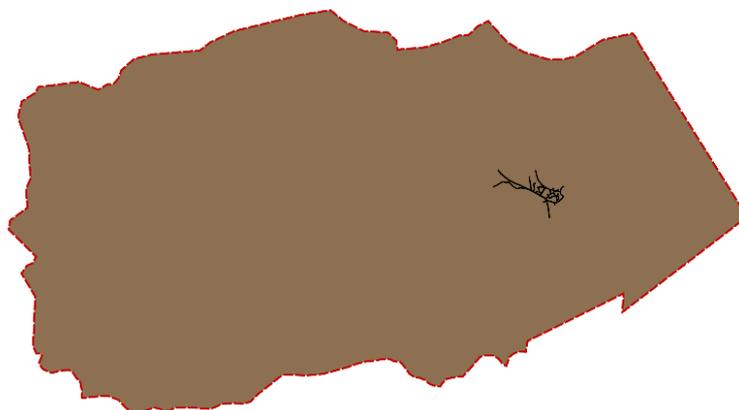
- **Dom Quintino**

Localizado na extremidade norte do município do Crato, Dom Quintino possui, segundo dados do Censo 2010, 2.469 habitantes e faz fronteira com os municípios de Nova Olinda, Farias Brito e Caririçu.

O acesso ao núcleo urbano desse distrito ocorre por meio da CE-356/BR-122, contudo, as demais vias do distrito são vicinais ou com pavimentação em pedra tosca e apresentam deficiências quanto aos passeios.

A configuração urbana desse distrito é orgânica, de forma que não apresenta um padrão claro de urbanização (ver FIGURA Nº 2.9 – ARRUAMENTO DO NÚCLEO URBANO – DOM QUINTINO).

FIGURA Nº 2.9 – ARRUAMENTO DO NÚCLEO URBANO – DOM QUINTINO



750 0 750 1500 m

Elaboração própria. Fonte: IBGE.

O uso prioritário é residencial, com incidência de uso misto caracterizado pela presença de comércios de gêneros alimentícios. As edificações possuem, em sua maioria, apenas um pavimento, e apresentam tipologias similares (ver FIGURA Nº 2.10 – TIPOLOGIA USUAL DE VIAS E RESIDÊNCIAS DO NÚCLEO URBANO – DOM QUINTINO).

FIGURA Nº 2.10 – TIPOLOGIA USUAL DE VIAS E RESIDÊNCIAS DO NÚCLEO URBANO – DOM QUINTINO



Fonte: Google Street View.

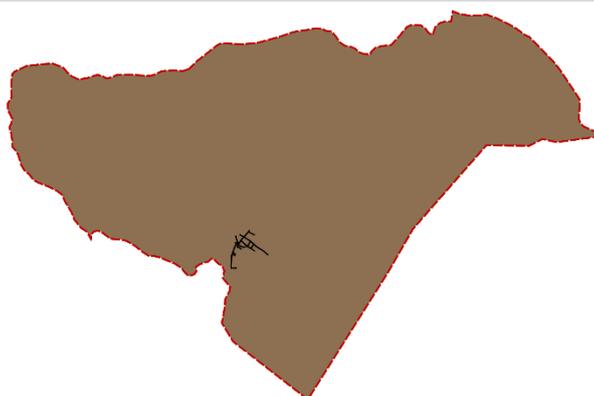
- **Monte Alverne**

O distrito de Monte Alverne possui uma população de 2.372 habitantes, segundo dados do IBGE, e se localiza entre os distritos de Dom Quintino, Santa Fé e Ponta da Serra.

O acesso a esse distrito acontece por estradas vicinais a partir da CE-356/BR-122, ou a partir da Estrada de Santa Fé, a partir do distrito de Santa Fé.

A configuração urbana da sede desse distrito é orgânica, sendo composta por um pequeno núcleo adensado em torno da Estrada Santa Fé, e um perímetro menos adensado (ver **FIGURA Nº 2.11 – ARRUAMENTO DO NÚCLEO URBANO – MONTE ALVERNE**). Contudo, os dois núcleos apresentam morfologia urbana semelhante, com edificações de um pavimento e uso majoritariamente residencial (ver **FIGURA Nº 2.12 – CONFIGURAÇÃO DO NÚCLEO URBANO – MONTE ALVERNE**).

FIGURA Nº 2.11 – ARRUAMENTO DO NÚCLEO URBANO – MONTE ALVERNE



750 0 750 1500 m

Elaboração própria. Fonte: IBGE.

FIGURA Nº 2.12 – CONFIGURAÇÃO DO NÚCLEO URBANO – MONTE ALVERNE



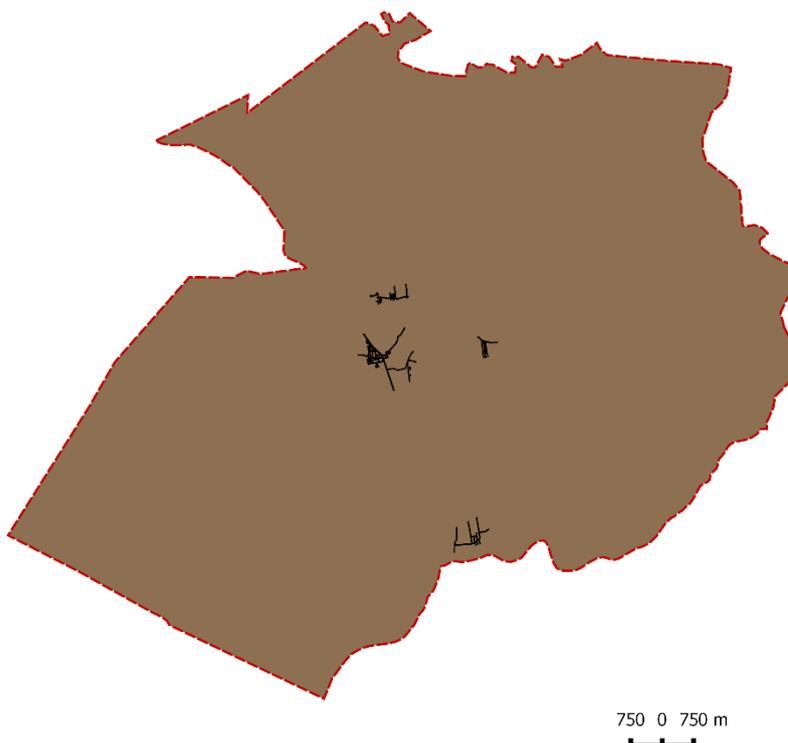
Fonte: Google Earth.

- **Ponta da Serra**

O distrito de Ponta da Serra é o segundo maior distrito do Crato, com 8.963 habitantes, segundo dados do Censo 2010. Esse distrito, localizado na porção nordeste do município, apresenta um padrão de ocupação com quatro núcleos urbanos segmentados (ver **FIGURA Nº 2.13 – ARRUAMENTO DO NÚCLEO URBANO – PONTA DA SERRA**).

O acesso ao distrito ocorre pela CE-166/BR-122, e ao longo dessa rodovia distribuem-se dois núcleos urbanos. O sistema viário do distrito é composto, majoritariamente, por vias pavimentadas em pedra tosca, sem passeios delimitados, e com grande incidência de vias vicinais.

FIGURA Nº 2.13 – ARRUAMENTO DO NÚCLEO URBANO – PONTA DA SERRA



Elaboração própria. Fonte: IBGE.

O primeiro núcleo urbano identificado localiza-se próximo ao limite com o distrito de Bela Vista e surge em torno da CE-166/BR-122, expandindo-se ao leste. Nesse núcleo, as edificações possuem apenas um pavimento e ocupam lotes menores e de dimensões similares. O uso majoritário é residencial, com alguma incidência de uso misto com comércios de apoio direto à moradia (ver **FIGURA Nº 2.14 – CONFIGURAÇÃO DO NÚCLEO URBANO 01 – PONTA DA SERRA**).

FIGURA Nº 2.14 – CONFIGURAÇÃO DO NÚCLEO URBANO 01 – PONTA DA SERRA

Fonte: Google Earth.

O segundo núcleo identificado localiza-se mais ao norte e também se organiza em torno da CE-166/BR-122. Esse núcleo é o maior e mais adensado do distrito, configurando a sede distrital de Ponta da Serra. Sua ocupação apresenta um padrão heterogêneo, similar ao do distrito-sede, com a presença de lotes de dimensões variadas e edificações de até três pavimentos. Quanto ao uso, esse núcleo também apresenta predominância do uso residencial, contudo, o uso de comércio e serviços também é encontrado (ver FIGURA Nº 2.15 – CONFIGURAÇÃO DO NÚCLEO URBANO 02 – PONTA DA SERRA).

FIGURA Nº 2.15 – CONFIGURAÇÃO DO NÚCLEO URBANO 02 – PONTA DA SERRA

Fonte: Google Earth.

O terceiro núcleo urbano identificado localiza-se próximo ao segundo, porém completamente desconectado. O acesso a ele ocorre por uma estrada vicinal, a partir da CE-166/BR-122. Embora esse núcleo apresente um adensamento inferior que o anterior, também apresenta um padrão heterogêneo de ocupação, com lotes de diferentes dimensões e edificações de até dois pavimentos. Quanto ao uso, o uso residencial é majoritário, com menos prevalência do uso comercial e de serviços (ver FIGURA Nº 2.16 – CONFIGURAÇÃO DO NÚCLEO URBANO 03 – PONTA DA SERRA).

FIGURA Nº 2.16 – CONFIGURAÇÃO DO NÚCLEO URBANO 03 – PONTA DA SERRA



Fonte: Google Earth.

O quarto núcleo urbano localiza-se mais ao norte. O acesso a ele ocorre por meio de uma estrada vicinal, através da sede-distrital. Esse núcleo apresenta uma configuração urbana orgânica, com edificações de uso residencial implantadas em lotes grandes e espaçados entre si. O uso de comércio e serviços atende as necessidades imediatas dos moradores e, na maioria dos casos, está vinculado ao uso residencial (ver FIGURA Nº 2.17 – CONFIGURAÇÃO DO NÚCLEO URBANO 04 – PONTA DA SERRA).

FIGURA Nº 2.17 – CONFIGURAÇÃO DO NÚCLEO URBANO 04 – PONTA DA SERRA



Fonte: Google Earth.

- **Santa Fé**

O distrito de Santa Fé possui 4.273 habitantes, segundo o Censo de 2010, e localiza-se na porção noroeste do município do Crato, fazendo divisa com o município de Nova Olinda.

O acesso a esse distrito ocorre através da CE-356/BR-122, por meio de uma via asfaltada que conecta-se, posteriormente, com vias vicinais até o núcleo urbanizado.

Assim como o distrito de Monte Alverne, o distrito de Santa Fé possui um núcleo urbanizado principal, com maior adensamento e demais áreas periféricas, com adensamento mais baixo, característico da zona rural (ver FIGURA Nº 2.18 – ARRUAMENTO DO NÚCLEO URBANO – SANTA FÉ).

FIGURA Nº 2.18 – ARRUAMENTO DO NÚCLEO URBANO – SANTA FÉ



Elaboração própria. Fonte: IBGE.

O padrão das edificações é de apenas um pavimento, com maior uso residencial e uso misto esporádico, que se intensifica no núcleo mais adensado (ver FIGURA Nº 2.19 – CONFIGURAÇÃO DO NÚCLEO URBANO – SANTA FÉ).

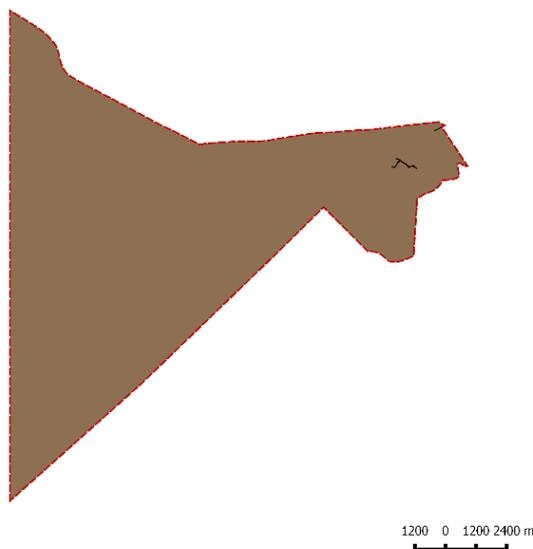
FIGURA Nº 2.19 – CONFIGURAÇÃO DO NÚCLEO URBANO – SANTA FÉ

Fonte: Google Earth.

- **Campo Alegre**

O distrito de Campo Alegre possui 2.002 habitantes, segundo o Censo de 2010, e localiza-se na porção oeste do município do Crato, próximo ao distrito-sede, fazendo divisa com os municípios de Nova Olinda e Santana do Cariri.

Esse distrito é cortado pela CE-494 e pela CE-356/BR-122 e possui diversas vias pavimentadas em pedra tosca, no principal núcleo urbanizado, e demais vias vicinais (ver [FIGURA Nº 2.20 – ARRUAMENTO DO NÚCLEO URBANO – CAMPO ALEGRE](#)).

FIGURA Nº 2.20 – ARRUAMENTO DO NÚCLEO URBANO – CAMPO ALEGRE

Elaboração própria. Fonte: IBGE.

Por localizar-se muito próximo ao distrito-sede, o padrão de urbanização desse distrito segue a tendência das demais áreas de expansão da mancha urbana, utilizando a CE-356/BR-122 como importante eixo de expansão (ver FIGURA Nº 2.21 – CONFIGURAÇÃO DO NÚCLEO URBANO – CAMPO ALEGRE).

FIGURA Nº 2.21 – CONFIGURAÇÃO DO NÚCLEO URBANO – CAMPO ALEGRE



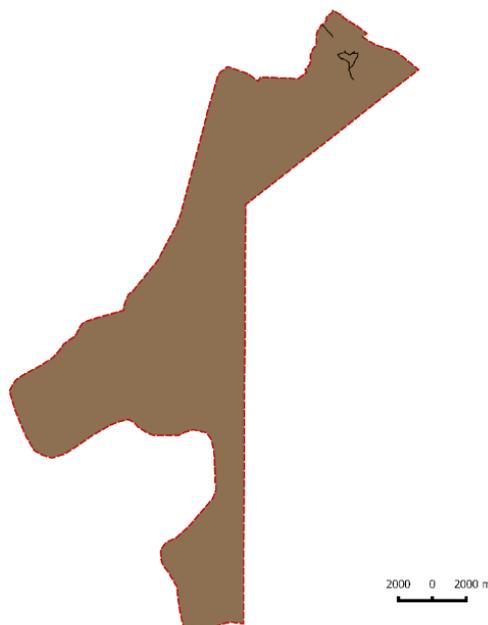
Fonte: Google Earth.

As edificações são, em sua maioria, de apenas um pavimento, com predominância do uso residencial e do uso misto para comércio de apoio direto a moradia.

- **Baixio das Palmeiras**

O distrito de Baixio das Palmeiras localiza-se ao sul do município do Crato, com 2.416 habitantes, faz divisa com o município de Barbalha e com o Estado de Pernambuco.

O acesso a esse distrito ocorre por meio da CE-386, através do distrito-sede. O sistema viário do distrito é composto, majoritariamente, por vias pavimentadas em pedra tosca, com grande incidência de vias vicinais, sem presença de passeios delimitados (ver FIGURA Nº 2.22 – ARRUEAMENTO DO NÚCLEO URBANO – BAIXIO DAS PALMEIRAS).

FIGURA Nº 2.22 – ARRUAMENTO DO NÚCLEO URBANO – BAIXIO DAS PALMEIRAS

Elaboração própria. Fonte: IBGE.

Assim como os distritos de Belmonte e Campo Alegre, a maior parte do território desse distrito corresponde a Chapada do Araripe, dessa forma, o núcleo urbano se localiza próximo à divisa com a sede-distrital. Nesse núcleo urbano o padrão de ocupação é orgânico, com baixa densidade. As edificações estão implantadas em lotes grandes, distantes entre si. O uso residencial é majoritário, contudo há a presença esporádica de outros usos como o institucional e o comercial (ver [FIGURA Nº 2.23 – TIPOLOGIA USUAL DE VIAS E RESIDÊNCIAS DO NÚCLEO URBANO – BAIXIO DAS PALMEIRAS](#)).

FIGURA Nº 2.23 – TIPOLOGIA USUAL DE VIAS E RESIDÊNCIAS DO NÚCLEO URBANO – BAIXIO DAS PALMEIRAS

Fonte: Google Earth.

2.1.4. INFRAESTRUTURA URBANA

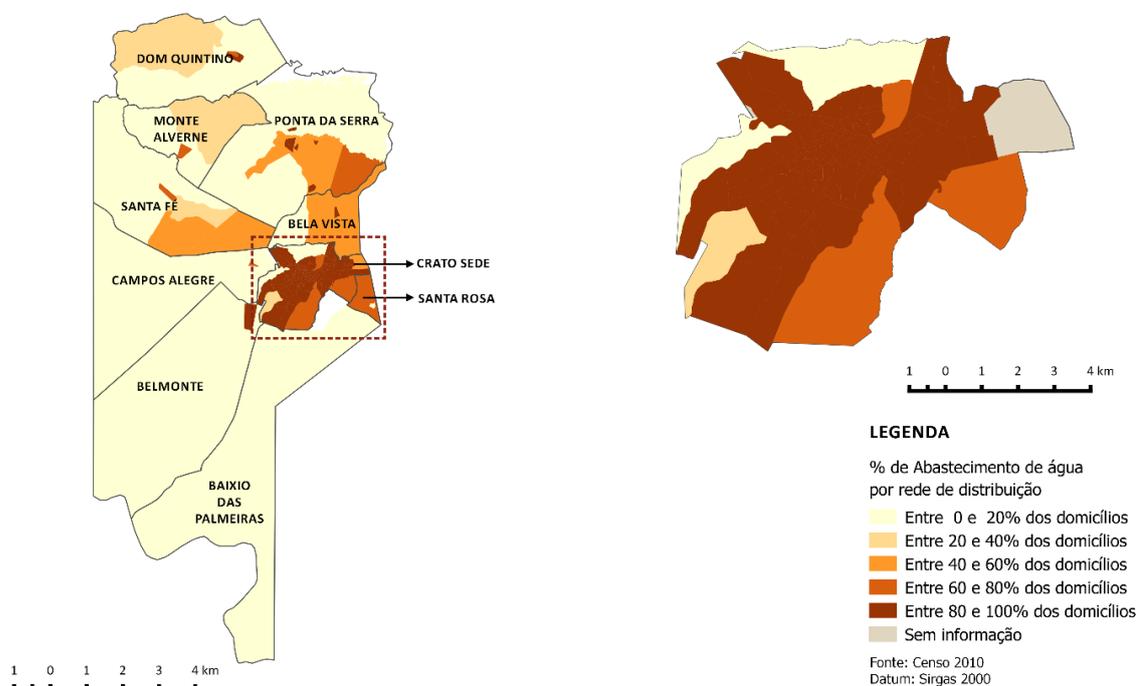
2.1.4.1. Rede de Distribuição de Água

O abastecimento de água no município do Crato é feito através da Sociedade Anônima de Água e Esgoto do Crato (SAAEC) e, no distrito de Baixio das Palmeiras e em algumas localidades geograficamente isoladas, pela Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR).

De forma geral, o município do Crato apresenta um bom percentual de cobertura de água na zona urbana, com uma taxa de 96% dos domicílios cobertos, em 2010. Desse total, no entanto, apenas 73% são ligações à rede de distribuição e nem todas apresentam o uso hidrômetro (ver FIGURA Nº 2.24 – ANÁLISE DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA – REDE DE DISTRIBUIÇÃO).

Já na zona rural, o fornecimento de água por meio de ligações a rede de distribuição apresenta mais falhas, que acabam sendo supridas pela construção de poços e, em determinados casos, por caminhões-pipa. Em todo o município, segundo dados do IBGE, em 2010 haviam 1.669 domicílios abastecidos por poço ou nascente na propriedade e 3.358 domicílios abastecidos de outra forma.

FIGURA Nº 2.24 – ANÁLISE DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA – REDE DE DISTRIBUIÇÃO



Elaboração Própria. Fonte: IBGE.

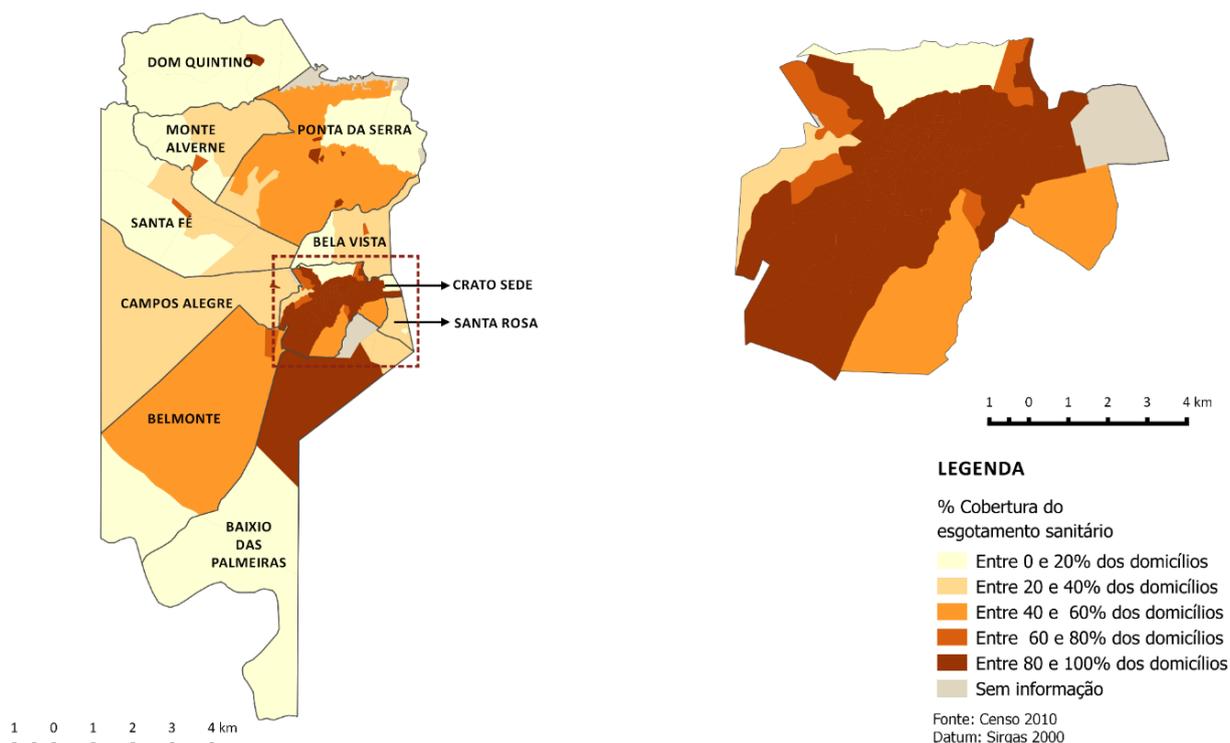
2.1.4.2. Esgotamento Sanitário

Quanto ao esgotamento sanitário, a zona urbana do Crato apresentava um percentual de 33% de cobertura, em 2010. Na zona rural, o atendimento da rede de coleta de esgotamento sanitário é variável, sendo o distrito de Baixo das Palmeiras o mais bem servido, com a índices entre 80 e 100% dos domicílios localizados na área urbana conectados à rede de coleta (ver FIGURA Nº 2.25 – ANÁLISE DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO – REDE DE COLETA).

Segundo dados do IBGE, Crato apresenta também 3.160 domicílios com esgotamento do tipo fossa séptica e 16.985 domicílios com outro tipo de esgotamento sanitário, 1.977 domicílios não tinham banheiro ou sanitário.

Embora esse percentual tenha sido ampliado nos últimos anos, à questão mais preocupante diz respeito ao tratamento e a destinação dada ao esgoto. Atualmente, o município não conta com nenhuma Estação de Tratamento de Esgoto em funcionamento, de forma que os resíduos são despejados diretamente nos recursos hídricos.

FIGURA Nº 2.25 – ANÁLISE DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO – REDE DE COLETA



Elaboração Própria. Fonte: IBGE.

2.1.4.3. Drenagem urbana

A zona urbana do Crato apresenta um problema específico relativo à drenagem que decorre tanto da presença de inúmeros recursos hídricos quanto de suas condições topográficas e das condições dos sistemas de macro e macrodrenagem.

Como o núcleo urbano se consolidou em torno de um recurso hídrico, o Rio Granjeiro, no sopé da serra, essa questão torna-se crucial devido à velocidade e volume das águas de escorrem durante as chuvas, o que é agravado pelas soluções adotadas hoje, ora mal dimensionadas, ora incompletas, abrangendo a questão de forma parcial e pontual.

Na zona rural a infraestrutura de drenagem existente é limitada a canaletas em algumas ruas pavimentadas ou trechos com drenagem subterrânea, como no caso de Dom Quintino e Ponta da Serra. Embora essa zona apresente um total de impermeabilização consideravelmente inferior ao da zona urbana, às problemáticas relativas à drenagem ocasionam alagamentos e inundações nos distritos de Baixio das Palmeiras, Campo Alegre, Dom Quintino, Monte Alverne, Ponta da Serra e Santa Fé. Já no distrito de Santa Rosa ocorre a formação de voçorocas em vias urbanas.

A ocupação indiscriminada das áreas de preservação e o desmatamento – questões comuns a todos os distritos – podem inclusive agravar esses e outros problemas.

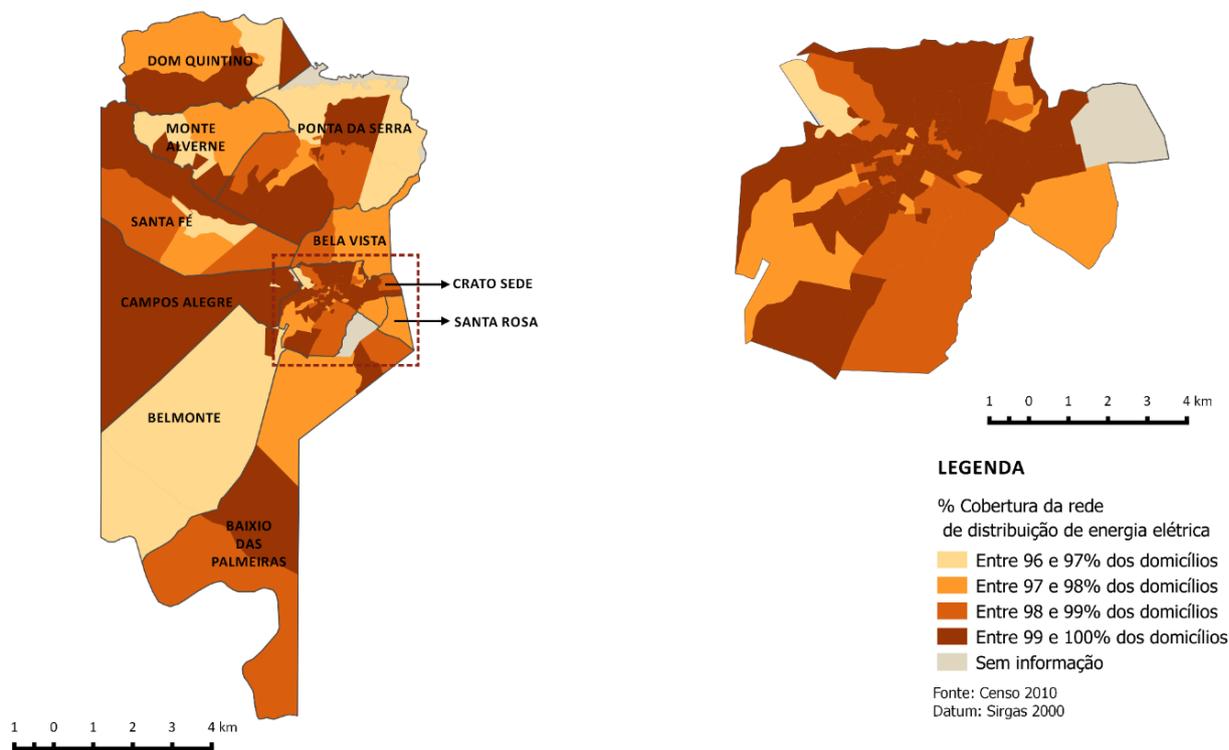
2.1.4.4. Resíduos Sólidos

A coleta de resíduos sólidos atingia, em 2010, 75,34% dos domicílios, com diferentes níveis de distribuição entre a zona urbana e a zona rural. Contudo, esses resíduos são destinados a um lixão localizado no distrito de Bela Vista, próximo à zona urbana, sem receberem tratamento específico.

2.1.4.5. Rede de Distribuição de Energia Elétrica

De forma geral, todo o município do Crato apresenta entre 90 e 100% dos domicílios atendidos pela rede de distribuição de energia elétrica. A zona urbana também apresenta uma boa cobertura da rede de iluminação pública (ver FIGURA Nº 2.26 – ANÁLISE REDE DE DISTRIBUIÇÃO ENERGIA ELÉTRICA).

FIGURA Nº 2.26 – ANÁLISE REDE DE DISTRIBUIÇÃO ENERGIA ELÉTRICA



Elaboração Própria. Fonte: IBGE.

2.1.4.6. Rede de Telecomunicações

A zona urbana apresenta um bom percentual de cobertura das redes de telefonia fixa e móvel, com a existência de provedores locais responsáveis pela conexão de internet.

Contudo, a zona rural apresenta, de forma geral, dificuldades de acesso a determinadas operadoras de telefonia móvel e de acesso à internet.

2.1.4.7. Transporte Público

O município não apresenta um sistema de transporte público municipalizado, de forma que o transporte dentro do município é feito, principalmente, por cooperativas de transporte alternativo. Esse modal de transporte, no entanto, apresenta dificuldades devido à qualidade dos veículos utilizados e a qualidade das vias, principalmente na zona rural.

Devido à condição de conturbação CRAJUBAR, a rede de transportes intermunicipal também é bastante utilizada pelos moradores. O primeiro modal dessa rede é o transporte em ônibus, realizado por uma empresa, e que interliga, principalmente, os diversos polos de educação. O segundo modal é o VLT – Veículo Leve sob Trilhos – que é utilizado apenas de forma parcial, configurando principalmente um eixo de conexão com os outros municípios.

2.2. ANÁLISE AMBIENTAL

O Município do Crato é marcado pela paisagem circundante da Chapada do Araripe que, além de ser um referencial geográfico, ambiental e simbólico, dispõe de um enorme potencial paisagístico.

A Chapada do Araripe marca todo o contorno da cidade, que, em conjunto com a Floresta Nacional do Araripe, primeira reconhecida no país, em 1946, proporcionam belas perspectivas visuais e contribuem para a imagem e identidade do Crato.

Dessa forma, a paisagem natural do Crato é fortemente marcada pela presença das elevações e contrafortes da Chapada do Araripe, mas também é pontuada por inúmeras nascentes e pequenas cascatas e pelos vales dos rios Batateiras e Granjeiro.

Entretanto, a esse patrimônio natural sofre um processo de destruição promovido, entre outros, por constantes queimadas, falta de controle do desmatamento e poluição de suas águas. A isso soma-se a expansão da mancha urbana, que vem avançando em direção às encostas da Chapada do Araripe. Dessa forma, o meio ambiente natural do Crato carece de proteção e, ao mesmo tempo, necessita de um tratamento de urbanização adequada para permitir o seu desfrute pela totalidade da população.

2.2.1. CLIMA E PLUVIOSIDADE

O clima no município do Crato é definido como Tropical Quente Semiárido Brando e Tropical Quente Subúmido. As médias térmicas mensais oscilam entre 24°C e 26°C na zona urbana, sem considerar as áreas mais altas da Chapada do Araripe, onde as temperaturas são mais frias devido à altitude. A insolação média é de 2.848 horas e a evaporação registra um valor anual de 2.288 mm, com máxima em setembro (292,8 mm) e mínima em abril (100,5 mm).

O nível de precipitação pluviométrica média anual é de 1090,9mm, com dois períodos identificados: um seco, com precipitação entre 2,5 a 75,5 mm, e outro úmido, com precipitações entre 109 a 250 mm. O período seco tem uma duração variável de 4 a 6 meses, e o úmido ocorre, normalmente, entre os meses de dezembro e maio.

2.2.2. RELEVO E SOLO

O relevo do município é constituído ao norte por formas suaves, pouco dissecadas da depressão sertaneja, com maciços residuais que se destacam na topografia, e ao sul pela uniformidade da Chapada do Araripe (com altitudes variam de 200 a 900 m).

Esse relevo movimentado requer especial atenção para a proteção de áreas de encostas e linha de cumeadas das serras, com destaque para as serras do Juá e da Fortuna (Distrito de Ponta da Serra), Caninana (Distrito de Dom Quintino), Caldeirão (Distrito de Monte Alverne) e Serra da Boa Vista (Distrito de Santa Fé).

O núcleo urbano é dividido em duas áreas pela topografia: cidade alta, representada pelos bairros Seminário, Misericórdia e Vila Alta, cujo limite encontra-se definido pelo Rio Granjeiro, e cidade baixa. A encosta do Alto do Seminário, com declividade bastante acentuada, apresentava pontos com processos erosivos acelerados e recentemente passou por um processo de contenção e urbanização, eliminando os pontos críticos.

Os solos do município são caracterizados como: *Aluviais, Litólicos, Latossolo Vermelho-Amarelo, Álico Podzólico Vermelho-Amarelo*, que são propícios para irrigação sob o ponto de vista físico, contudo alguns desses solos apresentam problemas químicos, que são facilmente solucionados com adubação. Dessa forma, o Crato apresenta boa fertilidade dos solos, desenvolvendo agricultura de feijão, milho, mandioca, arroz, algodão e cana-de-açúcar, entre outros.

2.2.3. RECURSOS HÍDRICOS

A hidrografia na região do Cariri é identificada pela ausência de rios na chapada e por rios na planície alimentados pelas diversas fontes existentes. O município do Crato está inserido na Bacia Hidrográfica Alto Jaguaribe (ver **FIGURA Nº 2.27 – BACIAS HIDROGRÁFICAS DO CEARÁ**) e na Subacia do Rio do Salgado, apresentando como principais os recursos os rios Granjeiro, Carás e das Batateiras. Os riachos Correntinho, Carão, dos Carneiros, São José, Leveiras, os açudes Tomaz Osterne e dos Gonçalves e os aquíferos de Missão Velha e Aluvial complementam os principais recursos hídricos existentes.

Os rios Granjeiro e Batateiras apresentam extensas áreas de suas planícies aluviais ocupadas com lavoura canavieira, apresentando suas matas ciliares totalmente erradicadas. O Rio Granjeiro, que corta o distrito-sede, apresenta um trecho canalizado, e mesmo assim, extravasa sua calha durante os períodos chuvosos.

Quanto à conservação desses recursos, alguns trechos das margens dos rios Batateiras e Granjeiro estão sofrendo um contínuo processo de degradação, devido ao desenvolvimento de atividades não adequadas. Isso acontece também em alguns açudes existentes na zona rural.

Quanto à poluição dos recursos hídricos, devido à falta de uma Estação de Tratamento de Esgoto em funcionamento, os efluentes sanitários recolhidos pela rede existente estão sendo lançados diretamente dos recursos hídricos. Nesse caso, no Rio Granjeiro, devido a sua canalização longo do perímetro urbano, as consequências são mais claramente identificadas.

Com relação aos recursos hídricos subterrâneos, os riscos de contaminação dos aquíferos de Missão Velha e Aluvial são bastante elevados, considerando a precariedade do sistema de esgotamento sanitário, entre outros fatores. Essa problemática assume primordial importância, tendo em vista que os recursos hídricos subterrâneos são responsáveis diretamente pelo abastecimento d'água do município. Além disso, a recuperação de um aquífero contaminado requeria a utilização de técnicas modernas, implicando em gastos consideráveis.

FIGURA Nº 2.27 – BACIAS HIDROGRÁFICAS DO CEARÁ



Fonte: IPECE.

2.2.4. VEGETAÇÃO

No Crato existem várias comunidades de vegetação, dentre as quais se destacam: Mata Seca (*Floresta Subcaducifólia Tropical Pluvial*), Caatinga Arbórea (*Floresta Caducifólia Espinhosa*), Mata Úmida (*Floresta Subperenifólia Tropical Plúvio-Nebular*) e o Cerrado (*Floresta Subcaducifólia Tropical Xeromorfa*).

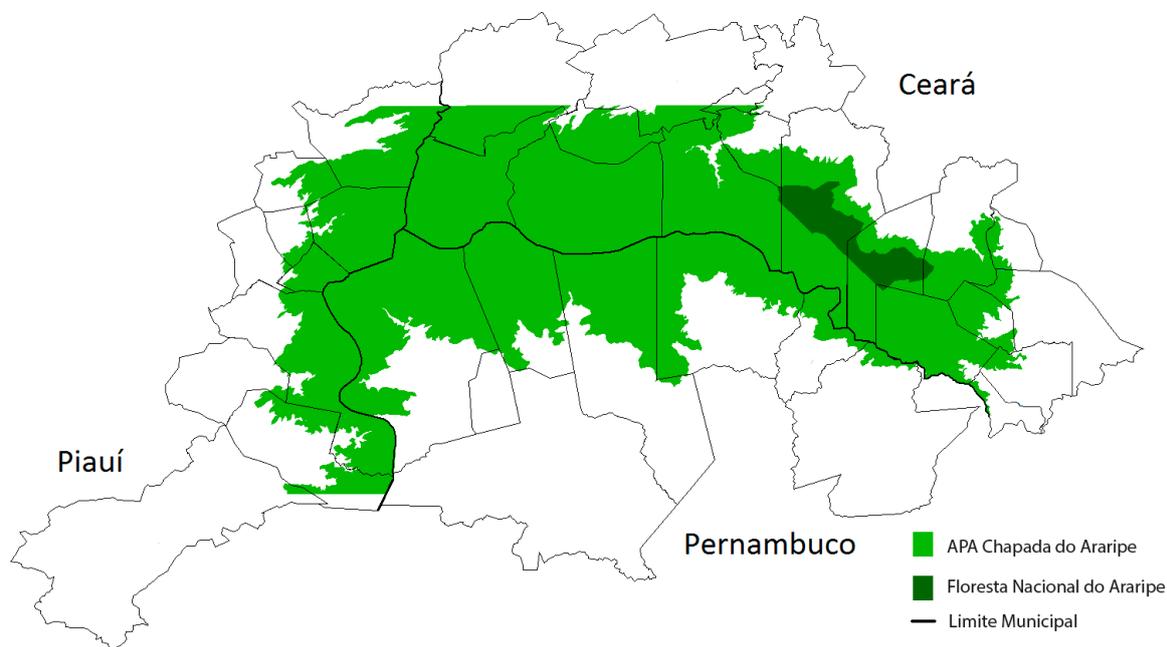
Como patrimônio ecológico o município possui a Floresta Nacional do Araripe, representativa do ecossistema Serra Úmida/Cerrado. Protegida pelo Decreto Lei Nº 9.226, de 02 de junho de 1946, foi criada para manter as fontes de água do semiárido, barrando o avanço da desertificação no Nordeste. Atualmente gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Unidade de Conservação (UC) possui duas glebas distintas – uma na Serra do Araripe, que abrange, além do Ceará, os estados de Pernambuco e Piauí; e a outra, na Serra do Apodi, entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte.

A UC compreende fragmentos de Mata Atlântica e de Cerrado em plena Caatinga. Na porção Araripe encontram-se ambientes de mata úmida, cerradão, cerrado, carrasco e as respectivas transições - uma diversidade de ecossistemas que se constitui em importante refúgio de espécies raras e ameaçadas de extinção como *Penelope jacucaca*, *Sclerurus scansor cearenses*, *Antilophia bokermanni*, *Procnias averano averano* e *Sporagra yarellii*. A unidade também constitui um importante refúgio para a fauna, com um microclima privilegiado no semiárido ela abriga mais de 200 espécies de aves, entre outros animais.

2.2.5. APA CHAPADA DO ARARIPE

A APA Chapada do Araripe é definida por cotas de altitude entre as divisas dos estados do Ceará (500 m), Pernambuco (640 m) e Piauí (480 m), compreendidas entre latitudes 7ºS e 8ºS, delimitadas por cartas da Sudene, excetuando-se a extensão da Floresta Nacional do Araripe e áreas urbanas na época do seu Decreto Federal de criação, de 4 de agosto de 1997 (ver FIGURA Nº 2.28 – BACIAS HIDROGRÁFICAS DO CEARÁ).

FIGURA Nº 2.28 – CHAPADA DO ARARIPE E FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE



Elaboração Própria. Fonte: ICMBio.

A APA abrange uma área de 1.063 hectares, sendo 47% no estado do Ceará (15 municípios), 36% em Pernambuco (12 municípios) e 17% no Piauí (11 municípios) e atualmente é gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Essa área pode ser dividida em três partes: ao centro, com uma vegetação mais abundante que inclui a Floresta Nacional do Araripe; áreas extensas semiáridas que passam, devido à pressão antrópica, por um processo de degradação (desertificação parcial); e áreas urbanas, em processo de expansão (calçamento, redes de esgoto, estações de depuração etc.).

A Chapada representa, não apenas para o município do Crato, um importante elemento para o desenvolvimento sustentável, possuindo, além do patrimônio natural – que inclui as jazidas fóslicas do cretáceo. Contudo, ela vem passando por um processo de degradação. Dentro desse processo é possível destacar, além do desmatamento, a captação das fontes de água, que pode, inclusive, prejudicar o reabastecimento dos diversos recursos hídricos, pondo em risco o abastecimento das cidades da região.



3.0. IMPACTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (RMC) E TENDÊNCIAS MACROECONÔMICAS

3.0. IMPACTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (RMC) E TENDÊNCIAS MACROECONÔMICAS

A conceituação de aglomerações urbanas, metrópoles e/ou região metropolitana, ajuda a identificar as especificidades relativas a certas dimensões do espaço urbano. Ao longo do tempo se passou a incorporar variáveis espaciais e econômicas, à rede de comunicação e de lugares, que dão contorno à identificação de aglomerações urbanas, as quais, em termos estatísticos, seriam constituídas por grandes centros urbanos, municípios centrais e periféricos das áreas metropolitanas, e é no interior dessas aglomerações onde pode ocorrer o Desenvolvimento Local.

A mudança no perfil do desenvolvimento dos municípios está ligada a potencialização de um conceito fundamental, o de Desenvolvimento Local atuando em conjunto com os estímulos econômicos externos conhecidos como Desenvolvimento Exógeno.

Na prática, percebe-se um esforço gigantesco dos Gestores Municipais na atração de novas empresas, principalmente industriais, como mola mestra para a transformação econômica.

O fundamento do conceito de “desenvolvimento local” é que ele ocorre em algum território intencionalmente delimitado. Assim, o “local” pode ser identificado como qualquer porção territorial que se distingue, a partir de determinados elementos de identidade elegíveis, segundo o critério de escolha de quem desenha o território: um bairro, um distrito, um povoado, uma região, etc.

Pode-se até induzir um processo de desenvolvimento do município de forma exógena, mas ele se realiza de forma endógena, já que a implementação, consolidação e sucesso do Desenvolvimento Local dependem da adesão e da participação das pessoas, que precisarão se apropriar do projeto.

O processo de “*empoderamento*” é fundamental para modificar as condições que possibilitaram a concentração do conhecimento, do poder e da riqueza, tendo como consequência a ocorrência de pobreza e da exclusão social.

Ele ocorre quando os agentes locais se reconhecem como sujeitos do seu próprio destino, tornam-se atores sociais materializando o conceito de protagonismo local, desta forma, promover o desenvolvimento local de forma sustentável significa usar o dinamismo e a energia próprios de cada território e comunidade, regra válida tanto para o Crato e suas distintas faces, como para os demais municípios e suas contradições.

Na segunda metade do século XIX, a região do Cariri passa a ser importante entreposto comercial para uma macrorregião que envolve além do sul cearense, vasta área dos estados da Paraíba, de Pernambuco e do Piauí. Nesse cenário, a cidade de Crato ocupa centralidade na determinação da dinâmica econômica regional, seguida da cidade de Barbalha, pelas amplas disponibilidades de recursos naturais, além de potencial hídrico, favoráveis a uma base agrícola diversificada e à expansão da agricultura. Porém, teriam sido a intelectualidade e a política, as bases para o destaque de Crato, que se tornou município polo da

região sul do Estado, com fortes vinculações e influências sobre os estados vizinhos. Adicionalmente, o pioneirismo de Crato como centro comercial cria-lhe condições para que se beneficie da expansão de um surto comercial associado à conseqüente decadência de outro importante polo comercial do cearense, a cidade de Icó, com a conseqüente atração de comerciantes e prestadores de serviços.

A Região Metropolitana do Cariri - RMC foi criada em 2009 pelo Governo do Estado do Ceará como Política Pública para atuar na redução das desigualdades existentes entre Região Metropolitana de Fortaleza e o interior do Estado, tendo como maior objetivo o de se compartilhar com Fortaleza e sua região metropolitana a atração populacional, bem como, de equipamentos, serviços e investimentos públicos e privados que visem o seu completo desenvolvimento a partir das circunstâncias cultural e socioeconômica.

A RMC está localizada ao Sul do estado do Ceará e é constituída por nove municípios: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Caririaçu, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri.

A RMC foi concebida a partir da conurbação pré-existente entre as cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, que foi denominado como triângulo CRAJUBAR, com configuração e ordenação da ocupação do espaço semelhante a dinâmica de crescimento dos centros urbanos médios do Brasil, reproduzindo as mesmas lógicas que regem as metrópoles. O setor agrícola apresenta pequena importância para estas cidades. Os demais municípios da RMC apresentam características de pequenas cidades, com elevada participação do setor agrícola, muitas vezes superior a um terço do emprego total e com setor terciário inferior a metade do geral, que em sua maioria é constituído por pequenos comerciantes ocupados em atender a demanda local e em vender produtos oriundos das atividades agrícolas e do artesanato local, além de prestadores de serviços, no geral menos especializados.

O Cariri Cearense tem atraído investimentos nos setores de turismo, indústria, segurança, agricultura, transporte, saúde e infraestrutura. A Região Metropolitana do Cariri – RMC destaca-se no estado pelo seu potencial econômico notável, a atração de novos investimentos públicos e privados contribuirá ainda mais para a consolidação da RMC e o conseqüente fortalecimento dessas cidades. O desenvolvimento da RMC, com o crescimento compartilhado, deve levar em consideração as diferenças entre as cidades e as suas potencialidades.

Porém, fora da conurbação CRAJUBAR cabe questionar a existência de uma dinâmica metropolitana na RMC, pois, apesar da existência de um centro urbano no CRAJUBAR, isto não se verifica entre os demais municípios caracterizados por um pequeno núcleo urbano, cercado de grandes áreas rurais de baixa densidade demográfica. Assim, a consolidação da RMC apresenta uma série de desafios e a cada um deles corresponde uma ou várias oportunidades.

O primeiro se refere aos desequilíbrios intraregionais, o segundo a integração metropolitana entre os municípios e o terceiro a fragmentação das políticas públicas.

O primeiro diz respeito à existência de forte assimetria entre os municípios, explicada em parte pela própria atração exercida pelo CRAJUBAR, que drena não apenas mão de obra, mas também investimentos

públicos e privados dos municípios menores, acirrando ainda mais tais disparidades, representando o fato um desafio para políticas públicas no sentido de pensarem o desenvolvimento local a partir de realidades e potencialidades tão distintas.

O segundo desafio diz respeito ao problema de integração dos municípios em uma escala metropolitana, dada a não completa integração de estradas que interliguem os municípios, áreas urbanas e rurais, e a ocorrência de diferenças significativas de relevo, que prejudicam soluções de transporte coletivo em escala metropolitana. Com exceções dos municípios do CRAJUBAR e de Missão Velha, os demais municípios localizam-se em regiões de Serra, apresentando estradas estreitas e com menor fluxo de transporte de passageiros e bens.

O terceiro desafio diz respeito à falta de mecanismos institucionais que rompam com uma prática de política pública fragmentada em nível municipal, para tratar de problemas que fogem a esta escala simplista, ou seja, é urgente repensar uma ação pública voltada à gestão do território, principalmente diante de desafios que demandem esta escala de articulação com uma forte articulação entre os municípios envolvidos e a efetiva participação ativa de atores sociais.

Desta forma, persistindo a falta de uma integração maior do planejamento e das ações de interesse comum entre as cidades e as demais instâncias governamentais, continuaremos a assistir à concentração de ações e recursos, de forma desproporcional, colocando os municípios em posição de competição e não de cooperação.

A consolidação de uma região metropolitana impõe uma nova escala aos problemas, que transcende os limites municipais, exigindo, por sua vez, uma abordagem territorial, sobretudo no planejamento da atuação do poder público.

3.1. TENDÊNCIAS MACROECONÔMICAS

A economia brasileira está vivendo a alternância entre a divulgação na melhora de alguns dos seus indicadores e a persistência da incerteza diante da instabilidade do quadro político. A questão em alta em todos os meios é se já se pode afirmar que o Brasil já iniciou a retomada da sua Economia e se já deixou o quadro recessivo para trás.

Dependendo do risco do Brasil permanecer em recessão e dos critérios de comparação, o quadro recessivo atual é um dos piores, senão o pior, da história nacional.

Os dados referentes ao primeiro semestre de 2017 mostram uma leve melhora no comportamento com um pequeno crescimento da produção industrial, as vendas do comércio e a atividade de serviços também apresentaram tímida reação.

Nada suficiente para caracterizar uma saída consistente da recessão, já que o resultado positivo se deve, principalmente, ao comportamento excepcional da agricultura e na elevação das exportações. As

elevações também ocorreram sobre uma base deprimida após meses seguidos de deterioração econômica.

As incertezas quanto ao andamento das reformas e a sustentação do governo são um duro golpe na melhoria das expectativas entre investidores e empresários.

A Economia é movida pelas expectativas das famílias e dos empresários; depende, portanto, da confiança de investidores e consumidores. No nosso caso específico, muitos acreditavam que, após o impeachment, o Brasil voltasse a crescer, o que se viu, no entanto, foi que essa confiança não se traduziu de imediato em mais investimento ou consumo.

A retomada, projetada para 2017, não vai além de um crescimento no PIB próximo de zero, insuficiente diante da maior recessão da história, com retração de 3,6% em 2016 e 3,8% em 2015. Essa sequência, de dois anos seguidos de baixa, só havia acontecido, no Brasil, nos anos de 1930 e 1931, com recuos de 2,1% e 3,3%.

Imagina-se que, com a aprovação das reformas haja um crescimento superior a 1 ou 2% em 2018. Mesmo essa retomada lenta não se concretizará sem medidas complementares à Política Econômica, sem falar que complicações no ambiente político ou no cenário externo podem reverter essa expectativa.

Serão imprescindíveis ações que possibilitem uma queda mais rápida na taxa de juros e que acelerem o programa de concessões em infraestrutura. As concessões abrangem as esferas federal, estadual e municipal.

A redução mais rápida dos juros parece estar mais próxima graças à queda da inflação além da expectativa. A questão será em qual velocidade essa redução se refletirá em crédito mais barato.

Quanto às concessões, não se percebe esforço para acelerar os projetos em rodovias, ferrovias, energia e saneamento, entre outros. No momento atual, essas privatizações são essenciais para reativar os investimentos em infraestrutura, reduzidos tanto pelo caos das Finanças Públicas, quanto pelo impacto da Lava Jato nas grandes empreiteiras.

A melhora da confiança sem um conjunto de estímulos à economia real, já redundou no referido fracasso após o impeachment e, se as ações do governo se limitarem às mudanças constitucionais em andamento no congresso, poderemos ter outro insucesso na retomada.

A tendência negativa se refere ao nível dos investimentos públicos e privados, indicador em queda desde o final de 2013. Como proporção do PIB, o investimento brasileiro chegou a 15,5% no segundo trimestre, taxa insuficiente para garantir um novo ciclo de crescimento sustentável. A incerteza do cenário político e a falta de crédito são dois dos fatores que impedem a retomada dos investimentos.

Apenas o crescimento dos investimentos seria capaz de dar sustentação à retomada da economia, já que o Consumo funciona como o esqueleto e o investimento como a musculatura. O que faz o corpo caminhar é a musculatura, do mesmo modo é o investimento que faz a economia se movimentar.

Máquinas e equipamentos ociosos significam que é possível aumentar a oferta sem novos investimentos. Dificilmente, haverá um novo ciclo de investimentos antes da definição do cenário político pós eleições de 2018. A modernização e a inovação na economia estariam limitadas, o que seria um fator restritivo para o crescimento da produtividade.

Em resumo, o crescimento esperado de 0,8 a 1% em 2017 e 2 a 2,5% em 2018 será resultado, principalmente, da elevação do consumo que, sem uma retomada sólida dos investimentos, será incapaz de gerar um crescimento econômico mais expressivo e sustentável.



4.0. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

4.0. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: < www.ibge.gov.br >. Acesso em agosto de 2017.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Disponível em: < www.icmbio.gov.br >. Acesso em agosto de 2017.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Disponível em: < www.ipece.ce.gov.br >. Acesso em agosto de 2017.

LINS, G.L. APAs Federais: Análise da Chapada do Araripe. Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2009.

Prefeitura Municipal do Crato. Disponível em: < www.crato.ce.gov.br >. Acesso em agosto de 2017.

Serviços Geológicos do Brasil. Disponível em: < www.cprm.gov.br >. Acesso em agosto de 2017.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

ESPAÇO PLANO

ESPAÇO PLANO – ARQUITETURA E CONSULTORIA S/S LTDA.

ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E
REGIONAL DO CRATO-CE – LOTE I

Produto 4.0 – Relatório Consolidado das Análises Técnicas do
Município

TOMO I – MICRORREGIÃO E CIDADE

OUTUBRO / 2017 – FORTALEZA / CE

CRATO



PLANO PLURIANUAL 2018-2021



ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO / CE - LOTE I



PRODUTO 4.0 - RELATÓRIO CONSOLIDADO DAS ANÁLISES TÉCNICAS DO MUNICÍPIO
TOMO II - GOVERNANÇA, PLANEJAMENTO E GESTÃO



Outubro / 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

**ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO
CRATO-CE – LOTE I**

**PRODUTO 4.0 – RELATÓRIO CONSOLIDADO DAS ANÁLISES TÉCNICAS DO
MUNICÍPIO**

TOMO II – GOVERNANÇA, PLANEJAMENTO E GESTÃO

FORTALEZA / CE – OUTUBRO / 2017

ELABORAÇÃO

ESPAÇO PLANO – ARQUITETURA E CONSULTORIA S/S LTDA.

EQUIPE TÉCNICA DA CONSULTORA

Coordenação Técnica

AIRTON IBIAPINA MONTENEGRO JÚNIOR – Coordenador / Arquiteto e Urbanista Sênior

Equipe Chave

FRANCISCO EDUARDO ARAUJO SOARES – Arquiteto e Urbanista Sênior

ANDERSON CARLOS LEITE PEREIRA - Contador

DANIEL PAGLIUCA – Advogado Pleno

DIEGO TORQUATO ALMEIDA – Contador Pleno

FRANCISCO ANTÔNIO DO NASCIMENTO NETO – Contador Sênior

LAURO CHAVES NETO – Economista Sênior

MARCELO DA COSTA TEIXEIRA – Engenheiro Civil Sênior

PEDRO ELDER SILVA LIMA – Administrador Pleno

VERA MARIA DA SILVA FREITAS – Assistente Social Pleno;

Equipe Complementar

ISABELLY CAMPOS EGOT – Arquiteta e Urbanista

KARLO JOSÉ MEDEIROS TELES – Contador

TAMIRYS SOARES SENA – Arquiteta e Urbanista

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

Coordenação

MÉRCIA KARÍZIA SOBREIRA LEANDRO – Gerente da Célula de Monitoramento de Projetos Prioritários

Equipe Chave

ADALGIZA ARRAIS DE FARIAS VIEIRA – Subprocuradora Municipal

CÍCERO FELIPE DA SILVA CORREIA – Chefe de Gabinete Adjunto

HERMÍNIA RACHEL SARAIVA OLIVEIRA – Coordenadora de Comunicação

HILDO MORAES DE BRITO JÚNIOR – Arquiteto, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial

KARINE FEITOSA CARLOS SANTANA – Assessora da Secretaria Municipal de Educação

NÍNIVE BARRETO OLIVEIRA XENOFONTE – Gerente da Célula de Projetos Estratégicos, da Secretaria Municipal de Saúde

Equipe de Apoio da Consultora

AILA MARIA ALMEIDA OLIVEIRA – Agente Administrativo

ADLA EDWIGES OLIVEIRA DOS SANTOS – Secretária

CÍCERO VIEIRA NOBRE – Auxiliar de Escritório

WALDESON DE ARAÚJO LIMA – Digitador



SUMÁRIO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1.0. ANÁLISE DE GOVERNANÇA DO MUNICÍPIO	8
1.1. MODELO DE GOVERNANÇA DO MUNICÍPIO	9
1.1.1. ANTECEDENTES	9
1.1.2. REFERENCIAL TÉCNICO.....	9
1.1.3. MODELO DE GOVERNANÇA DO CRATO.....	10
1.2. AVALIAÇÃO DO COMPONENTE LIDERANÇA.....	13
1.2.1. PESSOAS E COMPETÊNCIAS	13
1.2.2. PRINCÍPIOS E COMPORTAMENTOS.....	14
1.2.3. SISTEMA DE GOVERNANÇA	15
1.3. AVALIAÇÃO DO COMPONENTE ESTRATÉGIA	16
1.3.1. RELACIONAMENTO COM PARTES INTERESSADAS.....	16
1.3.2. ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL.....	16
1.4. AVALIAÇÃO DO COMPONENTE CONTROLE	17
1.4.1. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO.....	17
1.4.2. AUDITORIA INTERNA.....	18
1.4.3. <i>ACCOUNTABILITY</i> E TRANSPARÊNCIA.....	18
1.5. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA.....	19
1.6. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS.....	20
2.0. ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO VIGENTES	21
1.6.1. PLANO PLURIANUAL – PPA (2014 – 2016).....	22
1.6.2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2018.....	23
1.6.3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2017	24

1.7.	PLANOS SETORIAIS	25
1.7.1.	PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - PMSB	25
1.7.1.1.	VOLUME I	26
1.7.1.2.	VOLUME II	29
1.7.1.3.	VOLUME III	32
1.7.2.	PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME	32
1.7.2.1.	LEGISLAÇÃO	33
1.7.2.2.	ANEXOS	34
3.0.	ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FISCAL	35
3.1.	NECESSIDADE DE AJUSTE FISCAL	36
3.2.	CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO	36
3.3.	PROJEÇÃO DE RECEITA E DESPESA	36
3.3.1.	RECEITA PÚBLICA MUNICIPAL	37
3.3.2.	INDICADORES GERENCIAIS DA RECEITA	39
3.3.3.	DESPESA PÚBLICA MUNICIPAL	39
4.0.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	42



APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

O presente documento, intitulado como **Produto 04 – Relatório Consolidado das Análises Técnicas do Município** foi desenvolvido pela equipe técnica da empresa Espaço Plano – Arquitetura e Consultoria S/S Ltda., concretizando o início do processo de elaboração do **Planejamento Estratégico Municipal e Regional do Município do Crato-CE**, em atendimento ao Contrato Nº 2017.07.13.2, referente a Tomada de Preços Nº 2017.06.20.1 – PMC.

Este produto abrange a visão técnica das diversas áreas do saber envolvidas na elaboração do Plano. O principal objetivo do presente relatório foi levantar dados para uma completa análise da realidade existente através de uma percepção global da região e do município, visando a elaboração de um Planejamento Estratégico consistente.

A metodologia utilizada para a produção do presente relatório constituiu-se, basicamente, de levantamentos de informações, observações em campo e entrevistas com técnicos da Prefeitura. Após o levantamento dessas informações, foram realizadas análises técnicas utilizando as metodologias descritas no **Produto 01 – Proposta Metodológica do Planejamento Estratégico Municipal e Regional**. Para a Análise de Governança, no entanto, devido as características próprias desse sujeito, a Consultora optou por acrescentar à referida Proposta Metodológica uma nova ferramenta metodológica apoiada nas atuais iniciativas do Tribunal de Contas da União (TCU). Dessa forma, a ferramenta adotada será explicitada adiante.

Este Produto é composto de três TOMOS a seguir denominados:

- a. TOMO I – MICRORREGIÃO E CIDADE: Análise socioeconômica, análise urbanística, análise ambiental do município e impacto do desenvolvimento regional (RMC) e de tendências macroeconômicas;
- b. TOMO II – GOVERNANÇA, PLANEJAMENTO E GESTÃO: Análise da governança municipal, análise dos instrumentos de planejamento vigente e análise da situação econômico-fiscal; e
- c. TOMO III – DEMAIS ANALISES: Análise da legislação vigente, recomendações de ajustes nas legislações e omissões a serem sanadas.

Estão postos os principais fundamentos para o desenvolvimento da próxima etapa do Plano, no formato que associa as percepções técnica e comunitária, observando as diretrizes estabelecidas no **Produto 01 – Proposta Metodológica do Planejamento Estratégico Municipal e Regional**.



1.0. ANÁLISE DE GOVERNANÇA DO MUNICÍPIO

1.0. ANÁLISE DE GOVERNANÇA DO MUNICÍPIO

1.1. MODELO DE GOVERNANÇA DO MUNICÍPIO

1.1.1. ANTECEDENTES

Apesar do tema ter sido desenvolvido, inicialmente, com foco nas empresas privadas, ao longo dos anos, crises no setor público propiciaram a realização de estudos para tornar o assunto mais abrangente e aplicável às organizações governamentais. Em 2001, a Federação Internacional de Contadores (IFAC) publicou o trabalho “Governança no Setor Público” (*Governance in the Public Sector: A Governing Body Perspective*, 2001), no qual redefiniu os princípios da boa governança, para aplicabilidade nas organizações públicas.

Dentre os vários conceitos mundialmente adotados para governança, utilizaremos como base aquele que define Governança como um conjunto de estruturas postas em prática para garantir que os resultados pretendidos pelas partes interessadas sejam definidos e alcançados (IFAC, 2013). No Brasil, plenamente alinhado com os conceitos da IFAC e outras entidades voltadas ao estudo e desenvolvimento da Governança, o TCU elaborou documento intitulado “Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública” (RBG), atualizado pela última vez em 2014.

Paralelamente o TCU tem capitaneado os esforços para implantação e melhoria dos sistemas de governança, nos diversos entes federados. Inclusive, realizando, sistematicamente, levantamentos para conhecer melhor a situação da governança no Setor Público, e, assim, estimular suas organizações a adotarem as boas práticas de governança, nas mais diversas áreas.

1.1.2. REFERENCIAL TÉCNICO

Utilizaremos como referência comparativa os resultados e a metodologia do questionário sobre governança pública, fruto de Levantamento sobre Governança, realizado pelo Tribunal de Contas da União, por força do Acórdão 2.187/2014 – Plenário. O levantamento em questão foi realizado pelo TCU em conjunto com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – ATRICON, o Instituto Rui Barbosa – IRB, e Tribunais de Contas dos Estados e Municípios de todo país.

Participaram do levantamento diversas organizações do setor público de todo país, cerca de 12.259 organizações no total, contudo, destes foram consideradas somente 7.770 organizações respondentes, representando cerca de 63% dos participantes. Dos respondentes com questionários validados 6.497 são de esfera municipal, destes 3.369 Prefeituras Municipais.

Para garantir a compatibilidade da aplicação metodológica, utilizamos como referência apenas os resultados das Prefeituras municipais, embora o perfil de governança pública, obtido neste levantamento, sugere significativas deficiências na administração pública, de uma forma significativa em todos os seguimentos.

O levantamento apresenta uma análise dos dados por meio de duas dimensões. a primeira delas, “Perfil de governança pública”, apresenta um panorama nacional de governança pública. Outra dimensão da análise é o “Índice de governança pública”, que materializa a situação de governança pública em âmbito nacional, de forma classificatória.

Tanto o perfil como o índice de governança pública obtidos neste levantamento sugerem significativas deficiências na administração pública. Por conseguinte, grande parte dos respondentes apresentaram baixa capacidade em quase todas as práticas do modelo de avaliação utilizado neste trabalho.

1.1.3. MODELO DE GOVERNANÇA DO CRATO

Na ausência de um modelo de governança local definido, bem como a disseminação dos conceitos básicos de governança, faz-se necessária a utilização de um parâmetro externo para balizar as informações obtidas com as de outros entes federativos e, a partir desse referencial, fazer uma análise comparativa mais efetiva.

Como mencionado anteriormente, foi utilizado o Índice de Governança Pública, elaborado pelo TCU, em que são apresentados a definição e o método de cálculo desse índice, o qual cria uma referência acerca da situação de governança pública em âmbito nacional.

Nesta metodologia, aplicamos os resultados do levantamento do TCU de 2014, em comparação a situação identificada em julho de 2017, no Município do Crato. Obviamente, existem restrições metodológicas em comparar resultados de momentos diferentes. Portanto, registra-se como esclarecimento que o objetivo da comparação é estabelecer apenas um parâmetro referencial

Para um melhor esclarecimento, segue abaixo o significado de cada componente avaliado (Ver [QUADRO Nº 1.1 – PESO PARA GOVERNANÇA DOS COMPONENTES](#)):

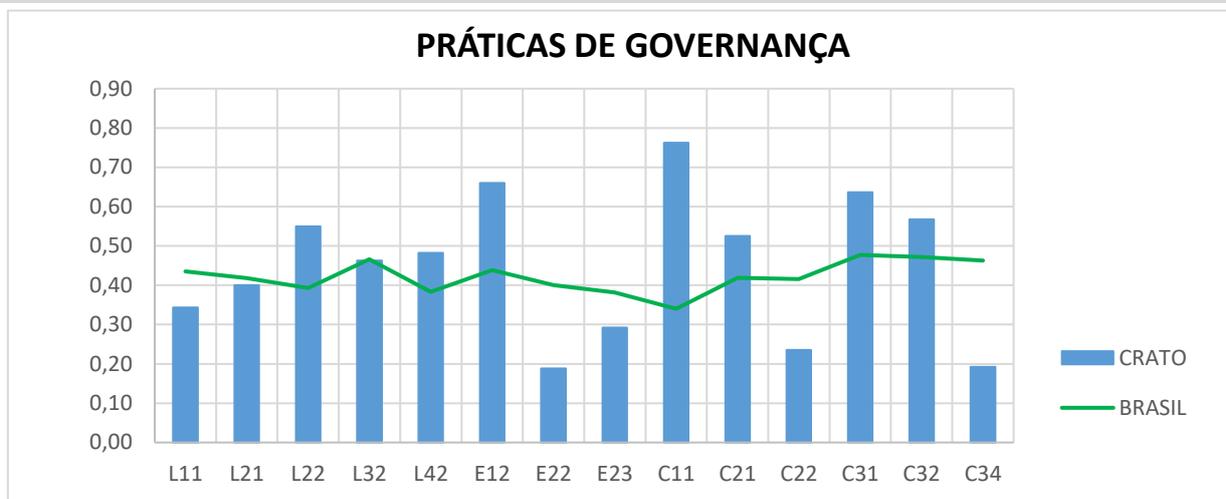
QUADRO Nº 1.1 – PESO PARA GOVERNANÇA DOS COMPONENTES

COMPONENTE	PRÁTICA DE GOVERNANÇA	PESO PARA A GOVERNANÇA
E2.2	Estabelecer a estratégia da organização.	11,70%
E2.3	Monitorar e avaliar a execução da estratégia, os principais indicadores e o desempenho da organização.	10,80%
L4.2	Garantir o balanceamento de poder e a segregação de funções críticas.	8,40%
L3.2	Responsabilizar-se pelo estabelecimento de políticas e diretrizes para a gestão da organização e pelo alcance dos resultados previstos.	8,30%
C3.4	Garantir que sejam apurados, de ofício, indícios de irregularidades, promovendo a responsabilização em caso de comprovação.	7,80%
C3.1	Dar transparência da organização às partes interessadas, admitindo-se o sigilo, como exceção, nos termos da lei.	7,40%
C1.1	Estabelecer estrutura de gestão de riscos.	7,00%
L2.2	Estabelecer mecanismos de controle para evitar que conflitos de interesse influenciem as decisões e as ações de membros da alta administração e dos conselhos ou colegiado superior.	6,50%
C3.2	Prestar contas da implementação e dos resultados dos sistemas de governança e de gestão, de acordo com a legislação vigente e com o princípio de <i>accountability</i> .	6,40%
C2.2	Prover condições para que a auditoria interna seja independente e proficiente.	6,00%
C2.1	Estabelecer a função de auditoria interna.	5,50%
E1.2	Promover a participação social, com envolvimento dos usuários, da sociedade e das demais partes interessadas na governança da organização.	5,30%
L2.1	Adotar código de ética e conduta que defina padrões de comportamento dos membros da alta administração e dos conselhos ou colegiado superior.	5,00%
L1.1	Estabelecer e dar transparência ao processo de seleção de membros da alta administração e de conselhos ou colegiado superior.	3,80%

Fonte: Tribunal de Contas da União, 2014.

A análise revelou que embora as práticas avaliadas estejam abaixo da média de 2014, existem fatores positivos e que podem ser potencializados, contudo, em outro extremo, também existem pontos de alerta de práticas que estão muito abaixo da média, que por sinal, já é baixa (Ver **FIGURA Nº 1.1 – PRÁTICAS DE GOVERNANÇA BRASIL 2014 X CRATO 2017**).

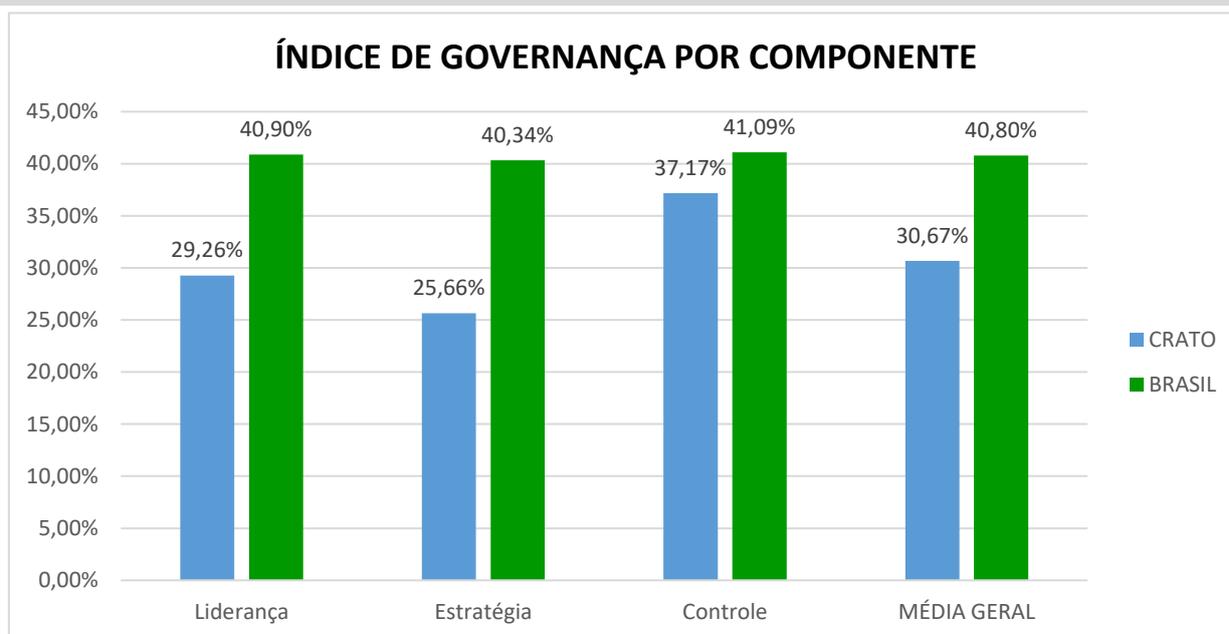
FIGURA Nº 1.1 – PRÁTICAS DE GOVERNANÇA BRASIL 2014 X CRATO 2017



Fonte: Elaboração própria.

Fica evidente uma necessidade de atenção maior nos componentes *Estratégia* e *Controle*, em que ambos tiveram dois componentes mal avaliados e puxaram a média do município para baixo (Ver FIGURA Nº 1.2 – COMPARAÇÃO ENTRE ÍNDICE DE GOVERNANÇA 2014 E O CRATO 2017).

FIGURA Nº 1.2 – COMPARAÇÃO ENTRE ÍNDICE DE GOVERNANÇA 2014 E O CRATO 2017



Fonte: Elaboração própria.

1.2. AVALIAÇÃO DO COMPONENTE LIDERANÇA

1.2.1. PESSOAS E COMPETÊNCIAS

Um dos assuntos mais discutidos dentro das organizações, inclusive no Setor Público, é a *liderança*. Dada a importância do tema para a *governança* no Setor Público, a *liderança* figura como um dos três componentes para avaliação de *Maturidade de Governança*. Cada vez mais a figura do líder passou a ser o centro motivador de grandes conquistas, como a própria materialização da liderança, uma vez que é capaz de impulsionar o desenvolvimento de outras pessoas e das organizações.

Vale ressaltar que esta é uma prática considerada essencial por todos os órgãos de Governança. Segundo o CIPFA (*The Chartered Institute of Public Finance and Accountancy*, 2008), “Organizações que prestam serviços públicos precisam de pessoal com as competências necessárias para gerenciar e controlar essas organizações de forma eficaz. As instâncias de governança devem levar em consideração as competências de que precisam para sua situação específica”.

O perfil dos gestores públicos do município, ou seja, da liderança, deve ser adequado ao contexto municipal (Município e Governo), aos desafios a serem superados, as oportunidades a serem aproveitadas e as pessoas e processos a serem desenvolvidos. O processo de seleção e capacitação dos líderes passa a ser ponto crítico para o sucesso da gestão pública municipal e para o próprio desenvolvimento sustentável do município.

Nesse sentido, no que compete a prática de estabelecer e dar transparência ao processo de seleção de membros da alta administração, não foram identificadas as características e/ou competências desejáveis ou necessárias a esses gestores, portanto, sendo consideradas como prática não adotada. Entretanto, existe de forma ampla e disseminada, conselhos temáticos, representativos de políticas públicas, com atribuições específicas a sua atuação, muito embora não exista um órgão colegiado superior.

Outro fator identificado foi que não há um mecanismo formal, no qual sejam determinados critérios de seleção desses membros da alta administração, ou seja, dos gestores, e de conselhos. Todavia, existe sim uma intenção, declarada e parcialmente formalizada, o que podemos considerar como estágio de decisão.

Ainda sobre o processo de seleção de membros da alta administração, foi identificado na Lei Orgânica e na Lei Municipal que altera a estrutura administrativa, mecanismos, ou seja, decisões formais que estabelecem atribuições e competências, mesmo que indiretamente, para execução do cargo, contudo sem ampla divulgação das características e competências requeridas, dos critérios de seleção e do processo de escolha.

Assim, partindo da premissa que assegurar a adequada capacitação dos membros da alta administração é um meio necessário para garantir as boas práticas de governança, avaliamos as formas de promoção do desenvolvimento desses membros, constatando que não existe um plano ou mesmo uma diretriz de

formação continuada para este público especificamente. Tais práticas de formação dos gestores ocorrem de forma aleatória e, em boa parte, por iniciativa deles próprios, sendo considerada, portanto, como prática não adotada pela Prefeitura.

Para efeito de registro, a Prefeitura Municipal do Crato tem dispensado inúmeros esforços para capacitação de servidores, no entanto, restrito aos níveis tático e operacional, sendo este último com maior intensidade.

Outra boa prática de governança, que poderia inclusive, preceder os processos de capacitação, seria identificar as características e competências desejáveis ou necessárias a membros da alta administração, fato este que foi possível identificar apenas parcialmente, seja por meio de mecanismos práticos e/ou legais que garantam efetivamente que os cargos sejam ocupados por aqueles perfis previamente definidos.

Após a devida identificação das características e competências de membros da alta administração, essas deveriam ser desenvolvidas considerando as necessidades de desenvolvimento identificadas, o que ocorre em menor parte, pela Prefeitura do Crato.

1.2.2. PRINCÍPIOS E COMPORTAMENTOS

Estabelecer mecanismos de controle para evitar que conflitos de interesse influenciem as decisões e as ações de membros da alta administração e dos conselhos ou colegiado superior é uma boa prática considerada essencial para a efetivação do interesse público.

Não foram identificados na legislação municipal mecanismos de controle específicos para evitar que decisões e ações relevantes sejam tomadas com a participação de pessoas envolvidas em possíveis conflitos de interesse, ou mesmo, se existem iniciativas para implantar tais mecanismos. Contudo, percebe-se uma disposição do governo em criar e implementar mecanismos nesse sentido, como é o exemplo do DECRETO Nº 1101001/2017 – GP, de 11 de janeiro de 2017, o qual dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Crato – CE.

Ações como essa, estão plenamente alinhadas com as praticadas por organismos internacionais, como é o caso do *The Scottish Government*, em sua publicação *A Guide for Board Members of Public Bodies in Scotland: The Principles of Corporate Governance*, o qual afirma: “Detentores de cargos públicos devem tomar decisões somente em prol do interesse público. Eles não devem fazer isso para obter benefícios financeiros ou outros benefícios materiais para si, suas famílias ou outros amigos”.

Práticas como essa do “*decreto antinepotismo*”, são mais que uma simples medida legal, são simbólicas e fomentam uma cultura de profissionalismo e impessoalidade, intrínsecas ao setor público, fato pelo qual podemos considerar que a prática está presente, mesmo que em menor parte.

Outros mecanismos importantes para se estabelecer as boas práticas de governança são os canais para receber e tratar denúncias, incluindo as relacionadas à violação do Código de Ética e, em especial, aos conflitos de interesse. No município do Crato isso é competência da Controladoria e Ouvidoria Geral do Município, a qual está devidamente implantada e com os canais de relacionamento instituídos e operantes. Entretanto, não foi identificado no arcabouço legal do município, ou fora dele, a existência de Código de Ética.

Nesse sentido, considerando que os mecanismos para submissão de denúncias diretamente às instâncias internas de governança estão devidamente implantados, embora que parcialmente, pois não existem comitê ou conselho de ética, podemos considerar que essa prática de governança está muito difundida, inclusive formalmente.

Quanto aos mecanismos para acompanhamento de denúncias pelas partes interessadas estão totalmente implantados, sendo representados especialmente pelo Portal da Ouvidoria, hospedado no site da Prefeitura, porém não foram identificadas práticas e diretrizes para as devolutivas das eventuais demandas apresentadas pela sociedade. Atualmente, é considerado básico pelos órgãos nacionais e internacionais de controle externo que a instância interna de governança deve deixar claro que a organização busca e acolhe *feedback*.

1.2.3. SISTEMA DE GOVERNANÇA

O sistema de governança considera a maneira como os diversos atores sociais se organizam, interagem e procedem para obter boa governança. No Setor Público Municipal, esse sistema abrange as estruturas e os processos diretamente relacionados às instâncias internas e externas de governança do município que garantirão o balanceamento de poder e a segregação de funções críticas.

Isso implica que as decisões importantes que demandam segregação de funções estejam identificadas e as funções a elas relacionadas também estejam, devidamente e formalmente, segregadas, de modo que o poder para tais decisões não fique concentrado em um único órgão ou gestor.

Para tanto, é fundamental que as decisões críticas da organização, as quais demandam segregação de funções estejam claramente identificadas, o que ocorre parcialmente no Município do Crato.

Todavia, ficou evidente na análise o recente avanço nos instrumentos normativos, como por exemplo, o Decreto nº 1003001/2017, o qual dispõe sobre a criação das funções de Gestor e Fiscal de Contratos Administrativos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Crato. O referido decreto estipula claramente as atribuições para o Gestor e o Fiscal dos referidos contratos.

Embora o controle interno esteja formalizado e operante, conforme a legislação vigente, não foi identificada a existência de mecanismos formais que reduzam o risco de decisões tomadas em desacordo com a segregação de funções. Todavia, parte das funções relacionadas a decisões críticas de negócio estão segregadas de modo a não concentrar em uma única pessoa o poder para tais decisões.

1.3. AVALIAÇÃO DO COMPONENTE ESTRATÉGIA

1.3.1. RELACIONAMENTO COM PARTES INTERESSADAS

Promover a participação social, com envolvimento dos usuários, da sociedade e das demais partes interessadas na governança da organização é de fato e de direito uma diretriz da atual administração, pactuada desde a proposta de governo, a participação social foi gradativamente sendo formalizada e instituída na tomada de decisão da administração municipal.

Foram identificadas várias iniciativas, em diversos estágios de maturidade, entre elas, podem ser destacadas a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável (Decreto nº 2103002/2017, 21 de março de 2017), com ampla representatividade de todos os setores da sociedade civil organizada. O referido Conselho está inserido na estrutura administrativa.

Estas e outras diretrizes para participação social na governança da organização estão claramente definidas, formalizadas e muito presentes na rotina da Administração Municipal, como o próprio processo de elaboração do Planejamento Municipal e Regional do Crato, Plano Plurianual 2018-2021, ambos contidos no escopo do presente trabalho.

Uma premissa identificada na atual gestão, desde a proposta de governo, é a disposição para participação social. Foram identificados vários mecanismos que viabilizam a essa participação social, entre elas, conferências e audiências públicas setoriais, majoritariamente formalizadas e muito praticadas. Não obstante, essas diretrizes de participação social são aplicadas apenas parcialmente, devido ao baixo interesse popular, o que não é diferente da maioria dos municípios brasileiros.

1.3.2. ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL

Estabelecer a estratégia da organização pressupõe planejamento e conseqüentemente visão de futuro. A partir dessa visão, da análise dos ambientes interno e externo e da sua missão institucional, formula-se suas estratégias, desdobra-as em planos de ação de longo e curto prazo, e acompanha-se sua implementação, visando o atendimento de sua missão e a satisfação das partes interessadas.

Preliminarmente, identificamos a inexistência de missão, visão e os valores do município, enquanto organização, formalmente definidos. Analogamente, poderíamos atribuir os princípios e diretrizes da proposta de governo, todavia, tais definições não refletem uma conduta organizacional.

O município demonstrou, no processo de formulação da estratégia do Projeto Crato 21 e em iniciativas anteriores, disposição e mecanismos de participação das instâncias internas de governança, dos gestores e dos colaboradores, mesmo que parcialmente. A mesma prática observou-se em ações participativas que consideram os anseios da sociedade, especialmente, aquelas consideradas consultivas.

Entretanto, quando se fala em estratégia da organização, esta deve estar definida e explícita nos objetivos, nas iniciativas e nos indicadores de desempenho e metas, o que ocorria apenas em menor parte. Consequentemente, há um reflexo, mesmo que parcial, na execução da estratégia.

Da mesma forma que é importante a execução da estratégia, o monitoramento e avaliação constituem, de fato, insumos para um processo de melhoria contínua na Administração Municipal, nesse sentido, buscamos identificar práticas de monitoramento, avaliação da execução da estratégia, os principais indicadores e o próprio desempenho da organização.

Inicialmente, identificamos que a execução das iniciativas estratégicas é avaliada e monitorada apenas em menor parte, muito restrita ao cumprimento das exigências dos controles externos, o que reduz significativamente a efetividade e utilidade dos dados obtidos no processo de avaliação. Além dos controles instituídos, como atendimento as exigências legais, foi instituída a prática de Monitoramento das Ações e Projetos Prioritários do Município do Crato, ou simplesmente MAPP Crato.

Ressalta-se que o município carece de definição de indicadores para medição do desempenho da organização, a qual é avaliada apenas com base nos indicadores mínimos exigidos pelos controles externos, com foco no cumprimento da regularidade fiscal básica, em detrimento da medição de performance propriamente dita, essa avaliada apenas parcialmente e pontualmente em iniciativas como MAPP Crato, por exemplo.

Tão importante quanto monitorar e avaliar as ações que são adotadas é estabelecer um sistema de consequências para aquelas ações consideradas com desempenho insatisfatório, ou seja, que nitidamente não atingiram os resultados pactuados. Nesse sentido, podemos dizer que não existe um modelo formal instituído para consequências, sejam elas positivas ou negativas, mas que existem iniciativas, mesmo que pontuais, que expõe as ações mal executadas.

Constatamos também que a estratégia da organização é executada, apenas parcialmente, de acordo com os objetivos e as metas definidas. Isso ocorre, pois não há um mecanismo de mensuração do cumprimento de metas previstas. A própria iniciativa MAPP Crato possui um forte controle em prazos, em detrimento da análise de objetivos cumpridos.

1.4. AVALIAÇÃO DO COMPONENTE CONTROLE

1.4.1. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

Risco é o efeito da incerteza sobre os objetivos da organização. Logo, determinar quanto risco aceitar na busca do melhor valor para a sociedade e definir controles internos para mitigar riscos inerentes não aceitáveis são desafios da governança nas organizações e responsabilidades da alta administração.

Estabelecer estrutura de gestão de riscos, em alguns casos, pode parecer uma solução muito robusta ou sofisticada para a realidade municipal. Porém, a gestão de riscos tem se mostrado viável mesmo em pequenos municípios, auxiliando os gestores na tomada de decisão mais qualificada e fundamentada.

No caso específico do Município do Crato não foram constatados mecanismos ou procedimentos sistemáticos para identificação de riscos críticos da organização. Contudo, existe, mesmo que tacitamente, a atenção nos pontos mais críticos, especialmente os que envolvem riscos jurídicos e financeiros.

1.4.2. AUDITORIA INTERNA

Existe basicamente para avaliar a eficácia dos controles internos implantados pelos gestores. Trata-se de uma atividade independente e objetiva de avaliação, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações da organização, nesse caso da administração pública municipal.

Estabelecer a função de auditoria interna, bem como o propósito, a autoridade, o mandato e a responsabilidade da auditoria interna, são essenciais para a aplicação dessa prática, o que não foi identificado no município. Inclusive não foi identificado a existência de estatuto, ou mesmo, previsão legal específica. Entretanto, foi apresentado pela Controladoria Geral do Município (CGM) um projeto para tornar essa prática efetiva, mas no momento ainda em fase de decisão.

A própria função de auditoria interna está implantada em menor parte, de forma pontual, direcionada a demandas específicas, como por exemplo o Decreto nº 1901002/2017 – GP, de 19 de janeiro de 2017, que instituiu a Comissão de Auditoria da Folha de Pagamento de Pessoal, no âmbito da Administração Direta Municipal e dá outras providências. No bojo decreto fica evidente a superficialidade da aplicação de processo de auditoria.

Em outros casos, foram identificados instrumentos que sujeitaram as atividades permanentemente a função de auditoria, mas sem explicitar os procedimentos, processos e normas vinculadas para o exercício dessa prática. Como exemplo, podemos citar os Decretos nº 3001002/2017 e 2402009/2017, ambos do início de 2017, respectivamente, com os objetivos de instituir o “*Manual de Procedimentos para Utilização e Controle da Frota de Veículos*” e o “*Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação*”.

A auditoria interna, reporta-se funcionalmente à Controladoria Geral do Município (CGM), esta considerada órgão de assessoramento imediato ao prefeito, formalizada pela Lei nº 3.253/2017, que altera a estrutura administrativa. Embora a auditoria, enquanto função esteja ligada parcialmente a mais alta instância interna de governança, por meio da CGM, não há mecanismos de acesso direto ao Gestor maior da organização, no caso o prefeito.

1.4.3. ACCOUNTABILITY E TRANSPARÊNCIA

Os membros das organizações da administração pública municipal são os responsáveis por prestar contas de sua atuação e devem assumir, integralmente, as consequências de seus atos e omissões. Nesse

sentido, a *accountability* transcende o do dever e a responsabilidade de prestar contas aos cidadãos, mais que isso trata-se do desejo de fazê-lo de forma voluntária, de uma cultura de transparência.

Identificamos que as necessidades de publicidade de informações decorrentes de exigências normativas e jurisprudenciais, e de demandas das partes interessadas estão identificadas, em sua maior parte, com prioridade para as informações demandadas pelos Órgãos de Controle Externo.

Por outro lado, existem diretrizes da alta administração para abertura de dados, divulgação de informações relacionadas à área de atuação da organização e comunicação com diferentes partes interessadas, como é o caso do Convênio com a Receita Federal do Brasil para abertura dos dados municipais e integração de bases de dados, visando à apuração com maior consistência dos dados dos contribuintes.

Outro exemplo está relacionado às informações às quais a organização se compromete a dar transparência ativa, ou seja, de acordo com a Lei da Transparência (Lei Complementar nº 131/2009) e à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), ambas atendidas no Portal da Transparência Municipal. Porém, o município possui lacunas de melhoria nesse sentido, que podem inclusive elevar significativamente o Índice de Transparência Municipal, conforme detalhado no “DETALHAMENTO DA APURAÇÃO DA NOTA DO MUNICÍPIO”.

O catálogo de informações às quais a organização se compromete a dar transparência ativa está acessível às partes interessadas, embora sem uma definição clara. Não obstante, é factível que as informações publicadas estão de acordo com as exigências normativas e jurisprudenciais, especialmente quanto aos componentes que compõe o Índice de Transparência Municipal, quais sejam: Padrão Mínimo de Qualidade (PMQ); Gestão Fiscal (GF); e Tempo Real (TR).

A prestação de contas fica a cargo do envio das informações contábeis, mensalmente, enviadas pelo Sistema de Informações Municipais – SIM. Infelizmente, o sistema restringe-se a demonstração do cumprimento da prestação de contas da implementação e dos resultados dos sistemas de governança e de gestão, de acordo com a legislação vigente.

Embora existam diretrizes para a apuração de irregularidades, a inexistência de um código de ética e de conduta com diretrizes de governança e de gestão, podem comprometer a apuração de indícios de irregularidades, mesmo que parcialmente.

1.5. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Dentre o conceito mais contemporâneo de estrutura administrativa, se pressupõe uma arquitetura organizacional, com sistemas e processos bem modelados, que permita o funcionamento da prefeitura como uma organização autônoma, capaz de prover os serviços públicos a sociedade.

Nesse sentido, considerando a inviabilidade de fazer uma análise holística da estrutura organizacional vigente, conforme a Lei 3.253/2017, apresentaremos apenas algumas considerações pontuais em distorções mais evidentes, as quais podem comprometer, em alguma medida a performance da instituição.

- Ausência de Órgãos vetores de políticas públicas relevantes, inclusive em desalinhamento com os Governos Estadual e Federal, entre eles: Desenvolvimento econômico, contemplando pelo menos: Comercio, e Indústria; Empreendedorismo; Turismo; Ciência e Tecnologia;
- Setores vinculados a Órgãos superiores estranhos a atividade desenvolvida, podendo causar redução na eficiência das operações, notadamente o setor de compras e licitações, atualmente vinculados a Procuradoria Municipal; e
- Órgãos subdimensionados, como é o caso do DEMUTRAN que possui potencial para ser uma autarquia autônoma geradora de receitas e benefícios para o município.

1.6. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Considerando a Lei 3.253/2017, a qual institui a atual estrutura organizacional do Poder Executivo, considerando ainda a validação feita através de entrevistas e reuniões com servidores pelos consultores do projeto, observa-se a ausência de representação oficial.

Na prática, o Gabinete assume a função de estabelecer um canal de comunicação entre a Prefeitura Municipal e as organizações governamentais e não governamentais, associações, sindicatos e representantes da sociedade civil. No entanto, sem mecanismos formais que garantam a promoção de ações de integração da sociedade civil no processo de gestão política e conveniência social, em especial das comunidades e segmentos organizados.

O Gabinete, embora atue diretamente na mobilização necessária à participação dos munícipes em iniciativas como o Plano Plurianual, pode ter essa função reduzida diante da responsabilidade de assessorar e apoiar tecnicamente o Prefeito na articulação e acompanhamento, análise e controle dos diversos assuntos.

Pelo porte do município, aparentemente, existe a necessidade de uma unidade específica para o relacionamento com os demais atores e instâncias de Governanças locais, como a Câmara de Vereadores e Organizações da Sociedade Civil, e externos, como é o caso de outros Municípios, Governo do Estado e seus órgãos delegados, parlamentares, entre outros.



2.0. ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO VIGENTES

2.0. ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO VIGENTES

2.1. PLANOS ORÇAMENTÁRIOS

Preliminarmente há de se observar que não existe um regime de exceção para elaboração dos instrumentos de planejamento, no primeiro ano de gestão do prefeito eleito, o que causa uma distorção cronológica e conseqüentemente contábil, pois ocorre uma quebra na seqüência natural da produção das leis.

Numa situação ideal o Plano Plurianual – PPA deveria ser elaborado inicialmente e após a sua aprovação o estabelecimento de metas com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para finalmente termos a elaboração do Orçamento participativo, ou simplesmente, Lei Orçamentária Anual – LOA.

Nota-se que existe uma relação de temporalidade e planejamento integrado entre esses três instrumentos. O PPA estabelece um planejamento de prazo maior (quatro anos), a LDO estabelece diretrizes para a elaboração do orçamento a partir da PPA e a LOA estabelece a execução orçamentária efetivamente, o que será gasto a partir das previsões e diretrizes definidas na LDO.

Independentemente dessa situação avaliamos, mesmo que superficialmente, os planos vigentes a fim de trazer lições aprendidas e boas práticas, quando couber, no processo de elaboração do PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO CRATO, especialmente no processo de elaboração do Plano Plurianual 2018-2021, parte integrante do Planejamento Estratégico.

1.6.1. PLANO PLURIANUAL – PPA (2014 – 2016)

O Plano Plurianual é um instrumento norteador para a atuação do governo e realização dos seus programas e objetivos propostos. O PPA está previsto no Art. 165 da Constituição Federal e foi criado para desempenhar o principal papel de planejamento e gestão estratégica das políticas públicas. Em função disso, a sua elaboração é obrigatória, tendo em vista a previsão constitucional desde 1988.

Basicamente, o PPA deveria determinar a orientação estratégica do prefeito recém-eleito, no caso do município, bem como de suas prioridades traduzidas em programas e ações. Pelo que se verifica, no PPA vigente houve um esforço no cumprimento básico da legislação. Partindo para uma análise mais específica do PPA atual verifica-se que uma insipiência em relação a definição de programas, como preconiza a Constituição Federal.

Os programas finalísticos não estão definidos ou demonstrados até o nível de Ação. Neste modelo, as ações estão agrupadas por objetivos que correspondem a um determinado problema que se pretende atacar. Para cada Programa Finalístico deveria ser designado um gerente que responde pelos respectivos resultados, permitindo assim o acompanhamento no desempenho da gestão pública. Este formato é considerado mais transparente porque as ações governamentais de cada programa também estão estruturadas desta mesma forma na lei orçamentária.

Por outro lado, o detalhamento excessivo obedecendo à estrutura orçamentária é considerado pelos críticos como um fator negativo ao PPA, pois desvia o enfoque estratégico e prejudica na atuação de seu principal papel que é ser instrumento de gestão e planejamento.

Neste sentido, o PPA 2012/2015 trouxe uma abordagem mais simplificada, limitando-se a apresentação de um conjunto de informações, acessórias a metodologia, organizadas da seguinte forma:

- Perfil Básico Municipal – IPECE;
- Processo metodológico;
- Portaria de nomeação da equipe local;
- Correspondências diversas; e
- Registros das audiências públicas.

O documento cita ainda a existência de (93) noventa e três Programas Temáticos, divididos em (27) vinte e sete Eixos. Um número irreal para o contexto da então administração municipal do Crato. Dessa forma o referido plano deixou de apresentar uma roupagem mais voltada para atuar como instrumento de gestão e avaliação estratégica, pois, agregou os mais elementos genéricos metodológicos.

Registra-se ainda o descumprimento dos preceitos constitucionais que exigem que o PPA seja dividido, em pelo menos duas partes, a parte estratégica e dos programas. De certo que a vedação do instrumento na Lei de responsabilidade Fiscal criou uma margem de interpretação para os municípios elaborarem seus planos de acordo com sua conveniência.

Também não foi apresentado tratamento mais amplo quanto às políticas públicas, contudo foi levado em consideração o fator de regionalização. Além disso, não foram estabelecidos metas e indicadores para aferição, monitoramento e avaliação dos programas temáticos, nos quais estão relacionados os objetivos com os respectivos órgãos responsáveis e as iniciativas.

Para os Programas Temáticos, entende-se que a nova estrutura do PPA contemplou os principais pontos que permitirão a gestão estratégica e a avaliação do plano, tendo em vista os indicadores e metas estabelecidos para cada programa. No entanto, em relação aos Programas de Gestão, Manutenção e Serviço ao Estado, o PPA deixou a desejar, visto que, para estes não foram designados objetivos e iniciativas, contendo apenas o título e o valor global especificado por ação finalística.

1.6.2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO 2018

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO é um instrumento orçamentário que faz a conexão entre o Plano Plurianual – PPA e a Lei Orçamentaria Anual – LOA. De acordo com a Legislação Municipal, “o projeto [de Lei de Diretrizes Orçamentárias] é enviado até o dia 15 de abril de cada ano à Câmara Municipal, que deve concluir sua votação até 30 de junho, e são duas as audiências públicas até a votação. Os trabalhos

legislativos do primeiro semestre não podem encerrar sem a aprovação da LDO”.

A LDO, por sua vez, orienta a elaboração da LOA, fixa as metas e prioridades da Administração Pública, dispõe sobre alterações na legislação tributária (previsão de novos tributos, alterações de alíquotas etc), estabelece metas fiscais (diferença entre arrecadação prevista e gastos, exceto pagamento de juros), estabelece riscos fiscais e os fatores que podem vir a afetar as contas públicas.

Nesse sentido, a LDO municipal foi aprovada ao fim do primeiro semestre deste ano, como estabelece a lei, contendo diretrizes para o exercício seguinte. Especificamente em relação a LDO 2018, qual seja a Lei 3.293/2017, de 10 de julho de 2017, embora apresente bem mais consistência que os instrumentos similares de anos anteriores, existem algumas questões que devem ser observadas, especialmente para apresentação e aprovação do Orçamento Anual.

- Falta de regime de exceção no primeiro ano de gestão para manter o ciclo orçamentário na sequência correta;
- Falta consistência no anexo de riscos fiscais; e
- Falta coerência entre as prioridades definidas pelo chefe do executivo e as registradas na letra da lei.

1.6.3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2017

Por fim, a LOA, Orçamento Anual propriamente dito, é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais, com o objetivo estatal do bem comum.

Embora seja considerado natural uma divergência entre o planejado e o executado, observa-se uma grande concentração dessa divergência em algumas áreas específicas. Inclusive a própria Lei Orçamentária Anual do Crato – Exercício 2018, a qual está em pleno processo de elaboração, mantém uma cultura de estruturação das unidades orçamentárias prioritariamente pela estrutura administrativa, em detrimento as funções de governo, de onde vem boa parte dos recursos para execução das políticas públicas.

Foram identificadas omissões em políticas públicas, com potencial de execução imediata, e sem a correspondente dotação orçamentária, ou mesmo unidade orçamentária a qual possa ser vinculada, num eventual projeto de lei par criação da rubrica orçamentária. Entre elas destacam-se:

- Ações relacionadas a desenvolvimento tecnológico;
- Ações relacionadas a arranjos produtivos locais; e
- Segmentação e promoção do turismo no território nacional.

Além de omissões, também foram identificadas ações alocadas em órgãos com competências distintas, como por exemplo:

- Apoio a infraestrutura turística na Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial.

Além de questões meramente técnicas, vale ressaltar, que não foi identificada interação ou cooperação técnica entre as equipes responsáveis pela elaboração do PPA e do Orçamento Municipal, já prejudicado por ter tido a Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada fora da sequência natural.

1.7. PLANOS SETORIAIS

1.7.1. PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - PMSB

O Plano Municipal de Saneamento Básico do município do Crato, foi elaborado através do Contrato nº 008/CIDADES/2010, instituído entre a Secretaria das Cidades e o Consórcio DGH – Cariri e fruto do Termo de Cooperação Técnica nº002/CIDADES/2009, firmado entre a Prefeitura Municipal do Crato e a Secretaria das Cidades.

Para efeito desta análise, a Consultora teve acesso somente aos volumes a seguir descritos, que não foram confrontados com a legislação do referido plano.

A elaboração desse plano baseia na promulgação da Lei Federal nº 11.445/07, que estabeleceu um marco legal para o setor de saneamento, baseado nos princípios de eficiência, de sustentabilidade econômica, de controle social, de segurança, de qualidade e de regularidade.

Dessa forma, Plano de Saneamento Básico Municipal se propõe a contemplar, em uma perspectiva integrada, os componentes abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, tendo como eixo principal a participação comunitária, considerando ainda a sustentabilidade administrativa, financeira e operacional dos serviços

O PMSB, datado de 2013, contém 10 relatórios, que são apresentados em três volumes:

- **VOLUME I:**

- RSI – Relatório de Sistema de Indicadores Sanitários, Epidemiológicos, Ambientais e Socioeconômicos do município do Crato;
- RDS – Relatório de Diagnóstico da Situação e de seus Impactos nas Condições de Vida.

- **VOLUME II:**

- RCPCA – Relatório de Cenários Prospectivos e Concepção de Alternativas do município do Crato;
- RCPS – Relatório de Compatibilização com os Demais Planos Setoriais do município do Crato;
- ROM – Relatório de Objetivos e Metas Imediatas de Curto, Médio e Longo Prazo para a Universalização, Admitidas Soluções Graduais e Progressivas do município do Crato;

- RCP – Relatório de Compatibilização com os Planos Plurianuais e com Outros Planos Governamentais Correlatos do município do Crato;
- RPPA – Relatório de Programas, Projetos e Ações Necessárias para Atingir os Objetivos e as Metas, Identificando Possíveis Fontes de Financiamento do município do Crato;
- RAEC – Relatório de Ações para Emergências e Contingências do município do Crato;
- RASP – Relatório de Mecanismos e Procedimentos para a Avaliação Sistemática da Eficiência e Eficácia das Ações Programadas.

- **VOLUME II:**

- Relatório consolidado do Plano Municipal de Saneamento Básico do município do Crato.

O desenvolvimento do PMSB contou ainda com três tipologias de relatórios que se referiam as etapas de elaboração do Plano:

- RMA – Relatório Mensal de Andamento;
- RMPS – Relatório de Mecanismos de Participação da Sociedade; e
- RSIS – Relatório de Acompanhamento da Implantação de um Sistema de Informações dos Planos de Saneamento;

Para efeito desta análise, foram avaliados os três volumes que compõem o PMSB, confrontando-os com as informações recolhidas pela Consultora. Dessa forma, os referidos volumes serão analisados separadamente a seguir.

1.7.1.1. Volume I

O Volume I, que contém o RSI e o RDS, apresenta, primeiramente, uma contextualização do PMSB, definindo as problemáticas do setor do saneamento, incluindo um panorama histórico e um breve embasamento legislativo, e as diretrizes que serão adotadas para a elaboração do mesmo. Esse volume também aborda, inicialmente, aspectos gerais do município do Crato, como evolução histórica, condicionantes socioeconômicos e principais aspectos ambientais. Em seguida, alguns desses aspectos são analisados a partir da ótica de indicadores específicos, afim de formular um panorama específico do Crato quanto as questões de saneamento básico.

Para a elaboração desse panorama foram consultadas diversas fontes como IPECE, IBGE, SEPLAG, entre outros (Ver [FIGURA Nº 2.1 – ÍNDICE DE COBERTURA URBANA DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM CRATO EM COMPARAÇÃO COM O ESTADO DO CEARÁ](#)). Também foram coletados dados da Prefeitura Municipal do Crato, sendo todas as informações confrontadas com os indicadores satisfatórios ou com as referidas legislações.

FIGURA Nº 2.1 – ÍNDICE DE COBERTURA URBANA DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM CRATO EM COMPARAÇÃO COM O ESTADO DO CEARÁ

Territórios de Identidade/Municípios	Esgotamento Sanitário (2007)		
	Total	Urbana	Rural
Total do Estado	21,6	29,9	0,1
Macrorregião Cariri/Centro Sul	14,4	23,5	0,0
Território Cariri	18,9	29,3	0,0
Altaneira	11,3	17,0	0,0
Barbalha	33,0	50,7	0,0
Caririçu	0,0	0,0	0,0
Crato	20,2	25,2	0,0
Farias Brito	0,0	0,0	0,0
Jardim	21,1	75,8	0,0
Juazeiro do Norte	38,4	40,3	0,0
Missão Velha	2,9	7,5	0,0
Nova Olinda	0,0	0,0	0,0
Santana do Cariri	0,0	0,0	0,0

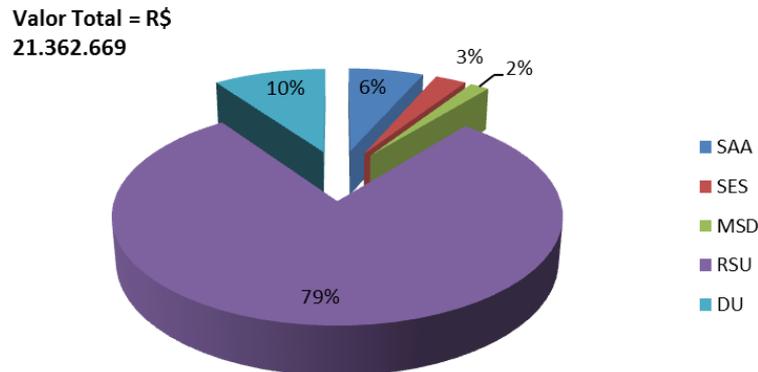
Fonte: SEINFRA, IPECE in PMSB.

O RSI é encerrado com a apresentação de um resumo metodológico. Embora não aborde com profundidade a metodologia a ser utilizada para elaboração do PMSB, é definido que será adotada a metodologia de *diagnostico situacional*, em conformidade com o Termo de Referência do Edital de Concorrência Nacional nº 007/2009/CIDADES. Esse diagnostico, segundo citado no referido volume, baseia-se em duas vertentes: os diagnósticos detalhados de cada setor do saneamento básico e a discussão com vários setores da sociedade.

Dessa forma, essa seção corresponde a um arcabouço técnico de qualidade para a formulação de novos programas e projetos, podendo fornecer desde referencial teórico até mesmo indicadores de avaliação de desempenho das iniciativas a serem tomadas.

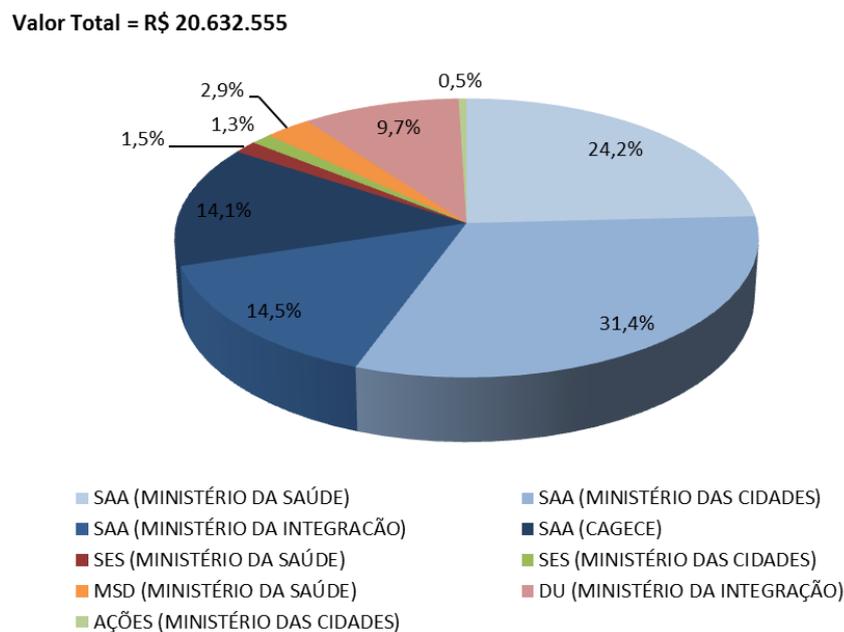
Ainda no VOLUME I, no RDS, é apresentado um referencial legislativo detalhado, abordando as legislações federais, estaduais e as principais legislações municipais, além de uma resumida revisão das normas técnicas adotadas pela ABNT. Posteriormente, são apresentados os principais atores institucionais envolvidos da gestão do saneamento básico no município do Crato – SAAEC, SISAR e Prefeitura, identificando as atividades realizadas por cada um e suas conexões. Na sequência, são apresentados dados relativos ao investimento no setor. Em especial, é analisado o PPA 2010-2013 - onde, no setor de saneamento básico, foram previstos 79% dos investimentos para limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (Ver FIGURA Nº 2.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO PPA-2010-2013) – e os recursos captados em nível Federal e Estadual (Ver FIGURA Nº 2.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS CAPITADOS EM NÍVEL FEDERAL E ESTADUAL).

FIGURA Nº 2.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO PPA 2010-2013



Fonte: PMSB.

FIGURA Nº 2.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS CAPITADOS EM NÍVEL FEDERAL E ESTADUAL



Fonte: PMSB.

Posteriormente, é apresentada uma análise das condições de comercialização dos serviços, na qual retoma-se a estrutura da SAAEC antes de abordar diretamente as ligações e os demais serviços prestados como a hidrometração, que embora seja uma das problemáticas indicadas em outras análises técnicas, é tratada de forma superficial, com a indicação apenas do baixo índice de hidrometração observado nas ligações da SAAEC (média de 17,8% das ligações).

Na seção seguinte do RDS, são abordados diversos aspectos da infraestrutura operacional dos diversos serviços. Essa seção, na verdade, configura-se como um diagnóstico detalhado da situação do município frente as questões de saneamento básico, já que aborda tanto a área urbana como a área rural,

englobando diversas localidades.

Na oitava seção do RDS são apresentados dados oriundos de plenárias e seminários realizados na sede do Crato e nos distritos de Baixo das Palmeiras, Belmonte, Campo Alegre, Dom Quintino, Monte Alverne, Bela Vista, Ponta da Serra, Santa Fé e Santa Rosa. Esses dados apontam problemas e expectativas da população quanto as problemáticas de saneamento básico e, também, informações relacionadas a possíveis desembolsos da população nesse setor. Embora essa análise simbolize, conforme indicado na metodologia a ser adotada, um componente participativo do plano, não é informado como ocorreram os referidos seminários e plenárias, assim como também não é informado qual metodologia participativa foi adotada e quais os quantitativos gerais dessa análise. Dessa forma, os dados obtidos podem demonstrar informações tendenciosas ou que contemplem apenas alguns segmentos da sociedade civil, sem que haja, através do referido volume, meios de verificar isso.

A última seção do RDS apresenta os Indicadores de Desempenho de cada um dos distritos do Crato através de uma tabela de fácil compreensão e consulta. Não são mencionados encaminhamentos para as etapas posteriores de elaboração do Plano.

1.7.1.2. Volume II

O VOLUME II do PMSB é composto por sete relatórios que abordam desde a elaboração de cenários até a definição de ações emergenciais, abordando também a elaboração de metas e objetivos e sua compatibilização com os demais planos setoriais existentes.

O primeiro documento desse volume é o RCPCA, que trata da elaboração de cenários para o setor, apresentando expectativas de oferta e demanda dos serviços para as zonas urbanas tanto da sede quanto dos demais distritos. De acordo com a metodologia apresentada nesse documento, os estudos foram elaborados a partir dos relatórios contidos no volume anterior. Contudo, a metodologia utilizada para elaboração do referido relatório não é explicitada na seção voltada para esse tema, sendo retomada apenas de forma parcial na terceira seção (Cenários Prospectivos).

Os cenários propostos consideram diversas alternativas de crescimento demográfico e consideram, também, a Transposição das Águas do Rio São e o Cinturão das Água do Ceará. E elencam, também, intervenções a serem realizadas de modo prioritário, tanto na zona urbana como na zona rural.

O relatório seguinte, RCPS, se propõe a compatibilizar o PMSB com os demais planos setoriais do município e do Estado (Ver **FIGURA Nº 2.4 – PLANOS SETORIAIS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DO SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO**).

FIGURA Nº 2.4 – PLANOS SETORIAIS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DO SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO

Plano	Status	Discriminação	Data da Elaboração
Plano setorial de Abastecimento de Água	Inexistente	-	-
Plano setorial de Esgotamento Sanitário	Inexistente	-	-
Plano de Prestação de Serviços (SAAEC)	Inexistente	-	-
Plano setorial de Drenagem	Inexistente	-	-
Plano setorial de Resíduos Sólidos	Existente	Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos.	2008
Plano de Gestão de Bacias Hidrográficas	Existente	Plano de Gerenciamento das Águas da Bacia do Rio Jaguaribe	1997
Plano Estratégico dos Recursos Hídricos do Ceará	Existente	Plano Estratégico dos Recursos Hídricos do Ceará (Pacto das Águas)	2009
Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU)	Existente	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Crato	2000

Fonte: SAAEC (2012), INEP (2009), PGIRSU (2008), PDDU do Crato (2000) e SRH (1997).

Fonte: PMSB.

O relatório analisa, de forma superficial, os planos enumerados, apresentando as metas por eles estabelecidas, com ênfase no Plano Estratégico dos Recursos Hídricos do Ceará (Pacto das Águas). Em seguida, o relatório conclui que não será possível atender aos requisitos do Termo de Referência, que indica a compatibilização entre as metas do PMSB e dos demais planos setoriais, pois a maioria das metas propostas nos planos não foi cumprida ou não apresenta horizonte temporal. Dessa forma, o PMSB considerará tais metas como diretrizes, e essas, de acordo com o relatório, serão compatibilizadas com as diretrizes propostas pelo Plano.

Assim, a seguir, o referido relatório apresenta as diretrizes oriundas dos planos setoriais e as diretrizes propostas pelo PMSB. Contudo, tais diretrizes são segmentadas de acordo com as diversas subdivisões do setor, contabilizando, no total, 84 diretrizes, sendo, diversas dessas muito similares, como, por exemplo, as diretrizes que estabelecem a regulação dos diversos serviços prestados. Posteriormente, o relatório apresenta as metas propostas pelo PMSB, em conformidade com os doze objetivos definidos pela Lei Federal nº 11.445/07.

As metas apresentadas são segmentadas, novamente, de acordo com as subdivisões do setor e configurando, no total, 90 metas, um quantitativo elevado para a realidade do Crato. Essas metas são classificadas como *metas físicas* e enquadradas em quatro horizontes temporais, abrangendo metas de ação imediata à ação de longo prazo (entre 2012 e 2041). Contudo, não há uma equiparação nas ações definidas entre os quatro horizontes temporais, de forma que, em alguns casos, as ações se concentram em certo período.

No relatório seguinte, ROM, se propõe a abordar objetivos e metas, de curto, médio e longo prazo, para universalização dos serviços prestados. Contudo, as metas e objetivos do PMSB foram definidas no relatório anterior, de forma que nesse documento são abordados aspectos financeiros para a efetivação das metas estabelecidas (Ver FIGURA Nº 2.5 – CUSTOS DE CAPITAL PARA INVESTIMENTO NA SEDE DO CRATO) e da manutenção e operação das estruturas existentes e a serem implantadas.

FIGURA Nº 2.5 – CUSTOS DE CAPITAL PARA INVESTIMENTO NA SEDE DO CRATO

Período	População urbana (hab.)	Área urbana (km²)	Custos de Capital (R\$)				
			Água	Esgoto	RS	Drenagem	Total
2012 – 2016	98.561	10,10	2.293.956	1.537.396	6.899.250	12.116.374	22.846.976
2017 – 2021	106.482	10,84	1.584.311	28.907.025	554.509	18.234.090	49.279.935
2022 – 2031	124.287	12,51	3.560.859	57.315.242	1.246.301	44.706.686	106.829.089
2032 – 2041	145.068	14,46	4.156.251	9.351.564	1.454.688	40.197.289	55.159.791
Total			11.595.377	97.111.227	10.154.747	115.254.439	234.115.790

Fonte: Consórcio DGH-Cariri (2012).

Fonte: PMSB.

A seguir, esse documento apresenta uma análise de viabilidade das metas propostas em função dos gastos discriminados e dos cenários financeiros apresentados no volume anterior. Essa análise, contudo, aponta a necessidade de estudos mais aprofundados sobre tarifas e políticas de subsídios.

Posteriormente, no RCP, o PMSB se propõe a realizar uma compatibilização das suas metas propostas com os programas definidos no PPA do Crato 2010-2013, no PPA do Ceará 2012-2015 e no PPA Nacional 2012-2015. Embora o PMSB date de 2013, não foi feita nenhuma ressalva, na metodologia apresentada, com relação a análise de PPA's vigentes. O estudo realizado, limita-se, em relação ao município do Crato, a identificar a incompatibilidade de recursos destinados entre o PMSB e o PPA, contudo, os programas e ações que materializam as metas do PMSB serão definidos apenas no relatório posterior.

No RPPA, propõe-se a elencar os projetos e ações necessárias para atingir as metas propostas no PMSB. Os programas apresentados são, novamente, segmentados por setores e totalizam 12 programas, aos quais se somam três programas especiais e um programa de ações complementares e intersetoriais.

Todos os programas são descritos por meio de fichas que especificam os objetivos, as ações, os responsáveis, o público beneficiado, os resultados esperados e os atores envolvidos. A maioria dos programas descritos envolvem uma vasta gama de ações, requerendo um esforço talvez não compatível com a realidade do município. Quanto aos resultados esperados, não são citados os indicadores relacionados no VOLUME I do Plano, de forma que a validação desses resultados nem sempre poderá ser efetuada de forma clara.

A seguir, ainda no RPPA, é apresentado um Plano de Investimentos, que retoma os custos apresentados no ROM, sem solucionar as questões apresentadas nesse documento, para, na seção seguinte, identificar possíveis fontes de investimento.

O RAEC se propõe a relacionar as para emergências e contingências no setor. Nesse documento, inicialmente, se apresenta um arcabouço legal e técnico que identifica quais ações podem ser realizadas. Contudo, apenas posteriormente são detalhados os tipos de emergências, relacionando com as subdivisões do setor e com os órgãos envolvidos.

Nesse documento também é descrito um Plano de emergências e contingências para enchentes urbanas, que embora de forma sucinta, relaciona todas as entidades envolvidas. Da mesma forma, também é descrito um planejamento para situações críticas de aumento na demanda do consumo de água.

O último relatório desse volume, RASP, se propõe a identificar os mecanismos e procedimentos para avaliação das ações programadas. Para isso são identificadas as agências reguladoras nas esferas estaduais, municipais e intermunicipais e suas respectivas funções. Nesse documento também são elencados os indicadores responsáveis pela validação dos programas propostos. Contudo, esses indicadores são categorizados apenas entre indicadores operacionais, técnicos ou de satisfação da sociedade, sem relacioná-los diretamente com os programas e ações propostos.

Esse relatório retoma ainda a compatibilização de planos, abordando a Política Estadual dos Recursos Hídricos, o Plano Estratégico dos Recursos Hídricos do Ceará e o Plano da Bacia do Rio Jaguaribe.

1.7.1.3. Volume III

O VOLUME III apresenta o Relatório consolidado do Plano Municipal de Saneamento Básico do município do Crato, documento que retoma e sintetiza as informações apresentadas nos relatórios inclusos nos dois volumes anteriores.

Primeiramente, esse documento apresenta o arcabouço legal utilizado para a elaboração do PMSB, em seguida, nas três seções seguintes, o município do Crato é caracterizado, com a identificação dos indicadores relacionados, conforme descrito no VOLUME I.

Posteriormente, são apresentadas as diretrizes, objetivos e metas, assim como a compatibilização dos demais planos setoriais e o elenco de programas e ações definidos pelo plano, seguindo a ordem estabelecida no VOLUME II.

Como fechamento desse volume, na seção 9, é descrita a Conferência Municipal de Saneamento Básico do Crato, que ocorreu em dezembro de 2012. Esse evento foi realizado, segundo descrito no relatório, com objetivo de analisar as demais atividades descritas e apresentar o prognóstico, as diretrizes, metas e programas estabelecidos pelo PMSB. Embora esse evento seja amplamente descrito e registrado, inclusive através de listagem de participantes, ele configura o único evento assim descrito no PMSB.

1.7.2. PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME

O Plano Municipal de Educação do Município do Crato foi aprovado, como legislação, em junho de 2015,

através da Lei Municipal Nº3.108/2015. Esse plano tem vigência de dez anos, a contar da sua data de aprovação.

Segundo consta no documento, o referido plano foi elaborado com base nas diretrizes, metas e estratégias previstas no Plano Nacional de Educação (PNE), legislação federal que orienta todas as ações a serem realizadas no âmbito da educação.

Para efeito dessa análise, a Consultora teve acesso somente a legislação do referido plano, dessa forma a análise do processo de construção do plano foi feita através dos anexos dessa lei.

1.7.2.1. Legislação

O PME estabelece dez diretrizes relacionadas com o PNE e relacionadas entre si (Ver **QUADRO Nº 2.4 – PLANOS SETORIAIS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DO SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO**). Essas diretrizes abrangem desde os profissionais envolvidos na educação até metas mais amplas, como a universalização do atendimento escolar e a melhoria da qualidade da educação.

QUADRO Nº 2.1 – DIRETRIZES DO PME 2015-2025.

Erradicação do analfabetismo;

Universalização do atendimento escolar;

Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

Melhoria da qualidade da educação;

Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

Valorização dos (as) profissionais da educação; e

Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Fonte: PME.

De acordo com a legislação, as metas que decorrem dessas diretrizes estão descritas no anexo dessa lei.

O PME prevê ainda a realização quatro Conferências Municipais de Educação até o fim de sua vigência, sendo que eles deverão se realizar com intervalo de dois anos. Essas conferências tem como objetivo avaliar a execução do PME, propor medidas para acelerar o alcance das metas estabelecidas, corrigir

distorções e subsidiar a elaboração do plano seguinte.

O plano também prevê colaboração com a União e o Estado para o alcance das metas, implementação das estratégias propostas e validação dos resultados obtidos. Segundo a legislação analisada, será de responsabilidade do sistema municipal de ensino a criação de mecanismos para o acompanhamento das metas estabelecidas pelo PME.

A referida lei informa também que o Município do Crato regulamentará, por meio de legislação específica, seu sistema de ensino, de forma a disciplinar a gestão democrática da educação pública. Tal lei deverá ser promulgada em até um ano após a promulgação do plano. Para efeito dessa análise, a Consultora não teve acesso a essa legislação.

1.7.2.2. Anexos

A legislação do PME contém apenas um documento anexo, segmentado em quatro partes. Inicialmente, o documento explica o processo de elaboração do Plano. De acordo com o descrito, o PME foi elaborado por uma comissão técnica, nomeada através de portaria, e posteriormente, o documento elaborado foi colocado à disposição da Comissão Coordenadora. Em seguida, foi realizada uma consulta pública, segmentada em eixos, através de Fóruns Itinerantes. Essa etapa, no entanto, não é detalhada nesse anexo.

A seção seguinte desse anexo compõe uma breve caracterização do município e um diagnóstico técnico do setor, abrangendo a infraestrutura física das escolas, a estrutura do transporte escolar, a gestão democrática, o Conselho Municipal de Educação, os aspectos financeiros, entre outros temas.

O diagnóstico apresentado abrange as principais áreas do setor e, na maioria dos pontos, é bem embasado em aspectos legislativos, contudo, como dito anteriormente, limita-se a um diagnóstico técnico, onde a participação da população não é destacada.

A seguir, como anexo desse documento, são listadas vinte metas, explicitadas através de fichas que contém as estratégias a serem utilizadas para alcançar essas metas. A descrição das metas e das estratégias é, de forma geral, bem completa, porém não avança no sentido de gerar programas e ações.

Também nesse anexo não é citada nenhuma compatibilização do PME com outras estratégias de planejamento, como, por exemplo o Planejamento Plurianual.



3.0. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FISCAL

3.0. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FISCAL

3.1. NECESSIDADE DE AJUSTE FISCAL

O desequilíbrio fiscal e a necessidade de ajuste das contas públicas, nos três níveis de governo, têm dominado o debate econômico. Nos municípios, o quadro fiscal talvez seja ainda mais grave, na medida em que dificuldade para pagar funcionários e fornecedores, na maior parte dos casos, prejudicando muitas vezes a prestação de serviços públicos essenciais.

O município do Crato tem conseguido se manter nos limites constitucionais e com constante regularidade, frente aos Órgãos de Controle.

3.2. CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO

Desde a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal, o controle sobre o endividamento público dos Municípios ganhou mais relevância, contudo, sem muito resultado na prática. Isso ocorre devido ao fato dos municípios não possuírem, geralmente, pelos seguintes fatores:

- Identificação incompleta ou incorreta dos credores;
- Identificação incompleta ou incorreta dos passivos;
- Controle das amortizações em relação ao valor devido; e
- Registro da dívida por nível de agregação, ou seja, sem a devida identificação de que dívida efetivamente está sendo amortizada e o quanto.

No município do Crato não é diferente, pois não foram identificados o passivo e o montante do suposto endividamento junto a credores externos, como INSS, FGTS e outros, caso existam. Abaixo podemos verificar uma amostragem de endividamento contratual junto ao Tesouro Nacional e Banco Central, o Endividamento do Município do Crato é de apenas 2.391.881,51 (Dois milhões, trezentos e noventa e um mil, oitocentos e oitenta e um reais e centavos).

Considerado que o Sistema de Registro de Operações com o Setor Público - CADIP, mantido pelo Banco Central não evidencia informações para a dívida externa, mobiliária e junto ao INSS, FGTS ou outras instituições não financeiras que não o Tesouro Nacional, podemos considerar como informação omissa.

Outro parâmetro é o endividamento bruto em relação a Receita Corrente Líquida – RCL, o qual despencou de uma média de 13,44%, entre os anos de 2013 a 2015, para apenas 0,01% no ano de 2016. Infelizmente, a falta de informações segregadas e individualizadas impossibilita uma análise mais criteriosa e minuciosa sobre o assunto.

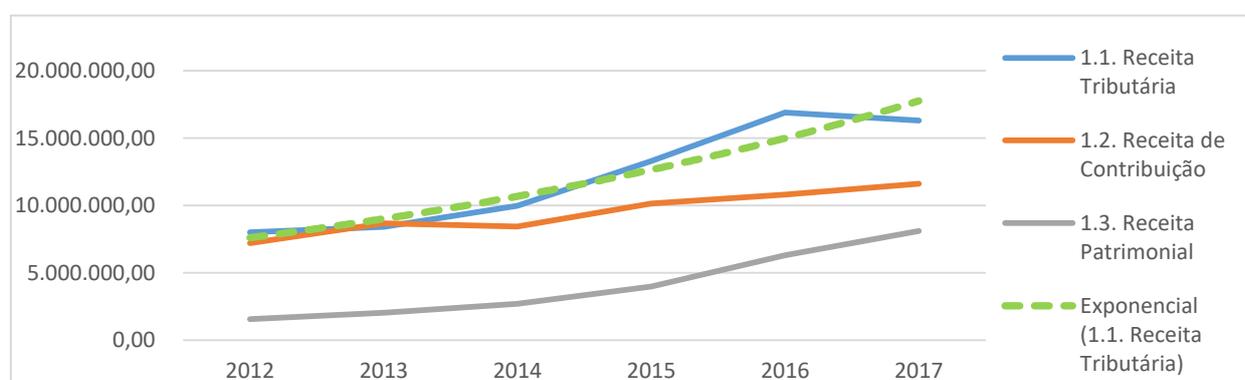
3.3. PROJEÇÃO DE RECEITA E DESPESA

3.3.1. RECEITA PÚBLICA MUNICIPAL

Observa-se que não há muita variação entre a receita prevista na LDO vigente, em relação aos anos anteriores, inclusive na recém-aprovada LDO para 2018. Isso corrobora o cenário nacional e a baixa expectativa para crescimentos significativos de receita prevista para esse ano, conforme série histórica registrada no **QUADRO Nº 3.1 – GRUPOS DE RECEITAS**.

Entretanto, quando se observa alguns grupos de receita, especialmente as receitas correntes, observa-se a possibilidade de crescimento da receita tributária, obviamente, desde que sejam tomadas ações para aproveitar o potencial de incremento da receita (Ver **QUADRO Nº 3.2 – RECEITAS CORRENTES**).

QUADRO Nº 3.2 – RECEITAS CORRENTES



Fonte: Elaboração própria.

QUADRO Nº 3.1 – GRUPOS DE RECEITAS

GRUPO DE RECEITA	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1. RECEITAS CORRENTES	168.836.620,32	173.466.887,40	212.279.951,71	245.708.000,00	243.796.200,00	268.252.000,00
1.1. Receita Tributária	8.002.260,90	8.420.190,29	9.966.600,00	13.306.000,00	16.914.000,00	16.316.000,00
1.2. Receita de Contribuição	7.210.800,56	8.668.925,11	8.442.200,00	10.135.000,00	10.800.000,00	11.610.000,00
1.3. Receita Patrimonial	1.544.305,18	2.040.522,63	2.698.066,00	3.977.000,00	6.290.400,00	8.097.000,00
Receita de Serviços	81.645,50	476.716,26	859.500,00	222.000,00	228.000,00	374.000,00
1.7. Transferências Correntes	148.808.139,58	150.425.383,87	186.587.485,71	215.000.000,00	198.754.609,00	229.426.000,00
1.9. Outras Receitas Correntes	3.189.468,60	3.435.149,24	3.726.100,00	3.068.000,00	10.809.191,00	2.429.000,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	6.891.904,87	6.435.544,87	10.316.459,00	8.692.000,00	9.016.000,00	5.868.000,00
2.2. Alienações de Bens	6.891.904,87	6.435.544,87	10.316.459,00	8.692.000,00	9.016.000,00	5.868.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	14.107.000,00	11.479.588,82	6.653.700,00	10.537.830,00	47.510.000,00	11.476.000,00
2.2. Alienações de Bens	120.000,00	98.388,57	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Operações de Crédito	4.890.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4. Transferência de Capital	9.097.000,00	11.381.200,25	6.652.700,00	10.536.830,00	47.509.000,00	11.475.000,00
DEDUÇÕES E TRANSFERÊNCIAS	-11.432.576,71	-11.337.149,09	-12.834.511,86	-17.298.000,00	-14.202.200,00	-17.275.000,00
9.7. (-) Dedução p/ Formação do	-11.432.576,71	-11.337.149,09	-12.817.211,86	-17.274.000,00	-14.174.200,00	-16.600.000,00
Outras deduções de receita			-17.300,00	-24.000,00	-28.000,00	-675.000,00
TOTAL RECEITAS	178.402.948,48	180.044.872,00	216.415.598,85	247.639.830,00	286.120.000,00	268.321.000,00

Fonte: Elaboração própria.

3.3.2. INDICADORES GERENCIAIS DA RECEITA

O Indicador que mede a relação entre as Transferências Governamentais e a geração de receita própria demonstra uma alta dependência dos recursos federais para execução das políticas públicas, apresentando uma média de 11%, nos últimos anos. Isso representa de cada R\$ 1,00 que a Prefeitura do Crato recebe da União, apenas R\$ 0,11 são gerados pelo Município (Ver QUADRO Nº 3.3 – INDICADORES GERENCIAIS).

QUADRO Nº 3.3 – INDICADORES GERENCIAIS

INDICADOR GERENCIAL	2013	2014	2015	2016	BASE DE CÁLCULO
Transferências Intergovernamentais x Geração de receita própria	10,0%	11,0%	12,0%	11,0%	(RECEITA TRIBUTÁRIA + COSIP + DÍVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS + MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS + MIM DA DÍVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS) / (RECEITA TRANSF. INTERGOV. CORRENTE - DEDUÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB)
Receita Tributária Per Capita	R\$ 78,44	R\$ 101,86	R\$ 119,75	R\$ 114,59	RECEITA TRIBUTÁRIA / POPULAÇÃO ESTIMADA IBGE 2016
Vinculação da Receita Corrente	73,07%	71,17%	72,40%	68,87%	(VINCULAÇÕES RECEITA EDUCAÇÃO + VINCULAÇÕES RECEITA SAÚDE + DEMAIS VINCULAÇÕES) * 100 / RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
Capacidade de Poupar	8,68%	8,13%	4,09%	22,10%	(Receitas Correntes - Deduções de Receita Corrente - Despesas Correntes - PES AD Operação entre Órgãos - ODC AD Entre Órgãos - I AD Operações entre Órgãos - IF AD Operação entre Órgãos - Amortização da Dívida) / (Receitas Correntes - Deduções de Receita Corrente)
Resultado Fiscal	9,37%	4,33%	-0,46%	21,49%	(RECEITA TOTAL - INTRA ORÇ. - (DESPESA EMPENHADA TOTAL - INTRA ORÇ.)) / ((RECEITA TOTAL - RECEITA INTRA ORÇ.))

Fonte: Elaboração própria.

Outro indicador preocupante é o de vinculação da receita corrente, pois isso condiciona o gestor a executar o orçamento da forma que a União ou Estado definiram, sem muita margem para inovação no serviço público ou mesmo em investimentos.

3.3.3. DESPESA PÚBLICA MUNICIPAL

De acordo com a série histórica de despesa pública, dos exercícios de 2012 a 2017, do Município do Crato, podemos observar um comportamento aleatório da distribuição da despesa. Parte disso se deve eventos a eventos pontuais, mas de grande impacto, como por exemplo o encerramento de um financiamento ou mesmo execução de projetos de grande porte em 2016, fatos que criaram anomalias na série (Ver QUADRO Nº 3.4 – GRUPOS DE DESPESAS).

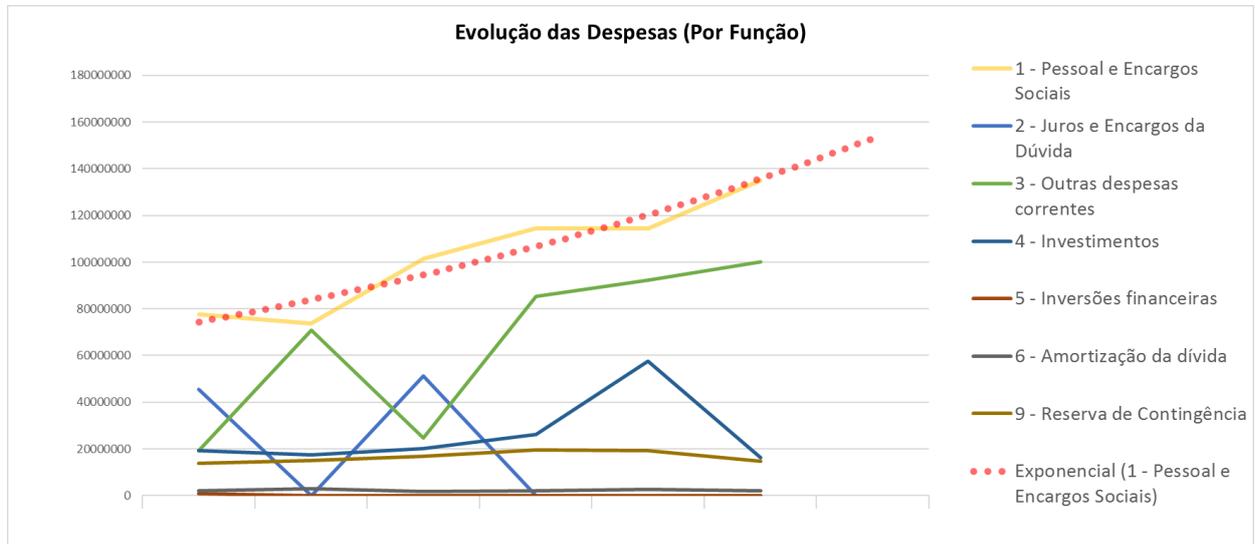
Contudo, fica evidente o padrão de crescimento das despesas com pessoal e os respectivos encargos, fato preocupante, pois pode causar sanções ao município caso se mantenha essa tendência.

QUADRO Nº 3.4 – GRUPOS DE DESPESAS

GRUPO DE DESPESAS	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1 - Pessoal e Encargos Sociais	77.522.950,49	73.837.458,65	101.426.952,53	114.455.350,00	114.369.832,00	135.115.000,00
2 - Juros e Encargos da Dívida	45.646.234,23	21.000,00	51.265.148,18	21.000,00	3.000,00	2.000,00
3 - Outras despesas correntes	19.124.571,39	70.876.585,37	24.801.773,03	85.358.570,00	92.416.049,00	100.119.000,00
4 - Investimentos	19.337.476,30	17.333.441,67	20.175.717,52	26.313.600,00	57.517.159,00	16.233.000,00
5 - Inversões financeiras	780.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 - Amortização da dívida	2.136.662,54	2.992.493,87	1.844.800,00	1.908.000,00	2.522.000,00	2.010.000,00
9 - Reserva de Contingência	13.855.053,53	14.903.892,44	16.901.207,59	19.583.310,00	19.291.960,00	14.842.000,00
TOTAL DESPESAS	178.402.948,48	180.044.872,00	216.415.598,85	247.639.830,00	286.120.000,00	268.321.000,00

Fonte: Elaboração própria.

QUADRO Nº 3.4 – GRUPOS DE DESPESAS



Fonte: Elaboração própria.



4.0. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

4.0. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRASIL. Decreto Lei 200/1967, de 25 de fevereiro de 1967. Presidência da República, 1967.

_____. Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei complementar nº 101/2000, de 4 de maio de 2000. Presidência da República, 1967.

_____. Lei Complementar nº 131/2009), de 27 de maio de 2009. Presidência da República, 2009.

_____. Lei de Acesso à Informação. Lei nº 12.527/2011, de 04 de abril de 2011. Presidência da República, 2011.

_____. Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA. CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO: Guia Metodológico - ciclo 2014.

_____. Tribunal de Contas da União. REFERENCIAL BÁSICO DE GOVERNANÇA: Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública, 2013.

_____. Tribunal de Contas da União. Referencial para avaliação da governança do Centro de Governo. Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin), 2016.

_____. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Governança Colaborativa da Justiça Federal da 3ª Região: GovJF3R. São Paulo: Tribunal Regional Federal da 3ª Região, 2016.

CIPFA. The Chartered Institute of Public Finance and Accountancy. The Good Governance Standard for Public Services.

CRATO. Decreto 1101001/2017, de 11 de janeiro de 2017. Gabinete do Prefeito, 2017.

_____. Decreto 1003001/2017, de 10 de março de 2017. Gabinete do Prefeito, 2017.

_____. Decreto 1901002/2017, 19 de janeiro de 2017. Gabinete do Prefeito, 2017.

_____. Decreto 3001002/2017, 30 de janeiro de 2017. Gabinete do Prefeito, 2017.

_____. Decreto 2402009/2017, 24 de fevereiro de 2017. Gabinete do Prefeito, 2017.

_____. Lei 3.253/2017, de 01 de março de 2017. Gabinete do Prefeito, 2017.

_____. Decreto 2103002/2017, de 21 de março de 2017. Gabinete do Prefeito, 2017.

_____. Decreto 2605001/2017, 26 de maio de 2017. Gabinete do Prefeito, 2017.

EDWARDS, Meredith, HALLIGAN, John, HARRIGAN, Bryan e NICOLL, Geoffrey. Public Sector Governance in Australia.

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa - 4ª edição.

IFAC. The International Federation Of Accountants. Good Governance in the Public Sector — Consultation Draft for an International Framework.

_____. The International Federation Of Accountants. Governance in the Public Sector: A Governing Body Perspective, 2001

OCDE. Organization for Economic Co-operation and Development. Os Princípios da OCDE sobre o Governo das Sociedades.

SENADO FEDERAL. Administração Pública: Normas e regulamentos. Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Subsecretaria de edições técnicas. Brasília-DF, 2006.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

ESPAÇO PLANO
ESPAÇO PLANO – ARQUITETURA E CONSULTORIA S/S LTDA.

ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E
REGIONAL DO CRATO-CE – LOTE I

Produto 4.0 – Relatório Consolidado das Análises Técnicas do
Município

TOMO II – GOVERNANÇA, PLANEJAMENTO E GESTÃO

OUTUBRO / 2017 – FOTALEZA / CE

CRATO



PLANO PLURIANUAL 2018-2021



ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO / CE - LOTE I



**PRODUTO 4.0 - RELATÓRIO CONSOLIDADO DAS ANÁLISES TÉCNICAS DO MUNICÍPIO
TOMO III - DEMAIS ANÁLISES**



Outubro / 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

**ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO
CRATO-CE – LOTE I**

**PRODUTO 4.0 – RELATÓRIO CONSOLIDADO DAS ANÁLISES TÉCNICAS DO
MUNICÍPIO**

TOMO III – DEMAIS ANÁLISES

FORTALEZA / CE – OUTUBRO / 2017

ELABORAÇÃO

ESPAÇO PLANO – ARQUITETURA E CONSULTORIA S/S LTDA.

EQUIPE TÉCNICA DA CONSULTORA

Coordenação Técnica

AIRTON IBIAPINA MONTENEGRO JÚNIOR – Coordenador / Arquiteto e Urbanista Sênior

Equipe Chave

FRANCISCO EDUARDO ARAUJO SOARES – Arquiteto e Urbanista Sênior

ANDERSON CARLOS LEITE PEREIRA - Contador

DANIEL PAGLIUCA – Advogado Pleno

DIEGO TORQUATO ALMEIDA – Contador Pleno

FRANCISCO ANTÔNIO DO NASCIMENTO NETO – Contador Sênior

LAURO CHAVES NETO – Economista Sênior

MARCELO DA COSTA TEIXEIRA – Engenheiro Civil Sênior

PEDRO ELDER SILVA LIMA – Administrador Pleno

VERA MARIA DA SILVA FREITAS – Assistente Social Pleno

Equipe Complementar

ISABELLY CAMPOS EGOT – Arquiteta e Urbanista

KARLO JOSÉ MEDEIROS TELES – Contador

TAMIRYS SOARES SENA – Arquiteta e Urbanista

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

Coordenação

MÉRCIA KARÍZIA SOBREIRA LEANDRO – Gerente da Célula de Monitoramento de Projetos Prioritários

Equipe Chave

ADALGIZA ARRAIS DE FARIAS VIEIRA – Subprocuradora Municipal

CÍCERO FELIPE DA SILVA CORREIA – Chefe de Gabinete Adjunto

HERMÍNIA RACHEL SARAIVA OLIVEIRA – Coordenadora de Comunicação

HILDO MORAES DE BRITO JÚNIOR – Arquiteto, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial

KARINE FEITOSA CARLOS SANTANA – Assessora da Secretaria Municipal de Educação

NÍNIVE BARRETO OLIVEIRA XENOFONTE – Gerente da Célula de Projetos Estratégicos, da Secretaria Municipal de Saúde

Equipe de Apoio da Consultora

AILA MARIA ALMEIDA OLIVEIRA – Agente Administrativo

ADLA EDWIGES OLIVEIRA DOS SANTOS – Secretária

CÍCERO VIEIRA NOBRE – Auxiliar de Escritório

WALDESON DE ARAÚJO LIMA – Digitador



SUMÁRIO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1.0. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.....	7
1.1. LEGISLAÇÃO URBANA ANALISADA.....	8
1.1.1. RELAÇÃO ENTRE AS LEIS ANALISADAS	10
1.1.2. SÍNTESE DE ALTERAÇÃO DAS LEIS DO PDU DO CRATO / 2005 E PD/ 2009	12
1.1.3. COMPATIBILIZAÇÕES SUGERIDAS	12
1.2. LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	12
2.0. NECESSIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO	14
2.1. INFORMAÇÕES GERENCIAIS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	15
2.2. CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO E DÍVIDA PÚBLICA	16
2.3. PLANOS SETORIAIS	17
3.0. ATIVIDADES COMPLEMENTARES A SEREM REALIZADAS	18
3.1. ATIVIDADES DE ANÁLISES TÉCNICAS.....	19
3.2. ATIVIDADES DE ALINHAMENTO DOS GESTORES E EQUIPE LOCAL.....	19
3.3. ATIVIDADES DE TRANSIÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO.....	19
4.0. ANEXOS	20
4.1. ANEXO Nº 01 – RELATÓRIO SÍNTESE DE ALTERAÇÃO DAS LEIS DO PDU E PD DO CRATO / 2005 E 2009	21



APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

O presente documento, intitulado como **Produto 04 – Relatório Consolidado das Análises Técnicas do Município** foi desenvolvido pela equipe técnica da empresa Espaço Plano – Arquitetura e Consultoria S/S Ltda., concretizando o início do processo de elaboração do **Planejamento Estratégico Municipal e Regional do Município do Crato-CE**, em atendimento ao Contrato N° 2017.07.13.2, referente a Tomada de Preços N° 2017.06.20.1 – PMC.

Este produto abrange a visão técnica das diversas áreas do saber envolvidas na elaboração do Plano. O principal objetivo do presente relatório foi levantar dados para uma completa análise da realidade existente através de uma percepção global da região e do município, visando a elaboração de um Planejamento Estratégico consistente.

A metodologia utilizada para a produção do presente relatório constituiu-se, basicamente, de levantamentos de informações, observações em campo e entrevistas com técnicos da Prefeitura. Após o levantamento dessas informações, foram realizadas análises técnicas utilizando as metodologias descritas no **Produto 01 – Proposta Metodológica do Planejamento Estratégico Municipal e Regional**. Para a Análise de Governança, no entanto, devido as características próprias desse sujeito, a Consultora optou por acrescentar à referida Proposta Metodológica uma nova ferramenta metodológica apoiada nas atuais iniciativas do Tribunal de Contas da União (TCU). Dessa forma, a ferramenta adotada será explicitada adiante.

Este Produto é composto de três TOMOS a seguir denominados:

- a. TOMO I – MICRORREGIÃO E CIDADE: Análise socioeconômica, análise urbanística, análise ambiental do município e impacto do desenvolvimento regional (RMC) e de tendências macroeconômicas;
- b. TOMO II – GOVERNANÇA, PLANEJAMENTO E GESTÃO: Análise da governança municipal, análise dos instrumentos de planejamento vigente e análise da situação econômico-fiscal; e
- c. TOMO III – DEMAIS ANALISES: Análise da legislação vigente, recomendações de ajustes nas legislações e omissões a serem sanadas.

Estão postos os principais fundamentos para o desenvolvimento da próxima etapa do Plano, no formato que associa as percepções técnica e comunitária, observando as diretrizes estabelecidas no **Produto 01 – Proposta Metodológica do Planejamento Estratégico Municipal e Regional**.



1.0. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO VIGENTE

1.0. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO

1.1. LEGISLAÇÃO URBANA ANALISADA

Criada em 2005, através do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Crato – PDDU Crato 2005 e em 2009, através do Plano Diretor Urbano do Município do Crato – PD, a Legislação Urbana do Crato veio sofrendo alterações desde a sua aprovação até os dias atuais. Artigos, parágrafos, incisos e anexos foram reescritos, revogados ou complementados através de diversas leis complementares que foram surgindo conforme as necessidades do município e terminaram por fragmentar a legislação e prejudicar sua compreensão como um todo.

Para tanto, foram elaboradas três planilhas. A primeira apresenta uma lista com todas as leis analisadas, ordenadas em ordem crescente, conforme suas datas de aprovação, onde intitulamos a legislação original do PDDU de 2005 e transcrevemos a ementa das leis que a alteram. A segunda e a terceira planilha relacionam as leis analisadas, fazendo o cruzamento de informações entre as mesmas e possibilitando a melhor compreensão do processo de atualização, onde claramente pode-se visualizar a sobreposição de umas leis sobre outras e entender a necessidade de compilação destas e o impacto das mesmas ao PPA.

A legislação urbana analisada nesse documento abrangerá, além da legislação original do PDDU, diversas alterações apresentadas a câmara, configurando um horizonte de análise entre os anos de 2005 e 2016 (Ver **QUADRO Nº 1.1 – LEGISLAÇÃO ANALISADA**).

A legislação básica do PDDU previa cinco legislações – Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (2.279 / 2005), Lei de Organização Territorial, Lei do Sistema Viário, Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (2.282 / 2005) e Lei do Código de Obras (2.280 / 2005). A essas legislações, em 2007, foi acrescida uma legislação destinada a criação de Zonas Especiais de Interesse Social.

As demais alterações concentram-se, em sua maioria, na alteração do zoneamento proposto, havendo casos de uma mesma legislação ter sido alterada diversas vezes. Em contrapartida, a legislação que apresenta menor índice de alteração é a do Sistema Viário.

QUADRO Nº 1.1 – LEGISLAÇÃO ANALISADA

LEI	DESCRIÇÃO
2.283 / 2005	Lei de Organização Territorial
2.281 / 2005	Lei do Sistema Viário
2.279 / 2005	Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
2.282 / 2005	Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo
2.280 / 2005	Lei do Código de Obras
2.450 / 2007	Cria as Zonas de Especial Interesse Social - ZEIS e dá outras providências

QUADRO Nº 1.1 – LEGISLAÇÃO ANALISADA

LEI	DESCRIÇÃO
2.478 / 2008	Altera a Lei Nº 2.282/2005, que institui o USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS
2.586 / 2009	Altera o § 1º do art. 140 da Lei Nº 2.280, de 20 de abril de 2005, que institui o Código de Obras e Posturas do Município do Crato e dá outras providências
2.588 / 2009	Dispõe sobre o Plano Diretor Municipal, do município do Crato e dá outras providências
2.589 / 2009	Dispõe sobre o Sistema Viário, do município do Crato e dá outras providências
2.590 / 2009	Dispõe sobre o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, do município do Crato e dá outras providências
2.604 / 2010	“Dispõe sobre a alteração da classificação de área localizada no Distrito de Santa Rosa e adota outras providências”
2.638 / 2010	Institui o Código Ambiental do Município do Crato, e adota outras providências
2.675 / 2011	Altera o § 1º e inclui novos parágrafos no art. 140 da Lei Nº 2.586, de 22 de dezembro de 2009 que alterou o Código de Obras e Posturas do Município do Crato e dá outras providências
2.678 / 2011	Altera dispositivos da Lei Nº 2.590, de 22 de dezembro de 2009 e adota outras providências
2.814 / 2012	Altera dispositivos das Leis Nº 2.590 de 22 de dezembro de 2009, 2.678 de 02 de março de 2011 e adota outras providências
2.817 / 2013	Altera a redação do art. 12 e acrescenta os §§ 1º e 2º da Lei nº 2.281/2005 (Dispõe sobre o sistema viário da Cidade do Crato e dá outras providências)
2.825 / 2013	Define zoneamento de área como de urbanização específica para implantação de conjunto habitacional de interesse social e adota outras providências
2.894 / 2013	Define zoneamento de área como de urbanização específica e adota outras providências
2.904 / 2013	Altera dispositivo da Lei nº 2.814 de 05 de novembro de 2012 e adota outras providências
3.053 / 2014	Altera o anexo III da Lei Nº 2.590, de 22 de dezembro de 2009, que trata da planta oficial de zoneamento, uso e ocupação do solo, e adota outras providências
3.054 / 2014	Altera o anexo III da Lei Nº 2.590, de 22 de dezembro de 2009, que trata da planta oficial de zoneamento, uso e ocupação do solo, e adota outras providências
3.063 / 2014	Altera o anexo III da Lei Nº 2.590, de 22 de dezembro de 2009, que trata da planta oficial de zoneamento, uso e ocupação do solo, e adota outras providências
3.064 / 2014	Altera o anexo III da Lei Nº 2.590, de 22 de dezembro de 2009, que trata da planta oficial de zoneamento, uso e ocupação do solo, redefinindo limites e enquadramentos da Zona Industrial – ZI, e adota outras providências
3.107 / 2015	Define zoneamento de área como de urbanização específica e adota outras providências
3.247 / 2016	Fica alterado o Anexo III, e alterações posteriores, que trata da planta oficial de zoneamento, uso e ocupação do solo, passando a área a seguir descrita a ter o seu zoneamento alterado de Zona Especial Ambiental 7 para Zona Residencial 3 (Zona Residencial de Média Densidade)

LEGENDA:

Legislação original do PDDU 2005

Fonte: Elaboração Própria.

1.1.1. RELAÇÃO ENTRE AS LEIS ANALISADAS

As legislações analisadas foram alteradas, na maioria dos casos, de forma pontal, alterando-se artigos e anexos. Dessa forma, fez-se necessário a identificação precisa dessas alterações conforme identificado no QUADRO Nº 1.2 – RELAÇÃO ENTRE AS LEIS ANALISADAS.

QUADRO Nº 1.2 – RELAÇÃO ENTRE AS LEIS ANALISADAS			
LEI CRIADA	LEI ALTERADA	ARTIGOS E ANEXOS ALTERADOS	COMENTÁRIOS
2.450 / 2007	–	–	Lei não relacionada com nenhuma outra existente
2.478 / 2008	2.282 / 2005	Anexo I	Fará parte integrante desta Lei, o Anexo I
2.586 / 2009	2.280 / 2005	Altera o §1º do art. 140	Altera o § 1º do art. 140 da Lei Nº 2.280, de 20 de abril de 2005, que institui o Código de Obras e Posturas do Município do Crato e dá outras providências
2.588 / 2009	2.279 / 2005	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano	Dispõe sobre o Plano Diretor Municipal, do município do Crato e dá outras providências
2.589 / 2009	2.281 / 2005	Sistema Viário	Dispõe sobre o Sistema Viário, do município do Crato e dá outras providências
2.817 / 2013		Artigo 12 (acrescenta §1º, §2º)	VER INCOERÊNCIA! Altera a redação do art. 12 e acrescenta os §§ 1º e 2º da Lei nº 2.281/2005 (Dispõe sobre o sistema viário da Cidade do Crato e dá outras providências). Alteração esta, na Lei nº 2.281/2005 e não na de nº 2.589/2009, mais atual
2.604 / 2010	–	“Dispõe sobre a alteração da classificação de área localizada no Distrito de Santa Rosa e adota outras providências”. Fica alterado para Zona Urbana todo o Distrito de Santa Rosa. Fará parte integrante desta Lei o Anexo I	Lei não relacionada com nenhuma outra existente
2.638 / 2010	–	–	Lei não relacionada com nenhuma outra existente
2.675 / 2011	2.586 / 2009	Altera o § 1º e inclui novos parágrafos no art. 140	Altera o § 1º e inclui novos parágrafos no art. 140 da Lei Nº 2.586, de 22 de dezembro de 2009 que alterou o Código de Obras e Posturas do Município do Crato e dá outras providências
2.678 / 2011	2.590 / 2009	Artigos 14, 16, 27, 28 a 36, 38, 39, 41, 55, 81, 83, 90, 107, 109, 113, 114, 122, 167, inserção dos Artigos 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177 e 178	A ementa altera os Artigo 14, Artigo 16 (inciso I), Artigo 27, altera parágrafo único e exclui (inciso I), Artigos 28 a 36, (exclui Seção I), Artigo 37, Artigo 38 (inciso II), Artigo 39 (inciso V do parágrafo 5º), Artigo 41 (inciso VII), novas redações nos Artigos 55, 81, 107, 113, 114, 122, 167, Artigo 83 (incisos II e III), Artigo 90, Artigo 109 (§11º) e insere os Artigos 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177 e 178
2.814 / 2012		Artigos 16, 179 e 180. Anexo III e Anexo IV. Inserção de textos	Altera o Art. 16 e insere os artigos 179, 180. Altera o Anexo III, Anexo IV, insere nos textos da Lei o uso residencial multifamiliar nas Zonas: ZR2, ZR3, ZR4,

QUADRO Nº 1.2 – RELAÇÃO ENTRE AS LEIS ANALISADAS

LEI CRIADA	LEI ALTERADA	ARTIGOS E ANEXOS ALTERADOS	COMENTÁRIOS
			ZR5, ZR6, ZR7, ZR8, ZR9, ZR10, ZR11, ZEIS e ZCS
3.053 / 2014		Altera o Anexo III	Altera o anexo III da Lei Nº 2.590, de 22 de dezembro de 2009, que trata da planta oficial de zoneamento, uso e ocupação do solo, e adota outras providências. Alterações posteriores, que trata da planta oficial de zoneamento, uso e ocupação do solo, passando a área a seguir descrita a ter o seu zoneamento alterado de Zona Especial Ambiental 7 (Parque do Rio Saco e Lobo) para Zona Residencial 3 (Zona Residencial de Média Densidade)
3.054 / 2014		Altera o Anexo III	Altera o anexo III da Lei Nº 2.590, de 22 de dezembro de 2009, que trata da planta oficial de zoneamento, uso e ocupação do solo, e adota outras providências. Alterações posteriores, que trata da planta oficial de zoneamento, uso e ocupação do solo, passando a Zona Especial Ambiental 4 (Parque de Exposições Agropecuárias) a ser Zona de Uso Misto – ZUM
3.063 / 2014		Altera o Anexo III	Altera o anexo III da Lei Nº 2.590, de 22 de dezembro de 2009, que trata da planta oficial de zoneamento, uso e ocupação do solo, e adota outras providências. Alterações posteriores, que trata da planta oficial de zoneamento, uso e ocupação do solo, modificando a Zona Residencial 2 – ZR2, a seguir descrita, para Zona Residencial 6 – ZR6
3.064 / 2014		Altera o Anexo III	Altera o anexo III da Lei Nº 2.590, de 22 de dezembro de 2009, que trata da planta oficial de zoneamento, uso e ocupação do solo, e adota outras providências. Alterações posteriores, que trata da planta oficial de zoneamento, uso e ocupação do solo, redefinindo os limites e enquadramentos na Zona Industrial – ZI, localizada no bairro Santa Rosa deste Município
3.247 / 2016		Altera o Anexo III	Fica alterado o Anexo III, e alterações posteriores, que trata da planta oficial de zoneamento, uso e ocupação do solo, passando a área a seguir descrita a ter o seu zoneamento alterado de Zona Especial Ambiental 7 para Zona Residencial 3 (Zona Residencial de Média Densidade)
2.825 / 2013	–	Define Zoneamento de Área como de Urbanização específica para implantação de Conjunto Habitacional de Interesse Social	Lei não relacionada com nenhuma outra existente
2.894 / 2013	–	Define zoneamento de área como de urbanização específica e adota outras providências	Lei não relacionada com nenhuma outra existente
2.904 / 2013	2.814 / 2012	A Lei 2.904 / 2013 altera dispositivos da Lei Nº 2.814 de 05 de novembro de 2012 e adota outras providências	Altera dispositivo da Lei nº 2.814 de 05 de novembro de 2012 e adota outras providências

QUADRO Nº 1.2 – RELAÇÃO ENTRE AS LEIS ANALISADAS

LEI CRIADA	LEI ALTERADA	ARTIGOS E ANEXOS ALTERADOS	COMENTÁRIOS
3.107 / 2015	–	Define zoneamento de área como de urbanização específica e adota outras providências	Lei não relacionada com nenhuma outra existente

Fonte: Elaboração Própria.

1.1.2. SÍNTESE DE ALTERAÇÃO DAS LEIS DO PDU DO CRATO / 2005 E PD/ 2009

De forma a organizar as informações colhidas e analisadas de forma sintética, foi elaborada uma análise síntese desse tema, que conta como **ANEXO Nº 1 – RELATÓRIO SÍNTESE DE ALTERAÇÃO DAS LEIS DO PDU E PD DO CRATO / 2005 E 2009**.

1.1.3. COMPATIBILIZAÇÕES SUGERIDAS

A Análise da Compatibilidade da Legislação Urbana Municipal vigente procurou explicitar, de forma clara e objetiva, as alterações que ocorreram ao longo dos anos, apresentando, através de planilhas, um histórico gradual que possibilita a visualização simplificada da situação em que esse conjunto de leis se encontra.

A Legislação Urbana de Crato veio sofrendo alterações desde a sua aprovação até os dias atuais. Artigos, parágrafos, incisos e anexos foram reescritos, revogados ou complementados através de diversas leis complementares que foram surgindo conforme as necessidades do município e terminaram por fragmentar a legislação e prejudicar sua compreensão como um todo impactando ao PPA.

Conforme pode ser visto na análise efetuada da legislação municipal vigente, é notória a necessidade de compilação destas leis. Portanto é sugerido que seja feita uma nova revisão na Lei do Plano Diretor Municipal, 2009, para que assim seja possível um entendimento dela como um todo.

1.2. LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Além do que já foi registrado no TOMO II deste produto, o qual tratou especificamente da análise dos instrumentos vigentes, consideramos relevantes alguns registros sobre o processo de elaboração do Planejamento Orçamentário, propriamente dito.

Quando avaliamos a cronologia de elaboração, apresentação e sanção dos instrumentos orçamentários, podemos identificar que os prazos não favorecem um processo de planejamento eficiente, que possibilite a elaboração de forma consistente.

A falta de prazos definidos para conclusão da análise do legislativo, também é outro fator que coloca em

risco a qualidade do planejamento. No ano de 2016, por exemplo, a última sessão relativa a Lei Orçamentária Anual (LOA) ocorreu apenas no dia 21 de dezembro daquele ano, reduzindo o prazo para que o Poder Executivo pudesse tomar quaisquer providências que fossem necessárias, o que poderia comprometer a qualidade do planejamento.

O mesmo ocorre com o processo de aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o qual está condicionado ao encerramento do primeiro período legislativo. O que deixa o processo com um nível de incerteza considerável.

Tais definições encontram-se dispostas no Art.190 da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, com as alterações adotadas pelas *Emendas a Lei Orgânica do Município do Crato nº 25/2012* e pela *Emenda de Alteração e Revisão da Lei Orgânica do Município do Crato nº 01/2007*.

Trata-se, portanto, de alterações difíceis de serem alcançadas, pois dependem de consenso entre os poderes Executivo e Legislativo. Todavia, registramos como pontos de melhoria no processo:

- Falta de definição formal de início do processo de elaboração dos instrumentos, o que pode prejudicar o prazo de elaboração, no caso de falta de planejamento prévio;
- Falta de definição formal de término da análise do Orçamento Anual pelo legislativo, de forma a garantir as providências que o executivo teria que realizar até o final do exercício;
- Falta de regime de exceção para o primeiro ano de gestão, devido a elaboração do PPA, conforme mencionado anteriormente no Tomo II.



2.0. NECESSIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO

2.0. NECESSIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO

Em um projeto complexo e de caráter inovador, como é o caso do PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO CRATO, é natural que surjam necessidades de alteração, ou mesmo dificuldade na execução de determinadas ações.

Nesse sentido, as necessidades de complementação aqui apresentadas são originárias de fatores diversos, dentre os quais identificamos:

- **POR IMPOSSIBILIDADE:** Informações e/ou procedimentos que estão além da competência ou das possibilidades de realização da Prefeitura;
- **POR INVIABILIDADE:** Informações e/ou procedimentos que teriam um custo de realização desproporcional, ou seja, muito maior que o benefício atribuído a suas entregas; e
- **POR OMISSÃO:** Informações e/ou procedimentos que, embora fossem viáveis, não foram apresentados, ou mesmo, comunicados a Consultora.

Vale esclarecer que este registro tem como principal finalidade a realização, em parceria, de mais um esforço para o atendimento das necessidades identificadas, ou ainda, em última instância, registrá-los como lições aprendidas do projeto, de forma que sirva de auxílio para os próximos processos de planejamento do município, prática considerada normal em Gerenciamento de Projetos.

Cada necessidade atendida, dentro do prazo acordado a ser acordado entre a Consultora e a Equipe Local, poderá ser incorporada ao projeto, no Produto Final. Caso isso não seja possível, será apresentada, no produto referente as recomendações, sugestão de encaminhamentos, conforme a situação.

Outro registro importante, é que os pontos registrados não refletem uma crítica setorial, mas as necessidades de complementação, seja de procedimentos, estrutura, ou mesmo de tomada de decisão pela alta administração. Fatos estes, muitas vezes, fora da competência e da capacidade dos servidores responsáveis.

2.1. INFORMAÇÕES GERENCIAIS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Como predeterminado no Termo de Referência que integra a Tomada de Preços Nº 2017.06.20.1 – PMC, bem como no próprio escopo do Projeto, estava prevista uma análise da situação fiscal do município. Para tanto, fazia-se necessária a análise dos dados oficiais, ou seja, dos dados registrados e apresentados aos Órgãos de Controle Externo, e ainda a confrontação com os controles internos, sobretudo os gerenciais da Prefeitura.

Contudo, devido ao sistema contábil adotado no Município do Crato, que não difere da maioria dos municípios cearenses, por ser baseado em fontes de receitas e não em centros de custos, há um relativo prejuízo no controle gerencial da despesa pública.

Além disso, os dados disponibilizados pelo controle interno da atual gestão apresentavam apenas informações básicas, a título de cumprimento das exigências dos Órgãos de Controle Externo.

Essa realidade pode dificultar ou até mesmo impossibilitar a Prefeitura Municipal de tomar medidas corretivas a curto prazo, podendo até as necessidades de complementações listadas a baixo serem consideradas inviáveis.

Outros fatores relevantes para a viabilidade das necessidades identificadas seria o custo e o tempo necessários, os quais estariam em desacordo com a realidade desse Planejamento. Contudo, essas necessidades são passíveis de melhoria, destacando-se os seguintes pontos:

- Ausência de controle, por centro de custo, das unidades mínimas de despesa, como por exemplo, escola, unidade básica de saúde, etc.;
- Ausência de estimativa de consumo e despesas de manutenção por unidades mínimas de despesa;
- Falta de padronização e/ou de informações complementares, relacionadas à origem e tipificação do custo, especialmente nas ordens de compra; e
- Falta de apropriação do custo ao órgão gerador do gasto.

2.2. CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO E DÍVIDA PÚBLICA

A análise de capacidade de endividamento e da própria dívida pública demonstrou uma vulnerabilidade do município, no caso, a falta de controle do montante devido. Notadamente, essa fragilidade não se deve somente a Prefeitura Municipal, muito menos a atual administração.

Trata-se de uma falta de controle histórica, dentre os responsáveis, cujo principal credor dos municípios brasileiros, é o INSS. Essa crise vem se agravando anos após ano, sem a devida transparência da composição da dívida, ou mesmo dos valores amortizados, fato este agravado pelos sucessivos novos parcelamentos.

Outra passivo, também classificada como dívida, e sem o devido controle, é o pagamento de precatórios judiciais. No caso da Prefeitura do Crato, não foi informado, na transição entre mandatos, nada a respeito dos credores e dos montantes devidos, nem mesmo apresentado qualquer controle a gestão atual.

De qualquer forma, mesmo sendo situações fora da capacidade gerencial da Prefeitura Municipal, existem ações de melhoria que devem ser implementadas, visando a superação dessas necessidades de complementação, especialmente considerando as seguintes necessidades identificadas:

- Falta de acompanhamento e registro sistemático, junto aos credores, dos montantes devidos e das deduções por amortização;
- Falta de segregação de despesas e de controle contábil, no pagamento de sentenças judiciais, não permitindo a identificação do quanto das referidas sentenças são relacionadas a precatórios;

- Falta de registro no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do Relatório de Gestão Fiscal, dos valores correspondentes;
- Falta de geração de relatórios gerenciais e contábeis, em formatos que permitam a utilização de dados e importação para sistemas de análises; e
- Falta de compatibilidade entre os valores declarados nos relatórios de gestão e os informados pelo Banco Central do Brasil.

2.3. PLANOS SETORIAIS

Um ponto crítico em todo processo de planejamento municipal é o alinhamento entre os diversos instrumentos existentes de planejamento, principalmente entre os orçamentários e os setoriais, ao novo Plano. Partindo dessa premissa, buscamos identificar situações e iniciativas que pudessem conflitar com o PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO CRATO.

Foram identificados, ainda na fase de levantamento de dados, vários planos elaborados em administrações anteriores, mas sem a efetiva implementação. Esses planos, independentemente da situação de implementação deveriam ser analisados e incorporados, no que coubesse, ao Planejamento.

Dessa forma, foram avaliados todos os planos apresentados, mesmo que superficialmente quando o objeto não apresentava grande impacto ao Processo de Planejamento Estratégico. Dos planos existentes identificados e considerados, registramos uma importante omissão:

- Não entrega do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS e conseqüentemente permitir a sua análise.

Além dos planos já existentes, também foram identificados instrumentos de planejamento em andamento, alguns deles iniciados após o lançamento do PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO CRATO, o que reafirma a crença de que precisamos reforçar as ações de capacitação e sensibilização dos gestores para se criar realmente uma cultura de planejamento.

Dos Planos Setoriais iniciados durante o projeto, registramos também as seguintes omissões:

- Falta de comunicação e integração do Plano Municipal de Saúde ao Projeto;
- Falta de comunicação e integração do Plano Municipal de Defesa Civil ao Projeto; e
- Falta de comunicação e integração do Plano Municipal de Esporte ao Projeto;
- Falta de integração do Plano Decenal da Assistencial Social ao Projeto, pois o processo tinha sido iniciado anteriormente.



3.0. ATIVIDADES COMPLEMENTARES A SEREM REALIZADAS

3.0. ATIVIDADES COMPLEMENTARES A SEREM REALIZADAS

Considerando o volume de possíveis complementações identificadas, recomendamos a realização de atividades complementares para garantir a efetividade do Planejamento.

3.1. ATIVIDADES DE ANÁLISES TÉCNICAS

São atividades, em sua maioria, de análise técnica, realizada pelos próprios consultores ou servidores municipais, sob orientação da consultora, são elas:

- Coleta de dados adicionais, realizada e/ou orientada por consultores;
- Análise do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS; e
- Análise dos demais Planos Setoriais fornecidos.

3.2. ATIVIDADES DE ALINHAMENTO DOS GESTORES E EQUIPE LOCAL

São atividades realizadas em grupo, visando garantir a compreensão e o engajamento da equipe local, pois são os disseminadores naturais da nova cultura organizacional e devem estar em pleno alinhamento para que os resultados sejam alcançados.

Nesse sentido, propomos uma ação de engajamento, iniciada em pequenos grupos, por secretaria, culminando em um seminário com todos os disseminadores da cultura, da seguinte forma:

- Reuniões setORIZADAS com as secretarias e equipes de servidores; e
- Realização de seminário extra de reforço e alinhamento com os gestores, Prefeito e Secretários e equipe local.

3.3. ATIVIDADES DE TRANSIÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

São atividades de orientação da equipe local e dos servidores, representantes das secretarias, no sentido de capacitá-los para a condução do planejamento, após o encerramento do trabalho da consulta e consequente saída do processo.

Tais atividades são fundamentais para garantir que o processo não pare com a finalização das atividades da Consultora, entre elas:

- Revisão dos objetivos estratégicos e macro indicadores; e
- Revisão e disseminação da identidade organizacional.



4.0. ANEXOS



4.1. ANEXO Nº 01 – RELATÓRIO SÍNTESE DE ALTERAÇÃO DAS LEIS DO PDDU E PDP DO CRATO / 2005 E 2009

ANALISE DE COMPATIBILIDADE E IMPACTO DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL AO PPA - AGOSTO 2017

RELATÓRIO SÍNTESE DE ALTERAÇÃO DAS LEIS DO PDDU E PDP DO CRATO / 2005 E 2009								
LEIS QUE ALTERAM O PDDU E PDP	LEIS DO PDDU 2005 - ARTIGOS E ANEXOS ALTERADOS					LEIS DO PDP 2009 - ARTIGOS E ANEXOS ALTERADOS		
	Organização Territorial	Sistema Viário	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano	Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo	Código de Obras	Plano Diretor	Sistema Viário	Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo
	2.283 / 2005	2.281 / 2005	2.279 / 2005	2.282 / 2005	2.280 / 2005	2.588 / 2009	2.589 / 2009	2.590 / 2009
2.450 / 2007								
2.478 / 2008				Altera a Lei Nº 2.282 / 2005 ¹				
2.586 / 2009					Altera o §1º do art. 140.			
2.604 / 2010 ²								
2.638 / 2010 ³								
2.675 / 2011 ⁴								
2.678 / 2011								Artigos 14, 16, 27, 28 a 36, 38, 39, 41, 55, 81, 83, 90, 107, 109, 113, 114, 122, 167, inserção dos Artigos 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177 e 178 ⁵
2.814 / 2012								Artigos 16, 179 e 180. Anexo III e Anexo IV. Inserção de textos. ⁶
2.817 / 2013		Artigo 12 (acrescenta §1º, §2º) ⁷						
2.825 / 2013 ⁸								
2.894 / 2013 ⁹								
2.904 / 2013 ¹⁰								
3.053 / 2014								Altera o Anexo III ¹¹
3.054 / 2014								Altera o Anexo III ¹²
3.063 / 2014								Altera o Anexo III ¹³
3.064 / 2014								Altera o Anexo III ¹⁴
3.107 / 2015 ¹⁵								
3.247 / 2016								Altera o Anexo III ¹⁶

DISCRIMINAÇÕES DAS ALTERAÇÕES

¹ Altera a LEI Nº 2.282/2005, QUE INSTITUI O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Fará parte integrante desta Lei, o Anexo I.

² “Dispõe sobre a alteração da classificação de área localizada no Distrito de Santa Rosa e adota outras providências”. Fica alterado para Zona Urbana todo o Distrito de Santa Rosa. Fará parte integrante desta Lei o Anexo I.

³ Institui o Código Ambiental do Município de Crato e dá outras providências

⁴ Altera o § 1º e inclui novos parágrafos no art. 140 da Lei Nº 2.586, de 22 de dezembro de 2009 que alterou o Código de Obras e Posturas do Município do Crato e dá outras providências.

⁵ A ementa altera os Artigo 14, Artigo 16 (inciso I), Artigo 27, altera parágrafo único e exclui (inciso I), Artigos 28 a 36, (exclui Seção I), Artigo 37, Artigo 38 (inciso II), Artigo 39 (inciso V do parágrafo 5º), Artigo 41 (inciso VII), novas redações nos Artigos 55, 81, 107, 113, 114, 122, 167, Artigo 83 (incisos II e III), Artigo 90, Artigo 109 (§11º) e insere os Artigos 168, 169, 170, 171, 172, 173,, 174, 175, 176, 177 e 178.

⁶ Altera o Art. 16 e insere os artigos 179, 180. Altera o Anexo III, Anexo IV, insere nos textos da Lei o uso residencial multifamiliar nas Zonas: ZR2, ZR3, ZR4, ZR5, ZR6, ZR7, ZR8, ZR9, ZR10, ZR11, ZEIS e ZCS.

⁷ Altera a redação do art. 12 e acrescenta os §§ 1º e 2º da Lei nº 2.281/2005 (Dispõe sobre o sistema viário da Cidade do Crato e dá outras providências).

⁸ Define Zoneamento de Área como de Urbanização específica para implantação de Conjunto Habitacional de Interesse Social

⁹ Define zoneamento de área como de urbanização específica e adota outras providências.

¹⁰ A Lei 2.904 / 2013 altera dispositivos da Lei Nº 2.814 de 05 de novembro de 2012 e adota outras providências.

¹¹ Altera o anexo III da Lei Municipal nº 2.590/2009, e alterações posteriores, que trata da planta oficial de zoneamento, uso e ocupação do solo, passando a área a seguir descrita a ter o seu zoneamento alterado de Zona Especial Ambiental 7 (Parque do Rio Saco e Lobo) para Zona Residencial 3 (Zona Residencial de Média Densidade).

¹² Altera o anexo III da Lei Municipal nº 2.590/2009, e alterações posteriores, que trata da planta oficial de zoneamento, uso e ocupação do solo, passando a Zona Especial Ambiental 4 (Parque de Exposições Agropecuárias) a ser Zona de Uso Misto – ZUM.

¹³ Altera o anexo III da Lei Municipal nº 2.590/2009, e alterações posteriores, que trata da planta oficial de zoneamento, uso e ocupação do solo, modificando a Zona Residencial 2 – ZR2, a seguir descrita, para Zona Residencial 6 – ZR6.

¹⁴ Altera o anexo III da Lei Municipal nº 2.590/2009, e alterações posteriores, que trata da planta oficial de zoneamento, uso e ocupação do solo, redefinindo os limites e enquadramentos na Zona Industrial – ZI, localizada no bairro Santa Rosa deste Município.

¹⁵ Define zoneamento de área como de urbanização específica e adota outras providências.

¹⁶ Altera o anexo III da Lei Nº 2.590, de 22 de dezembro de 2009, que trata da planta oficial de zoneamento, uso e ocupação do solo, e adota outras providências.

RESUMO DAS LEIS ANALISADAS

2.283/2005	Lei de Organização Territorial
2.281/2005	Lei do Sistema Viário
2.279/2005	Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
2.282/2005	Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo
2.280/2005	Lei do Código de Obras
2.450/2007	Cria as Zonas de Especial Interesse Social - ZEIS e dá outras providências.
2.478/2008	Altera a Lei Nº 2.282/2005, que institui o USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
2.586/2009	Altera o § 1º do art. 140 da Lei Nº 2.280, de 20 de abril de 2005, que institui o Código de Obras e Posturas do Município do Crato e dá outras providências.
2.588/2009	Dispõe sobre o Plano Diretor Municipal, do município do Crato e dá outras providências.
2.589/2009	Dispõe sobre o Sistema Viário, do município do Crato e dá outras providências.
2.590/2009	Dispõe sobre o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, do município do Crato e dá outras providências.
2.604/2010	“Dispõe sobre a alteração da classificação de área localizada no Distrito de Santa Rosa e adota outras providências”.
2.638/2010	Institui o Código Ambiental do Município do Crato, e adota outras providências.
2.675/2011	Altera o § 1º e inclui novos parágrafos no art. 140 da Lei Nº 2.586, de 22 de dezembro de 2009 que alterou o Código de Obras e Posturas do Município do Crato e dá outras providências.
2.678/2011	Altera dispositivos da Lei Nº 2.590, de 22 de dezembro de 2009 e adota outras providências.
2.814/2012	Altera dispositivos das Leis Nº 2.590 de 22 de dezembro de 2009, 2.678 de 02 de março de 2011 e adota outras providências.
2.817/2013	Altera a redação do art. 12 e acrescenta os §§ 1º e 2º da Lei nº 2.281/2005 (Dispõe sobre o sistema viário da Cidade do Crato e dá outras providências).
2.825/2013	Define zoneamento de área como de urbanização específica para implantação de conjunto habitacional de interesse social e adota outras providências.
2.894/2013	Define zoneamento de área como de urbanização específica e adota outras providências.
2.904/2013	Altera dispositivo da Lei nº 2.814 de 05 de novembro de 2012 e adota outras providências.
3.053/2014	Altera o anexo III da Lei Nº 2.590, de 22 de dezembro de 2009, que trata da planta oficial de zoneamento, uso e ocupação do solo, e adota outras providências.
3.054/2014	Altera o anexo III da Lei Nº 2.590, de 22 de dezembro de 2009, que trata da planta oficial de zoneamento, uso e ocupação do solo, e adota outras providências.
3.063/2014	Altera o anexo III da Lei Nº 2.590, de 22 de dezembro de 2009, que trata da planta oficial de zoneamento, uso e ocupação do solo, e adota outras providências.
3.064/2014	Altera o anexo III da Lei Nº 2.590, de 22 de dezembro de 2009, que trata da planta oficial de zoneamento, uso e ocupação do solo, redefinindo limites e enquadramentos da Zona Industrial - ZI, e adota outras providências.
3.107/2015	Define zoneamento de área como de urbanização específica e adota outras providências.
3.247/2016	Fica alterado o Anexo III, e alterações posteriores, que trata da planta oficial de zoneamento, uso e ocupação do solo, passando a área a seguir descrita a ter o seu zoneamento alterado de Zona Especial Ambiental 7 para Zona Residencial 3 (Zona Residencial de Média Densidade).

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

ESPAÇO PLANO
ESPAÇO PLANO – ARQUITETURA E CONSULTORIA S/S LTDA.

ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E
REGIONAL DO CRATO-CE – LOTE I

Produto 4.0 – Relatório Consolidado das Análises Técnicas do
Município

TOMO III – DEMAIS ANÁLISES

OUTUBRO / 2017 – FOTALEZA / CE

CRATO



PLANO PLURIANUAL 2018-2021



ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO / CE - LOTE I



**PRODUTO 5.0 - RELATÓRIO CONSOLIDADO DA PARTICIPAÇÃO
POPULAR NOS EVENTOS**



**PREFEITURA DO
CRATO**

Setembro / 2017



PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

**ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO
CRATO-CE – LOTE I**

**PRODUTO 5.0 – RELATÓRIO CONSOLIDADO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NOS
EVENTOS**

FORTALEZA / CE – OUTUBRO / 2017

ELABORAÇÃO

ESPAÇO PLANO – ARQUITETURA E CONSULTORIA S/S LTDA.

EQUIPE TÉCNICA DA CONSULTORA

Coordenação Técnica

AIRTON IBIAPINA MONTENEGRO JÚNIOR – Coordenador / Arquiteto e Urbanista Sênior

Equipe Chave

FRANCISCO EDUARDO ARAUJO SOARES – Arquiteto e Urbanista Sênior

ANDERSON CARLOS LEITE PEREIRA - Contador

DANIEL PAGLIUCA – Advogado Pleno

DIEGO TORQUATO ALMEIDA – Contador Pleno

FRANCISCO ANTÔNIO DO NASCIMENTO NETO – Contador Sênior

LAURO CHAVES NETO – Economista Sênior

MARCELO DA COSTA TEIXEIRA – Engenheiro Civil Sênior

PEDRO ELDER SILVA LIMA – Administrador Pleno

VERA MARIA DA SILVA FREITAS – Assistente Social Pleno;

Equipe Complementar

ISABELLY CAMPOS EGOT – Arquiteta e Urbanista

KARLO JOSÉ MEDEIROS TELES – Contador

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

Coordenação

MÉRCIA KARÍZIA SOBREIRA LEANDRO – Gerente da Célula de Monitoramento de Projetos Prioritários

Equipe Chave

ADALGIZA ARRAIS DE FARIAS VIEIRA – Subprocuradora Municipal

CÍCERO FELIPE DA SILVA CORREIA – Chefe de Gabinete Adjunto

HERMÍNIA RACHEL SARAIVA OLIVEIRA – Coordenadora de Comunicação

HILDO MORAES DE BRITO JÚNIOR – Arquiteto, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Territorial

KARINE FEITOSA CARLOS SANTANA – Assessora da Secretaria Municipal de Educação

NÍNIVE BARRETO OLIVEIRA XENOFONTE – Gerente da Célula de Projetos Estratégicos, da Secretaria Municipal de Saúde

Equipe de Apoio da Consultora

AILA MARIA ALMEIDA OLIVEIRA – Agente Administrativo

ADLA EDWIGES OLIVEIRA DOS SANTOS – Secretária

CÍCERO VIEIRA NOBRE – Auxiliar de Escritório

WALDESON DE ARAÚJO LIMA – Digitador



SUMÁRIO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1.0. CONTEXTUALIZAÇÃO	8
2.0. METODOLOGIA UTILIZADA	10
2.1. CAPACITAÇÃO EM SALA DE AULA	11
2.1.1. REGISTRO FOTOGRÁFICO	15
2.1.2. LISTA DE PARTICIPANTES	17
3.0. AUDIÊNCIA PÚBLICA – SEDE	18
3.1. INFORMAÇÕES TABULADAS	19
3.2. REGISTRO DO EVENTO	24
3.3. LISTA DE PARTICIPANTES	26
4.0. GRUPOS FOCAIS	34
4.1. INFORMAÇÕES TABULADAS	36
4.2. REGISTRO DOS EVENTOS	40
4.3. LISTA DE PARTICIPANTES	41
5.0. FÓRUM DISTRITAL 01	45
5.1. INFORMAÇÕES TABULADAS	46
5.2. REGISTRO DO EVENTO	54
5.3. LISTA DE PARTICIPANTES	55
6.0. FÓRUM DISTRITAL 02	59
6.1. INFORMAÇÕES TABULADAS	60
6.2. REGISTRO DO EVENTO	66
6.3. LISTA DE PARTICIPANTES	67
7.0. FORUM DISTRITAL 03	71

7.1.	INFORMAÇÕES TABULADAS.....	72
7.2.	REGISTRO DO EVENTO	79
7.3.	LISTA DE PARTICIPANTES	81
8.0.	CONCLUSÃO	108
9.0.	ANEXOS	111
9.1.	ANEXO Nº 01 – MATERIAL UTILIZADO NA <i>CAPACITAÇÃO EM SALA DE AULA</i>	112
9.2.	ANEXO Nº 02 – APRESENTAÇÃO UTILIZADA NOS EVENTOS PARTICIPATIVOS	161



APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

O presente documento, intitulado como **Produto 05 – Relatório Consolidado da Participação Popular nos Eventos** foi desenvolvido pela equipe técnica da empresa Espaço Plano – Arquitetura e Consultoria S/S Ltda, concretizando o início do processo de elaboração do **Planejamento Estratégico Municipal e Regional do Município do Crato-CE**, em atendimento ao Contrato N° 2017.07.13.2, referente a Tomada de Preços N° 2017.06.20.1 - PMC.

Este produto tem como objetivo relatar as diversas atividades participativas realizadas no processo de construção do Planejamento Estratégico Municipal e Regional do Município do Crato. Essas atividades foram realizadas apoiando na metodologia descrita no **Produto 01 – Proposta Metodológica do Planejamento Estratégico Municipal e Regional**. Dessa forma, precederam-se aos eventos de participação social um evento de Capacitação em Sala de Aula, que também será descrito nesse Produto.

Também em consonância com o apresentado no **Produto 01 – Proposta Metodológica do Planejamento Estratégico Municipal e Regional**, para a realização dos eventos descritos nesse produto, toda atividade de *Mobilização Social* ficou a cargo da Prefeitura Municipal do Crato, na figura da Equipe Técnica Municipal, tendo a Consultora fornecido insumos para realização de ações de divulgação do Planejamento de forma geral.



1.0. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.0. CONTEXTUALIZAÇÃO

Os eventos participativos foram propostos a partir do entendimento de que essas ações resultam na compreensão da realidade do município a partir do olhar que seus cidadãos têm sobre ele. Para além, esses eventos representam também uma mudança intelectual nos próprios cidadãos, que passam de ouvintes com situação política passional a sujeitos participativos, transformando-se em cidadãos conscientes de seus deveres e direitos, comprometidos em exercer sua função social.

A identificação das principais questões locais da cidade, neste momento, deu-se através de quem as vivencia: os cidadãos que compõem o município de Crato. Assim, foi possível dimensionar e qualificar questões fundamentais no procedimento do planejamento, visando uma cidade mais justa e mais igualitária.

Com os temas “*Crato que Temos*” e “*Crato que Queremos*” os encontros possibilitaram uma leitura comunitária acerca do contexto atual das comunidades, envolvendo e integrando a população nas discussões e processo de elaboração do PPA.

Nos eventos desenvolvidos para o Planejamento Estratégico Municipal e Regional do Crato, os moradores puderam sentir-se sujeitos de sua realidade política e social e não apenas sujeitados a situações pré-definidas. Nessa perspectiva, os cidadãos tomaram consciência que devem reivindicar espaços de discussão e proposição de ideias, bem como da importância de produzir ações em que sua voz seja ouvida e seus anseios atendidos.



2.0. METODOLOGIA UTILIZADA

2.0. METODOLOGIA UTILIZADA

Em conformidade com as metodologias apresentadas no **Produto 01 – Proposta Metodológica do Planejamento Estratégico Municipal e Regional**, a realização dos eventos participativos baseou-se no Planejamento e Gestão Transdisciplinar do Ambiente e do Território e no seu conjunto de metodologias articuladas.

Essas metodologias foram materializadas em três formatos distintos de eventos: a *Audiência Pública*, os *Fóruns Distritais* e os *Grupos Focais*, os quais foram precedidos de um evento de *Capacitação em Sala de Aula*.

2.1. CAPACITAÇÃO EM SALA DE AULA

O evento de *Capacitação em Sala de Aula* ocorreu no dia 08 de agosto, no Auditório da Secretaria de Educação e contou com a participação de cerca de 20 pessoas, entre integrantes da Equipe Técnica Municipal e demais multiplicadores.

Durante o evento, que foi conduzido por Vera Freitas e Karlo Medeiros, técnicos da Consultora, foram reiteradas as estratégias de planejamento que estão sendo utilizadas para a elaboração do Planejamento Estratégico Municipal e Regional do Município do Crato-CE. Posteriormente, Vera Freitas apresentou as estratégias de mobilização e participação social que serão utilizadas, enfatizando o papel dos multiplicadores nos eventos que se seguiriam (Ver **ANEXO Nº 01 – MATERIAL UTILIZADO NA CAPACITAÇÃO EM SALA DE AULA**).

Para a efetiva compreensão dessas estratégias, realizou-se um exercício com os participantes adotando o material que havia sido preparado para os eventos participativos. Os multiplicadores foram separados em grupos e trabalharam, juntamente com os Consultores, os Eixos de Desenvolvimento, apontando problemáticas e possíveis soluções baseados na questão *Crato que Temos X Crato que Queremos*.

Ao finalizar desse evento, o material elaborado foi validado junto aos multiplicadores e a Equipe Técnica Municipal e pactuou-se duas metodologias distintas a serem utilizadas nos eventos.

A primeira, a ser adotada na Audiência Pública, no Grupo Focal e no Fórum Distrital 01, baseava-se no debate oral das problemáticas e das sugestões baseados na questão *Crato que Temos X Crato que Queremos*, separadas através de eixos (bases). Esse debate seria suscitado e mediado pelos técnicos da Consultora e seria realizado posteriormente a uma sucinta apresentação das Análises Técnicas do Município, que compõem o **Produto 04 – Análises Técnicas do Município**. Para essa atividade haveria o preenchimento simultâneo de quadros, que abordam as quatro bases de Desenvolvimento Sustentável, a serem apresentados pelos consultores (Ver **FIGURA Nº 2.1 – SUGESTÕES PARA A BASE NATURAL**, **FIGURA Nº 2.2 – SUGESTÕES PARA A BASE SOCIAL**, **FIGURA Nº 2.3 – SUGESTÕES PARA A BASE ECONÔMICA**, **FIGURA Nº 2.4 – SUGESTÕES PARA A BASE URBANA**).

FIGURA Nº 2.1 – SUGESTÕES PARA A BASE NATURAL

Eixos Estratégicos

BASE NATURAL

SUGESTÕES / CONTRIBUIÇÕES PARA O PPA CRATO 21:



Planejamento Estratégico Municipal e Regional

Fonte: Elaboração própria.

FIGURA Nº 2.2 – SUGESTÕES PARA A BASE SOCIAL

Eixos Estratégicos

BASE SOCIAL

SUGESTÕES / CONTRIBUIÇÕES PARA O PPA CRATO 21:



Planejamento Estratégico Municipal e Regional

Fonte: Elaboração própria.

FIGURA Nº 2.3 – SUGESTÕES PARA A BASE ECONÔMICA

Eixos Estratégicos

BASE ECONÔMICA

SUGESTÕES / CONTRIBUIÇÕES PARA O PPA CRATO 21:

Fonte: Elaboração própria.

FIGURA Nº 2.4 – SUGESTÕES PARA A BASE URBANA

Eixos Estratégicos

BASE URBANA

SUGESTÕES / CONTRIBUIÇÕES PARA O PPA CRATO 21:

Fonte: Elaboração própria.

A segunda metodologia, a ser adotada nos Fóruns Distritais 02 e 03, consiste na separação dos participantes em quatro grupos e na abordagem de quatro bases diferentes (Ver FIGURA Nº 2.5 – QUADRO DE ANÁLISE).

FIGURA Nº 2.5 – QUADRO DE ANÁLISE



ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO-CE – LOTE I

QUADRO DE ANÁLISE

	SUORTE HUMANO (BASE SOCIAL)	INFRAESTRUTURA URBANA E NATURAL (BASES URBANA E NATURAL)	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (BASE ECONÔMICA)	GOVERNANÇA E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROBLEMAS				
SUGSTÕES				

Rua Tomás Acioli 840 – Salas 501 e 504 – Joaquim Távora – CEP: 60.135-180 • Fortaleza-Ceará-Brasil • Fones: +55 (85) 3047.6147 / +55 (85) 3246.2994
• E-mail: esplano501@gmail.com

Fonte: Elaboração própria.

Essa abordagem visa a apreensão de características específicas das localidades, de forma a construir uma leitura comunitária mais coerente com a realidade dos distritos do Crato.

As duas metodologias são complementadas pelo preenchimento da *Ficha de Prioridades* (Ver FIGURA Nº 2.6 – FICHA DE PRIORIDADE), onde os participantes podem, ao final dos eventos elencar o que consideram prioridade para o desenvolvimento do PPA e em qual horizonte se enquadram essas sugestões (2018 a 2021).

2.1.1. REGISTRO FOTOGRÁFICO



FOTO Nº 2.1 – Apresentação do consultor Karlo Medeiros.



FOTO Nº 2.2 – Participantes durante a fala do consultor Karlo Medeiros.



FOTO Nº 2.3 – Apresentação da Consultora Vera Freitas.



FOTO Nº 2.4 – Consultora Vera Freitas apresenta conteúdo a um grupo de participantes.



FOTO Nº 2.5 – Discussão em grupo.



FOTO Nº 2.6 – Discussão em grupo.

FIGURA Nº 2.6 – FICHA DE PRIORIDADE



**PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO
PPA 2018/2021**

Nome: _____
Endereço: _____ Bairro: _____
E-mail: _____

SUGESTÕES PARA O ANO: () 2018 () 2019 () 2020 () 2021

Serão aceitas até três sugestões por ficha:

Gostaria de ser atendido(a) com as seguintes prioridades, caso estas sejam de interesse da coletividade, do Municípes do Crato, sendo:

PRIORIDADE 1: _____

JUSTIFICATIVA: _____

PRIORIDADE 2: _____

JUSTIFICATIVA: _____

PRIORIDADE 3: _____

JUSTIFICATIVA: _____

2.1.2. LISTA DE PARTICIPANTES

FIGURA Nº 2.7 – LISTA DE PARTICIPAÇÃO - CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO-CE – LOTE I

LISTA DE FREQUENCIA
CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA - (08/08/2017)

NOME	INSTITUIÇÃO / ENTIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
1. Luciano Ubaldino Cavale Marques	SMTDS	(88) 99977-6026 / ADRIANNO.SOCIAL@HOTMAIL.COM	
2. Karla Kariny Moura Silva	ESPORTE	(88) 9606-5870 - Karla.kms.rocha@gmail.com	
3. FRANCISCA CINTYA DE OLIVEIRA LIMA	CONTRABANCIA ECONOMICA	(88) 99960-8379 - cintya.lima@crato.ce.gov.br	Francisca Cintya de O. Lima
4. LUIZA EPAMINONDAS	SMS	(81) 99768-4995 / luiza-epaminondas@hotmail.com	Luiza Epaminondas
5. MAURO WESLEW TAVARES SIQUEIRA	SEAD	(88) 9.9624-2252 / mauroweslewsso@gmail.com	
6. Carlos Alvaro Naves Bastos	COMDES - TUR	(88) 9.8833.9244 / carlosnaves@comdes.com.br	
Adalberto A. de F. Junior	PROCURADORIA	(88) 988624589 / adalberto@procuradoria.com.br	
8. JIAGO MAIA DANZAS	FINANÇAS E PLANEJAMENTO	(88) 98108-6121 / jmdantas@gmail.com	Jiagô Maia Dantas
9. FRANCISCO FLEMMON DA SILVA	Planejamento e projetos	(88) 9.96091400 (S.M.P.A)	
10. PAULO RICARDO B. JUNIOR	MAO AMBIENTE	2227 9112 / PAULO.RICARDO@GMAIL.COM	
11. Pedro Eduardo Leite da Silva	Seg. Publica Municipal	99243-3788 - e10010303@gmail.com	Pedro Eduardo
12. JUNIO MORAES DE BEITO	SEL. MUN. ACO. E DES. TUR.	976014611 - junio.moraes@yaleo.com.br	
13. F. DE MORAES JUNIOR	PROVICENIO	88.5902.817 / junio.moraes@provicenio.com.br	
14. Jackson Luiz de Oliveira	SECULT	(88) 997427131 - cajuim@crato.ce.gov.br	
15. Romine Fátima Barbosa Brantona	SME	(88) 933030815 - R.fatima@hotmail.com	Romine Fátima
16.			
17.			



3.0. AUDIÊNCIA PÚBLICA – SEDE

3.0. AUDIÊNCIA PÚBLICA – SEDE

A Audiência Pública ocorreu no dia 09 de agosto, as 14h, no Auditório Universidade Regional do Cariri (URCA). O evento contou com a presença do Vice-Prefeito André Barreto, secretários municipais, representantes do poder legislativo e a sociedade civil, totalizando cerca de 120 participantes.

Após as falas do Vice-Prefeito André Barreto e de diversos secretários, os consultores Lauro Chaves e Isabelly Egot realizaram uma apresentação sintética de aspectos identificados no **Produto 04 – Análises Técnicas do Município** (Ver ANEXO Nº 02 – APRESENTAÇÃO UTILIZADA NOS EVENTOS PARTICIPATIVOS). Em seguida, Lauro Chaves fomentou as discussões acerca do tema *Crato que Temos X Crato que Queremos*, que contaram com intensa participação da população.

Posteriormente, o debate foi aberto para contribuições voltadas as quatro bases analisadas, conforme definido na **Metodologia Utilizada**. O evento foi finalizado com o preenchimento, pelos participantes, da *Ficha de Prioridades*.

3.1. INFORMAÇÕES TABULADAS

A Audiência Pública, assim como os demais eventos participativos realizados, tinha como objetivo principal a coleta de informações acerca da realidade do Município do Crato e, em seguida, o fomento das discussões para identificar soluções de acordo com os problemas apontados.

Para a efetuar a coleta de sugestões, primeiramente o Consultor Lauro Chaves realizou o debate sobre o tema *Crato que Temos X Crato que Queremos*, e, conjuntamente, foram construídas duas sentenças representando os respectivos momentos do Crato (Ver FIGURA Nº 3.1 – “CRATO QUE TEMOS” CONSTRUÍDO COLETIVAMENTE e FIGURA Nº 3.2 – “CRATO QUE QUEREMOS” CONSTRUÍDO COLETIVAMENTE).

FIGURA Nº 3.1 – “CRATO QUE TEMOS” CONSTRUÍDO COLETIVAMENTE

CRATO QUE TEMOS: 

“MUNICÍPIO com terceira qualidade de vida e nona economia do estado, com forte tradições culturais e econômicas, que perdeu dinamismo ao longo das ultimas décadas, sem políticas efetivas para promoção do desenvolvimento sustentável, com legislação desatualizada, além de desobedecida, como entrave _____”



Fonte: Apresentação utilizada na Audiência Pública – Elaboração própria.

FIGURA Nº 3.2 – “CRATO QUE QUEREMOS” CONSTRUÍDO COLETIVAMENTE

CRATO QUE QUEREMOS:

“MUNICÍPIO com gestão participativa e empoderamento da sociedade civil, pólo cultural, educacional, turístico e comercial, com segurança, mobilidade e ordenamento urbano, que promove o desenvolvimento sustentável com efetiva política de atração e desenvolvimento de negócios”



Fonte: Apresentação utilizada na Audiência Pública – Elaboração própria.

Dando continuidade à coleta de informações, o Consultor Lauro Chaves abriu o debate para contribuições segundo os eixos pré-definidos (Ver FIGURA Nº 3.3 – CONTRIBUIÇÕES PARA A BASE SOCIAL). As contribuições oriundas dessa atividade foram organizadas conforme o QUADRO Nº 3.1 – INFORMAÇÕES TABULADAS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA (GERAL).

FIGURA Nº 3.3 – CONTRIBUIÇÕES PARA A BASE SOCIAL

Eixos Estratégicos



BASE SOCIAL

SUGESTÕES / CONTRIBUIÇÕES PARA O PPA CRATO 21:

Fortalecimento da sociedade civil como mecanismo de controle e fiscalização	Efetivação do Fundo Municipal de Cultura
Fortalecimento do DEMUTRAN e Guarda Municipal	Efetivação do Conselho e Fundo Municipais de Esporte
Melhorar e universalizar o funcionamento da Ouvidoria Municipal	Políticas específicas para inclusão das populações Negra, LGBT, indígena e pessoas com necessidades especiais
Política efetiva de prevenção e combate a violência contra as mulheres, crianças, idosos, e outros	Valorização e autonomia dos conselhos municipais
Fortalecimento das associações de bairro	Política de Esportes



Fonte: Apresentação utilizada na Audiência Pública – Elaboração própria.

QUADRO Nº 3.1 – INFORMAÇÕES TABULADAS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA (GERAL)

EIXOS ESTRATÉGICOS	SUGESTÕES
BASE NATURAL	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção das Nascentes dos Rios.
BASE SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da sociedade civil como mecanismo de controle e fiscalização; • Fortalecimento do DEMUTRAN e guarda municipal; • Melhorar e universalizar o funcionamento da Ouvidoria Municipal; • Política efetiva de prevenção e combate à violência contra as mulheres, crianças, idosos e outros; • Fortalecimento das associações de bairro; • Efetivação do Fundo Municipal de Cultura; • Efetivação do Conselho e Fundo Municipais de Esporte; • Políticas específicas para inclusão das populações: Negra, LGBT, indígena e pessoas com necessidades especiais; • Valorização e autonomia dos conselhos municipais; e • Política de Esportes.
BASE ECONÔMICA	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da Agricultura Familiar; • Efetivação das políticas; • Integração e comunicação entre as secretarias para o desenvolvimento; • Programas de incentivo a produtividade; • Elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Agrário; e • Apoio às micro e pequenas empresas.
BASE URBANA	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão de resíduos sólidos; • Padronização de calçadas e passeios; • Mapeamento de áreas com necessidade de equipamentos de esporte e lazer; • Acessibilidade; • Transporte coletivo universal; e • Criar conexões viárias entre as diversas áreas.

Fonte: Elaboração própria.

Finalizando as atividades da Audiência foram distribuídas as *Fichas de Prioridade*, que resultaram em um total de 40 contribuições (Ver FIGURA Nº 3.4 – EXEMPLO DE FICHA DE PRIORIDADE PREENCHIDA), sistematizadas a seguir no QUADRO Nº 3.2 – INFORMAÇÕES TABULADAS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA (SÍNTESE).

FIGURA Nº 3.4 – EXEMPLO DE FICHA DE PRIORIDADE PREENCHIDA



**PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO
PPA 2018/2021**

Nome: PAULO ZOTECHO

Endereço: CICERO BRANCO, 155334 Bairro: PIMENTA

E-mail: PAULO.WACIUS@GMAIL.COM

SUGESTÕES PARA O ANO: () 2018 () 2019 () 2020 () 2021

Serão aceitas até três sugestões por ficha:

Gostaria de ser atendido(a) com as seguintes prioridades, caso estas sejam de interesse da coletividade, do Municípios do Crato, sendo:

PRIORIDADE 1: CEIJA E MANTER UNIDADE DE COM
SERVIÇOS MUNICIPAIS NA ÁREA DE ENCESTA
DE CHARRAS DO AZEITE

JUSTIFICATIVA: ORIENTE E CONSOLIDAÇÃO DE
RECEITAS MÚLTIPLOS PARA MANUTENÇÃO
PARTE DO URBANO

PRIORIDADE 2: IMPLEMENTAR E PROMOVER
NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(PNRS) EM NÍVEL MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA: DESTINAÇÃO DE RECURSOS
PARA RESÍDUOS SÓLIDOS

PRIORIDADE 3: IMPLEMENTAR O PLANO DE
CARGOS E CARREIRAS DE TÓPOS DE
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

JUSTIFICATIVA: INCENTIVAR O SERVIÇO
SE AUTORIZAR E NECESSAR UM
SERVIÇO COM QUALIDADE E PREFERÊNCIA

Fonte: Fichas preenchidas pela população.

QUADRO Nº 3.2 – INFORMAÇÕES TABULADAS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA (SÍNTESE)

COMPONENTES		USUÁRIO							
		5%	10%	30%	50%	70%	80%	90%	100%
URBANA E NATURAL	Estrada / Infraestrutura					X			
	Meio Ambiente							X	
	Plano Diretor			X					
	Acessibilidade	X							
ECONÔMICA	Agricultura Familiar		X						
	Comércio Local				X				
	Turismo Comunitário			X					
SERVIÇOS PÚBLICOS	Lixo	X							
	Educação								X
	Transporte Público		X						
	Saúde						X		
	Saneamento Urbano		X						
	Abastecimento de água				X				
SOCIAL	Esporte / Lazer				X				
	Segurança					X			
	Serviços Culturais					X			

3.2. REGISTRO DO EVENTO



FOTO Nº 3.1 – Abertura do evento pelo Vice-Prefeito André Barreto.



FOTO Nº 3.2 – Fala da Secretária de Educação.



FOTO Nº 3.3 – Apresentação do consultor Lauro Chaves.



FOTO Nº 3.4 – Apresentação do consultor Lauro Chaves e transcrição em Libras.



FOTO Nº 3.5 – Apresentação da consultora Isabella Egot.



FOTO Nº 3.6 – Participantes da Audiência Pública.



FOTO Nº 3.7– Participantes durante o debate das proposições.



FOTO Nº 3.8– Participantes durante o debate das proposições.

3.3. LISTA DE PARTICIPANTES

FIGURA Nº 3.5 – LISTA DE PARTICIPANTES AUDIÊNCIA PÚBLICA

ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO-CE – LOTE I			
LISTA DE FREQUENCIA AUDIÊNCIA PÚBLICA - (09/08/2017)			
NOME	INSTITUIÇÃO / ENTIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
1. Adalberto Corrales	Procuradoria	988424589 adalberto@corrales.com.br	
2. Antônia Leonilde de P. G. de Araujo	CRUDE - IB	99951.5083, e-mail: Antônia Leonilde de P. G. de Araujo	
3. Tereza Beatriz Lopes Barbalho	CONCELHO DESENVOLVIMENTO	9.8888.5400 tereza.beatriz@concelho.org.br	
4. ILENARCO	CASALTO DES	981396815 SDG CASALTO@gmail.com	
5. Jaciara de Brito Rocha	Sec. Finanças	98814.6955 - jaciarocha@vale.com.br	
6. Ana Claudia Zilda Pedro de Almeida	Cias. Sindicatist	996198463 anaclaudiaalmeida@hotmail.com	
7. Joana B. Bygn Jr	PT-CRATO	996163664 joana@pt.org.br	
8. Renner Lobo Rangel de	Procuradoria	98614.05631 renner_lobo@bol.com.br	
9. Bruno de S. Mendes	CRAS-MURITI	996650793/brunomendes1@hotmail.com	
10. CIDRO FELIPE CORRÊA	Governo do Estado	99631-43771 felipe1000@hotmail.com	
11. Milenna et. Brasil Ravache	Secret. Saúde	99963.4307 / milennabrasil1@hotmail.com	
12. Karine Feitor Carlos Fontana	Secretaria de Educação	999050815 / k-feitor@hotmail.com	
13. Chirine Marcia Bezerra Ribeiro	Sec. de Finanças e Planejamento	999273264 chirine@sefaz.ce.gov.br	
14. Pedro Eduardo Leite da Silva	Seg. Segurança Pública	99243-3788 - eloisio303@gmail.com	
15. Isabela Sobrinha	Intendente de Saúde	88-988067052	
16. Rubens de Souza	SMDA	999446524	
17. Minnie B. O. Xenofonte	S.M. Saúde	99707.4906 / minniexenofonte@hotmail.com	

FIGURA Nº 3.5 – LISTA DE PARTICIPANTES AUDIÊNCIA PÚBLICA



ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO-CE – LOTE I

**LISTA DE FREQUENCIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA - (09/08/2017)**

NOME	INSTITUIÇÃO / ENTIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
18. <i>Alcino Azevedo da Silva</i>	CRAS. SMTOS	(88) 93608 6032	<i>[Signature]</i>
19. <i>Francisco Bezerra Alves de Jesus</i>	SMADT/CRATO	(88) 99929 9604	<i>[Signature]</i>
20. <i>Mirlene St. da S. Evangelista</i>	SMC/CRATO	(88) 98123 9845	<i>[Signature]</i>
21. <i>Ednardo Duda de Tilly</i>	SEMJC	(88) 9985 0555	<i>[Signature]</i>
22. <i>Fco. Azevedo Pereira - Brasil</i>	SEBRAE	(88) 3519-3322	<i>[Signature]</i>
23. <i>Antonio Carlos de Brito Filho</i>	-	(88) 99667-4227	<i>[Signature]</i>
24. <i>Antonio Carlos de Brito Filho</i>	PREVICRATO	(88) 99914-0888	<i>[Signature]</i>
25. <i>Ana Joice R. Barbosa</i>	PREVICRATO	(88) 99495 9606	<i>[Signature]</i>
26. <i>Josiana C. Bezerra</i>	Procuradoria	(88) 99616 1682	<i>[Signature]</i>
27. <i>Helio Dantas Galvão</i>	Sec. Cultura	(88) 19-88031433	<i>[Signature]</i>
28. <i>HILDO MORAES DE B. JUNIOR</i>	SEC. ANISTIA	(88) 9-9601 4611	<i>[Signature]</i>
29. <i>José YANNICKY de B. GUILHERME</i>	SAAEC	(88) 3523 2044	<i>[Signature]</i>
30. <i>Gianna de S. M. A. Rinaudo</i>	SME/CRATO	(88) 99324.0077	<i>[Signature]</i>
31. <i>Gabriel Frangula de Franca</i>	UFCA	(88) 99799.3162	<i>[Signature]</i>
32. <i>Geor do Crato</i>	SECULT	88 997047574	<i>[Signature]</i>
33. <i>Rayane Pereira Bastian</i>	Sec. de Administração	88 99985 8632	<i>[Signature]</i>
34. <i>Alenambre Razezle</i>	Associação Japonesa	88-9-9914-0524	<i>[Signature]</i>

FIGURA Nº 3.5 – LISTA DE PARTICIPANTES AUDIÊNCIA PÚBLICA

ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO-CE – LOTE I

**LISTA DE FREQUENCIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA - (09/08/2017)**

NOME	INSTITUIÇÃO / ENTIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
35. <i>Armando Hamilton A. Brasil</i>	<i>PREFEITURA CRATO</i>	<i>(88) 99734 2700</i>	<i>[Signature]</i>
36. <i>Maíla Macedo</i>	<i>Escola Adunô de Brito</i>	<i>(88) 999696005</i>	<i>[Signature]</i>
37. <i>Leonardo P. Leonardo</i>	<i>Prefeitura Crato</i>	<i>(88) 99666-3525</i>	<i>[Signature]</i>
38. <i>JOSE CARLOS A. FREIRE</i>	<i>Pref. Mun. Crato</i>	<i>(85) 987256990</i>	<i>[Signature]</i>
39. <i>Carlos Alvaro Neves Bastos</i>	<i>COMOES - TUC</i>	<i>(88) 98839244</i>	<i>[Signature]</i>
40. <i>JACQUELINE ALENCAR</i>	<i>CONDÉS</i>	<i>(88) 996605655</i>	<i>[Signature]</i>
41. <i>Marcelo Brito de Lima</i>	<i>PREFEITURA DO CRATO</i>	<i>(88) 9 9616 6412</i>	<i>[Signature]</i>
42. <i>Paula de Vasos Pereira</i>	<i>CMS</i>	<i>(88) 992071505 - 99765991</i>	<i>[Signature]</i>
43. <i>Dr. De Mota Junior</i>	<i>PROCURADORIA</i>	<i>88-99802 817</i>	<i>[Signature]</i>
44. <i>Wagner Knezel</i>	<i>PREVICRATO</i>	<i>88-99730-8905</i>	<i>[Signature]</i>
45. <i>Maria V. Borges Leandro</i>	<i>SECRETARIA DE FINANÇAS</i>	<i>(88) 99725-2575</i>	<i>[Signature]</i>
46. <i>Francisco Rocha</i>	<i>SEC. FINANÇAS</i>	<i>9-9669-9292</i>	<i>[Signature]</i>
47. <i>Maria Luiza Justino de Araújo</i>	<i>Procuradoria</i>	<i>(88) 9-9734-5153</i>	<i>[Signature]</i>
48. <i>SANDRA V. DA VEIGA BILBO</i>	<i>PMU URCA</i>	<i>(085) 999832053 (rim)</i>	<i>[Signature]</i>
49. <i>JANICE P. RECA</i>	<i>PREF. CRATO</i>	<i>(88) 99612-9667</i>	<i>[Signature]</i>
50. <i>Fabiana Eulina Pereira</i>	<i>Administração PMU</i>	<i>(88) 998134651</i>	<i>[Signature]</i>
51. <i>Leidiane Amara Soares Moraes</i>	<i>CRATOS MUNICI</i>	<i>(88) 997543937</i>	<i>[Signature]</i>

FIGURA Nº 3.5 – LISTA DE PARTICIPANTES AUDIÊNCIA PÚBLICA



ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO-CE – LOTE I

**LISTA DE FREQUENCIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA - (09/08/2017)**

NOME	INSTITUIÇÃO / ENTIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
52. OTONI LIMA DEZERA	CONTROLADORIA municipal	(88) 98808-5054	
53. SYLVIA JANE MENESES RIBEIRO	Finanças Municipais	(88) 99914005	
54. TIAGO MAIA DANTAS	SECRETARIA DE FINANÇAS	(88) 99604-5038 / tmdantas@gmail.com	
55. Sábella K. Glencordy Aquino	Procuradoria	(88) 99671-1232/	
56. Ramon Ferreira Brito	Secretaria de Esportes	(88) 981085424	
57. ANDRÉ BARNES	SEC. DE SAÚDE	(88) 99953-0038	
58. Jackson Luz de Oliveira	SECULT	(88) 997427131 - KAI:KALVIZ@GMAIL.COM - CULTURA@CRATO.CE.GOV.BR	
59. Tereza Raquel Fectosa	SECULT	(88) 999680136 / raquelfectosa.culbr@yahoo.com.br	
60. P. Adriano Benfante	IMPrensa	(88) 99978-3390.	
61. Luiz Wellington Ben	SEINFRA-CAP	(88) 981181731	
62. Mido Socorro Jucá Fectosa	VINDSCRATO / E.CIPOMYIANÁ	(88) 9960.5777 / mido_socorro@hotmail.com	
63. Antonia D. da Silva (Graca)	SM DA	99967781	
64. Jonaelia Rodrigues Ramos	SEAD - PMC	(88) 99455-0212 / jona.gestah@gmail.com	
65. Renato Lima Teixeira			
66. Edmarcio Rodrigues Fyrcorick	SECRETARIA FINANÇAS	(88) 988539959	
67. SUEZI AMORIM DE ADES	SECRETARIA FINANÇAS	(88) 4241-5007	
68. Juana da Paiz de Almeida	PREVICRATO	(88) 997359069	

FIGURA Nº 3.5 – LISTA DE PARTICIPANTES AUDIÊNCIA PÚBLICA



ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO-CE – LOTE I

**LISTA DE FREQUENCIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA - (09/08/2017)**

NOME	INSTITUIÇÃO / ENTIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
69. Pedro Machado	Finanças	(88) 9 9943 3446	
70. FRANCISCO CARDOSO	ASSC. PINTO MAFEIRA	(88) 9-9654 4129	
71. Manoel Leonardo Nascimento	REC D	(88) 9-99081314	
72. José Muniz de Azevedo	PREFEITURA - ENAU	(88) 9. 8927-6090	
73. Raquelene Nunes F. Pedro	SECURIT	88 99733 0333	
74. Leticia Nunes Siqueira	Prefeitura	88-9948 1673	
75. Ernesto Brito	CRAS-Altado Pinho	88-99694-5157-	
76. Ramon Rodrigo Spina Jr	aplicadação		Ramon Rodrigo
77. Daniel Spina Spina Jr	Associação	88-997292917	
78. MARLUCEIA ALVES R.	Arrecadação	88 99253 0572	
79. Tarcília Maria de S.V. Alencar	CRAS-Vila Alta	88 99963 2341	Tarcília Maria
80. Willenra Borges X Lima	Seslorte	88 99747 7410	
81. Yana Brito	CCSPORT	997771999	
82. Alex Barreira	SEMADT	99964.3170	
83. Jozimere Melo	Defesa Civil	999649577	
84. Larissa Saldanha	Sec. Finanças Arrecadação		
85. Catarina Maria de Azevedo	Sec. Educação	999318995	

FIGURA Nº 3.5 – LISTA DE PARTICIPANTES AUDIÊNCIA PÚBLICA

ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO-CE – LOTE I			
LISTA DE FREQUENCIA AUDIÊNCIA PÚBLICA - (09/08/2017)			
NOME	INSTITUIÇÃO / ENTIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
86. Maria Alciene S.S	SEMATIC	(88) 99932 9402	Maria Alciene S.S.
87. MARCELO ADRIANO TORRES ADRE	SEMATIC	(08) 9915 2325	
88. RACHEL ALVES GOMES	SMTOS	80) 9917.7146	
89. TEREZA MONICA VIANA DE LIMA	SME	88 996704448	
90. Adilson Manoel Mangus	SMTOS	(88) 99971-1036	
91. Pedro Emerson Carvalho Matar	URCA	(87) 996624604	
92. Adriana Santiago dos Reis	URCA	(88) 981544817	
93. Roman Almeida	CÂMARA DE VEREDORES		
94. Vanessa Ribeiro Silva	URCA	(88) 99915-0737	
95. Patrícia Otávio da Silva	URCA	88 96039397	
96. RICARDO DAMASCENO DE OLIVEIRA	URCA	88 999337999	
97. Belarmino Uygênio Noronha		88 996189966	Belarmino
98. Maria Márcia F. Brasil		88 99226 2575	Marcia
99. Jaholá A de Bisman	Democce	(88) 999405768	
100. Henrique Aires Lima		99667 0665	Henrique Aires Lima
101. Wendell Sousa Costa	prefeitura	998233316	wendell Sousa Costa
102. M ^{te} da Conceição	prefeitura	97651218	Conceição

FIGURA Nº 3.5 – LISTA DE PARTICIPANTES AUDIÊNCIA PÚBLICA



ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO-CE – LOTE I

**LISTA DE FREQUENCIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA - (09/08/2017)**

NOME	INSTITUIÇÃO / ENTIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
103. Paulo Kleevis S. Oliveira	PREF. CRATO	9227 0112 paulo.kleevis@gmail.com	
104. MARIA ANTONIA B. L. DIAS	SMTDS	29131095	
105. CRISTIANA DE BRITO CABRAL MONTEIRO	PREF. SEC. FINANÇAS	2101-5676	
106. Luiza Regina de Jesus M. Brasil	Pref. Sec. Finanças		
107. Luiza Dreia Duarte de Melo	Proj. Tur. - Sec. de Finanças	2101 5676	
108. Sônia Sales Neomucene	Associação dos Surdos	(88) 99364-7979 soniasaleslibras@gmail.com	
109. Glóris Cavalho	GRUPEC/Consultas	(88) 9.9618.1791	
110. Lenine Cardoso Neto	Coord. de TI SAD	(88) 9.9676-3444	
111. Mariana Ximenes	Subprocuradoria	(88) 997859533	
112. Joseane Cavalcini	Gabinete Pessoal PMC	(88) 999460910	
113. DONINELE BRASIL	PREFEITURA DO CRATO	(88) 99664.2224	
114. Maria Inezene M. de Amorim	SEC. SAÚDE	(88) 99965-4181	
115. Ivan Filho F. Filho de Lucas	Ouvidoria	(88) 996076257	
116. Samyá Ribeiro Pereira	Sec. Cultura		
117. Francisca Aparecida de O. A. Moura	Sec. Educação	(88) 98836.3217	
118. FÁTIMA BEZERRA DEACILIMA	VRCA	98858-2702	
119. Salliana da Silva Araújo	Sec. Executiva SMTDS	88 9.9921-1593	

FIGURA Nº 3.5 – LISTA DE PARTICIPANTES AUDIÊNCIA PÚBLICA

ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO-CE – LOTE I

**LISTA DE FREQUENCIA
AUDIÊNCIA PÚBLICA - (09/08/2017)**

NOME	INSTITUIÇÃO / ENTIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
120. <i>Expedito Araújo</i>	ASSOC. M.V.N. MAR.	98824 2194	<i>[Signature]</i>
121. <i>Enomir B. Severino</i>	PROCURADORIA	999243 08 08	<i>[Signature]</i>
122. <i>Maria Denize Pinheiro</i>	SINDSMCRATO	9.9945 41 33	<i>[Signature]</i>
123. <i>Samanta Neuima</i>	Dr. Antemio de Holanda	8861- 5909	<i>[Signature]</i>
124. <i>Milena C.A.M.</i>	Dr. Antemio de Holanda	8836 - 3017	<i>[Signature]</i>
125. <i>Maria Eliete de Souza Pereira</i>	GRUPEC	99785 8375	<i>[Signature]</i>
126. <i>Tárisa de Moraes Soares</i>	Oponeite	99968- 3036	<i>[Signature]</i>
127. <i>Melena Lucie R. de P. Sales</i>	Esac. M ^{te} Santana	98153 - 8592	<i>[Signature]</i>
128.			
129.			
130.			
131.			
132.			
133.			
134.			
135.			
136.			



4.0. GRUPOS FOCAIS

4.0. GRUPOS FOCAIS

Inicialmente, a atividade participativa relativa ao Grupo Focal previa apenas um encontro, contudo, após a realização do primeiro evento foi definido a necessidade de dois eventos dessa tipologia. Os dois eventos tinham como público-alvo representantes de diversos setores da economia do Crato e objetivavam a coleta de informações sobre a realidade do município e sugestões para os problemas levantados.

O primeiro evento ocorreu no Auditório da Secretaria de Educação, no dia 25 de julho. Esse evento contou a participação de cerca de 35 pessoas, sendo grande a representação do Governo Municipal do Crato através de Secretários, Adjuntos e Técnicos.

Durante esse evento, os consultores Lauro Chaves e Karlo Medeiros realizaram uma breve apresentação de aspectos técnicos do município e, posteriormente aplicaram a metodologia baseada nas discussões acerca do tema *Crato que Temos X Crato que Queremos* (Ver FIGURA Nº 4.1 – “CRATO QUE TEMOS” CONSTRUÍDO COLETIVAMENTE e FIGURA Nº 4.2 – “CRATO QUE QUEREMOS” CONSTRUÍDO COLETIVAMENTE).

FIGURA Nº 4.1 – “CRATO QUE TEMOS” CONSTRUÍDO COLETIVAMENTE

CRATO QUE TEMOS:

“MUNICÍPIO com terceira qualidade de vida e nona economia do estado, com forte tradições culturais e econômicas, que perdeu dinamismo ao longo das ultimas décadas, sem políticas efetivas de desenvolvimento econômico, com legislação desatualizada, além de desobedecida, como entrave _____”



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Fonte: Apresentação utilizada no primeiro Grupo Focal – Elaboração própria.

Como esse evento foi o primeiro momento de construção coletiva, a sentença Crato que Temos X Crato que Queremos começou a ser formulada por esses participantes, de modo que a cada evento ela foi alterada, de forma a construir um ideal coletivo acerca do município almejado. A sentença elaborada nessa etapa serviu de base para as discussões que foram realizadas na Audiência Pública, que posteriormente, originou a sentença utilizada no evento seguinte.

O segundo Grupo Focal ocorreu no dia 09 de agosto, as 14h, no Auditório da Câmara de Dirigentes Lojistas

(CDL). O evento contou com a presença de representantes do setor econômico e do setor público, totalizando 21 participantes.

FIGURA Nº 4.2 – “CRATO QUE QUEREMOS” CONSTRUÍDO COLETIVAMENTE

CRATO QUE QUEREMOS:

“MUNICÍPIO que valoriza a cultura, com forte política de atração e desenvolvimento de negócios, gestão participativa e empoderamento da sociedade civil, pólo educacional, turístico e comercial, com mobilidade e ordenamento urbano sustentáveis”



Fonte: Apresentação utilizada no primeiro Grupo Focal – Elaboração própria.

4.1. INFORMAÇÕES TABULADAS

A metodologia utilizada nos dois grupos focais foi semelhante e buscou, de forma complementar, extrair o olhar dos principais atores do setor econômico sobre o Crato.

No segundo evento, os consultores deram continuidade a sentença Crato que Temos X Crato que Queremos, a partir da contribuição alterada na Audiência Pública (Ver FIGURA Nº 4.4 – “CRATO QUE TEMOS” CONSTRUÍDO COLETIVAMENTE e FIGURA Nº 4.5 – “CRATO QUE QUEREMOS” CONSTRUÍDO COLETIVAMENTE). E, em seguida, fomentaram o debate baseado nos eixos definidos anteriormente (Ver FIGURA Nº 4.6 – QUADRO EIXOS ESTRATÉGICOS). Essas informações foram organizadas conforme o QUADRO Nº 4.1 – INFORMAÇÕES TABULADAS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA (GERAL).

Nesse evento não foram utilizadas as Fichas de Prioridades por se tratar de um público específico, o que poderia causar uma distorção nas prioridades apontadas pela população.

FIGURA Nº 4.3 – “CRATO QUE TEMOS” CONSTRUÍDO COLETIVAMENTE**CRATO QUE TEMOS: CRATO 21**
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

“MUNICÍPIO com terceira qualidade de vida e nona economia do estado, com fortes tradições culturais e econômicas, que perdeu dinamismo ao longo das ultimas décadas, sem políticas efetivas para promoção do desenvolvimento sustentável, com legislação desatualizada, além de desobedecida, como entrave_____”



Fonte: Apresentação utilizada no segundo Grupo Focal – Elaboração própria.

FIGURA Nº 4.4 – “CRATO QUE QUEREMOS” CONSTRUÍDO COLETIVAMENTE**CRATO QUE QUEREMOS: CRATO 21**
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

“MUNICÍPIO inteligente com gestão participativa e empoderamento da sociedade civil, pólo cultural, educacional, turístico e comercial, com segurança, mobilidade e ordenamento urbano, que promove o desenvolvimento sustentável com efetiva política de atração e desenvolvimento de negócios”



Fonte: Apresentação utilizada no segundo Grupo Focal – Elaboração própria.

FIGURA Nº 4.5 – QUADRO EIXOS ESTRATÉGICOS

Eixos Estratégicos

**BASE
ECONÔMICA**

SUGESTÕES / CONTRIBUIÇÕES PARA O PPA CRATO 21:

Benchmarking com casos de sucesso	Desenvolvimento dos atuais negócios
Atrair sedes do Sistema S	Política de incentivo ao empreendedorismo
Regularizar e implantar a lei geral da micro e pequena empresa	Agricultura urbana; Hortas comunitárias
Aumentar o valor agregado da agricultura familiar	Cultura como desenvolvimento econômico
Desenvolvimento do turismo	Política de incentivo a inovação
Gestão pública eficiente	Estimular Apicultura
Política de atração de investimentos	



Fonte: Apresentação utilizada no segundo Grupo Focal – Elaboração própria.

QUADRO Nº 4.1 – INFORMAÇÕES TABULADAS DO GRUPO FOCAL – CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (GERAL)

EIXOS ESTRATÉGICOS	SUGESTÕES
BASE NATURAL	• Recuperar o Geosítio;
	• Valorização dos potenciais agrícolas;
	• Realizar o mapeamento do solo;
	• Incentivo a agroecologia;
	• Mapeamento dos sítios arqueológicos;
	• Criar modelo de negócio do Geosítio;
	• Criar o programa <i>Produtor de Água</i> ;
	• Recuperação das nascentes;
	• Diagnosticar a contaminação do lençol freático; e
• Recuperação da bacia do Rio Granjeiro.	
BASE SOCIAL	• Educação infantil e fundamental integral;
	• Valorização da URCA;
	• Valorização do Caldeirão;

QUADRO Nº 4.1 – INFORMAÇÕES TABULADAS DO GRUPO FOCAL – CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (GERAL)

EIXOS ESTRATÉGICOS	SUGESTÕES
	<ul style="list-style-type: none"> • Resgate dos valores culturais e históricos; • Política para educação de qualidade; • Políticas de segurança alimentar e nutricional; • Redução da pobreza e extrema pobreza; • Implantação de hortas nas escolas; e • Implantação dos CRAS rurais.
<p style="text-align: center;">BASE ECONÔMICA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Benchmarking com casos de sucesso; • Atrair sedes do Sistema S; • Regularizar e implantar a lei geral da micro e pequena empresa; • Aumentar o valor agregado da agricultura familiar; • Desenvolvimento do turismo; • Gestão pública eficiente; • Política de atração de investimentos; • Desenvolvimento dos atuais negócios; • Política de incentivo ao empreendedorismo; • Agricultura urbana; Hortas comunitárias; • Cultura como desenvolvimento econômico; e • Política de incentivo a inovação.
<p style="text-align: center;">BASE URBANA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Política de resíduos sólidos; • Transporte público; • Pavimentação; • Inventário e recuperação do patrimônio histórico; • Mobilidade urbana; regularização de passeios; • Saneamento básico; • Urbanização e Recuperação do canal do rio Granjeiro; • Revitalização das praças; e • Cidade digital.

Fonte: Elaboração própria.

4.2. REGISTRO DOS EVENTOS



FOTO Nº 4.1 – Fala do Vice-Prefeito André Barreto durante o primeiro Grupo Focal.



FOTO Nº 4.2 – Apresentação do consultor Lauro Chaves durante o segundo Grupo Focal.

4.3. LISTA DE PARTICIPANTES

FIGURA Nº 4.6– LISTA DE PARTICIPANTES GRUPO FOCAL 01



LISTA DE FREQUENCIA
GRUPO FOCAL - (25/07/2017)

NOME	INSTITUIÇÃO / ENTIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
1. Carlos Eduardo S. Martins	SEC. FIN/PLANEJ	cedmarias@gmail.com 8599117-5219	
2. Luiz Brito Cortez Pires	Associação de Luminária	luizbcp@gmail.com (85) 99913-1665	
3. Luis Carlos D. S. Santos	SEC. ADMINISTRAÇÃO	lcsantos@hotmail.com - Cel 99444-9207	
4. Antônio Augusto Oliveira	SEC. EDUCAÇÃO	atontc.cortez@uol.com.br	
5. Jaci Patrícia de Pin & Bode	Sec. Finanças Plan	jacipin@crato.ce.gov.br	
6. Valdeci Nunes F. Brito	SECULT	valdeci.nunes@hotmail.com	
7. Maria Karine Soares Leão	SEC. DE FINANÇAS PLAN	MARCA - SOFAC 180@HOTMAIL.COM (88) 99723-2573	
8. José Marcos A. Távora	SEC. MUNICÍPIO TÁVORA	javm@taavora.com	
9. Roberto Williams Almeida	COMUNIC	999662380 williamsalmeida@hotmail.com	
10. VAN F. G. F. ELSON MOREIRA	MJD. SÃO RITO	99328-9644 Vngf10@hotmail.com	
11. Milenna de B. Barrocha	Secretaria Saúde	99953-4307 / milennabarrocha@hotmail.com	
12. JOSÉ WATSON SOARES E SILVA	SEC. CULTURA CRATO	99780-6456 / wjda836@gmail.com	
13. VERNANCI O	CONSULTO	981396815 / COMDES CRATO@GMAIL.COM	
14. MAURÍCIO BRITO	U & M	98229-9099 / mauriciobrito@hotmail.com	
15. GLAUCIA M ^{te} BARRETO	HOTEL ENCOSTA DA SERENA	(88) 99706-5400 - glauciambarreto@hotmail.com	
16. ANTONIO ALBUQUERQUE	PREVICRATO	(88) 99914-0887 - PREVICRATO@GMAIL.COM	
17. Cristiane Cortez Barros	SAAEC	(88) 999700-9062 - cristiane.saaec@gmail.com	

FIGURA Nº 4.6– LISTA DE PARTICIPANTES GRUPO FOCAL 01



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL
PE CRATO

ESPAÇO PLANO - ARQUITETURA E CONSULTORIA SAS LTDA

LISTA DE FREQUENCIA
GRUPO FOCAL - (25/07/2017)

NOME	INSTITUIÇÃO / ENTIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
18. <i>Jose Alves Lobo</i>	C.D.L	JoseAlvesLobo@Portmail.com	<i>[Signature]</i>
19. <i>William Pereira Xavier Lima</i>	SES/PORT	Lamar_crats20@hotmail.com	<i>[Signature]</i>
20. <i>Everardo Vinícius Paizato Lins</i>	SEINFRA	EVERARDOULISSEY@GMAIL.COM	<i>[Signature]</i>
21. <i>Otoni Lima Bezerra</i>	CONTABILIDADE	Otoni.BEG@gmail.com	<i>[Signature]</i>
22. <i>GERALDO PINHEIRO LIMA</i>	F.E.J-2	PINGUON@YAHU.COM.BR 99652108	<i>[Signature]</i>
23. <i>MARJA DO ROSARIO BUNDEIRO</i>	SAAEC	gatahipocriano@yahoo.com.br	<i>[Signature]</i>
24. <i>José YAVIOY B. GERALDO</i>	SAAEC	Yavioy.Brito@SAAECcrato.com.br	<i>[Signature]</i>
25. <i>Paulinho F. Alcantara</i>	TOP-TELHA	ADMINISTRATIVO@TOPTELHA.NET.BR	<i>[Signature]</i>
26. <i>Cícero Fátima S. Correia</i>	Gab. Prefeito	filipe000@hotmail.com	<i>[Signature]</i>
27. <i>Ronnen Lobo Versalude</i>	Fam	ronnen@crato.ce.gov.br	<i>[Signature]</i>
28. <i>TIBAGO RIBEIRO DA SILVA</i>	S.D.A.	TIBAGOPROJETISTA@YHOO.COM.BR	<i>[Signature]</i>
29. <i>Cícero Edvânia C. Gonçalves</i>	SMTDS	costaedivania@yahoo.com.br	<i>[Signature]</i>
30. <i>Zileuza Aluísio Correia</i>	SMDA	zileuzaaluiza@gmail.com	<i>[Signature]</i>
31. <i>Ruires Galdino e Silva</i>	CRASO	Ruires@lojacrato.com	<i>[Signature]</i>
32. <i>Wania Vilke Marques</i>	Tejer Brunelle	brunelle01@hotmail.com	<i>[Signature]</i>
33. <i>Fernando de Lencastre</i>	Deisa Hotel	Fernando.pastor@bol.com.br	<i>[Signature]</i>
34. <i>Karina Brito Carlos Fontana</i>	Secretaria de Educação	K.FEITOSA@HOTMAIL.COM	<i>[Signature]</i>
35. <i>Felipe de Matos Junior</i>	REGVICRATO	Junior.matos@bol.com.br	<i>[Signature]</i>

FIGURA Nº 4.7– LISTA DE PARTICIPANTES GRUPO FOCAL 02



ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO-CE – LOTE I

**LISTA DE FREQUENCIA
GRUPO FOCAL - (09/08/2017)**

NOME	INSTITUIÇÃO / ENTIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
1. Luciano Martins	GREDENE	(88)32442638 - lucianomartins@gredene.com.br	
2. Evandro do Nascimento	SEC. CRATO	CRATO.com.br @ymoo.com.br	
3. MARIA AGUEDA BLANCO DUARTE	SMTDS	997137245 - mariaablanco@smtds.com.br	
4. Izaci Jordani de Brito Rocha	Sec. Finanças Pla	(988)4.6955 - izaci@fisco.com.br	
5. Renann Lobo Lenohonte	Procuradoria	99814.0567 - rennan_lobo@pd.com.br	
6. Maria Karla Sobrinho Leandro	Sec. Finanças e Planej.	(88)997725-6575 - maria - sobrinho@hotmail.com	
7. Jussieia Toppa da S. Lima	Sec. Desenvol. Agrário	(88)9.9806792 - Jussieia.toppa1@hotmail.com	
8. PEDRO REBOUCAS	GEOPARK/URCA	(88) 99349-2403 - PREBOUCAS81@HOTMAIL.COM	
9. GERALDO F. M. HENRIQUE	F. E. D. L	99965 21.08 - PIMACONT/4HM.COM.BR	
10. ANTONIO FELIPE OLIVEIRO	Com. de Defesa e Controle	9968.1777 - 0771.Felipe@BRADICOM.COM.BR	
11. SEBASTIÃO CAVALEIRO SILVA	UNIV. FED. CEARÁ	85-99857-3081 - sebastiao_souza@ufca.edu.br	
12. MARIA INÊS R. MACHADO	UFCA - CCAB	88 99205 6167 - ines.machado@ufca.edu.br	
13. GLAUCIA M ^{te} BARRETO	HOTEL ENCOSTA DA SERRA	(88)99706.5400 - GLAUCIAMELOBARRETO@HOTMAIL.COM	
14. ROGÉRIO ALVES NEVES	PONTO DO CUPIM	PONTODOCUPIM2010@HOTMAIL.COM	
15. Jacqueline Alencar	COMDES /PMC	(88)996605665 - julkalencar26@gmail.com	
16. Allan Bastos	COMDES /PMC	(11)988339244 / ALLANBASTOS@GMAIL.COM	
17. Karine Fátima Carlos Santana	Secretaria de Educação	(88)999030815 - K-FEITOSA@HOTMAIL.COM	

FIGURA Nº 4.7– LISTA DE PARTICIPANTES GRUPO FOCAL 02



ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO-CE – LOTE I

**LISTA DE FREQUENCIA
GRUPO FOCAL - (09/08/2017)**

NOME	INSTITUIÇÃO / ENTIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
18. TIAGO MAIA DANTAS	SECRETARIA DE FINANÇAS	(88) 99604-5038 / tmdantas@gmail.com	
19. OLSONI LYMA BEZERRA	CONTROLADORIA	(88) 98808-5054	
20. Jéssica Constança Lopes Cavalcanti Ladeira	COMDES/PMC	(88) 98888-5400 / jessica.guerra.filho@hotmail.com	
21. Ronaldo F. Alcantara	GRANDE LAJE	(88) 99843 1342	
22.			
23.			
24.			
25.			
26.			
27.			
28.			
29.			
30.			
31.			
32.			
33.			
34.			



5.0. FÓRUM DISTRITAL 01

5.0. FÓRUM DISTRITAL 01

O Fórum Distrital ocorreu no dia 10 de agosto, as 8h, na A Audiência Pública ocorreu no dia 09 de agosto, na Escola José Bezerra de Brito, em Ponta Serra. Esse evento contemplava os distritos de Ponta da Serra, Campo Alegre, Santa Fe, Bela Vista e contou com a presença do Prefeito, José Ailton, do Vice-Prefeito André Barreto, além de diversos secretários municipais, representantes do poder legislativo e a sociedade civil, totalizando cerca de 70 participantes.

O evento foi aberto pelo Secretário de Finanças e Planejamento, Carlos Eduardo Marino, os consultores Lauro Chaves e Isabelly Egot realizaram uma apresentação sintética de aspectos identificados no **Produto 04 – Análises Técnicas do Município**. Em seguida, Lauro Chaves fomentou as discussões acerca do tema Crato que Temos X Crato que Queremos, que contaram com intensa participação da população.

Posteriormente, o debate foi aberto para contribuições voltadas as quatro bases analisadas, conforme definido na metodologia utilizada. Em seguida, foi realizado o preenchimento, pelos participantes, da Ficha de Prioridades. O evento foi finalizado com uma fala do Prefeito José Ailton, ressaltando a importância do processo de planejamento do PPA e respondendo diretamente algumas demandas da população.

5.1. INFORMAÇÕES TABULADAS

Dando prosseguimento a metodologia adotada nos eventos anteriores, primeiramente o consultor Lauro Chaves realizou o debate sobre o tema *Crato que Temos X Crato que Queremos*, e, conjuntamente, foram construídas duas sentenças representando os respectivos momentos do Crato (Ver FIGURA Nº 5.1 – “CRATO QUE TEMOS” CONSTRUÍDO COLETIVAMENTE e FIGURA Nº 5.2 – “CRATO QUE QUEREMOS” CONSTRUÍDO COLETIVAMENTE).

FIGURA Nº 5.1 – “CRATO QUE TEMOS” CONSTRUÍDO COLETIVAMENTE

CRATO QUE TEMOS:

“MUNICÍPIO com terceira qualidade de vida e nona economia do estado, com fortes tradições culturais e econômicas, com potencial ambiental pouco explorado, que perdeu dinamismo ao longo das últimas décadas, com infraestrutura inadequada na Educação, Saúde e Esporte, com problemas de mobilidade urbana e rural, sem políticas efetivas para promoção do desenvolvimento sustentável, com legislação desatualizada, além de desobedecida, como entrave _____”

Fonte: Apresentação utilizada no Fórum Distrital 01 – Elaboração própria.

FIGURA Nº 5.2 – “CRATO QUE QUEREMOS” CONSTRUÍDO COLETIVAMENTE

CRATO QUE QUEREMOS: CRATO 21

“MUNICÍPIO inteligente com gestão participativa e empoderamento da sociedade civil, pólo cultural, educacional, turístico e comercial, com segurança, mobilidade e ordenamento urbano, com políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável, com efetiva política de atração e desenvolvimento de negócios”

Fonte: Apresentação utilizada no Fórum Distrital 01 – Elaboração própria.

Em seguida, o consultor Lauro Chaves abriu o debate para contribuições segundo os eixos pré-definidos (Ver FIGURA Nº 5.3 – QUADRO EIXOS ESTRATÉGICOS). As contribuições oriundas dessa atividade foram organizadas conforme o QUADRO Nº 5.1 – INFORMAÇÕES TABULADAS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA (GERAL).

FIGURA Nº 5.3 – QUADRO EIXOS ESTRATÉGICOS

Eixos Estratégicos



BASE URBANA

SUGESTÕES / CONTRIBUIÇÕES PARA O PPA CRATO 21:

Gestão de resíduos sólidos	Acessibilidade
Padronização de calçadas e passeios	Transporte coletivo universal (estruturação das linhas)
Mapeamento de áreas com necessidade de equipamentos de esporte e lazer	Criar conexões viárias entre diversas áreas
Recuperação e preservação do solo, no entorno do lixão	Programas habitacionais nos distritos
Controle da poluição das atividades econômicas	Educação no trânsito
Implantar coleta seletiva de lixo	Implantação de <i>ecopontos</i> , descentralizados nos distritos
Fiscalização sanitária	

Fonte: Apresentação utilizada no Fórum Distrital 01 – Elaboração própria.

QUADRO Nº 5.1 – INFORMAÇÕES TABULADAS DO FÓRUM DISTRITAL 01(GERAL)

EIXOS ESTRATÉGICOS	SUGESTÕES
BASE NATURAL	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção das Nascentes e das margens dos Rios;
	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação do solo;
	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Parque Ecológico Municipal;
	<ul style="list-style-type: none"> • Recuperação das áreas de proteção ambiental;
	<ul style="list-style-type: none"> • Mais arborização; e
	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de escola ecológica.
BASE SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da sociedade civil como mecanismo de controle e fiscalização;
	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento do DEMUTRAN e guarda municipal;
	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar e universalizar o funcionamento da Ouvidoria Municipal;
	<ul style="list-style-type: none"> • Política efetiva de prevenção e combate à violência contra as mulheres, crianças, idosos e outros;
	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento das associações de bairro;
	<ul style="list-style-type: none"> • Efetivação do Fundo Municipal de Cultura;
	<ul style="list-style-type: none"> • Efetivação do Conselho e Fundo Municipais de Esporte;
	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas específicas para inclusão das populações: Negra, LGBT, indígena e pessoas com necessidades especiais;
	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização e autonomia dos conselhos municipais;
	<ul style="list-style-type: none"> • Política de Esportes;
	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas de apoio a inserção do jovem, no mercado de trabalho, especialmente com capacitação;
	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento dos trabalhos sociais, principalmente nos equipamentos públicos (Ex: “Polo” Ponta da Serra);
	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar atividades esportivas nas quadras e equipamentos dos distritos;
	<ul style="list-style-type: none"> • Política específica para segurança pública, nos distritos (Ex: Assaltos em Ponta da Serra);
	<ul style="list-style-type: none"> • Políticas de combate ao uso de drogas, inclusive nos distritos (Ponta da Serra);
	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio as organizações não governamentais, principalmente;
<ul style="list-style-type: none"> • Descentralizar as atividades culturais para os distritos (Ex: Festival de quadrilhas); e 	
<ul style="list-style-type: none"> • Construção de escola, em Monte Alverne, com base nos alojamentos da obra da transposição. 	
BASE ECONÔMICA	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da Agricultura Familiar;
	<ul style="list-style-type: none"> • Efetivação das políticas;
	<ul style="list-style-type: none"> • Integração e comunicação entre as secretarias para o desenvolvimento

QUADRO Nº 5.1 – INFORMAÇÕES TABULADAS DO FÓRUM DISTRITAL 01(GERAL)

EIXOS ESTRATÉGICOS	SUGESTÕES
	<ul style="list-style-type: none"> • Requalificação dos equipamentos culturais; • Fomentar um APL mandioca, leite, frutas locais da malhada e demais localidades; • Turismo ecológico e religioso; • Política de desenvolvimento dos comércios locais (distritos), inclusive com capacitação; • Programas de incentivo a produtividade; • Elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Agrário; • Apoio às micro e pequenas empresas; • Criação de um novo distrito industrial; • Política para beneficiamento de produtos agropecuários para aumento valor agregado; e • Formalização dos pequenos negócios, inclusive ambulantes.
BASE URBANA	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão de resíduos sólidos; • Padronização de calçadas e passeios; • Mapeamento de áreas com necessidade de equipamentos de esporte e lazer; • Recuperação e preservação do solo, no entorno do lixão; • Controle da poluição das atividades econômicas; • Implantar coleta seletiva de lixo; • Fiscalização sanitária; • Acessibilidade; • Transporte coletivo universal (estruturação das linhas); • Criar conexões viárias entre diversas áreas; • Programas habitacionais nos distritos; • Educação no trânsito; e • Implantação de <i>ecopontos</i>, descentralizados nos distritos.

Em seguida, foram distribuídas as *Fichas de Prioridade*, que resultaram em um total de 28 contribuições (Ver FIGURA Nº 5.4 – EXEMPLO DE FICHA DE PRIORIDADE PREENCHIDA), sistematizadas a seguir no QUADRO Nº 5.2 – INFORMAÇÕES TABULADAS DO FÓRUM DISTRITAL 01 (SÍNTESE).

FIGURA Nº 5.4 – EXEMPLO DE FICHA DE PRIORIDADE PREENCHIDA



**PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO
PPA 2018/2021**

Nome: Tâmara Nascimento de Souza
 Endereço: _____ Bairro: Ponte da Serra
 E-mail: Tamara_n@hotmail.com

SUGESTÕES PARA O ANO: () 2018 () 2019 (X) 2020 () 2021

Serão aceitas até três sugestões por ficha:

Gostaria de ser atendido(a) com as seguintes prioridades, caso estas sejam de interesse da coletividade, do Municípios do Crato, sendo:

PRIORIDADE 1: Implantação e reforma de serviço infantil no Posto de Assistência Médica-PAM com especificidade na Saúde Mental Infantil.
JUSTIFICATIVA: Existe uma demanda pertinente no PAM relacionados a atendimentos infantis principalmente nas áreas de Psiquiatria e Neuropsiquiatria.

PRIORIDADE 2: Criação da RAPS - Rede de Apoio Psicossocial para atender a população.

JUSTIFICATIVA: Com a falta do CAPS infantil e equipamentos de Saúde Mental não suportam as demandas existentes.

PRIORIDADE 3: Construção de Prédio para Creche na Ponte da Serra e Projeto voltado para Alcool e Drogas - Políticas Públicas.

JUSTIFICATIVA: A creche local atende um número alto de crianças, as quais necessitam de espaços mais adequados e adequados. Após de estudo da área, surgiu um alto índice das questões de drogas voltadas para o público adolescente.

Fonte: Fichas preenchidas pela população – Elaboração própria.

QUADRO Nº 5.2 – INFORMAÇÕES TABULADAS DO FÓRUM DISTRIAL 01 (SÍNTESE)

COMPONENTES		USUÁRIO							
		A	B	C	D	E	F	G	H
URBANA E NATURAL	Estrada		X						
	Turismo Ecológico e Religioso				X				
	Educação	X	X	X	X				
	Transporte Público / Escolar			X					X
	Saúde					X	X	X	
	Abastecimento de água	X					X	X	X
	Serviços Bancários		X						
SOCIAL	Jovens (Lazer / Esporte)			X		X			
	Segurança	X							

QUADRO Nº 5.2 – INFORMAÇÕES TABULADAS DO FÓRUM DISTRIAL 01 (SÍNTESE)

COMPONENTES		USUÁRIO							
		I	J	K	L	M	N	O	P
URBANA E NATURAL	Estrada	X	X	X					
	Agricultura Familiar				X				
ECONÔMICA	Educação		X		X	X	X	X	
	Transporte Público / Escolar								
	Saúde		X		X	X	X	X	
	Abastecimento de água	X				X			
SOCIAL	Jovens (Lazer / Esporte)	X		X					
	Segurança								X

QUADRO Nº 5.2 – INFORMAÇÕES TABULADAS DO FÓRUM DISTRIAL 01 (SÍNTESE)

COMPONENTES		USUÁRIO							
		Q	R	S	T	U	V	X	Z
URBANA E NATURAL	Estrada				X	X			
	Educação		X	X	X		X		
	Transporte Público / Escolar			X					
	Saúde	X		X	X				
	Saneamento Básico	X				X	X		
	Segurança	X	X					X	

5.2. REGISTRO DO EVENTO



FOTO Nº 5.1 – Abertura do Fórum pelo Secretário Carlos Eduardo.



FOTO Nº 5.2 – Apresentação do consultor Lauro Chaves.



FOTO Nº 5.3 – Apresentação da consultora Isabelly Egot.



FOTO Nº 5.4 – Participantes do Fórum.



FOTO Nº 5.5 – Participantes durante a realização de atividades.



FOTO Nº 5.6 – Fala de Prefeito José Ailton.

5.3. LISTA DE PARTICIPANTES

FIGURA Nº 5.5 – LISTA DE PARTICIPANTES FORUM DISTRITAL 01

ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO-CE – LOTE I			
LISTA DE FREQUENCIA			
FÓRUM - Ponta da Serra, Campo Alegre, Santa Fe, Bela Vista - (10/08/2017)			
NOME	INSTITUIÇÃO / ENTIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
1. Ana Beatriz Pinheiro Dias	Estudante	anabPd18@gmail.com	Ana Beatriz
2. Larissa Buzurg Luna	Estudante	92284270	Larisse
3. Alysson de Brito Freire	Estudante	3523-9143	Alysson Brito
4. Talita Lopes Amorim	Estudante	9709-7404	Talita Lopes
5. Nayara Cardoso Esmeraldo	Estudante	nayara-esmeraldo@hotmail.com	Nayara
6. José Jacos Moura Freire	Sec. Seg. Publin / Crato	(85) 937256990	José
7. Pedro Eduardo Brito da Silva	Sec. Seg. Pública	99243-3788 - e10010303@gmail.com	Pedro Eduardo
8. Josimere de Melo Silva	Defensora Civil	(88) 999649577	Josimere de Melo Silva
9. Zilvêrio Alves Ferreira	SMDA	(83) 999446524	Zilvêrio
10. Sandra Raquel Pinturo	CEI São José	98336-5119	Sandra
11. João Paulo Soares	PALMEIRINHA DOS BRITOS		João Paulo
12. HEURILLE SILVA	SEMADT	9909 1922	Heurille
13. ARADES	SEMADT	99935 - 2325	AraDES
14. Ramon Ferruzia Brito	Secretaria de Esporte	(88) 981085627 RamonBrito78@whatsapp.com	Ramon
15. Willeson Lacerda Xavier Lima	SECRETARIA DE ESPORTE	(038) 99747-7410 Lacerda Brito	Willeson
16. Mariana Alencar Brasil	Secretaria de Saúde	(88) 99963-4307 / marianabril@hotmail.com	Mariana
17. M ^{te} ANANDA B. M. DAVILA	SMTDS	99113 8095 anandabbl@igmpel.com	Ananda
Belaia Regina Silva	S.M.T.D.S	9.8112-1499 xandante40@gmail.com	Belaia

FIGURA Nº 5.5 – LISTA DE PARTICIPANTES FORUM DISTRITAL 01



ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO-CE – LOTE I

LISTA DE FREQUENCIA

FÓRUM - Ponta da Serra, Campo Alegre, Santa Fe, Bela Vista - (10/08/2017)

NOME	INSTITUIÇÃO / ENTIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
18. <i>Antônio Távora de Oliveira Costa</i>	Secretaria de Educação	(88) 999318995 / <i>antonio.costa@uol.com.br</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
19. FRANCISCO GUSTAVO DA SILVA	AUTÔNOMIO (FOTÓGRAFO)	(88) 999318995 / <i>frank1980@gmail.com</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
20. JOSE WILTON SOARES E SILVA	SECULT - CRATO	(88) 997806436 / <i>wildd896@gmail.com</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
21. CARLOS ALBERTO CAVALCANTE FELIX	SEC. SEGURANÇA	99362604	<i>[Handwritten Signature]</i>
22. <i>Dalva Feres Brasil</i>	SITR CRATO	981347419 / 35239322	<i>[Handwritten Signature]</i>
23. <i>Angela Cynara Norais de Brito</i>	E.F.I.E.F. Pedro Felício	(88) 99843-8648 / <i>cy_norai6@hotmail.com</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
24. <i>Tatiane Silva Sobrinho Brasil</i>	Sec. Finanças	9.9649-4000 - <i>tatyanecebra@hotmail.com</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
25. <i>Elvira Maria Bonica Brito</i>	Sec de Simões e Mangabé	997427326 - <i>elvirambri@hotmail.com</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
26. <i>Henrique Kener F. Dantas</i>	DESPORTS	997771939	<i>[Handwritten Signature]</i>
27. JANALEIA RODRIGUES GOMES	SEAD - CRATO	994550212 / <i>jana.gestor@gmail.com</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
28. <i>Loiz Bitú Cortez Pires</i>	Comunicação / Prefeitura	(88) 99913-1665 / <i>loizbcp@gmail.com</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
29. <i>Antônio Djalma de Andrade Sampaio</i>	Janeira de Saúde	(88) 99623-7264 / <i>antenecomprio55@hotmail.com</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
30. <i>Jose Yanielcy de B. Gec.</i>	SFAEC	088 3523 2044	<i>[Handwritten Signature]</i>
31. <i>Marta Luciana de G. M. F. F. F.</i>	Legislação	92381095	<i>[Handwritten Signature]</i>
32. <i>Zaira Lamuc Brito de S. S.</i>	Escola Pedro Felício	88732656 / <i>Zairalamuc@hotmail.com</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
33. <i>Sônia Maria da Silva</i>	Secretaria Finanças	996377695 / <i>soniamaria@hotmail.com</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
34. <i>Fª Alina de Carvalho Santana</i>	Secretaria de Finanças	994379103 / <i>f.alina.c.s@gmail.com</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>

FIGURA Nº 5.5 – LISTA DE PARTICIPANTES FORUM DISTRITAL 01



ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO-CE – LOTE I

LISTA DE FREQUENCIA

FÓRUM - Ponta da Serra, Campo Alegre, Santa Fe, Bela Vista - (10/08/2017)

NOME	INSTITUIÇÃO / ENTIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
35. <i>Wesley Karique Senra Leandro</i>	Sec. de Finanças e Planejamento	(88) 99725-6575	<i>[Signature]</i>
36. <i>Jaceli Brito Rocco</i>	Sec. Finanças e Planejamento	(88) 98814-6955 - jaceli.senra@crato.ce.gov.br	<i>[Signature]</i>
37. <i>CARLOS EDUARDO S. MARINO</i>	Sec. Finanças e Planejamento	(85) 99412-5219 - cedmarino@gmail.com	<i>[Signature]</i>
38. <i>HILDO MORAES DE BRITO Sr</i>	SEC. MEIO AMBIENTE	(88) 996014611 - hildomoraes@yaho.com	<i>[Signature]</i>
39. <i>KARLU MEDeiros</i>	ESP. PLANO	karlu.mt@live.com	<i>[Signature]</i>
40. <i>GABELLY EGOT</i>	ESPAÇO PLANO	bellscampos@gmail.com	<i>[Signature]</i>
41. <i>Vera Furtado</i>	ESPAÇO PLANO	vera_furtado2005@hotmail.com	<i>[Signature]</i>
42. <i>F.º Xeroforte Moisés</i>	câmara municipal	998565503	<i>[Signature]</i>
43. <i>Cidra Féliz S. Corrêa</i>	Gabinete de Política	(88) 9.9631-9377 / feliz1000@hotmail.com	<i>[Signature]</i>
44. <i>Fernanda M.º S. Cardenal</i>	En. José Bizerra	(88) 988076454 / fernanda.mcardenal@gmail.com	<i>[Signature]</i>
45. <i>Mrs. Paula Brito Brito</i>	CEI SÃO JOSÉ	(88) 981070008 apblua@gmail.com	<i>[Signature]</i>
46. <i>Pe.º Paulo Santos de Jesus, pároco</i>	Igreja Católica	(88) 35239148 jricsalles@hotmail.com	<i>[Signature]</i>
47. <i>Oleidimar Brito Brito</i>	CEI SÃO JOSÉ	Prof. Oleidimar@hotmail.com	<i>[Signature]</i>
48. <i>Minia B. O. Xeroforte</i>	Sec. Saúde	99407.4901. miniaxeroforte@hotmail.com	<i>[Signature]</i>
49. <i>Márcio Wesley T. Silveira</i>	SEAD	(88) 9.9634-7252 marciosilveira@gmail.com	<i>[Signature]</i>
50. <i>Luiz Wellington Brandão</i>	SEINFRA	(88) 9 8118 173 / luiz.wellington@hotmail.com	<i>[Signature]</i>
51. <i>JOSÉ ALDO S. BRASI</i>	PROFUTURA	(88) 9 3982 6529	<i>[Signature]</i>
52. <i>ANDRÉ BARRETO</i>	SMS	(88) 99953.0038	<i>[Signature]</i>
53. <i>Edson Vilar (TUTU)</i>	SEINFRA	(88) 9 9750-1050	<i>[Signature]</i>
54. <i>Antônio Luis Fernandes Brandão</i>	POLO DE ATENDIMENTO	(88) 98135-6996	<i>[Signature]</i>

FIGURA Nº 5.5 – LISTA DE PARTICIPANTES FORUM DISTRITAL 01



ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO-CE – LOTE I

LISTA DE FREQUENCIA

FÓRUM - Ponta da Serra, Campo Alegre, Santa Fe, Bela Vista - (10/08/2017)

NOME	INSTITUIÇÃO / ENTIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
1. Maria da Penha de Sousa	Polo Ponta da Serra	pcasvalhoferraz@hotmail.com	Maria da Penha de Sousa
2. Tamara N. de Sousa	Polo Ponta da Serra	Tamaras_n@hotmail.com	Tamara N. de Sousa
3. RICARDO ALENCAZ BRASIL	PSEIRA POSU' BIZZERA	rickesvador@gmail.com	Ricardo Alencaz Brasil
4. RACHEL ALVES GOMES	SMTDS	rachelcrato@hotmail.com	Rachel Alves Gomes
5. Adalberto de F. Vieira	PROCURADORIA	adalberto.vieira@crato.ce.gov.br	Adalberto de F. Vieira
6. Rennan Lobo Xenofonte	PROCURADORIA	99614.0567/rennan.lobo@bol.com.br	Rennan Lobo Xenofonte
7. ERNANI B. SILVA NETO	PROCURADORIA	992430808	Ernani B. Silva Neto
8. Fco de Mattos Junior	PROCURADORIA	88.992028171	Fco de Mattos Junior
9. Luciano Henrique Silva Brasil	GAB. DO PREFEITO	88.997342700.luciano@crato.ce.gov.br	Luciano Henrique Silva Brasil
10. Tereza Mônica Viana da Costa	SME	(88) 996704448.terezamonicaviana@gmail.com	Tereza Mônica Viana da Costa
11. Jozete Lopes da Silva	JOB - BORGES		Jozete Lopes da Silva
12. ALLAN BASTOS	COMDES - PDMC	CRK1988339244/allanbustos@crato.ce.gov.br	Allan Bastos
13. Jansen Luiz de Oliveira (Kaika)	SECULT	CULTURA@CRATO.CE.GOV.BR / 997427131	Jansen Luiz de Oliveira (Kaika)
14. PAULO KEVIN S. DE VASCONCELOS	PREF. CRATO	992270112/paulo.kevin@crato.ce.gov.br	Paulo Kevin S. de Vasconcelos
15. CAROLINA BOND	VEREADOR	981337348	Carolina Bond
16. Maria Círcia Alencar B. Pereira	SME	88.99991.3608	Maria Círcia Alencar B. Pereira
17.			



6.0. FÓRUM DISTRITAL 02

6.0. FORUM DISTRITAL 02

O Fórum Distrital 02 ocorreu no dia 10 de agosto, as 14h, na Escola Raimundo Nonato de Souza, no distrito de Dom Quintino. Esse evento, que atendeu aos distritos de Dom Quintino e Monte Alverne, contou com a presença do Prefeito José Ailton, secretários municipais, representantes do poder legislativo e a sociedade civil, totalizando cerca de 55 participantes.

O evento foi aberto pelo Secretário de Finanças e Planejamento, Carlos Eduardo Marino e posteriormente os técnicos Lauro Chaves e Isabelly Egot realizaram a apresentação da síntese dos resultados obtidos no **Produto 04 – Análises Técnicas do Município**. Após as apresentações, foram iniciadas as dinâmicas de acordo com a metodologia proposta, com apoio dos consultores e multiplicadores.

Finalizando o evento, o Prefeito José Ailton realizou uma fala reiterando a necessidade da participação popular no processo do PPA e os consultores informaram a população que está aberto canal de participação popular através de *Consulta Online*.

6.1. INFORMAÇÕES TABULADAS

A partir desse evento, foi utilizada a segunda metodologia proposta, baseada na formação de grupos que abordariam eixos específicos e no posterior preenchimento da *Ficha de Prioridades*. Também a partir desse evento foi abordado o eixo da *Governança e dos Serviços Públicos*.

Após as apresentações, a Consultora Vera Freitas distribuiu os participantes em quatro grupos e separou-os em diversos ambientes da escola. Cada grupo ficou sobre a orientação de um consultor e contou com a participação de pelo menos um multiplicador formado durante a *Capacitação em Sala de Aula*. Para iniciar as atividades, o grupo elegeu um relator que tomou nota das discussões e preencheu o *Quadro de Análise* (Ver FIGURA Nº 6.1 – EXEMPLO DE QUADRO DE ANALISE PREENCHIDO). Cada consultor fomentou, então, o debate acerca de um determinado eixo por 25 minutos e, em seguida, os consultores trocaram de grupo, de forma que todos os grupos abordaram os quatro eixos definidos. Os resultados obtidos nessa etapa foram sistematizados no QUADRO Nº 6.1 – INFORMAÇÕES TABULADAS DO FÓRUM DISTRITAL 02 (GERAL).

Em seguida, os grupos foram desfeitos e os participantes preencheram individualmente a *Ficha de Prioridades*, o que totalizou uma contribuição de 10 fichas (Ver FIGURA Nº 6.1 – EXEMPLO DE FICHA DE PRIORIDADE PREENCHIDA). O conteúdo dessas fichas foi sistematizado no QUADRO Nº 6.2 – INFORMAÇÕES TABULADAS DO FÓRUM DISTRITAL 02 (SÍNTESE).

FIGURA Nº 6.1 – EXEMPLO DE QUADRO DE ANÁLISE PREENCHIDO

CRATO 21 ¹

QUADRO DE ANÁLISE

	SUPORTE HUMANO (BASE SOCIAL)	INFRAESTRUTURA URBANA E NATURAL (BASES URBANA E NATURAL)	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (BASE ECONÔMICA)	GOVERNANÇA E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROBLEMAS	Urbanizar e arborizar e melhorar o meio do ambiente humano	Programa de regularização de cursos de drenagem dos distritos. Saneamento básico. limpeza dos aqúed de N. Quintino	Criação de um curso agrícola familiar Geração de renda e qualificação de trabalhos Programa de fomento a caderneteiros prolefi-	Infraestrutura da secretaria esporte Recursos humanos
SUGSTÕES		Prover do furo de tudo e um grande de coqueadas regularização da quadra e urbanização em torno da quadra	Prover de amendoim e mandioca - Criar um ponto de venda com o bus-to de N. Quintino e em todos os ent-ronados do Crato	

Rua Tomás Acioli 840 – Salas 501 e 504 – Joaquim Távora – CEP: 60.135-180 • Fortaleza-Ceará-Brasil • Fones: +55 (85) 3047.6147 / +55 (85) 3246.2994
• E-mail: esplano501@gmail.com

QUADRO Nº 6.1 – INFORMAÇÕES TABULADAS DO FÓRUM DISTRITAL 02 (GERAL)

COMPONENTES	PROBLEMAS	SUGESTÕES
SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> Ausência de equipamentos e ações da assistência social no direito do idoso, jovem e etc. 	<ul style="list-style-type: none"> Implantar ações de assistência aos grupos prioritários, bem como de equipamentos; Praça da Juventude; Calçadão; e Requalificação e urbanização em torno da quadra.
	<ul style="list-style-type: none"> Museu Luiz Gonzaga. 	<ul style="list-style-type: none"> Apoio ao museu.
	<ul style="list-style-type: none"> Segurança, assaltos permanentes. 	<ul style="list-style-type: none"> Policimento permanente, posto nos distritos.
	<ul style="list-style-type: none"> Comunidades sem escola, escolas insuficientes para atender as demandas infantil e fundamental. 	<ul style="list-style-type: none"> Ampliações e construções de novas unidades escolares.
	<ul style="list-style-type: none"> Acessibilidade inadequada. 	<ul style="list-style-type: none"> Requalificação de passeios dos distritos.
	<ul style="list-style-type: none"> Saúde, atendimento insuficiente. 	<ul style="list-style-type: none"> Suprir a carência de profissionais da saúde; e Ampliação do consultório odontológico.
	<ul style="list-style-type: none"> Urbanizar e reurbanizar em torno do açude. 	<ul style="list-style-type: none"> Limpeza do açude de Dom Quintino.
	<ul style="list-style-type: none"> Recursos humanos. 	
	<ul style="list-style-type: none"> Saneamento Básico. 	
	<ul style="list-style-type: none"> Ordenamento e urbanismo da sede do distrito. 	
	<ul style="list-style-type: none"> Cadastro de multifuncionalidade. 	
	<ul style="list-style-type: none"> Saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação e reforma do PSF; Criação de uma segunda equipe; e Plantões no PSF noturno.
	<ul style="list-style-type: none"> Inventário e patrimônio imobiliário do distrito. 	
	<ul style="list-style-type: none"> Não existe programa de assistência social. 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de CRAS.
	<ul style="list-style-type: none"> Falta de infraestrutura nas escolas 	<ul style="list-style-type: none"> Reforma e ampliações de escolas.
URBANA E NATURAL	<ul style="list-style-type: none"> Falta de saneamento público. 	<ul style="list-style-type: none"> Segurança hídrica; e Saneamento básico que cubra toda a sede do distrito.
	<ul style="list-style-type: none"> Falta de transporte público. 	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção de transporte escolar; Ponto de apoio de transporte urbano e intra urbano.
	<ul style="list-style-type: none"> Acessibilidade e mobilidade urbana. 	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar estradas, transporte público.
	<ul style="list-style-type: none"> Precariedade de estradas vicinais (passagens molhadas). 	<ul style="list-style-type: none"> Infraestrutura nas estradas vicinais.
	<ul style="list-style-type: none"> Falta de infraestrutura para a prática esportiva. 	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção / revitalização da quadra esportiva.
	<ul style="list-style-type: none"> Desmatamento e poluição dos rios e açudes; 	<ul style="list-style-type: none"> Revitalização dos rios; e

QUADRO Nº 6.1 – INFORMAÇÕES TABULADAS DO FÓRUM DISTRITAL 02 (GERAL)

COMPONENTES	PROBLEMAS	SUGESTÕES
	<ul style="list-style-type: none"> • Canal do Rio Granjeiro; e • Falta de gerenciamento dos recursos naturais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reflorestamento e mais vigor no cumprimento das leis ambientais; • Academia popular em torno do açude. • Educação Ambiental; • Trilhas ecológicas; • Contenção das enchentes; • Limpeza contínua do canal; e • Trabalho de conscientização para não jogar lixo nos recursos hídricos.
	• Abastecimento de água.	
	• Telefonia móvel deficiente.	
	• Turismo religioso.	
	• Açude em Monte Alverne.	
	• Estrada.	
	• Quadra Escolar.	<ul style="list-style-type: none"> • Requalificação e urbanização em torno da quadra.
	• Praça.	<ul style="list-style-type: none"> • Praça da Juventude; e • Calçadão.
	• Iluminação.	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de iluminação do posto de gasolina até o distrito.
		<ul style="list-style-type: none"> • Obras de engenharia d'arte.
	• Lixão.	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta de lixo seletiva; • Consórcio com distritos pertencentes a RMC; • Incentivar cooperativa de catadores.
ECONÔMICA	<ul style="list-style-type: none"> • Pequeno Comércio; e • Agricultura. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma agricultura familiar. • Geração de renda e criação de trabalhos • Pequeno negócio com os pequenos produtores.
	• Programa social.	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de fomento a cadeia produtiva de amendoim e mandioca; • Apoio a cultura; e • Melhor o museu Gonzaga Pedro.
	• Aposentadoria e serviço público.	<ul style="list-style-type: none"> • Criar um portal com o Dom Quintino e em todas as entradas do Crato. • Criar um distrito industrial para a região norte que envolve Dom Quintino, Monte Alverne e Ponta da Serra.
	• Cultura	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura para o museu; e • Criar o mestre aprendiz.
		<ul style="list-style-type: none"> • Construção de lavanderias públicas nos dois açudes de Dom Quintino.

QUADRO Nº 6.1 – INFORMAÇÕES TABULADAS DO FÓRUM DISTRITAL 02 (GERAL)

COMPONENTES	PROBLEMAS	SUGESTÕES
ECONÔMICA	<ul style="list-style-type: none"> • Distrito Industrial sem infraestrutura. 	<ul style="list-style-type: none"> • Saneamento, pavimentação, iluminação e segurança.
GOVERNANÇA E SERVIÇOS PÚBLICOS	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de comunicação; e • Falta de informação para a população. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ouvidoria; • Ônibus; • Família na praça; • Catálogo de Serviços; e • Buscar a excelência no serviço público.
	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos humanos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturação da secretaria de esporte.
	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade para acesso à escola. 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Posto de Saúde, sem cadeira do dentista. 	

FIGURA Nº 6.2 – EXEMPLO DE FICHA DE PRIORIDADE PREENCHIDA



**PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO
PPA 2018/2021**

Nome: Prof. Ingrid L. Souto
 Endereço: E. do Guarú Bairro: D. Quintino
 E-mail: grandinha@crato.ce.gov.br

SUGESTÕES PARA O ANO: 2018 () 2019 () 2020 () 2021

Serão aceitas até três sugestões por ficha:

Gostaria de ser atendido(a) com as seguintes prioridades, caso estas sejam de interesse da coletividade, do Município do Crato, sendo:

PRIORIDADE 1: Saneamento Básico e conservação

JUSTIFICATIVA: melhorar a Saúde Pública onde que saúde não é só a falta de clínicas e sim o bem estar geral da população

PRIORIDADE 2: Segunda equipe de Saúde da Família

JUSTIFICATIVA: Apartir de uma forma requer melhorias para a população de D. Quintino

PRIORIDADE 3: água. abastecimento de água

JUSTIFICATIVA: É um problema que se estende por vários anos no nosso distrito

QUADRO Nº 6.2 – INFORMAÇÕES TABULADAS DO FÓRUM DISTRIAL 02 (SÍNTESE)

COMPONENTES		USUÁRIO									
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
URBANA E NATURAL	Estrada				X	X					
	Meio Ambiente					X					
	Plano Diretor										X
ECONÔMICA	Agricultura Familiar					X					
	Emprego				X				X		
	Políticas de Desenvolvimento econômico e sustentável							X			
	Educação	X	X				X	X	X	X	
	Saúde		X	X	X	X	X	X		X	
	Abastecimento de água e Esgotamento Sanitário		X	X							
	Segurança						X		X		

6.2. REGISTRO DO EVENTO



FOTO Nº 6.1 – Apresentação do consultor Lauro Chaves.



FOTO Nº 6.2 – Realização de grupos com a consultora Isabelly Egot.



FOTO Nº 6.3 – Realização de grupos com a consultora Vera Freitas.



FOTO Nº 6.4 – Fala do Prefeito José Ailton.

6.3. LISTA DE PARTICIPANTES

FIGURA Nº 6.3 – LISTA DE PARTICIPANTES DO FORUM DISTRITAL 02

<small>ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO-CE – LOTE I</small>			
LISTA DE FREQUENCIA FÓRUM - Dom Quintino, Monte Averno - (10/08/2017)			
NOME	INSTITUIÇÃO / ENTIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
1. Henrily Renca F. Dantas	SESPOR	(88) 397771999	
2. Heubikhe DA S. SOUSA	SEMAST	(88) 88091922	
3. Willenay Pereira Xavier Lima	SESPOR	(088) 99747-7910	
4. Alex Saraiva	SEMAST	(88) 99964-3170	
5. Tania Natuzia Frazatto	Raimundo Norato de Souza		
6. Givara Gaianna Moura	Raimundo Norato		
7. Francineia Gomes de Lutho	Esc. Raimundo Norato		
8. Paulo R. Z. DAVILEZ	Park. ORFEO	9227 2112	
9. Tiago Luis DANTAS	SECRETARIA DE FINANÇAS	94604-5088	
10. José Manoel B. Garcia	SAAEC	3523 2044	
11. Wilsandro D.S. Pin	ADM. WILSON	999449207	
12. Clayton Batista de Lima	ADMINISTRAÇÃO	9 9616 6412	
13. Mano Wesley T. S. Soares	SEMG	9-9634-2252	
14. Gervânio B. SILVA NETO	PROCURADORIA	9 92	
15. Marina Sabina de O. X. Dantas	PROCURADORIA	997859633	
16. Mirine Bonito O. X. Dantas	SE SAÚDE	99709.9901	
17. Fátima de C. Santana	Sec. Finanças	9 94129103	

FIGURA Nº 6.3 – LISTA DE PARTICIPANTES DO FORUM DISTRITAL 02



ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO-CE – LOTE I

LISTA DE FREQUENCIA
FÓRUM - Dom Quintino, Monte Alverne - (10/08/2017)

NOME	INSTITUIÇÃO / ENTIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
18. Sônia Maria da Silva	Secretaria Finanças	9.9637.7695 - soniamaria@hotmail.com	
19. Tatiane Feres Siqueira Brasil	Secretaria de Finanças	9.9649.4000 - tatianesiqueira@hotmail.com	
20. Alene de Souza Andrade Campos	Secretaria de Saúde	99623 7264 / alenescomps@hotmail.com	
21. Chirio Marcio B. Figueira	Sec. de Finanças e Planejamento	997427326 - celvionobrega@hotmail.com	
22. HILDO MORAES DE BRITO JUNIOR	SEC. MEIO AMBIENTE	996014611 hildomoraes@valeco.com.br	
23. JACKSON LUIZ DE OLIVEIRA (Kaiko)	SEC. CULTURA	997427131 / kaikaluz@gmail.com	
24. JON JONAS ALVES DE ALMEIDA	Vereador	999701131	
25. JORGE FRAZÃO DE SOUZA	Jornal	gustavomachgoncalves@uol.com.br	
26. JOSE WILTON SUARES ESTIVA	SECURIT-CRATO	wildd896@gmail.com / (pp)9970.6456	
27. Adalgiza Zola de Almeida	PROCURADORIA	adalgiza.amaiz@yahoo.com.br	
28. Joiz Bitú Cortez Paiva	Comunicação/Prefeitura	lizbcp@gmail.com	Joiz Bitú
29. Aury Bassos	COMDES - TUR	(85) 985339244 / aurybassos@comdes-tur.com.br	
30. Zilene Maria Faria	SMDA	9994446524	
31. CARLOS ALBERTO RUIZ FELIX	SEGURANÇA		
32. Josignere Maria Siqueira	Defesa Civil	99649577	
33. Pedro Eduardo Leite da Silva	Sec. Seg. Pública	99243-3788 / e10010303@gmail.com	Pedro Eduardo
34. JOSÉ JARBAZ AVIAR FREIRE	Sec. Seg. Pública	(85) 987256990	

FIGURA Nº 6.3 – LISTA DE PARTICIPANTES DO FORUM DISTRITAL 02

LISTA DE FREQUENCIA
FÓRUM - Dom Quintino, Monte Alverne - (10/08/2017)

NOME	INSTITUIÇÃO / ENTIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
35. Ramon Furtado Brito	Secretaria de Esparte	(88) 981083427	Ramon
36. Maria Cirene Alencar B. Pereira	SME	(88) 99991 3608	Maria Pereira
37. Maria Gonçalves de Pinho	professora	88 9944 4209	Maria Gonçalves
38. José Wilson			
39. Everaldo Ulisses	SEINFRA	85 9 99 39-1415	Everaldo
40. Carlos Eduardo S. Marino	SEC. FIN. e PLANO	85 9 9942-5219	Carlos
41. Wendell Souza Coln	Sintra	882233311	Wendell
42. Luiz Willian da Brito	SEINFRA	9 81181731	Luiz Willian da Brito
43. Tereza Mônica V. P. B.	SME	99670 44 48	Tereza
44. José William Gonçalves	Raimundo nonato de Souza		José William Gonçalves
45. Davi Junior Salustiano	" " "	- 99273142	Davi
46. Raimundo Nonato de Souza	" " "	1881 996524532	Raimundo
47. THAMIRIS ALVES DE LIMA	Raimundo nonato	(88) 999907463	Thamiris Alves de Lima
48. Maiana Nunes Leal	Raimundo nonato	35132204	Maiana Nunes Leal
49. Maria Vitoria Pereira B.	Raimundo nonato		Maria Vitoria P. B.
50. Jaci Brito Roca	Sec. Finanças	88-99814.69.55	Jaci
51. Wilson Vitoria Souza Lemos	SEINFRA	(88) 99325-2575	Wilson

FIGURA Nº 6.3 – LISTA DE PARTICIPANTES DO FORUM DISTRITAL 02



ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO-CE – LOTE I

**LISTA DE FREQUENCIA
FÓRUM - Dom Quintino, Monte Alverne - (10/08/2017)**

NOME	INSTITUIÇÃO / ENTIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
18. Maria Ludmila de Souza Dias		(88)99911-3722/marialudmila14@gmail.com	
19. Antonio Ottoni de Oliveira Costa	Secretaria de Educ.	(88)999318995-otoni@educ.ce.gov.br	
20. Antonio Marcelo Prado	Coordenador-Escola	8899926-6039-matielo_23@hotmail.com	
21.			
22.			
23.			
24.			
25.			
26.			
27.			
28.			
29.			
30.			
31.			
32.			
33.			
34.			



7.0. FORUM DISTRITAL 03

7.0. FORUM DISTRITAL 03

O Fórum Distrital 03 ocorreu no dia 11 de agosto, as 14h, na Escola Rosa Ferreira de Macedo, na localidade do Baixo do Muquem. Esse evento, que atendeu aos distritos de Baixo das Palmeiras, Santa Rosa e Belmonte, contou com a presença de diversos secretários municipais, representantes do poder legislativo e a sociedade civil, totalizando cerca de 45 participantes.

O evento foi aberto pela Secretária Adjunta de Finanças e Planejamento, Irací Brito, e posteriormente os técnicos Lauro Chaves e Isabelly Egot realizaram a apresentação da síntese dos resultados obtidos no **Produto 04 – Análises Técnicas do Município**. Após as apresentações, foram iniciadas as dinâmicas de acordo com a metodologia proposta, com apoio dos consultores e multiplicadores.

Finalizando o evento, a Secretária Adjunta realizou uma fala agradecendo a participação popular nos eventos que foram realizados e os consultores reiteraram a possibilidade da população participar através da *Consulta Online*.

7.1. INFORMAÇÕES TABULADAS

Nesse evento também foi adotada a segunda metodologia proposta, baseada na formação de grupos que abordariam eixos específicos, incluindo *Governança e dos Serviços Públicos*, e no posterior preenchimento da *Ficha de Prioridades*.

Após as apresentações, a Consultora Vera Freitas distribuiu os participantes em três grupos e separou-os em diversos ambientes da escola. Cada grupo ficou sob a orientação de um consultor e contou com a participação de pelo menos um multiplicador formado durante a *Capacitação em Sala de Aula*. Para iniciar as atividades, o grupo elegeu um relator que tomou nota das discussões e preencheu o *Quadro de Análise*. (Ver FIGURA Nº 7.1 – EXEMPLO DE QUADRO DE ANALISE PREENCHIDO). Cada consultor fomentou, então, o debate acerca de um determinado eixo por 25 minutos e, em seguida, os consultores trocaram de grupo, de forma que todos os grupos abordaram os quatro eixos definidos. Os resultados obtidos nessa etapa foram sistematizados no QUADRO Nº 7.1 – INFORMAÇÕES TABULADAS DO FÓRUM DISTRITAL 03 (GERAL).

Em seguida, os grupos foram desfeitos e os participantes preencheram individualmente a *Ficha de Prioridades*, o que totalizou uma contribuição de 09 fichas (Ver FIGURA Nº 6.1 – EXEMPLO DE FICHA DE PRIORIDADE PREENCHIDA). O conteúdo dessas fichas foi sistematizado no QUADRO Nº 7.2 – INFORMAÇÕES TABULADAS DO FÓRUM DISTRITAL 03 (SÍNTESE).

FIGURA Nº 7.1 – EXEMPLO DE QUADRO DE ANÁLISE PREENCHIDO

QUADRO DE ANÁLISE

	SUORTE HUMANO (BASE SOCIAL)	INFRAESTRUTURA URBANA E NATURAL (BASES URBANA E NATURAL)	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (BASE ECONÔMICA)	GOVERNANÇA E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROBLEMAS	<ul style="list-style-type: none"> * Falta de Ronda. * Ausência de projetos sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> * Abastecimento de água irregular. * Reduzir desperdício e colocar o hidrômetro para medir consumo. * Inquietação na parte do município das águas, na comunidade. * destruição ambiental. * infraestrutura precária das estradas. * definição do limite da área urbana e da área rural. * caixa d'água sem manutenção. 	<ul style="list-style-type: none"> * Problema de Assistência * A maior parte é destinada a agropesqueiros e Pastos. 	<ul style="list-style-type: none"> * Abastecimento de água irregular * Caixa d'água sem manutenção. *
SUGSTÕES	<ul style="list-style-type: none"> * Criar Rondas periódicas. * Implantação de projetos sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> * Regularizar o abastecimento de água. * Trabalho social na comunidade com relação ao tratamento das águas. * reduzir agitação ambiental. * melhorias das estradas. * diálogo com a população. * fazer novo planejamento. 	<ul style="list-style-type: none"> * Cooperativa de pequenos agricultores. * Implantar usinas de beneficiamento de frutas. 	<ul style="list-style-type: none"> * Reduzir desperdício e colocar o hidrômetro para medir consumo. * Urgência na manutenção da caixa. * Revitalização da lavanderia comunitária.

Rua Tomás Acioli 840 – Salas 501 e 504 – Joaquim Távora – CEP: 60.135-180 • Fortaleza-Ceará-Brasil • Fones: +55 (85) 3047.6147 / +55 (85) 3246.2994
• E-mail: esplano501@gmail.com

QUADRO Nº 7.1 – INFORMAÇÕES TABULADAS DO FÓRUM DISTRITAL 03 (GERAL).

COMPONENTES	PROBLEMAS	SUGESTÕES
SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> A estrutura física do Posto de Saúde do sítio São Vicente não dá suporte a população. O médico não atende por falta de transporte. 	<ul style="list-style-type: none"> Reforma do Posto de Saúde do Sítio São Vicente.
	<ul style="list-style-type: none"> Insuficiência de equipe de PSF para atender as demandas das comunidades; e Falta de técnica de enfermagem. 	<ul style="list-style-type: none"> Abertura do posto de saúde diariamente com serviços ambulatoriais.
	<ul style="list-style-type: none"> Dificuldade na lotação da escola Rosa Ferreira. 	<ul style="list-style-type: none"> Pagamento de auxílio transporte para professores contratados.
	<ul style="list-style-type: none"> Ausência de projetos de esporte no Sítio São Vicente. 	<ul style="list-style-type: none"> Construção de espaço para esportes, academia e lazer nas praças; e Projetos desenvolvidos pelas secretarias em parceria com a comunidade.
	<ul style="list-style-type: none"> Falta de transporte no Sítio São Vicente. 	<ul style="list-style-type: none">
	<ul style="list-style-type: none"> Falta de transporte para os pacientes do CAPS; e Deficiência nas marcações de exames. 	<ul style="list-style-type: none"> Retorno do transporte para os pacientes do CAPS; e Mais eficiência nas marcações dos exames.
	<ul style="list-style-type: none"> Falta de transporte escolar para o Sítio Santa Rosa. 	<ul style="list-style-type: none">
	<ul style="list-style-type: none"> Escola fechada e não tem creche. 	<ul style="list-style-type: none">
	<ul style="list-style-type: none"> Excessivo número de falta de professores. 	<ul style="list-style-type: none"> Agilizar com antecedência a seleção de professores.
<ul style="list-style-type: none"> Ausência de programas sociais e culturais para os jovens e crianças. 	<ul style="list-style-type: none"> Uma frequência maior de policiamento; Ter um CRAS com assistência as comunidades; Apoio e incentivo aos jovens; e Criar projetos de incentivo à cultura. 	
URBANA E NATURAL	<ul style="list-style-type: none"> Transposição do Rio São Francisco. 	<ul style="list-style-type: none"> Buscar alternativas para usar a água de transposição para irrigação.
	<ul style="list-style-type: none"> Abastecimento de água irregular. 	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir o desperdício e colocar hidrômetro para medir consumo; e Regularizar o abastecimento de água; Trabalho social na comunidade com relação ao cinturão das águas.
	<ul style="list-style-type: none"> Destruição ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir agressão ambiental
	<ul style="list-style-type: none"> O crescimento dos loteamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> Fiscalização nas licenças dos loteamentos.
	<ul style="list-style-type: none"> Rede de Esgoto. 	<ul style="list-style-type: none">
	<ul style="list-style-type: none"> Caixa d'água dentro do espaço da escola. 	<ul style="list-style-type: none"> Prioridade na Caixa d'água da escola; e Fazer novo reservatório.
	<ul style="list-style-type: none"> Poço profundo do sítio Chapada secou. 	<ul style="list-style-type: none">
<ul style="list-style-type: none"> Ocupação imobiliária desordenada. 	<ul style="list-style-type: none"> 	

QUADRO Nº 7.1 – INFORMAÇÕES TABULADAS DO FÓRUM DISTRITAL 03 (GERAL).

COMPONENTES	PROBLEMAS	SUGESTÕES
	<ul style="list-style-type: none"> Definição do limite de área urbana e área rural. 	
ECONÔMICA	<ul style="list-style-type: none"> Migração para sede em busca de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> Criar cooperativas de pequenos produtores. Incentivar os pequenos comércios.
	<ul style="list-style-type: none"> Estradas com problemas há mais de 20 anos, infraestrutura precária; e Alunos que não conseguem chegar na escola quando chove. 	<ul style="list-style-type: none"> Melhorias nas estradas.
	<ul style="list-style-type: none"> Decadência da agricultura, foi substituída para agropecuária e para criar pasto para criação de gado. 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de programa para revitalização da agricultura; Incentivar a produção de Cana, Mandioca; e Programa de capacitação e incentivo ao agricultor.
		<ul style="list-style-type: none"> Programa para beneficiamento de frutas.
		<ul style="list-style-type: none"> A merenda escolar ser abastecida com agricultura local.
	<ul style="list-style-type: none"> Falta de água. 	<ul style="list-style-type: none"> Revitalização da lavanderia comunitária.
	<ul style="list-style-type: none"> Casa de farinha desativada. 	<ul style="list-style-type: none"> Revitalização da casa de farinha.
GOVERNANÇA E SERVIÇOS PÚBLICOS	<ul style="list-style-type: none"> Só há um médico para atender as seis comunidades. 	<ul style="list-style-type: none"> Construção de uma sala de espera no posto de Saúde; e Agendamento Prévio
	<ul style="list-style-type: none"> Sítio São Vicente não existe escola. 	

FIGURA Nº 7.2 – EXEMPLO DE FICHA DE PRIORIDADE PREENCHIDA



**PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO
PPA 2018/2021**

Nome: Maria Luízeide da Silva "Grupo 2"
Endereço: Sítio B. das Palmeiras Bairro: _____
E-mail: _____

SUGESTÕES PARA O ANO: 2018 () 2019 () 2020 () 2021

Serão aceitas até três sugestões por ficha:

Gostaria de ser atendido(a) com as seguintes prioridades, caso estas sejam de interesse da coletividade, do Municípios do Crato, sendo:

PRIORIDADE 1: 1. Estrada e Paisagem molhada,
2. Escola falta de alguns Professores, Posto
reforma de dos Postos médicos
JUSTIFICATIVA: "Estrada"
e Paisagem molhada.

PRIORIDADE 2: escola falta de alguns
Professores
JUSTIFICATIVA: Posto de Saúde
reforma

PRIORIDADE 3: agricultura familiar maior proteção
para investir com as famílias de quintais
produtivos, artesanatos
JUSTIFICATIVA: _____

QUADRO Nº 7.2 – INFORMAÇÕES TABULADAS DO FÓRUM DISTRITAL 03 (SÍNTESE)

COMPONENTES		USUÁRIO							
		A	B	C	D	E	F	G	H
URBANA E NATURAL	Estrada	X	X	X	X		X	X	X
	Passagem Molhada	X							X
	Meio Ambiente								
	Plano Diretor					X			
ECONÔMICA	Agricultura Familiar	X							
	Quintais Produtivos	X							
	Artesanato	X							
SERVIÇOS PÚBLICOS	Falta de Professores	X							
	Educação			X					
	Transporte Escolar		X						
	Saúde			X				X	
	Abastecimento de água					X			X
	Praças				X				
SOCIAL	Jovens				X		X	X	
	Segurança						X		

QUADRO Nº 2.1 – INFORMAÇÕES TABULADAS DO FÓRUM 4 – MUQUEM DAS PALMEIRAS (GERAL)

COMPONENTES	PROBLEMAS	SUGESTÕES
SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> A estrutura física do Posto de Saúde do sítio São Vicente não dá suporte a população. O médico não atende por falta de transporte. 	<ul style="list-style-type: none"> Reforma do Posto de Saúde do Sítio São Vicente.
	<ul style="list-style-type: none"> Insuficiência de equipe de PSF para atender as demandas das comunidades; e Falta de técnica de enfermagem 	<ul style="list-style-type: none"> Abertura do posto de saúde diariamente com serviços ambulatoriais
	<ul style="list-style-type: none"> Dificuldade na lotação da escola Rosa Ferreira. 	<ul style="list-style-type: none"> Pagamento de auxílio transporte para professores contratados.
	<ul style="list-style-type: none"> Ausência de projetos de esporte no Sítio São Vicente. 	<ul style="list-style-type: none"> Construção de espaço para esportes, academia e lazer nas praças; e Projetos desenvolvidos pelas secretarias em parceria com a comunidade.
	<ul style="list-style-type: none"> Falta de transporte no Sítio São Vicente. 	
	<ul style="list-style-type: none"> Falta de transporte para os pacientes do CAPS; e Deficiência nas marcações de exames. 	<ul style="list-style-type: none"> Retorno do transporte para os pacientes do CAPS; e Mais eficiência nas marcações dos exames.
	<ul style="list-style-type: none"> Falta de transporte escolar para o Sítio Santa Rosa. 	
	<ul style="list-style-type: none"> Escola fechada e não tem creche. 	
	<ul style="list-style-type: none"> Excessivo número de falta de professores. 	<ul style="list-style-type: none"> Agilizar com antecedência a seleção de professores.
<ul style="list-style-type: none"> Ausência de programas sociais e culturais para os jovens e crianças. 	<ul style="list-style-type: none"> Uma frequência maior de policiamento; Ter um CRAS com assistência as comunidades. Apoio e incentivo aos jovens; e Criar projetos de incentivo à cultura. 	
URBANA E NATURAL	<ul style="list-style-type: none"> Transposição do Rio São Francisco. 	<ul style="list-style-type: none"> Buscar alternativas para usar a água de transposição para irrigação.
	<ul style="list-style-type: none"> Abastecimento de água irregular. 	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir o desperdício e colocar hidrômetro para medir consumo; Regularizar o abastecimento de água; e Trabalho social na comunidade com relação ao cinturão das águas.
	<ul style="list-style-type: none"> Destruição ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> Reduzir agressão ambiental
	<ul style="list-style-type: none"> O crescimento dos loteamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> Fiscalização nas licenças dos loteamentos.
	<ul style="list-style-type: none"> Rede de Esgoto. 	
	<ul style="list-style-type: none"> Caixa d'água dentro do espaço da escola. 	<ul style="list-style-type: none"> Prioridade na Caixa d'água da escola; e Fazer novo reservatório.
	<ul style="list-style-type: none"> Poço profundo do sítio Chapada secou. 	
	<ul style="list-style-type: none"> Ocupação imobiliária desordenada. 	
<ul style="list-style-type: none"> Definição dos limites de áreas urbana e rural. 		

QUADRO Nº 2.1 – INFORMAÇÕES TABULADAS DO FÓRUM 4 – MUQUEM DAS PALMEIRAS (GERAL)

COMPONENTES	PROBLEMAS	SUGESTÕES
ECONÔMICA	<ul style="list-style-type: none"> Migração para sede em busca de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> Criar cooperativas de pequenos produtores. Incentivar os pequenos comércios.
	<ul style="list-style-type: none"> Estradas com problemas há mais de 20 anos, infraestrutura precária; e Alunos que não conseguem chegar na escola quando chove. 	<ul style="list-style-type: none"> Melhorias nas estradas.
	<ul style="list-style-type: none"> Decadência da agricultura, foi substituída para agropecuária e para criar pasto para criação de gado. 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de programa para revitalização da agricultura; Incentivar a produção de Cana, Mandioca; e Programa de capacitação e incentivo ao agricultor.
	<ul style="list-style-type: none"> Falta de água. 	<ul style="list-style-type: none"> Programa para beneficiamento de frutas. A merenda escolar ser abastecida com agricultura local.
	<ul style="list-style-type: none"> Casa de farinha desativada. 	<ul style="list-style-type: none"> Revitalização da lavanderia comunitária. Revitalização da casa de farinha.
	GOVERNANÇA E SERVIÇOS PÚBLICOS	<ul style="list-style-type: none"> Só há um médico para atender as seis comunidades.
<ul style="list-style-type: none"> Sítio São Vicente não existe escola. 		

7.2. REGISTRO DO EVENTO



FOTO Nº 7.1 – Abertura do fórum pela secretária.



FOTO Nº 7.2 – Apresentação do consultor Lauro Chaves.



FOTO Nº 7.3 – Apresentação da consultora Isabelly Egot.



FOTO Nº 7.4 – Formação de grupo com a consultora Vera Freitas.

7.3. LISTA DE PARTICIPANTES

FIGURA Nº 7.3 – LISTA DE PARTICIPANTES DO FORUM DISTRITAL 03



ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO-CE – LOTE I

LISTA DE FREQUENCIA

FÓRUM - Baixo das Palmeiras, Santa Ross, Belmonte - (11/08/2017)

NOME	INSTITUIÇÃO / ENTIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
1. CARLOS ALBERTO FELIZ	SEI SEGURANÇA	99362607	
2. José Jansas Azeite Freire	Sec. Mun. Leg. Pública	(35) 987256990	
3. Josimara de Melo Silva	Defesa Civil	(88) 999649577	
4. Pedro Eduardo Leitão da Silva	Sig. Sig. Pública Municipal	99243-3788 - e10010303@gmail.com	Pedro Eduardo
5. Ramon Figueira Brito	Secretaria de Esporte	8898105427 Ramonbruto78@hotmail.com	Ramon Brito
6. Milena G. Brasil	Secretaria de Saúde	999634307 / milenabrazil1@hotmail.com	Milena Brasil
7. Wilkerson Xavier Lima	Esporte	99747-7410 WilkersonCrato20@hotmail.com	
8. Paulo Kercius B. Oliveira	POC. CRATO	9227 0112 / PAULO.KERCIOUS@GMAIL.COM	
9. VERA MARIA DAS FREITAS	ESPAÇO PLANO	verna_freitas2005@hotmail.com	Vera Maria
10. Jaci Brito Rocha	Sec. Finanças Plan.	(88) 98814.6755 - jaci_brito@crato.ce.gov.br	
11. Juliana Duarte de Oliveira Cortez	Secretaria de Educação	(88) 99931.8995	
12. Renner Lobo Gonçalves	Procuradoria	(88) 98614.0567 / renner.lobo@bol.com.br	
13. Sulya Jane Mendes Ribeiro	Secretaria de Finanças	(88) 99991.4005 / sulyajm.ribeiro@outlook.com	Sulya Mendes
14. Leonardo Pinheiro Duarte	Controladoria	(88) 99666-3525 / leonardo@yahoo.com.br	
15. Anderson de Sousa de Oliveira	Procuradoria	adulsozouzanov@yahoo.com.br	
16. Bernadete Moreira de Sá	Associação	98824 0108	
17. João Vinny de Lima Freitas	SAAEC	99928 0508	

FIGURA Nº 7.3 – LISTA DE PARTICIPANTES DO FORUM DISTRITAL 03



ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO-CE – LOTE I

LISTA DE FREQUENCIA

FÓRUM - Baixo das Palmeiras, Santa Ross, Belmonte - (11/08/2017)

NOME	INSTITUIÇÃO / ENTIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
18. José Wilson Soares da Silva	SECURIT-CRATO	(85) 997806456 - wild1886@gmail.com	
19. F ^{ca} Alina de C. Santana	Secretaria de Finanças	(88) 994179303 f.alina.c.s@gmail.com	
20. RACHEL ALVES GOMES	SMTOS	(99) 99177146 rachelcrato21@hotmail.com	
21. Aircena Ferreira F. de Souza	SEMADT	(88) 988754101 fof.cpf@hotmail.com	
22. Priscilla Loureiro Martins	SEMADT	(88) 006310570	
23. Althair de Souza Fernandes	SEMADT	natimux@yahoo.com	
24. Luana Oliveira da Silva	SEMADT	luanaoliveira@yahoo.com	
25. Luana Oliveira da Silva	SEMADT	(82) 992267579	
26. Helene Dabara Andrade Campos	Secretaria de Saúde	(88) 996237067	
27. Manoel Wilson Távora S. Junior	SEAD	(88) 996347252	
28. Shira Maria Bonito Ribeiro	Sec. de Serviços e Planejamento	(88) 997427326	
29. José César Gomes dos Reis	comunicação pública	(88) 981203060	
30. TIAGO RIBEIRO	SM DV	956141876	
31. Luana Oliveira da Silva	SEMADT	81181731	
32. Jonathan R. Gomes	SEAD - PMC	99455-0212	
33. Luana Oliveira da Silva	SEMADT		
34. Luana Oliveira da Silva	SEMADT		

FIGURA Nº 7.3 – LISTA DE PARTICIPANTES DO FORUM DISTRITAL 03



ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL DO MUNICÍPIO DO CRATO-CE – LOTE I

LISTA DE FREQUENCIA

FÓRUM - Baixo das Palmeiras, Santa Ross, Belmonte - (11/08/2017)

NOME	INSTITUIÇÃO / ENTIDADE	TELEFONE / E-MAIL	ASSINATURA
35. <i>Francisco da Silva Nogueira</i>	Agricultor	88-992457987	<i>[Handwritten Signature]</i>
36. <i>Marina Xeropotente</i>	Procuradora	(88) 99785 9633	<i>Marina Xeropotente</i>
37. <i>Simone B. O. Xeropotente</i>	sec. saúde	(88) 99707.4901	<i>[Handwritten Signature]</i>
38. <i>SARUEL P. TCC DA</i>	PME/GRANDE	(88) 99612-9667	<i>[Handwritten Signature]</i>
39. <i>INERSON LUIZ DE OLIVEIRA (NANA)</i>	STAB. CONSUMO	(88) 99742.9131 - <i>lnknluz@igalil.com</i>	<i>[Handwritten Signature]</i>
40. <i>maric uazé sercio uarue</i>	STAB. CONSUMO	(88) 99742-9131	<i>[Handwritten Signature]</i>
41. <i>Jorge Mano Costa</i>	Município	(88) 99604-5038	<i>[Handwritten Signature]</i>
42. <i>Wlennis Karan X. Lima</i>	STAB. CONSUMO	(88) 99747-7410	<i>[Handwritten Signature]</i>
43. <i>MARICE Lucimeide Sales</i>	Agricultora	88(8) 99747-7410	<i>[Handwritten Signature]</i>
44. <i>Liliana Pereira de saua</i>	STAB. CONSUMO	88(9) 994240014	<i>[Handwritten Signature]</i>
45. <i>Raimundo de Luna Sousa</i>	STAB. CONSUMO	88 98803.0416	<i>[Handwritten Signature]</i>
46.			
47.			
48.			
49.			
50.			
51.			



8.0. CONCLUSÃO

8.0. CONCLUSÃO

De forma geral, a participação popular nos eventos foi satisfatória. Estiveram presentes representantes de diversos movimentos sociais e, principalmente, de grupos de minoria. Nos eventos que ocorreram na Zona Rural, a participação dos representantes de associações ligadas as atividades agrícolas foram cruciais para a definição das problemáticas e das sugestões para essa região, em especial para os distritos de Belmonte, Baixio das Palmeiras e Santa Rosa.

As questões relativas ao Eixo Urbano levantadas pela população, basearam-se, em sua maioria, na mobilidade. Os relatos de falta de infraestrutura nas ligações entre as localidades e as sedes distritais foram frequentes. Na Zona Urbana, a mobilidade se traduz na falta de conexões entre as áreas de expansão urbana, principalmente na área do Granjeiro. Essa questão da mobilidade também se relaciona com a precariedade do transporte público, o que afeta tanto a Zona Urbana como a Zona Rural, e com a questão da acessibilidade universal das calçadas.

A segunda problemática relatada, tanto na Zona Rural quanto Zona Urbana, diz respeito ao saneamento básico e a gestão dos resíduos sólidos. Na Zona Urbana isso se relaciona com o Canal do Rio Granjeiro e as problemáticas ambientais em torno disso. Já na Zona Rural, além da questão do saneamento, foram relatados também problemas de abastecimento de água, que se intensificam em determinadas épocas do ano.

Tanto na Zona Urbana quanto na Zona Rural, em diversos momentos, também foram questionados aspectos legais da infraestrutura urbana, principalmente relativos ao Plano Diretor, e questões relativas a fiscalização das normas e padrões urbanísticos adotados no município.

Quanto ao Eixo Natural, a principal preocupação relatada pelos moradores relacionou-se com a proteção dos recursos hídricos, do lençol freático e das Chapada do Araripe. Nesse eixo foram sugeridas diversas ações de conscientização ambiental, bem como a sugestão do fortalecimento das fiscalizações.

No Eixo de Suporte Humano, as dentre as ações elencadas pela comunidade como prioritárias, é possível destacar as seguintes ações:

- Política específica para segurança pública e políticas de combate ao uso de drogas, inclusive nos distritos;
- Política efetiva de prevenção e combate à violência contra as mulheres, crianças, idosos e outros;
- Fortalecimento das associações de bairro;
- Efetivação do Fundo Municipal de Cultura;
- Efetivação do Conselho e Fundo Municipais de Esporte;

- Políticas específicas para inclusão das populações: Negra, LGBT, indígena e pessoas com necessidades especiais;
- Política de Esportes;
- Resgate dos valores culturais e históricos;
- Implantação dos CRAS rurais;
- Suprir a carência de profissionais da saúde;
- Ampliação do consultório odontológico;
- Ampliação e reforma do PSF com Plantões Noturno;
- Reforma do Posto de Saúde do Sítio São Vicente. Abertura do posto de saúde diariamente com serviços ambulatoriais; e
- Construção de espaço para esportes, academia e lazer nas praças.

Quando a participação popular abordou o eixo econômico a principal demanda foi a geração de oportunidades de trabalho, na sede fica destacada a importância de priorização da Cultura, Educação, Educação, Turismo e Comércio; já nos distritos foram priorizadas a Agropecuária, o Comércio Local e a Rede de Pequenos Comércios. A atração de indústrias foi mencionada tanto na sede como nos distritos, sempre se ressaltando a questão do respeito a sustentabilidade. Essas atividades devem ser desenvolvidas na totalidade das suas cadeias produtivas de forma integrada.

Durante todos os eventos foram frequentes as reclamações quanto a prestação do serviço público e a forma como o cidadão se relaciona com o poder público, especialmente as Secretarias de ações finalísticas. Outros aspectos colocados em pauta, muito especialmente nos eventos dos distritos, foram quanto a falta de representatividade perante a alta direção do governo municipal, falta de comunicação e a falta de informação por parte da população, todos componentes básicos da Governança Pública Municipal.



9.0. ANEXOS

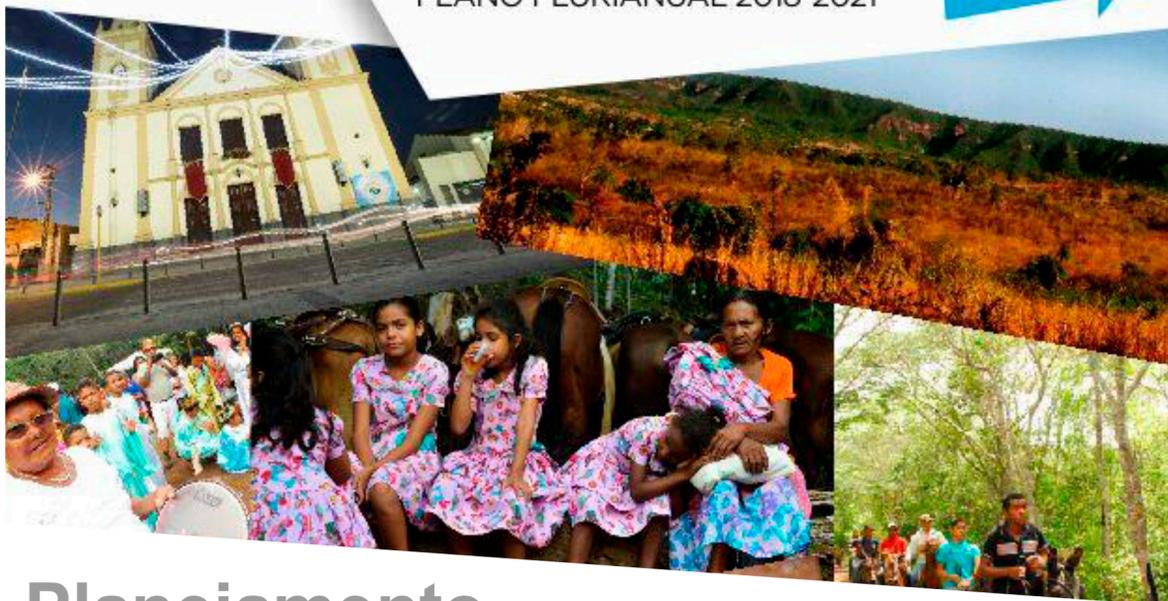


9.1. ANEXO Nº 01 – MATERIAL UTILIZADO NA *CAPACITAÇÃO EM SALA DE AULA*

CRATO

21

PLANO PLURIANUAL 2018-2021



Planejamento Estratégico Municipal e Regional



ETAPA:

Capacitação
Equipe Técnica e
Multiplicadores



PREFEITURA DO
CRATO



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E REGIONAL

CRATO21
PLANO MUNICIPAL 2016-2021



PREFEITURA DO
CRATO



Conteúdo Programático

CRATO21
PLANO MUNICIPAL 2016-2021

- Apresentação da Metodologia Principal da Elaboração do Plano Estratégico;
- Mobilização e Participação Social;
- Aplicação dos Princípios do Plano de Governo; e
- Metodologias dos Eventos de participação Popular.



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

OBJETIVO GERAL:

- Contribuir para a compreensão das Etapas e Fases inerentes ao processo de Planejamento Estratégico, no que concerne a Mobilização e Participação Social.



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Compreender o processo de Mobilização e Participação Social e sua importância nas fases e etapas de Elaboração do Plano estratégico/PPA;
- Formar Multiplicadores na Divulgação e Organização dos Eventos de Participação;
- Oportunizar um espaço onde a comunidade possa construir propostas e estratégias para o desenvolvimento ordenado e sustentável do município; e
- Mobilizar e envolver a população, em seus diferentes estamentos, nos Eventos de Participação Popular (Audiência e Fóruns Distritais).



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

- Os profissionais que compõem a Equipe Técnica são responsáveis pela condução do processo de elaboração do Planejamento Estratégico Municipal e Regional do Município do Crato/CE, bem como irão atuar como participantes efetivos na produção do mesmo, conhecendo seus conteúdos básicos e deverão desempenhar forte papel de articuladores e multiplicadores junto aos demais gestores.



PREFEITURA DO
CRATO



**Planejamento Estratégico
Municipal e Regional**

- Construção de conhecimentos gerais sobre planejamento estratégico;
- Construção de valores, conceitos e instrumentos fundamentais ao desenvolvimento do Plano, de forma a favorecer a inovação e a construção de novos conhecimentos necessários a um planejamento com futuridade; e
- Construção de conhecimentos sobre metodologias que objetivem a implementação e a atualização do Plano.



PREFEITURA DO
CRATO



**Planejamento Estratégico
Municipal e Regional**

Equipe Técnica Municipal

ATRIBUIÇÕES



- Planejar, acompanhar e avaliar o processo de elaboração do Plano Estratégico;
- Participar das Capacitações Técnicas;
- Realizar Reuniões de Planejamento e Organização dos Eventos;
- Definir e Auxiliar a Equipe de Mobilizadores em Campo na divulgação e sensibilização da população buscando garantir participação destes nos eventos promovidos;
- Promover a divulgação junto aos representantes do Poder Público;

OBS: Deverão manter a neutralidade e parcialidade nas discussões dos grupos nos fóruns distritais



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Equipe Técnica Municipal

ATRIBUIÇÕES



Coordenação Técnica

- Mércia Karizia Sobreira Leandro - Gerente Projetos Prioritários.

Membros

- Cícero Felipe da Silva Correia - Chefe de Gabinete Adjunto;
- Hermínia Rachel Saraiva Oliveira - Coordenadora de Comunicação;
- Adalgiza Arrais de Farias Vieira – Subprocuradora Municipal;
- Karine Feitosa Carlos Santana – Assessora da SME;
- Hildo Moraes de Brito Júnior – Arquiteto, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente Desenvolvimento Territorial; e
- Nínive Barreto Oliveira Xenofonte - Gerente da Célula de Projetos Estratégicos, da Secretaria Municipal de Saúde.



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

- Capacitação *in Processu*: Participação efetiva do grupo nos trabalhos de elaboração do Plano através de eventos e reuniões, de forma que os agentes oriundos de cada regional de planejamento possam participar diretamente do processo de construção do Planejamento para sua região – ***Aprender Fazendo***
- Capacitação em Sala de Aula: Compreensão de conteúdos relevantes ao desenvolvimento do Planejamento de acordo com a metodologia adotada.



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional



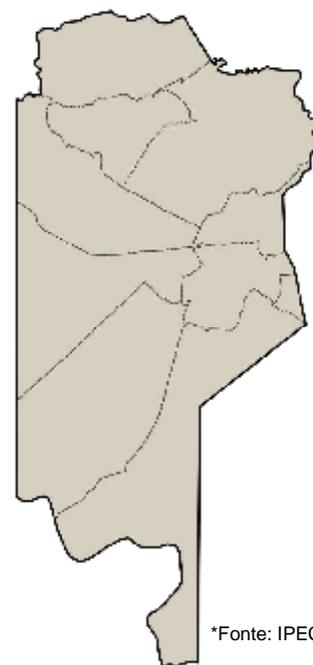
Quais fatores mais
críticos para a
cidade do
CRATO?



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Fatores Locais

- Expansão da população urbana:
 - Em 1991, correspondia a 77% da população do Crato, atualmente corresponde a 83%*.
- Aumento da produção de lixo e de esgoto:
 - Em 2000, apenas 27% dos domicílios do Crato tinham acesso ao esgotamento sanitário, atualmente são 33%, ainda abaixo da média do Estado, 36%*.
- Degradação ambiental:
 - Floresta Nacional do Araripe é um grande patrimônio de espécies vegetais;
 - Comprometimento da qualidade dos recursos hídricos por falta de uma política de saneamento eficiente.
- Necessidade de descentralização geográfica da atenção básica à saúde.
- Necessidade de políticas habitacionais e de acessibilidade.



*Fonte: IPECE.



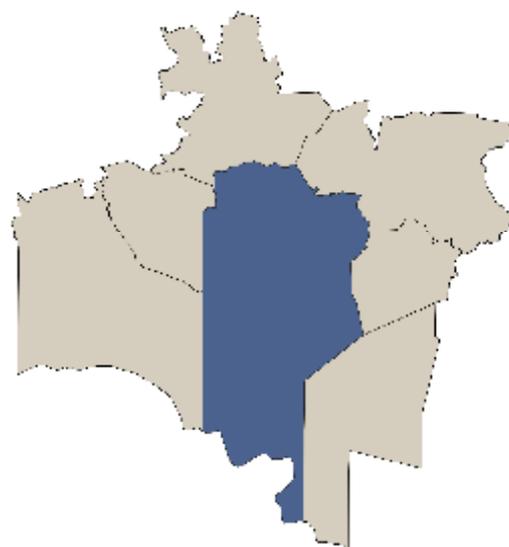
PREFEITURA DO
CRATO



**Planejamento Estratégico
Municipal e Regional**

Fatores Regionais

- Planejamento da Região Metropolitana do Cariri:
 - Valorizando o potencial turístico e de serviços educacionais do município;
- Conurbação CRAJUBAR:
 - Polo agro industrial, atração e fortalecimento de empreendimentos de saúde.
- Distrito Industrial:
 - Dinamização da capacidade de atração de novas indústrias, com a requalificação do mesmo e a adoção de políticas de industrialização do Cariri.



*Fonte: IPECE.



PREFEITURA DO
CRATO



**Planejamento Estratégico
Municipal e Regional**



Como criar o
FUTURO que
queremos para nossa
cidade?



PREFEITURA DO
CRATO

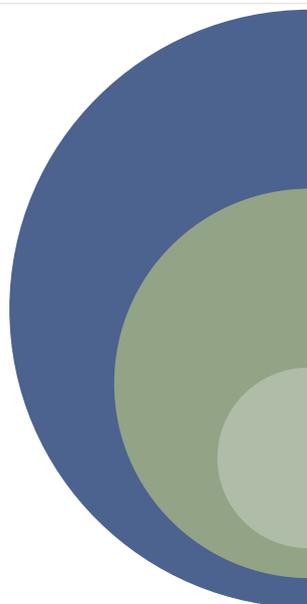


Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Planejamento Municipal

TEORIA

CRATO 21
1990 - 2020 - 2021



Longo Prazo

- Plano Estratégico Municipal de Longo Prazo
- Plano Diretor Urbanístico

Médio Prazo

- Plano Estratégico Municipal de Médio Prazo
- PPA Municipal
- Portfólio de Projetos

Curto Prazo

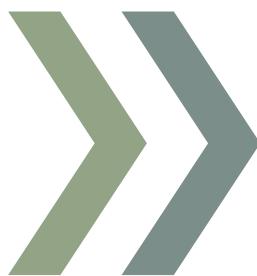
- LDO
- Orçamento Anual
- Acompanhamento de Projetos



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional



PLANEJAMENTO MUNICIPAL:

- Plano Diretor
- PPA, LDO e LOA
- Planos Setoriais
- Legislação Municipal

EXECUÇÃO DAS AÇÕES:

- Tomada de decisão diária
- Projetos / Atividades
- Rotinas
- Convênios



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Planejamento do Crato

- Plano Diretor (PDM 2005);
- PPA 2014-2017; LDO 2018 (aprovada) e LOA 2017;
- Planos Setoriais;
 - Habitação;
 - Saneamento;
 - Educação;
- Legislação Municipal;
- Plano de Governo; e
- MAPP Crato.



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Como vamos fazer o PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CRATO?

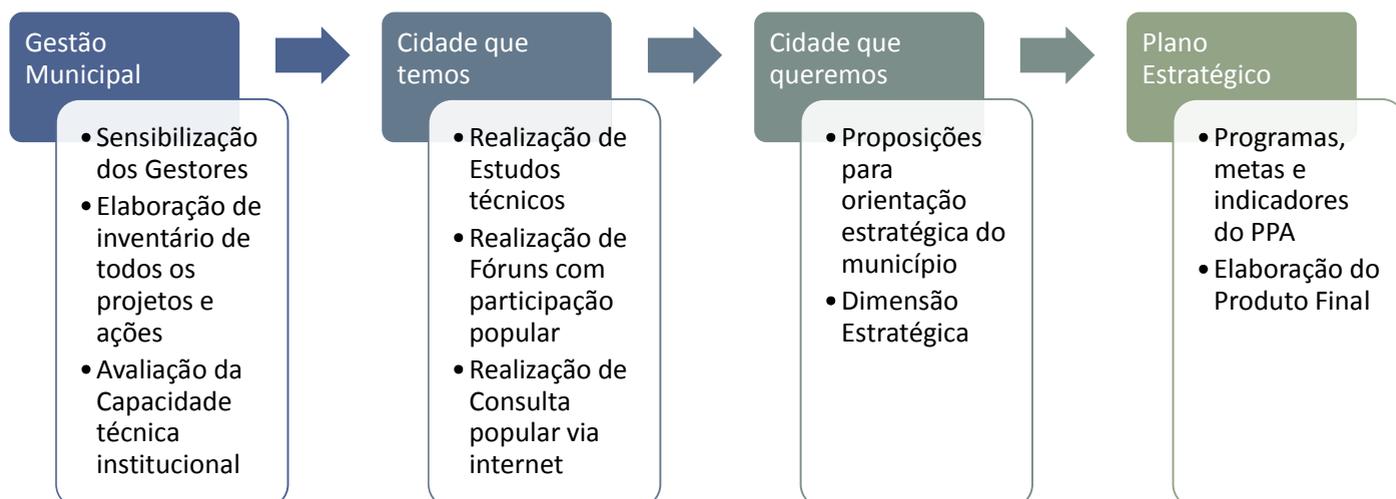


PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Fases e Etapas do Projeto

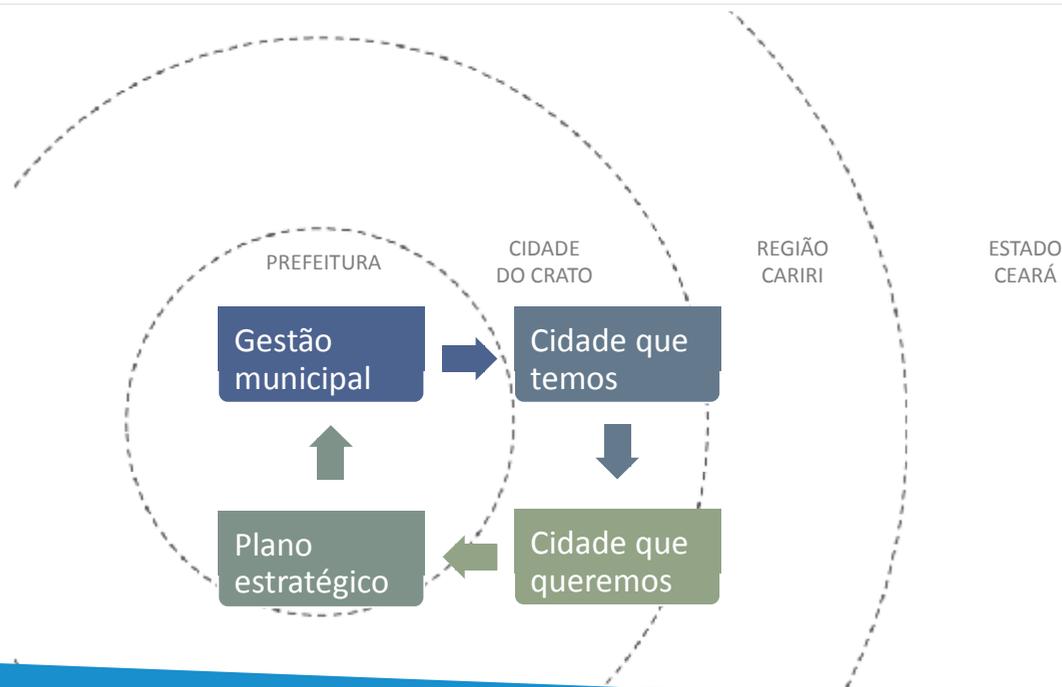


PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Abrangência do Projeto



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico Municipal e Regional

Fluxo dos Produtos



Objetivos do Planejamento



- Sensibilizar e **capacitar os gestores e técnicos** do processo de planejamento municipal;
- Fomentar uma **cultura de planejamento**;
- Criar mecanismos de medição de resultados, com **metas e indicadores**;
- Melhorar a **eficiência da gestão** pública municipal;
- Compatibilizar a **capacidade institucional com as demandas da sociedade** e oportunidades de investimento para o município;



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Objetivos do Planejamento



- Criar produtos, baseados em estudos técnicos, que sirvam de base para futuras ações;
- Estimular a participação social;
- Elaborar e apresentar o Plano Plurianual – PPA; e
- Compatibilizar os instrumentos de planejamento orçamentário (PPA, LDO, e LOA).



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

VISÃO DE FUTURO

Perspectivas para a Cidade

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Orientação Estratégica de Governo

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Dimensionamento da estrutura necessária para as Secretarias

PROGRAMAS E AÇÕES

Dimensão Tático-Operacional, com metas e indicadores de resultado



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

MANDATO 2017-2020

PPA 2018-2021

	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4
LDO	LDO	LDO	LDO	LDO
2017	2018	2019	2020	2021
LOA	LOA	LOA	LOA	LOA
2017	2018	2019	2020	2021



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Mobilização e Participação Social



• Entendendo a Mobilização e Participação Social:

- Mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados.
- A participação, em um processo de mobilização social, é ao mesmo tempo meta e meio. Por isso, não podemos falar da participação apenas como pressuposto, como condição intrínseca e essencial de um processo de mobilização. Ela de fato o é. Mas ela cresce em abrangência e profundidade ao longo do processo, o que faz destas duas qualidades (abrangência e profundidade) um resultado desejado e esperado.
- Comunicação - Para torna público e transparente o processo de elaboração do Plano Estratégico, foram definidas estratégias eficazes de comunicação pública, de amplo alcance, visando a sensibilização, conscientização e a mobilização dos cidadãos e atores envolvidos.



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

- O processo de participação social na construção do referido Plano está fundamentado no **Planejamento e Gestão Transdisciplinar do Ambiente e do Território**.
- O **Planejamento Estratégico Complexo** contempla a estratégia cognitiva, pedagógica, à construção participativa do planejamento, tendo como finalidade maior o intercâmbio de saberes entre os técnicos e a sociedade.
- A **Educação para a Sustentabilidade** articula: Educação Tecnológica (técnicas de planejamento participativo), a Educação Comunicativa (recursos de comunicação social) e a Educação para a Gestão (Capacitação de Técnicos e Gestores Públicos e Sociais em Gestão Compartilhada).
- A **Gestão Transdisciplinar** contempla a construção do Sistema de Governança, a partir da articulação das estruturas de gestão social existentes nas políticas públicas atuantes no território.



PREFEITURA DO
CRATO



**Planejamento Estratégico
Municipal e Regional**

Aplicação dos Princípios do Plano de Governo

- Democratização da gestão pública e participação popular;
- Desenvolvimento com sustentabilidade ambiental, social e cultural;
- Ética, humanização, gestão pública participativa e transparência; e
- Respeito a diversidade e promoção da inclusão.



PREFEITURA DO
CRATO



**Planejamento Estratégico
Municipal e Regional**

- Grupos Focais;
- Plano de Comunicação Social;
- Audiências Públicas;
- Fóruns Territoriais; e
- Ambiente Virtual de Participação Social.



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Grupos Focais LEITURA PRELIMINAR



CRATO QUE TEMOS:

“MUNICÍPIO com terceira qualidade de vida e nona economia do Estado, com forte tradições culturais e econômicas, que perdeu dinamismo ao longo das ultimas décadas, sem políticas efetivas de desenvolvimento econômico, com legislação desatualizada, além de desobedecida, como entrave _____”

CRATO QUE QUEREMOS:

“MUNICÍPIO que valoriza a cultura, com forte política de atração e desenvolvimento de negócios, gestão participativa e empoderamento da sociedade civil, pólo educacional, turístico e comercial, com mobilidade e ordenamento urbano sustentáveis”



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Plano de Comunicação Social

CRATO 21
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

- Notícias;
- Redes Sociais; e
- Identidade Visual.



PREFEITURA DO
CRATO



**Planejamento Estratégico
Municipal e Regional**

Audiências Públicas

CRATO 21
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

- Abertura;
- Apresentação da Metodologia Principal da Elaboração do Plano estratégico/PPA;
- Apresentação de Informações Técnicas Municipais; e
- Participação Popular Direta.

Publico Alvo: Prefeito, Secretários Municipais, População em Geral e Segmentos Representativos.



PREFEITURA DO
CRATO



**Planejamento Estratégico
Municipal e Regional**

- Princípios e etapas do Plano Plurianual-PPA;
- Leitura da realidade;
- Metodologias de planejamento participativo;
- Análise e proposições para alterar a realidade e
- Desenvolvimento do município.



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

- Será realizada uma oficina para cada um dos temas centrais no processo de elaboração do PPA, que terá a participação dos Consultores Técnico da empresa responsável pela respectiva área:
 - Desenvolvimento Econômico;
 - Infraestrutura Urbana; e
 - Infraestrutura de Suporte Humano.

Publico Alvo: População, lideranças e multiplicadores.



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Ambiente Virtual de Participação Social



Para a efetivação dessa estratégia, foi desenvolvido um website com conteúdo resumido e direcionado para a sociedade, contendo seções que permitam a maior participação popular.

Esse site, adaptado para o uso em smartphone e *tablets* que facilitará a implementação de novas metodologias como Living Labs (Laboratório Vivo), que buscam coletar e validar informações em conjunto com a sociedade civil.



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico Municipal e Regional

CRATO 21
PLANO PLURIANUAL 2016-2021



Bem-vindo Cidadão

Este é o sistema do Plano Plurianual Regionalizado
e Participativo da Prefeitura Municipal do

CRATO

Aqui você poderá dar suas sugestões sobre o planejamento de seu município.

O que é o planejamento participativo?

O planejamento participativo é um importante instrumento de complementação da democracia representativa, pois permite que o cidadão debata e defina os destinos de um município. Note, a população decide as prioridades de investimentos em obras e serviços a serem realizados a cada ano, com os recursos do orçamento da prefeitura. Além disso, ele estimula o exercício da cidadania, o compromisso da população com o bem público e a corresponsabilização entre governo e sociedade sobre a gestão do município.

O processo de elaboração participativa do PPA é
uma iniciativa do Plano Estratégico Municipal e Regional do Crato.

Mais informações: crato21@crato.ce.gov.br

INICIAR



Antes de enviar sua sugestão, entenda melhor o planejamento do seu município, para que possa fazer as escolhas corretas no próximo passo.

A Constituição Federal de 1988 seu artigo 165 estabelece a exigência da elaboração de um **Plano Plurianual Regionalizado e Participativo** para a definição de diretrizes, objetivos e metas da administração pública.

Quanto maior a participação popular no processo de planejamento, maiores serão os benefícios para a sociedade, vez que nesse sentido as prioridades regionais adquirem status de relevância, onde as informações obtidas e os subsídios alcançados para a priorização de políticas públicas setoriais regionalizadas, permitirão discussões e análises da realidade dos territórios locais.

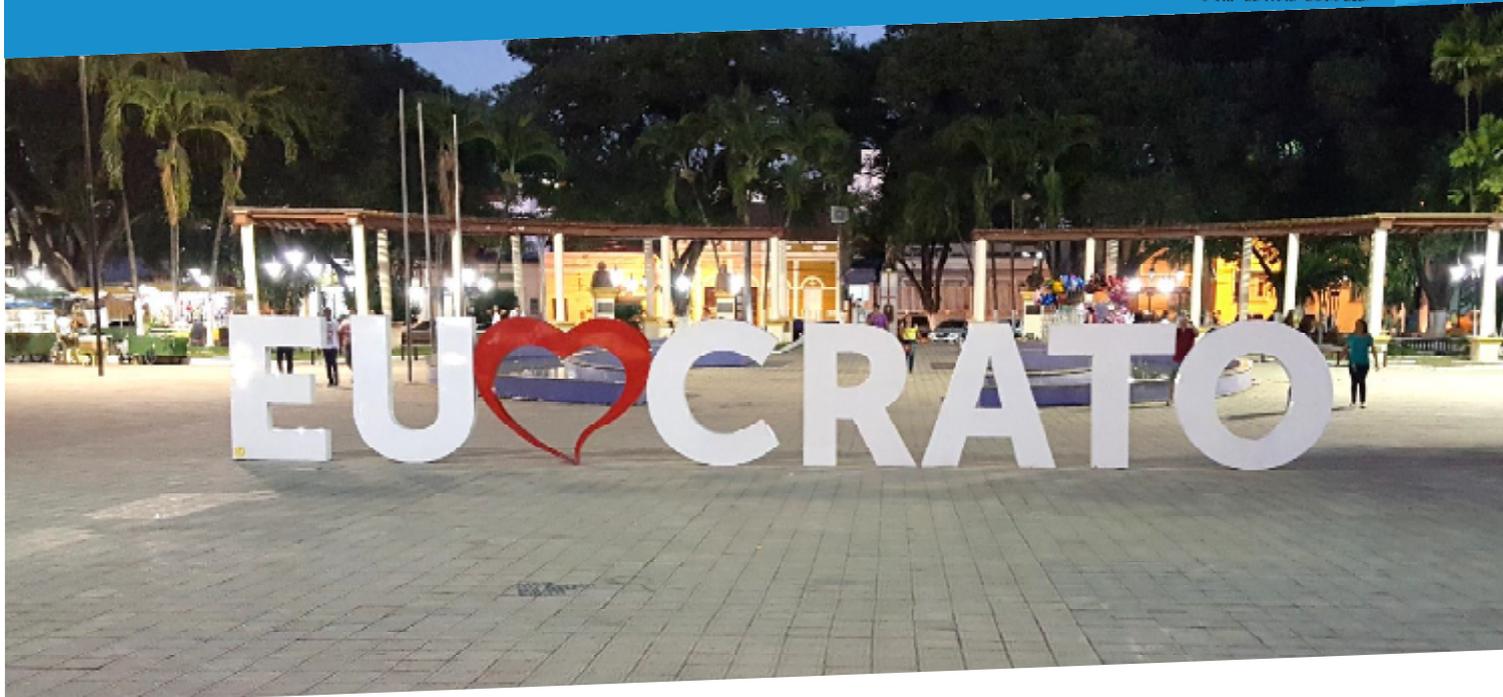
O modelo participativo de planejamento visa envolver a população em busca de torná-la partícipe da gestão, compartilhando as soluções e apontando prioridades. É importante que todos estejam conscientes de que as demandas deverão ser coletivas e as propostas pactuadas.

Para a participação popular a Administração Municipal disponibiliza à sociedade duas formas de acesso ao processo de elaboração do PPA.

1. Participação em Oficinas Regionais nas comunidades; e
2. Uma ferramenta eletrônica de consulta popular disponível do site da Prefeitura Municipal na internet.

Ao final do processo de participação popular, será possível a construção de um modelo de gestão que permita o monitoramento de forma democrática e territorializada para que todos possam acompanhar os avanços alcançados.

PRÓXIMO PASSO

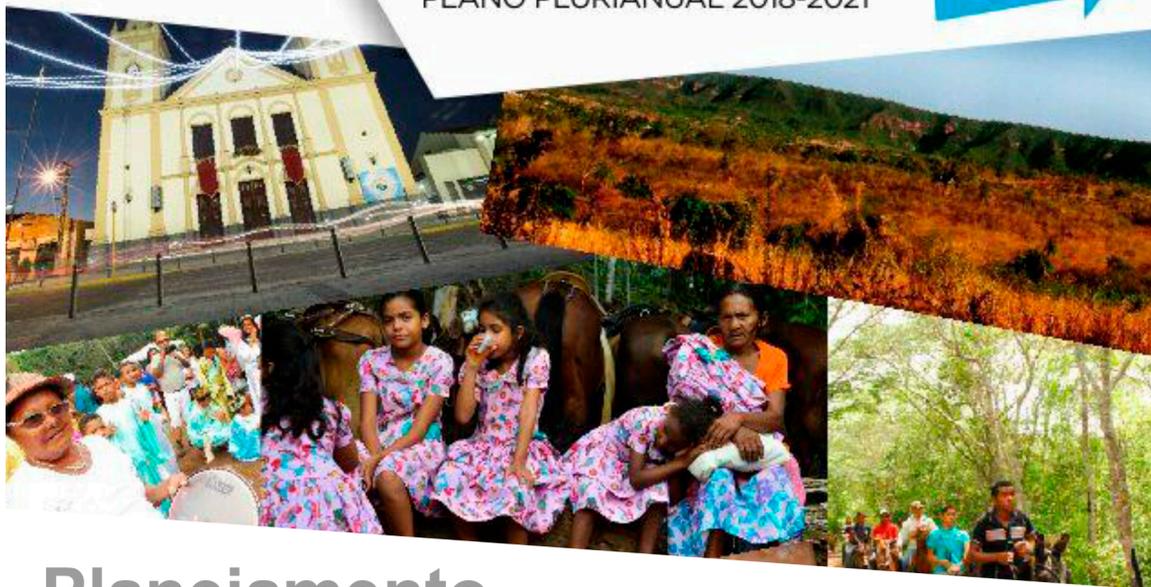


9.2. ANEXO Nº 02 – APRESENTAÇÃO UTILIZADA NOS EVENTOS PARTICIPATIVOS

CRATO

21

PLANO PLURIANUAL 2018-2021



Planejamento Estratégico Municipal e Regional



ETAPA :

Audiência Pública



PREFEITURA DO
CRATO



LAURO CHAVES NETO:

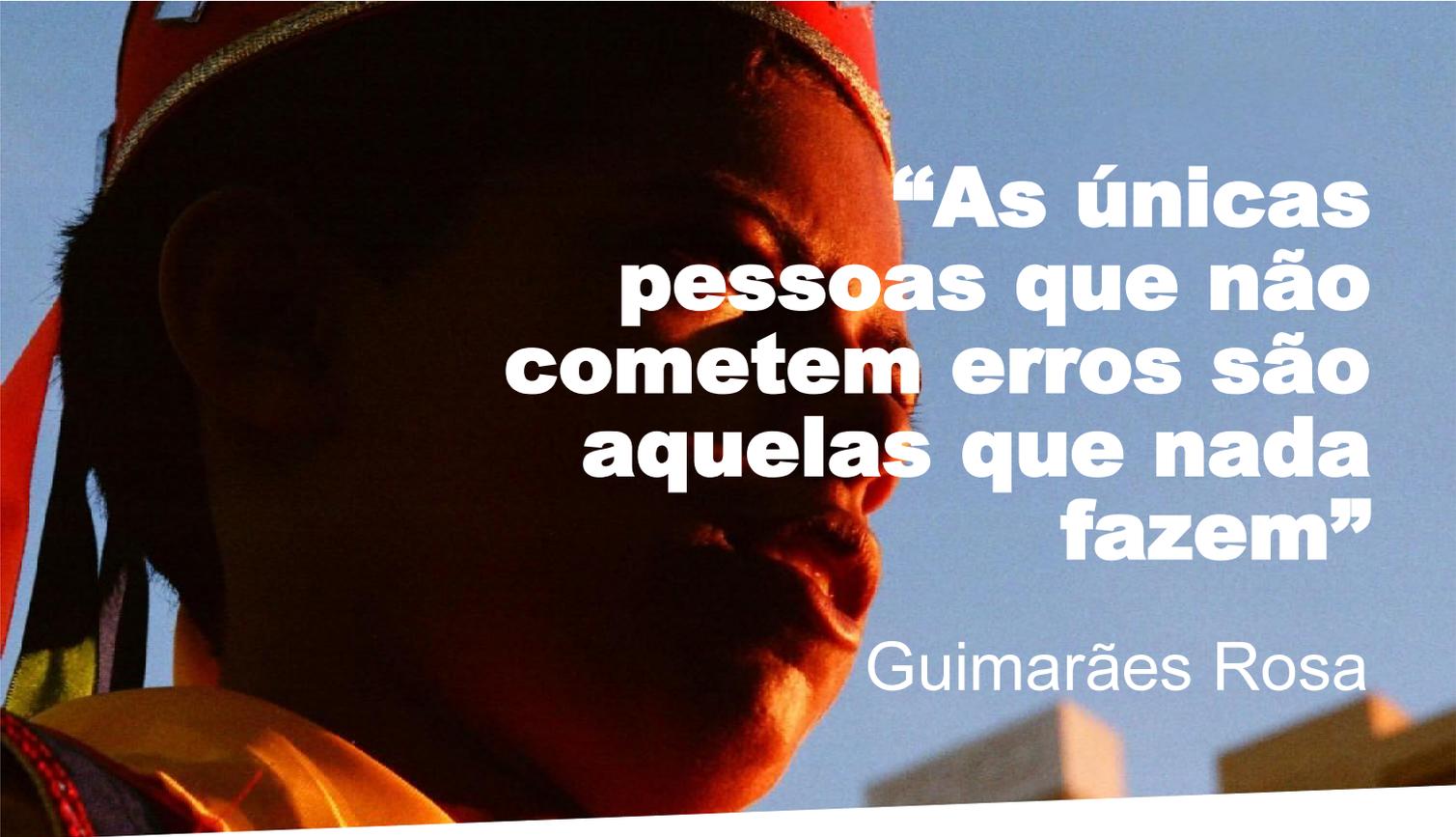
- Economista, Mestre em Administração e Doutor em Desenvolvimento Regional e Planejamento Territorial;
- Professor da UECE e Consultor;
- Mais de 25 anos de experiência em Estratégia e Finanças;
- Foi Presidente do Conselho Regional de Economia e do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças; e
- Experiência em Planejamento Municipal na Elaboração de mais de 20 Planos Diretores, sendo o responsável pelo Plano Estratégico.



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional



**“As únicas
pessoas que não
cometem erros são
aquelas que nada
fazem”**

Guimarães Rosa



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

CRATO: CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO



PREFEITURA DO
CRATO

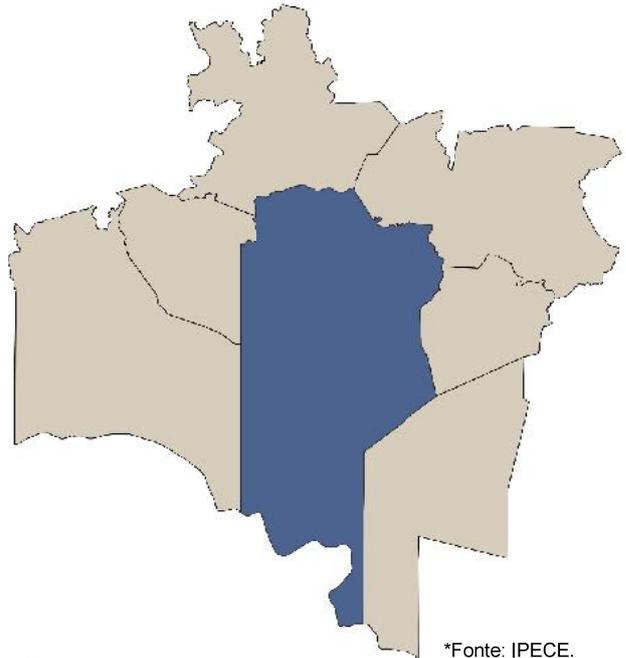


Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Caracterização do Município **CRATO** 21

PLANO PLURIANUAL 2019-2021

- **Área**
1013,76 km²
- **IDHM 2010**
0,713
- **Faixa do IDHM**
Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)
- **População (Censo 2010)**
121.428 hab.
- **Densidade demográfica**
119,81 hab/km²
- **Microrregião**
Cariri
- **Mesorregião**
Sul Cearense



*Fonte: IPECE.



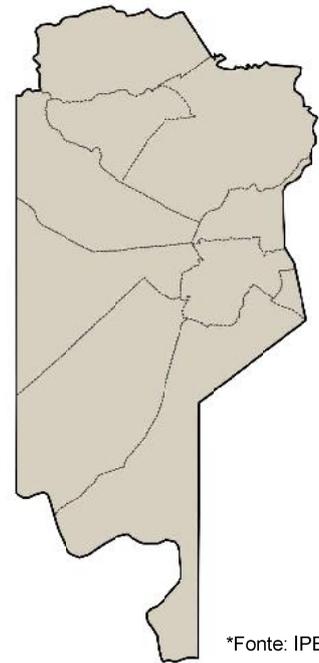
PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA:

1. Crato (sede)
2. Baixio das Palmeiras
3. Belmonte
4. Campo Alegre
5. Dom Quintino
6. Monte Alverne
7. Bela Vista
8. Ponta da Serra
9. Santa Fé
10. Santa Rosa



*Fonte: IPECE.

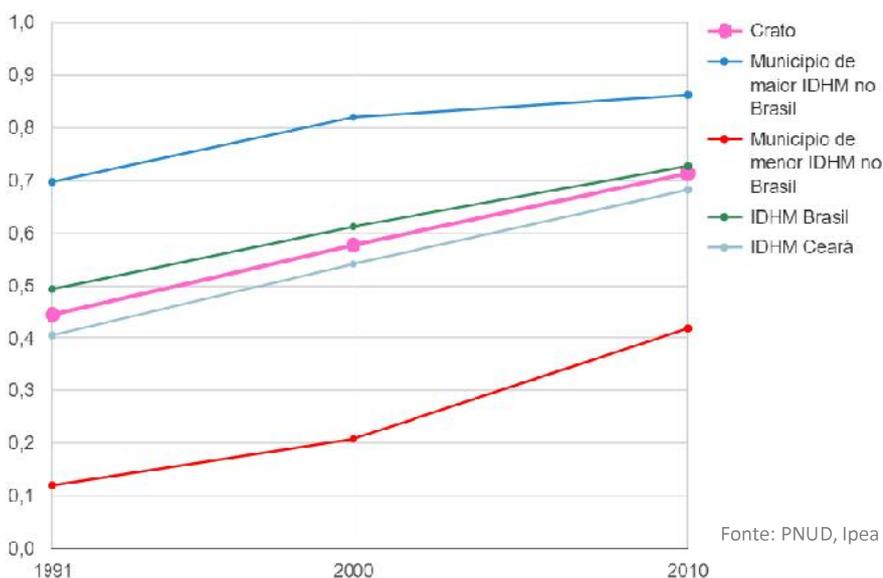


PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

EVOLUÇÃO DO IDHM 1991-2010



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

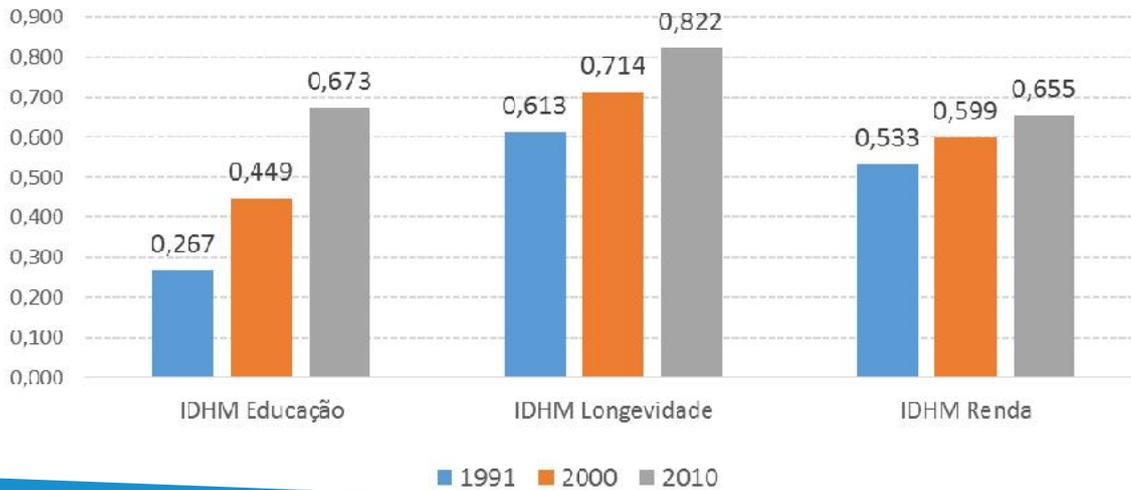


PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL E SEUS COMPONENTES



*Fonte: IPECE.

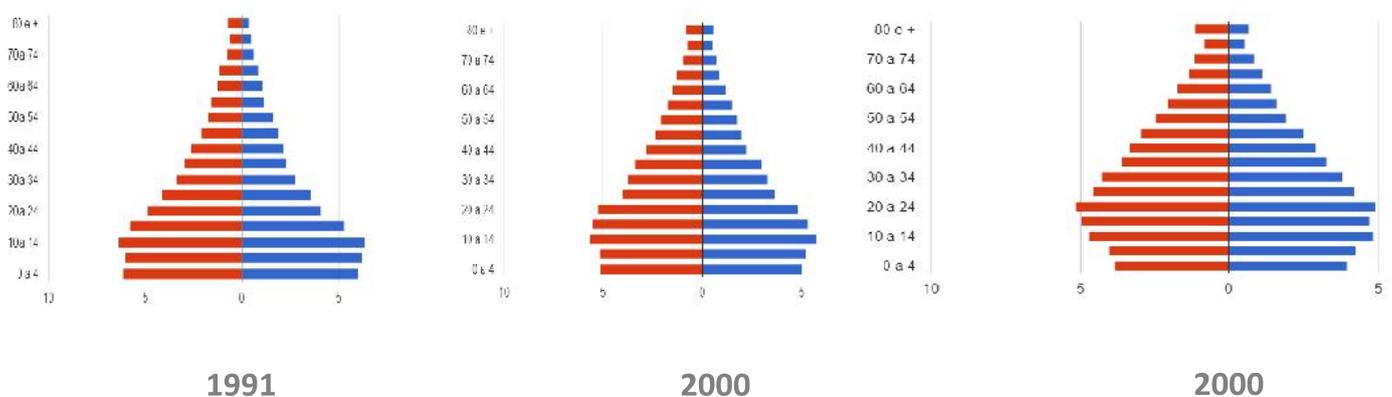


PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO 1991-2010: PIRÂMIDE ETÁRIA



*Fonte: IPECE.

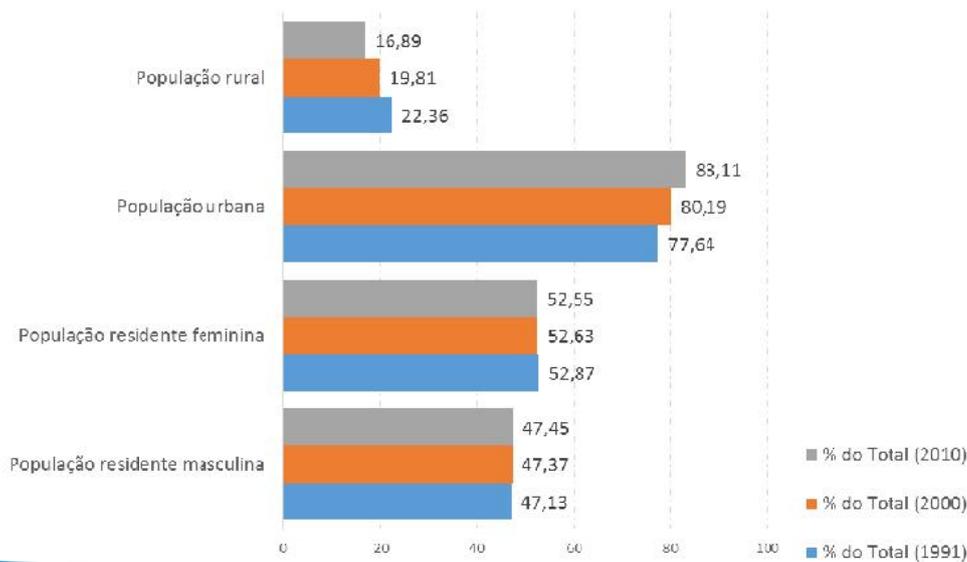


PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO 1991-2010

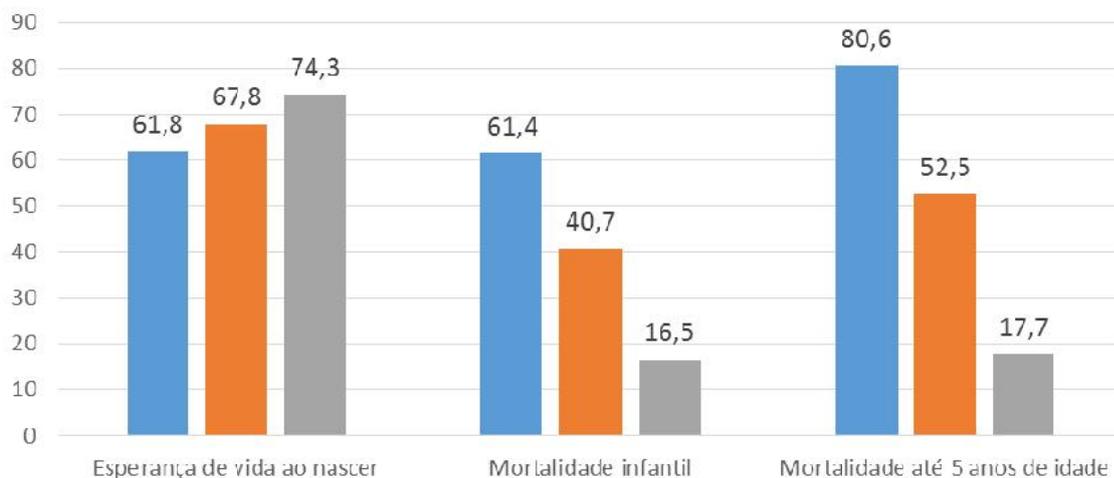


PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

■ 1991 ■ 2000 ■ 2010



PREFEITURA DO
CRATO

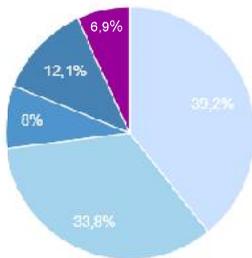


Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

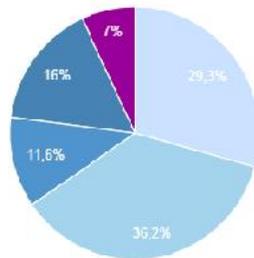
Caracterização do Município

EDUCAÇÃO

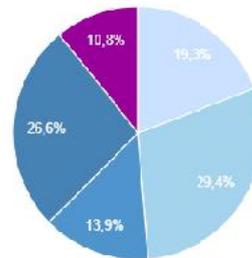
Escolaridade da população de 25 anos ou mais - 1991



Escolaridade da população de 25 anos ou mais - 2000



Escolaridade da população de 25 anos ou mais - 2010



- Fundamental incompleto
- Fundamental incompleto e alfabetizado
- Fundamental completo e médio incompleto
- Médio completo e superior incompleto
- Superior completo

Fonte: PNUD, Ipea e FJP



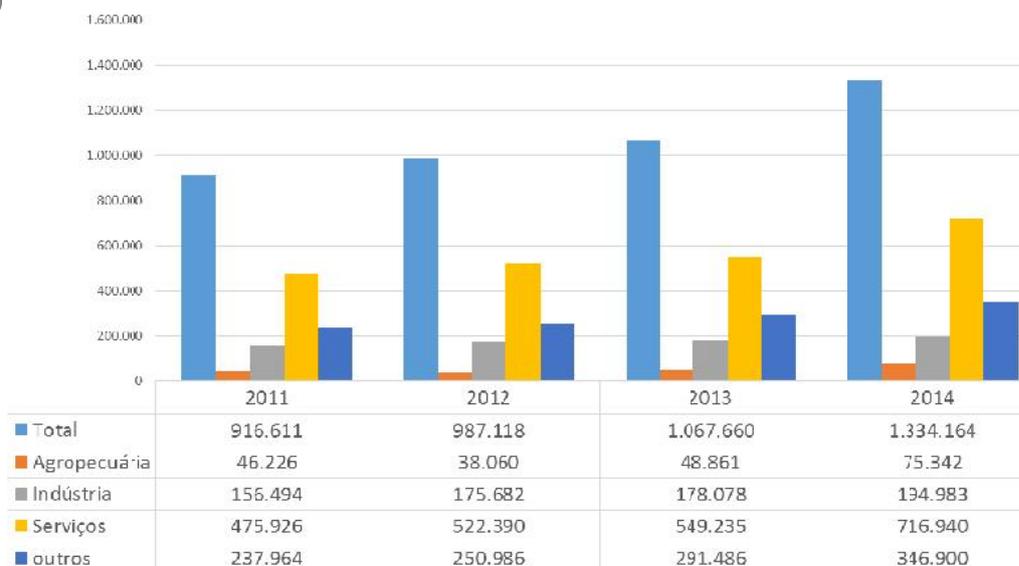
PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Caracterização do Município

EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO PIB, VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES (R\$ MIL)



Outros: Administração, saúde, educação públicas e seguridade social.

Fonte: IPECE, Anuário Estatístico do Ceará 2016



PREFEITURA DO
CRATO

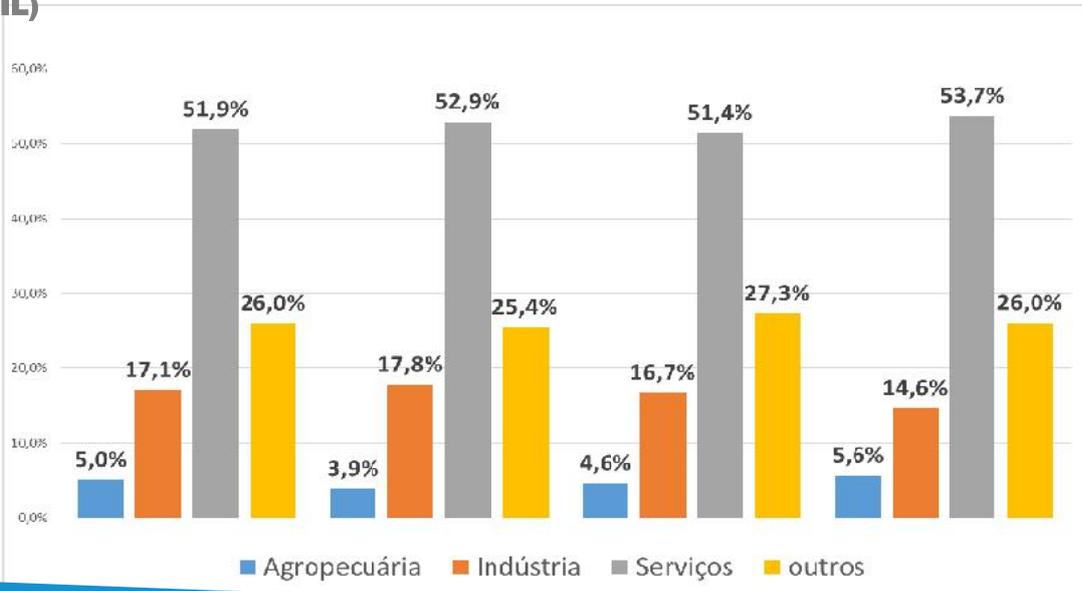


Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Caracterização do Município **CRATO 21**

PLANO PLURIANUAL 2018-2021

EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO PIB, VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES (R\$ MIL)



Outros: Administração, saúde, educação públicas e seguridade social.

Fonte: IPECE, Anuário Estatístico do Ceará 2016

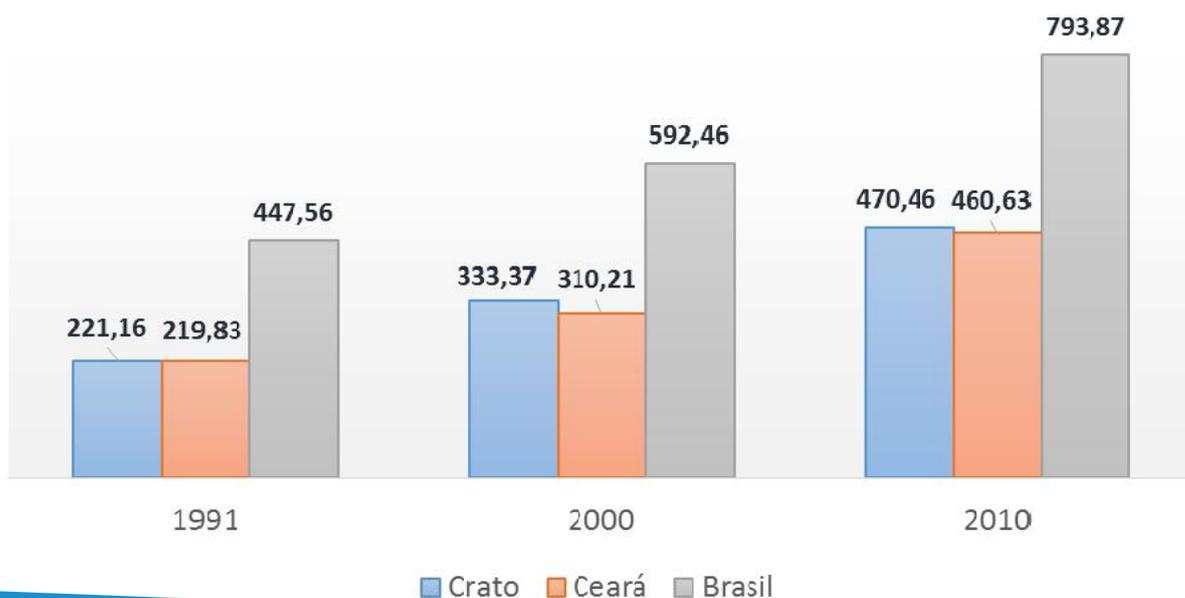


Planejamento Estratégico Municipal e Regional

Caracterização do Município **CRATO 21**

PLANO PLURIANUAL 2018-2021

EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPTA (R\$ MIL)



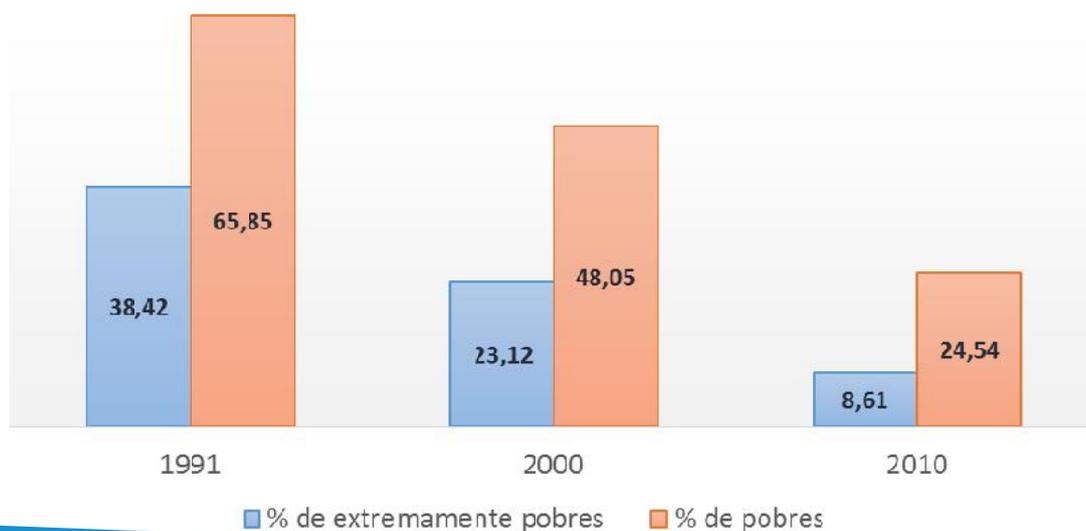
Fonte: PNUD, Ipea e FJP



Planejamento Estratégico Municipal e Regional

Caracterização do Município

POBREZA (EM %) 1991-2010



Fonte: PNUD, Ipea e FJP



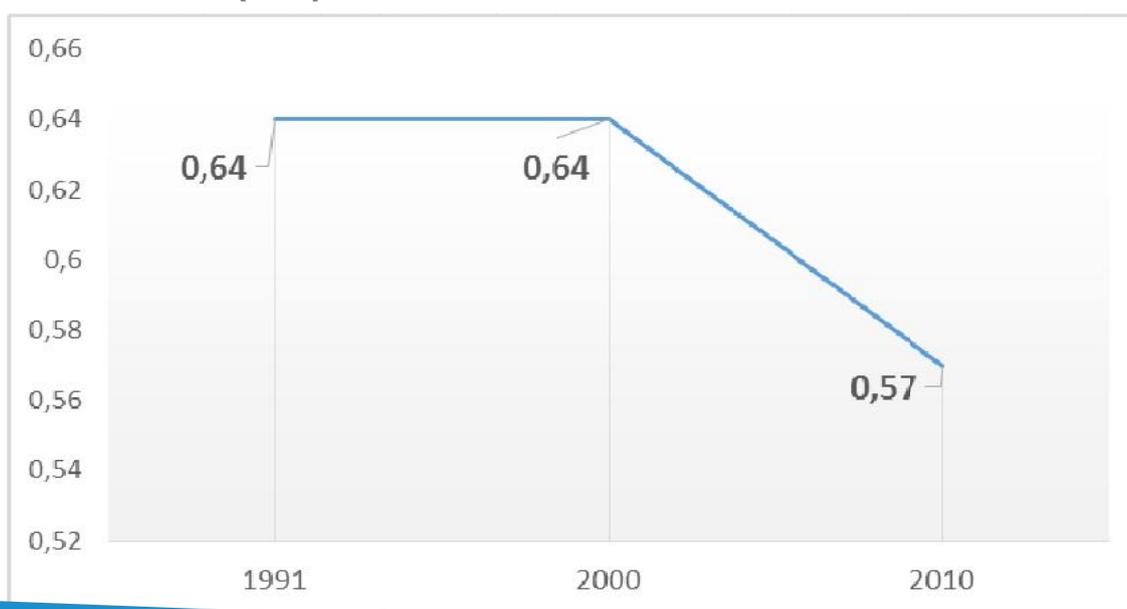
PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Caracterização do Município

DESIGUALDADE (GINI) 1991-2010



Fonte: PNUD, Ipea e FJP



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Caracterização do Município **CRATO** 21

PLANO PLURIANUAL 2018-2021

EMPRESAS ATIVAS CEARÁ 2015-2017

		2015	Crescimento 2015 a 2016	2016	Crescimento 2016 a 2017	Hoje	% Do Total
1	Fortaleza	243.228	10,44%	268.625	1,30%	272.114	45,28%
2	Juazeiro do Norte	19.012	11,32%	21.164	1,55%	21.491	3,58%
3	Caucaia	18.133	13,47%	20.575	1,89%	20.964	3,49%
4	Maracanaú	15.955	12,10%	17.931	1,25%	18.158	3,02%
5	Sobral	11.512	11,47%	12.832	1,52%	13.027	2,17%
6	Crato	7.229	9,67%	7.928	1,44%	8.042	1,34%
7	Eusébio	6.617	12,83%	7.466	1,27%	7.561	1,26%
8	Iguatu	6.331	9,51%	6.933	1,63%	7.046	1,17%
9	Maranguape	6.128	10,15%	6.787	1,15%	6.865	1,14%
10	Itapipoca	5.471	11,77%	6.115	1,93%	6.233	1,04%



PREFEITURA DO
CRATO

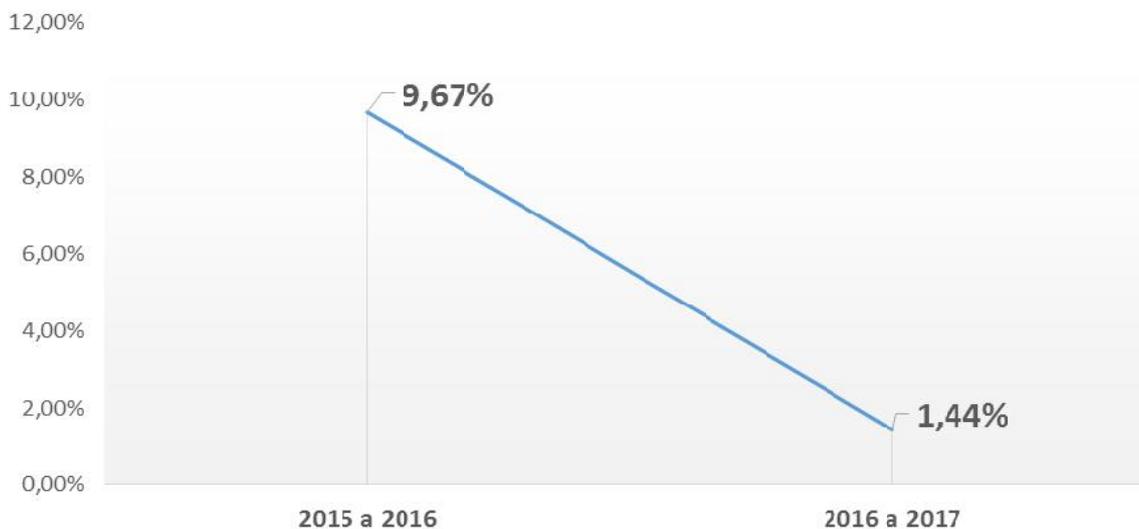


Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Caracterização do Município **CRATO** 21

PLANO PLURIANUAL 2018-2021

(%) DE CRESCIMENTO DO NÚMERO DE EMPRESAS ATIVAS 2015-2017



Fonte: EMPRESOMETRO



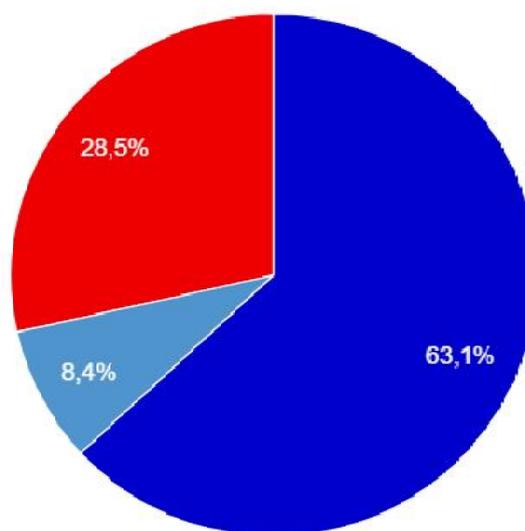
PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

(%) de Crescimento do Número de empresas ativas 2015-2017:

- População economicamente ativa ocupada
- População economicamente ativa desocupada
- População economicamente inativa



Fonte: PNUD, Ipea e FJP



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS

	2000	2010
Taxa de atividade	62,61	63,11
Taxa de desocupação	14,32	8,40
Grau de formalização dos ocupados	39,41	44,30
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo	45,81	63,12
% dos ocupados com médio completo	29,47	46,73
Rendimento médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m.	70,61	39,19
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m.	86,35	82,67
% dos ocupados com rendimento de até 5 s.m.	94,74	94,47

Fonte: PNUD, Ipea e FJP



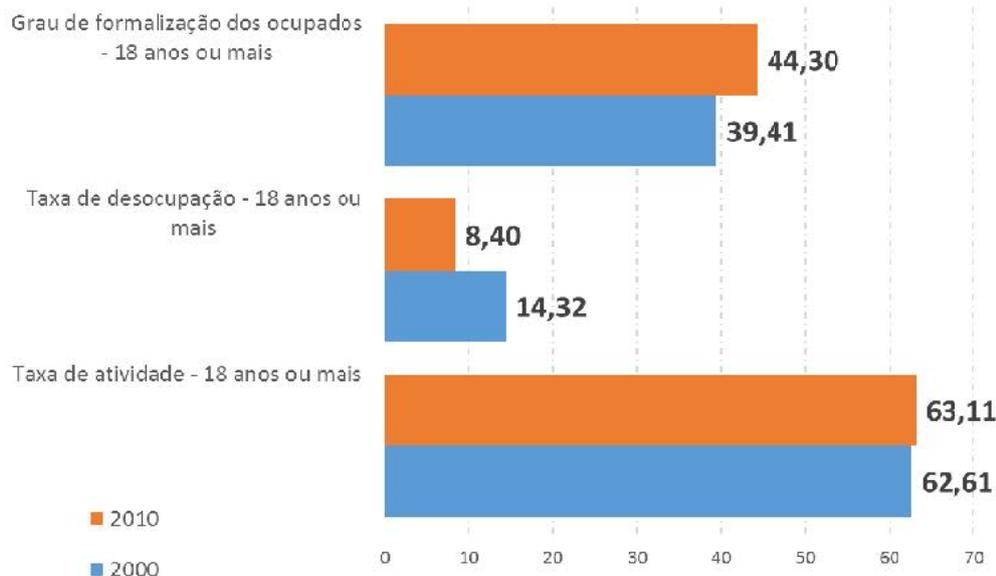
PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Caracterização do Município

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS



Fonte: PNUD, Ipea e FJP



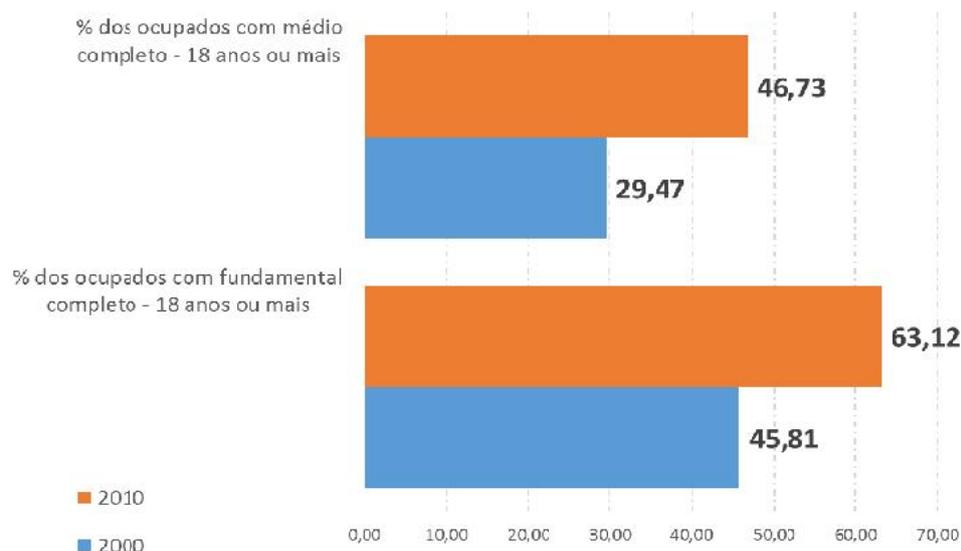
PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Caracterização do Município

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS - NÍVEL EDUCACIONAL DOS OCUPADOS



Fonte: PNUD, Ipea e FJP



PREFEITURA DO
CRATO

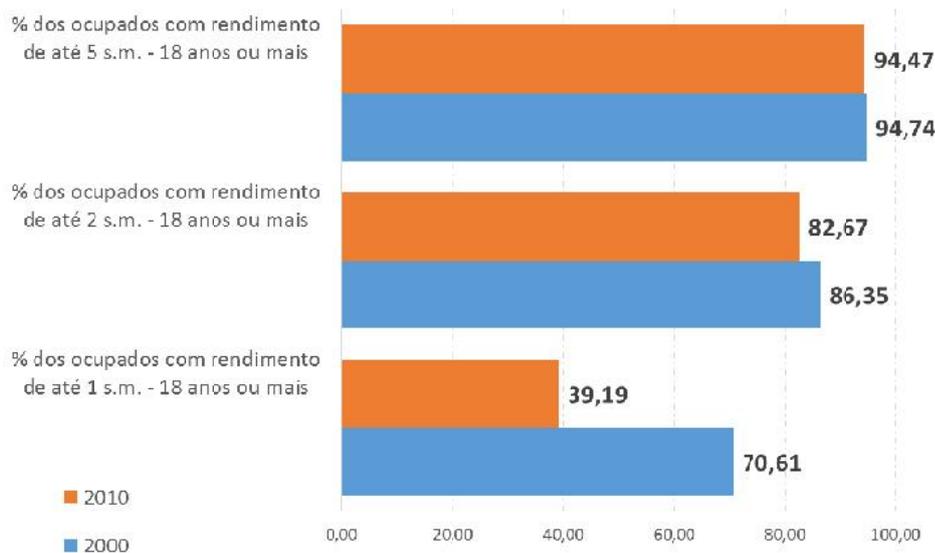


Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Caracterização do Município

CRATO 21
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS - RENDIMENTO MÉDIO



Fonte: PNUD, Ipea e FJP



PREFEITURA DO
CRATO

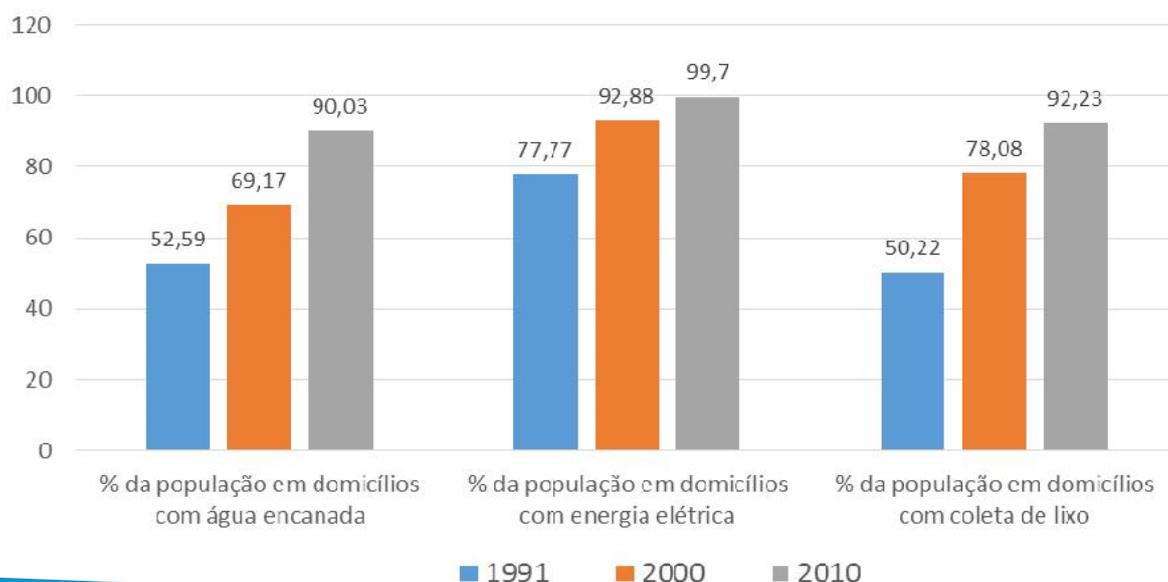


Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Caracterização do Município

CRATO 21
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS - INDICADORES DE HABITAÇÃO



Fonte: PNUD, Ipea e FJP



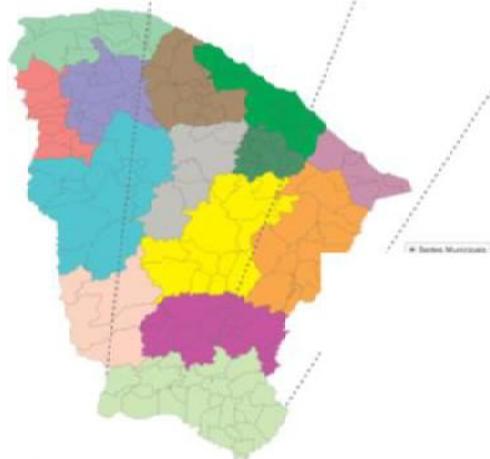
PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

VISÃO REGIONAL

CARIRI



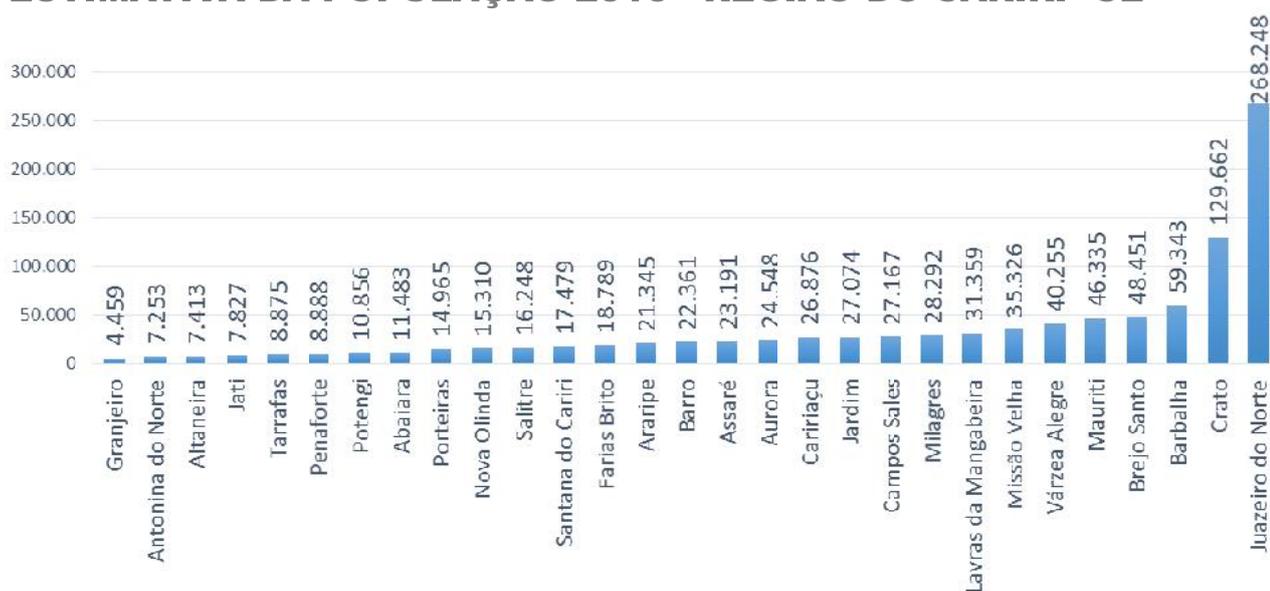
PREFEITURA DO
CRATO



**Planejamento Estratégico
Municipal e Regional**

Caracterização Regional

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO 2016 - REGIÃO DO CARIRI- CE



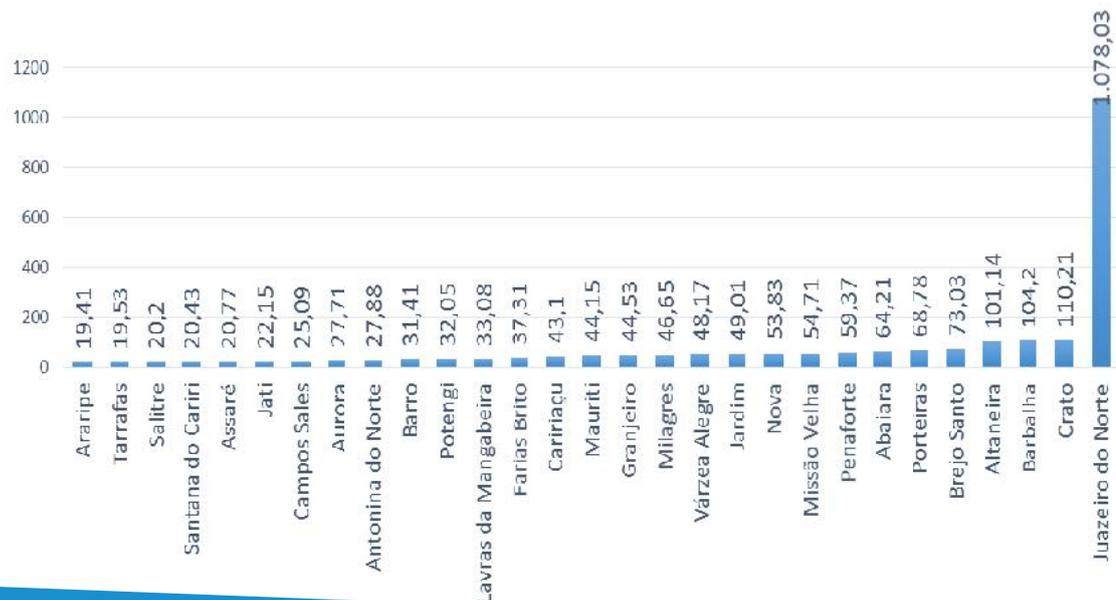
PREFEITURA DO
CRATO



**Planejamento Estratégico
Municipal e Regional**

Caracterização Regional

DENSIDADE DEMOGRÁFICA 2016 - REGIÃO DO CARIRI- CE



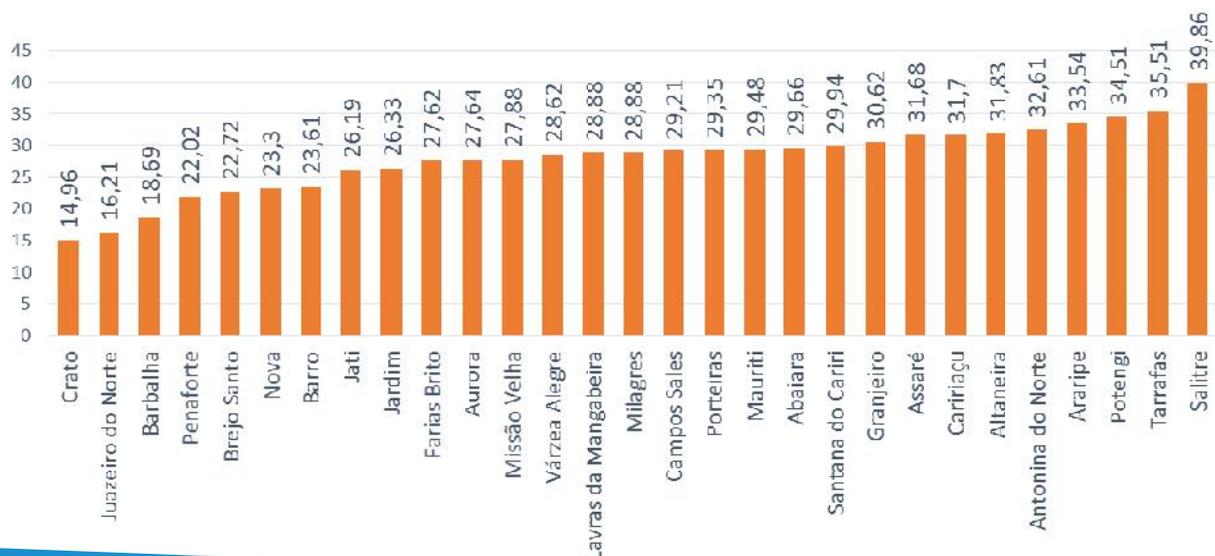
PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Caracterização Regional

TAXA DE ANALFABETISMO DE 15 ANOS OU MAIS (%) - 2010 - REGIÃO DO CARIRI - CE



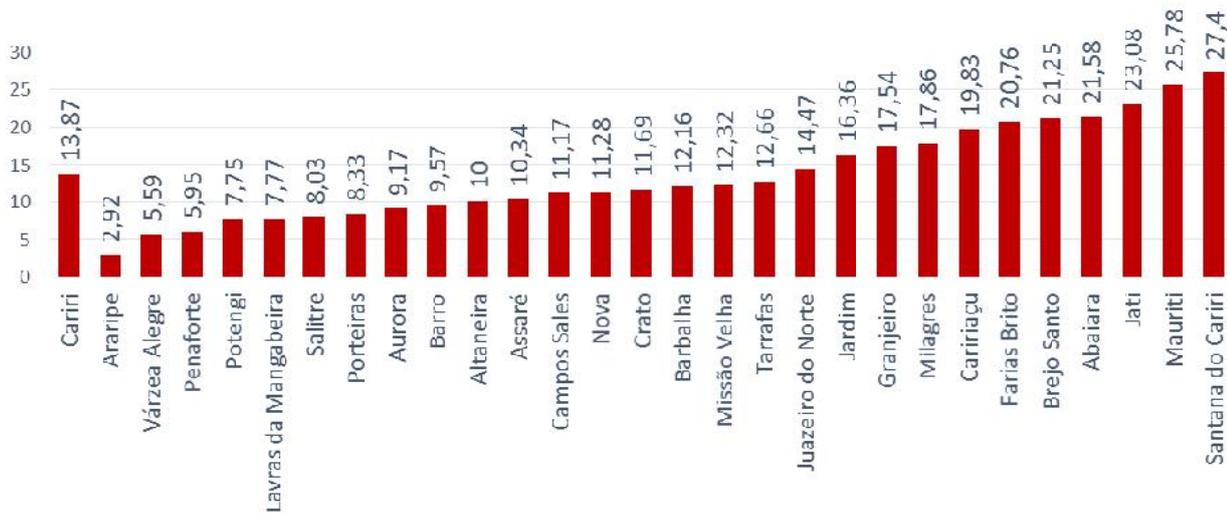
PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Caracterização Regional

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL POR MIL NASCIDOS VIVOS (%) - 2015 - REGIÃO DO CARIRI- CE



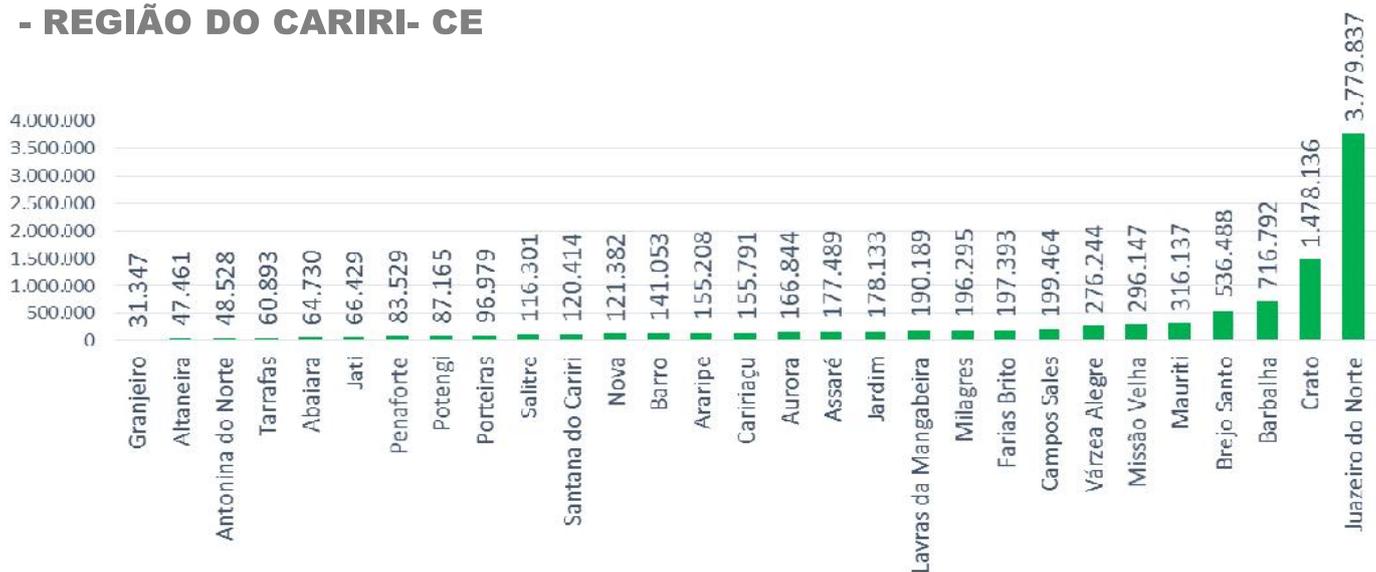
PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Caracterização Regional

PRODUTO INTERNO BRUTO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS 2014 - REGIÃO DO CARIRI- CE

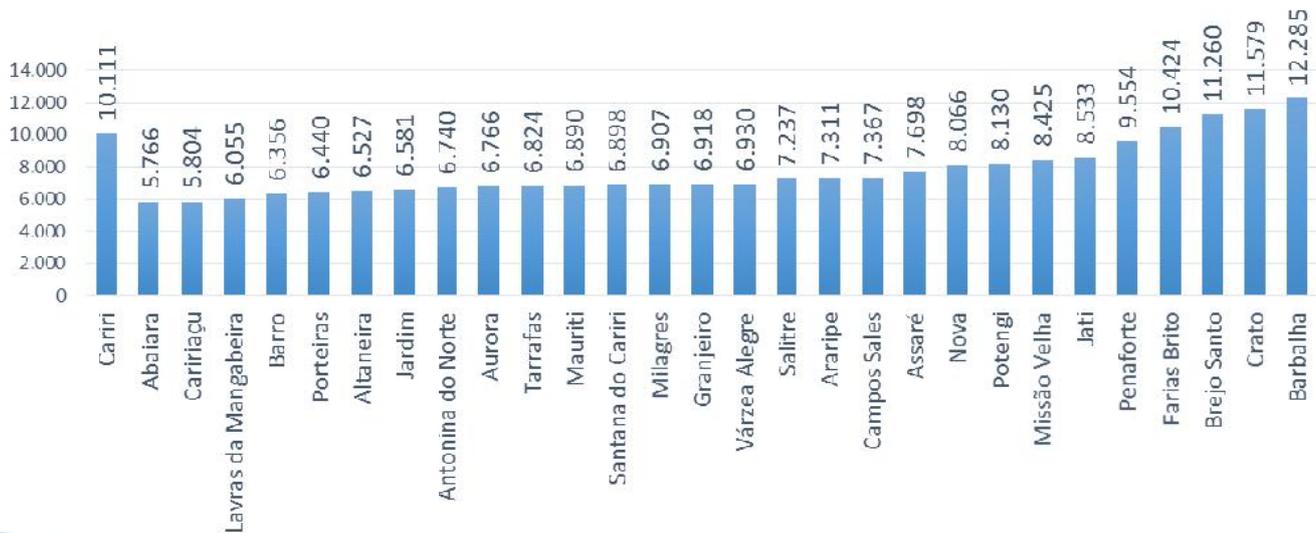


PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

PIB PER CAPITA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS 2014 - REGIÃO DO CARIRI - CE

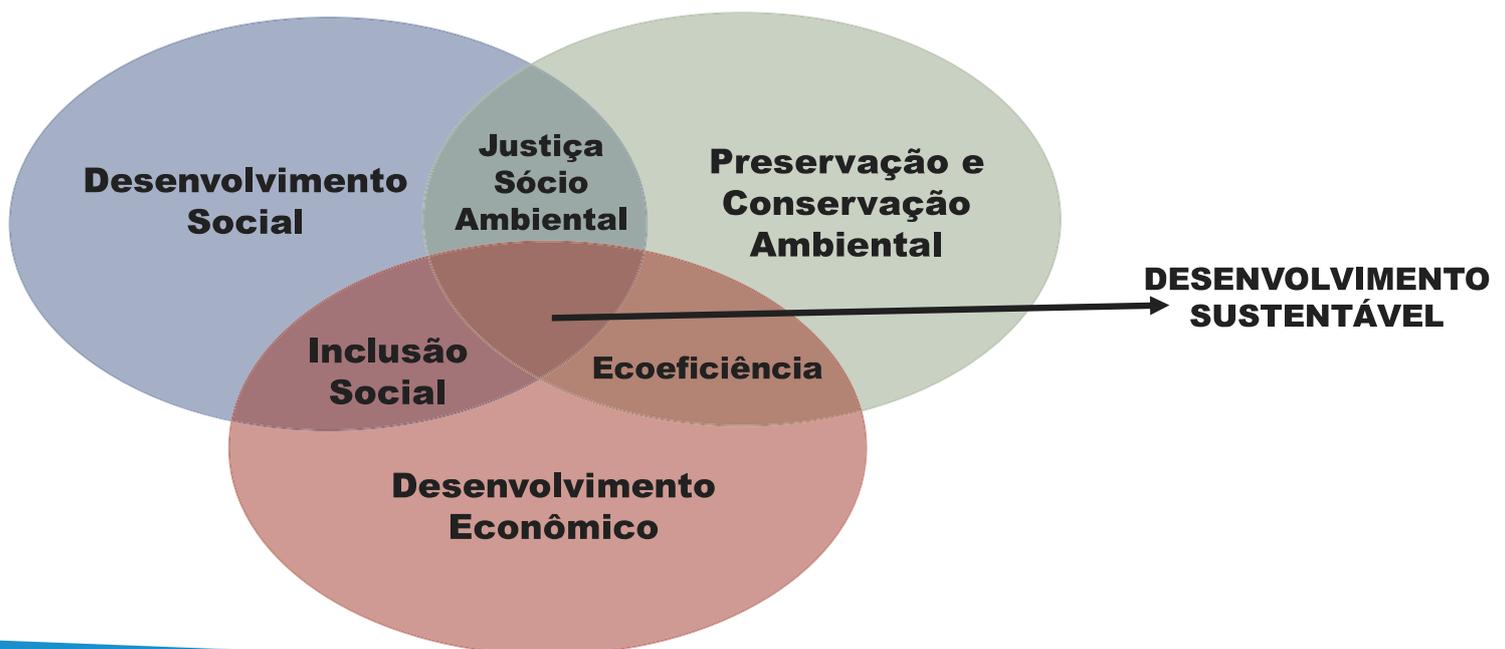


PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

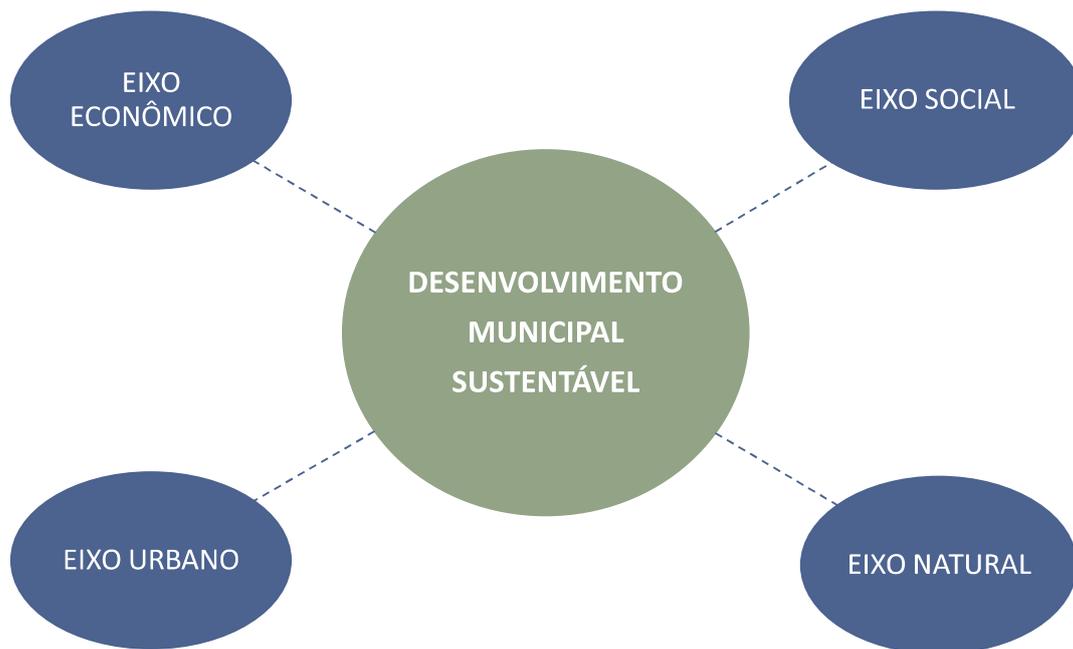
Desenvolvimento Sustentável



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional



PREFEITURA DO **CRATO**



Planejamento Estratégico Municipal e Regional

O que seria o Desenvolvimento Sustentável do Crato?

Mobilidade Urbana	Acessibilidade	Saneamento
Trabalho	Ordenamento	Saúde Universalizada
Valorização da Cultura	Tratamento Resíduos	Biodiversidade
Desenvolvimento do Turismo	Esporte	Educação Integral
Moradia		



PREFEITURA DO **CRATO**



Planejamento Estratégico Municipal e Regional



Foto: Allan Bastos



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

CRATO QUE TEMOS: **CRATO 21**

PLANO PLURIANUAL 2018-2021

“MUNICÍPIO com terceira qualidade de vida e nona economia do estado, com forte tradições culturais e econômicas, que perdeu dinamismo ao longo das ultimas décadas, sem políticas efetivas de desenvolvimento econômico, com legislação desatualizada, além de desobedecida, como entrave_____”



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

“MUNICÍPIO que valoriza a cultura, com forte política de atração e desenvolvimento de negócios, gestão participativa e empoderamento da sociedade civil, pólo educacional, turístico e comercial, com mobilidade e ordenamento urbano sustentáveis”

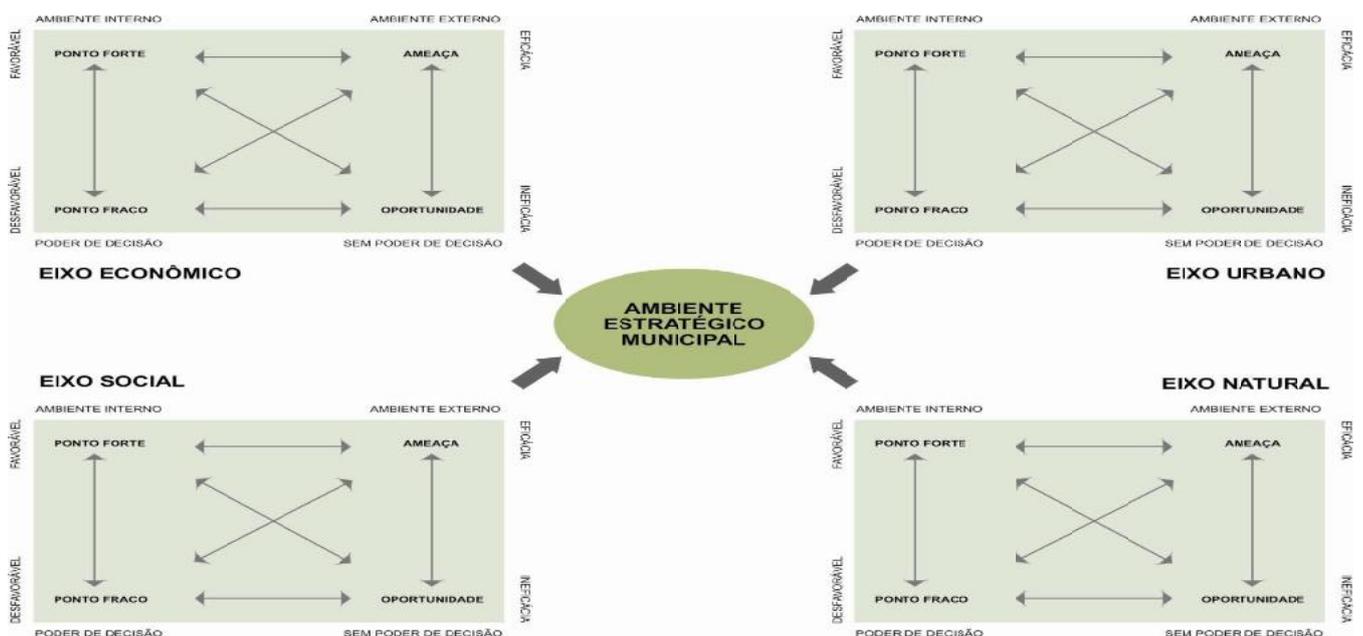


PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico Municipal e Regional

Crato 2021



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico Municipal e Regional

Pontos Positivos:

Localização geográfica	Comércio sólido	Sistema S
Matriz energética	Potencial turístico	Vias de acesso
Recursos naturais	Centro de Convenções	Sentimento de pertencimento
Tradições populares	Pólo Educacional	
MO qualificada em alguns setores	Qualidade de vida	
Centro comercial	Renda	
Potencial da chapada	Equipamentos de saúde	



PREFEITURA DO
CRATO



**Planejamento Estratégico
Municipal e Regional**

Oportunidade de Melhorias:

Falta de MO qualificada	Desordenamento urbano	
Baixa auto estima da população	Falta de espírito empreendedor	
Falta de política de atração de investimentos	Favelização	
Potencial turístico pouco explorado	Baixa inserção metropolitana	
Deficiência na capacidade de Gestão Pública e Privada	Saneamento	



PREFEITURA DO
CRATO



**Planejamento Estratégico
Municipal e Regional**

DIVISÃO	ATIVIDADES ATUAIS	ATIVIDADES POTENCIAIS
Crato (sede)		
Baixio das Palmeiras		
Belmonte		
Campo Alegre		
Dom Quintino		
Monte Alverne		
Bela Vista		
Ponta da Serra		
Santa Fé		
Santa Rosa		



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional



EIXOS X OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Princípios a serem seguidos

CRATO 21
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

ÉTICA,
HUMANIZAÇÃO,
GESTÃO PÚBLICA
PARTICIPATIVA E
TRANSPARÊNCIA
ADMINISTRATIVA

DEMOCRATIZAÇÃO
DA GESTÃO
PÚBLICA E
PARTICIPAÇÃO
POPULAR

**CRATO 2021
PRINCÍPIOS**

RESPEITO A
DIVERSIDADE E
PROMOÇÃO DA
INCLUSÃO

DESENVOLVIMENTO
COM
SUSTENTABILIDADE
AMBIENTAL, SOCIAL
E CULTURAL



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Bases Estratégicas

CRATO 21
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

BASE NATURAL

BASE SOCIAL

**CRATO 2021
SUSTENTÁVEL**

BASE URBANA

BASE ECONÔMICA



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Eixos Estratégicos

BASE NATURAL

SUGESTÕES / CONTRIBUIÇÕES PARA O PPA CRATO 21:



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Eixos Estratégicos

BASE SOCIAL

SUGESTÕES / CONTRIBUIÇÕES PARA O PPA CRATO 21:



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Eixos Estratégicos

BASE ECONÔMICA

SUGESTÕES / CONTRIBUIÇÕES PARA O PPA CRATO 21:



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Eixos Estratégicos

BASE URBANA

SUGESTÕES / CONTRIBUIÇÕES PARA O PPA CRATO 21:



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional



OBRIGADO!

LAURO CHAVES NETO:

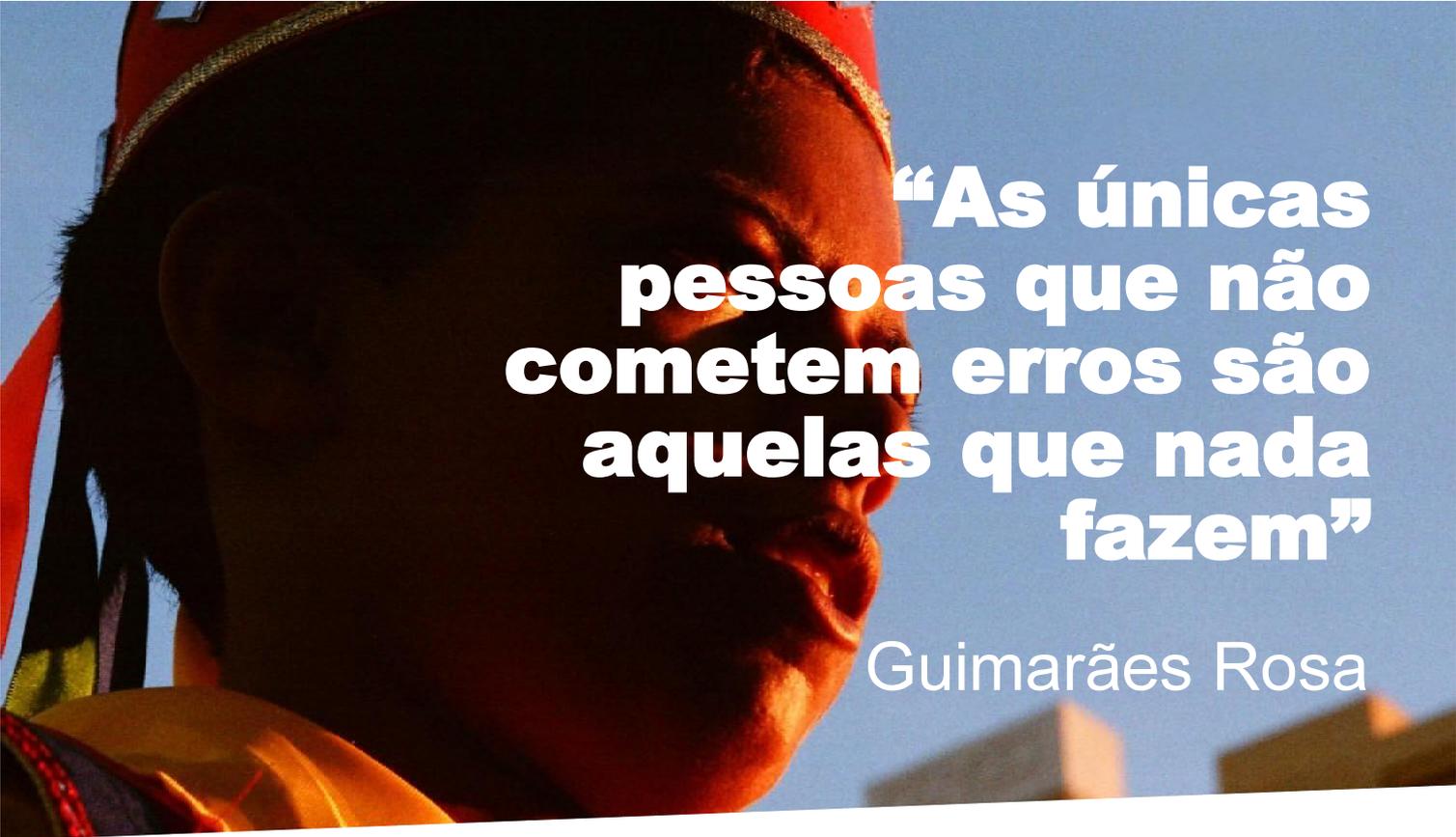
- Economista, Mestre em Administração e Doutor em Desenvolvimento Regional e Planejamento Territorial;
- Professor da UECE e Consultor;
- Mais de 25 anos de experiência em Estratégia e Finanças;
- Foi Presidente do Conselho Regional de Economia e do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças; e
- Experiência em Planejamento Municipal na Elaboração de mais de 20 Planos Diretores, sendo o responsável pelo Plano Estratégico.



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional



**“As únicas
pessoas que não
cometem erros são
aquelas que nada
fazem”**

Guimarães Rosa



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

CRATO: CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO



PREFEITURA DO
CRATO

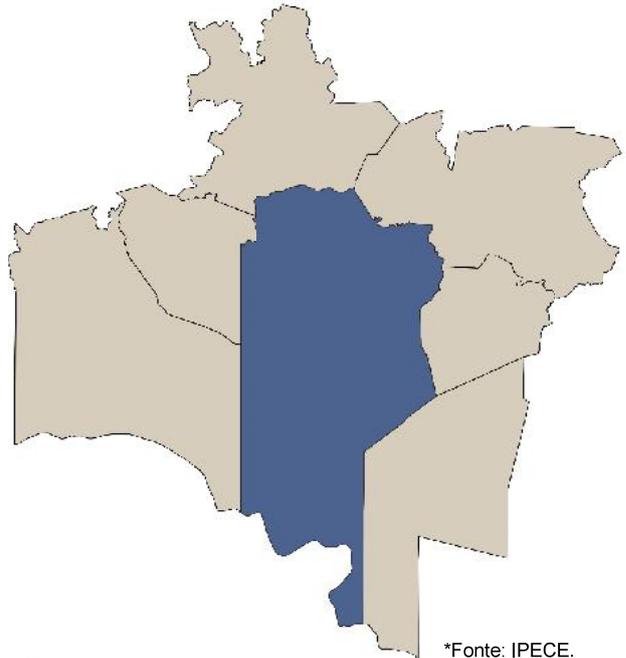


Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Caracterização do Município **CRATO** 21

PLANO PLURIANUAL 2019-2021

- **Área**
1013,76 km²
- **IDHM 2010**
0,713
- **Faixa do IDHM**
Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)
- **População (Censo 2010)**
121.428 hab.
- **Densidade demográfica**
119,81 hab/km²
- **Microrregião**
Cariri
- **Mesorregião**
Sul Cearense



*Fonte: IPECE.



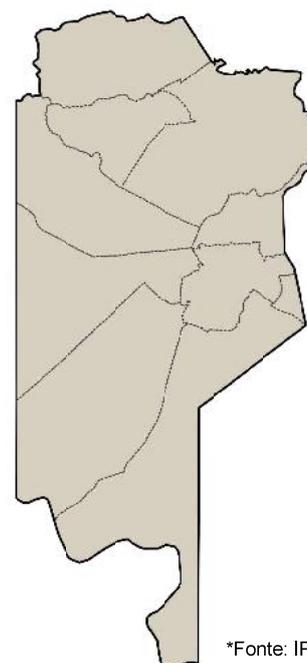
PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA:

1. Crato (sede)
2. Baixio das Palmeiras
3. Belmonte
4. Campo Alegre
5. Dom Quintino
6. Monte Alverne
7. Bela Vista
8. Ponta da Serra
9. Santa Fé
10. Santa Rosa



*Fonte: IPECE.



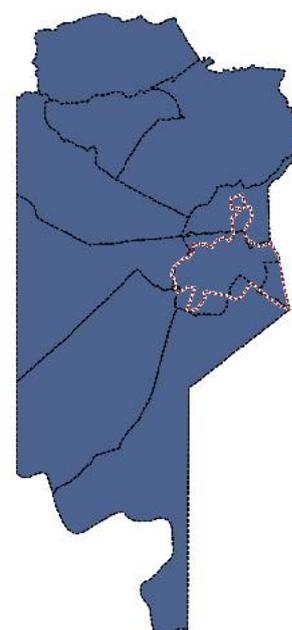
PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Área Urbana

- Área Urbana comporta quase a totalidade do Distrito-Sede e do Distrito de Santa Rosa e parcialmente o Distrito de Bela vista;
- Expansão da área urbana em direção a Juazeiro e Barbalha (CRAJUBAR);
- Ocupação com adensamento heterogêneo, com área central do Distrito-Sede apresentando maior ocupação;
- Polarização da Sede.



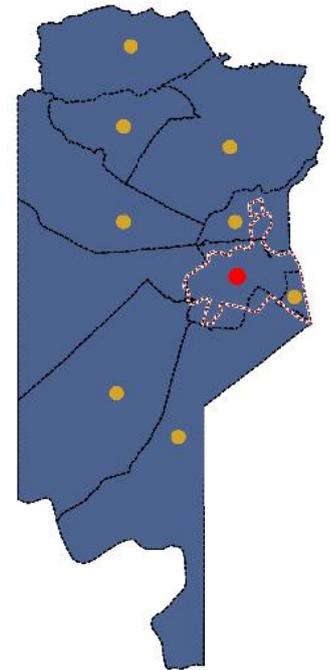
PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

PROBLEMATICAS

- Rede de Saneamento Básico;
- Rede de Drenagem;
- Iluminação Pública;
- Mobilidade Urbana;
- Conexão com os demais distritos.



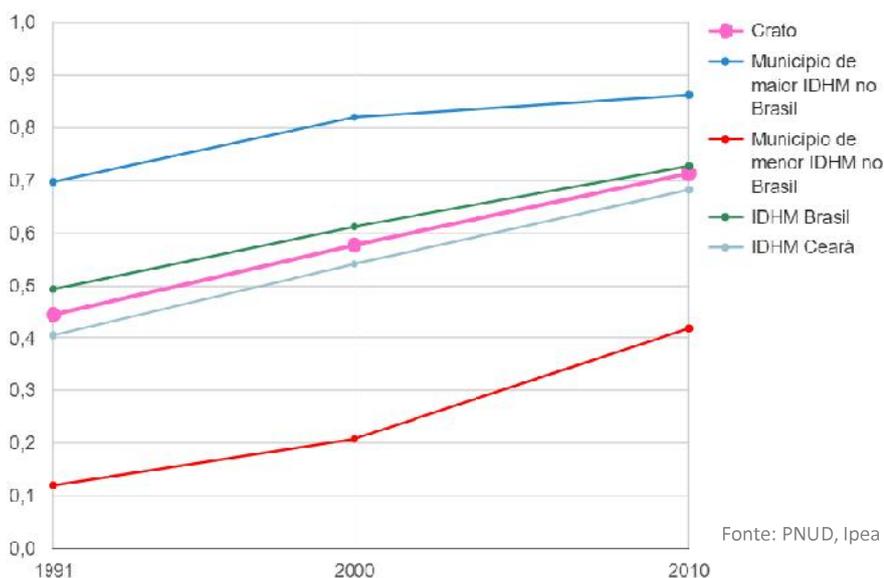
PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Caracterização do Município **CRATO 21**

EVOLUÇÃO DO IDHM 1991-2010



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

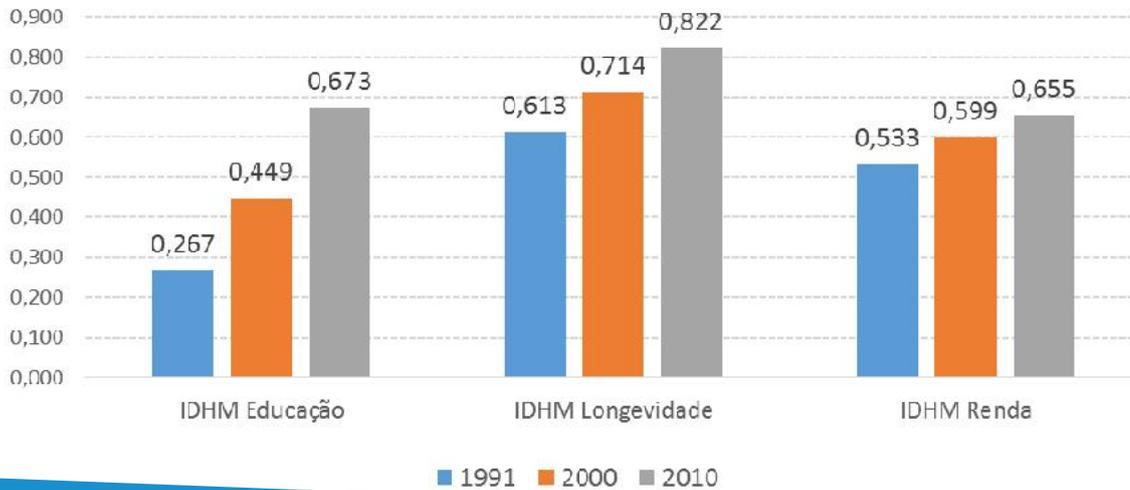


PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL E SEUS COMPONENTES



*Fonte: IPECE.

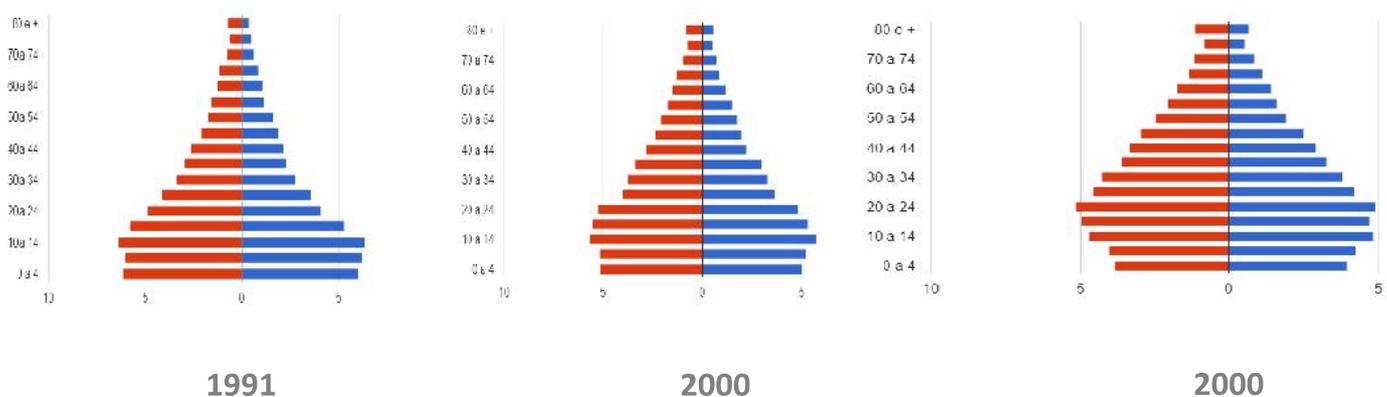


PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO 1991-2010: PIRÂMIDE ETÁRIA



*Fonte: IPECE.

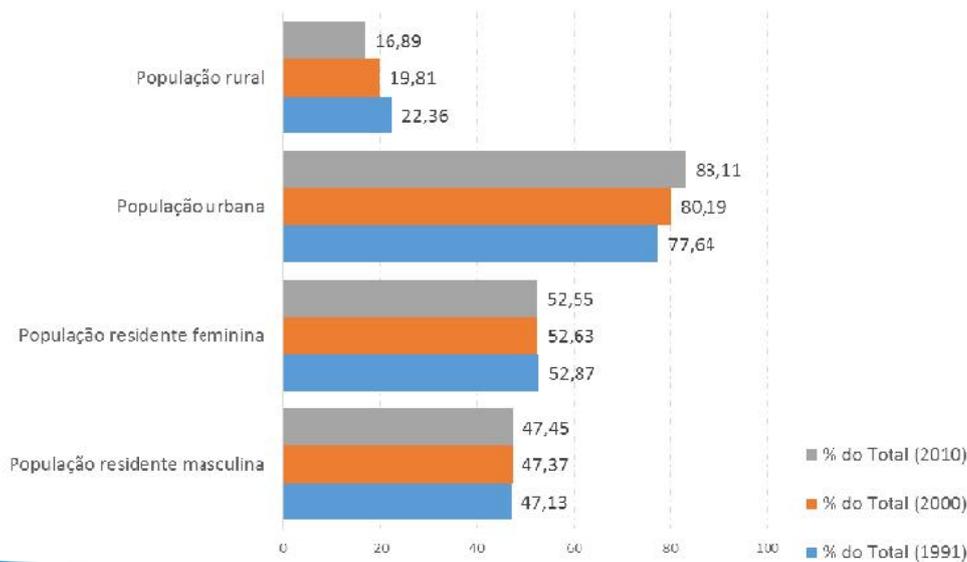


PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO 1991-2010

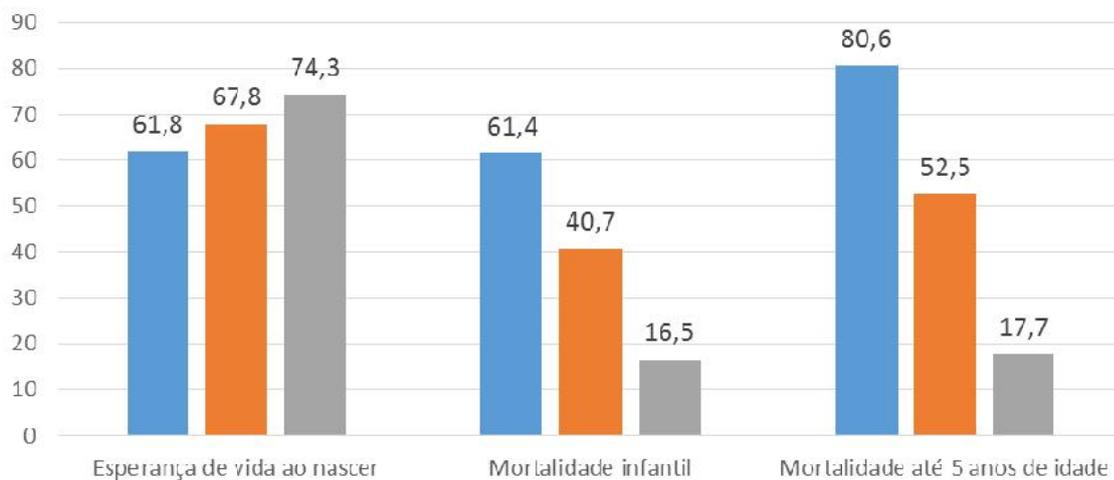


PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

■ 1991 ■ 2000 ■ 2010



PREFEITURA DO
CRATO

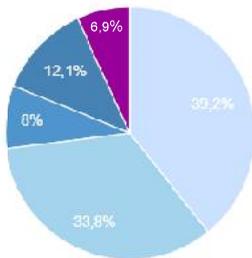


Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

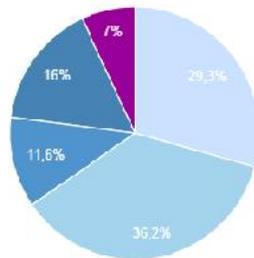
Caracterização do Município

EDUCAÇÃO

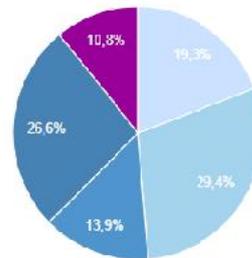
Escolaridade da população de 25 anos ou mais - 1991



Escolaridade da população de 25 anos ou mais - 2000



Escolaridade da população de 25 anos ou mais - 2010



- Fundamental incompleto
- Fundamental incompleto e alfabetizado
- Fundamental completo e médio incompleto
- Médio completo e superior incompleto
- Superior completo

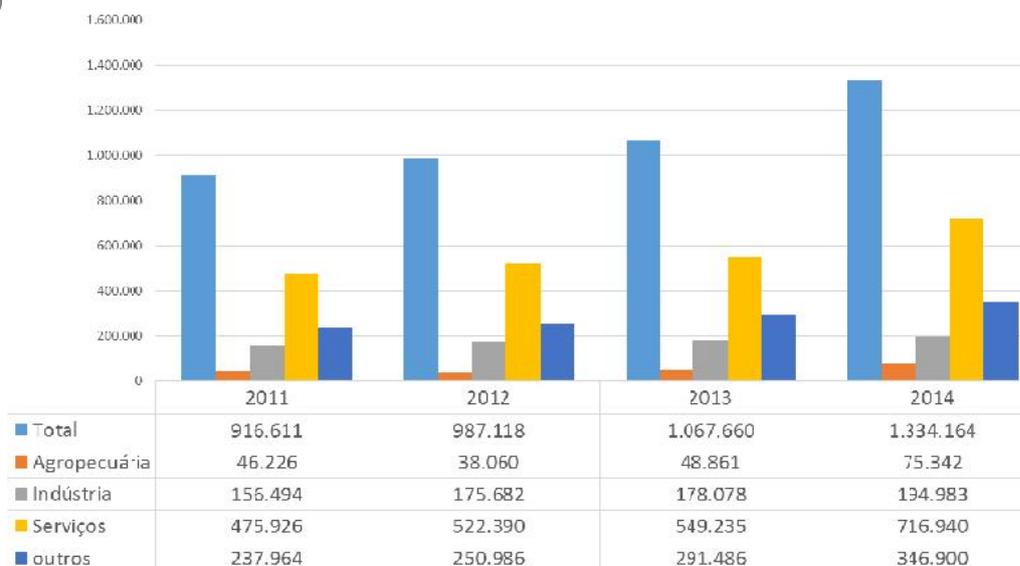
Fonte: PNUD, Ipea e FJP



Planejamento Estratégico Municipal e Regional

Caracterização do Município

EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO PIB, VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES (R\$ MIL)



Outros: Administração, saúde, educação públicas e seguridade social.

Fonte: IPECE, Anuário Estatístico do Ceará 2016

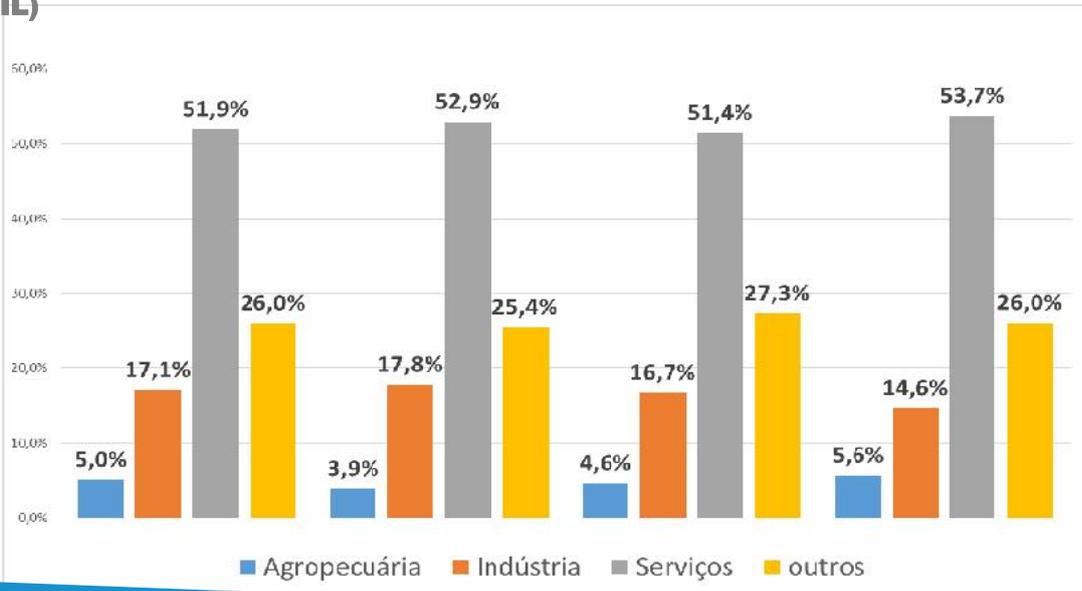


Planejamento Estratégico Municipal e Regional

Caracterização do Município **CRATO** 21

PLANO PLURIANUAL 2018-2021

EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO PIB, VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES (R\$ MIL)



Outros: Administração, saúde, educação públicas e seguridade social.

Fonte: IPECE, Anuário Estatístico do Ceará 2016

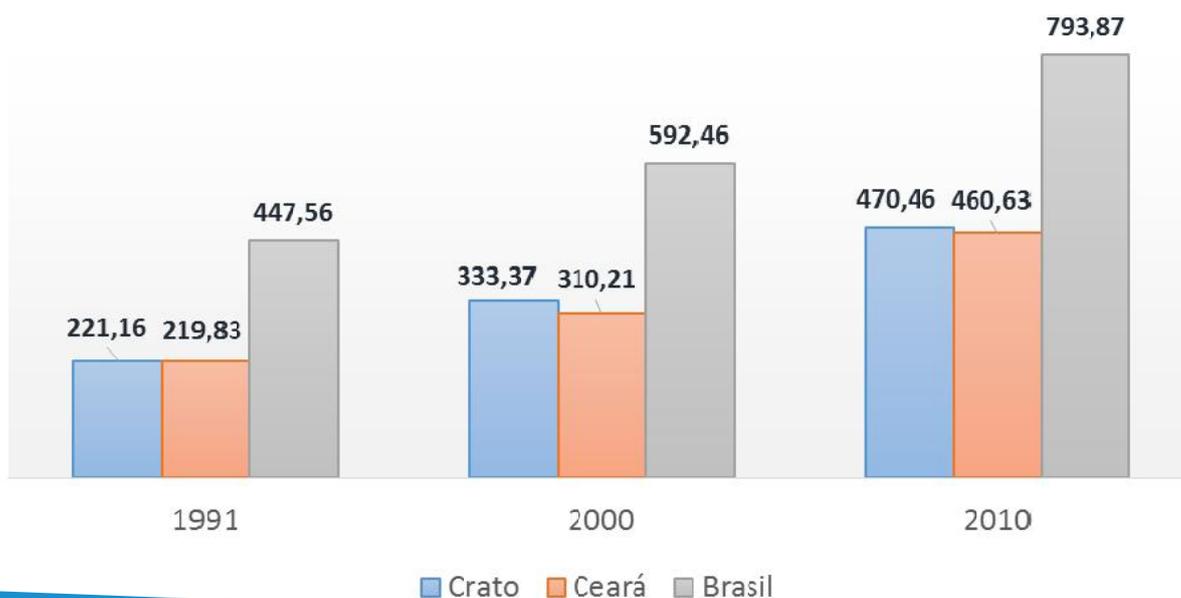


Planejamento Estratégico Municipal e Regional

Caracterização do Município **CRATO** 21

PLANO PLURIANUAL 2018-2021

EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPTA (R\$ MIL)



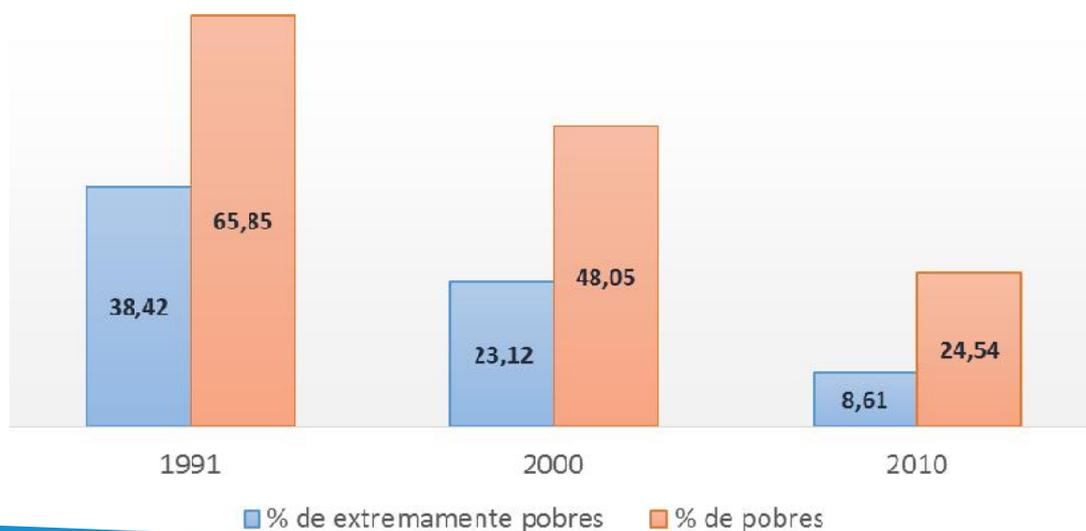
Fonte: PNUD, Ipea e FJP



Planejamento Estratégico Municipal e Regional

Caracterização do Município

POBREZA (EM %) 1991-2010



Fonte: PNUD, Ipea e FJP



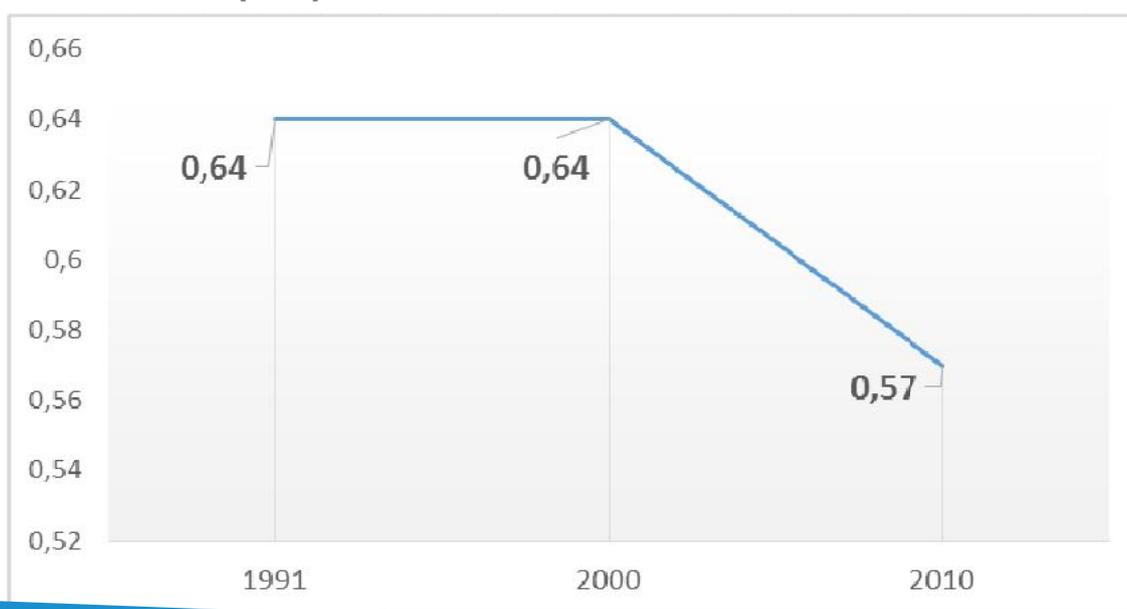
PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Caracterização do Município

DESIGUALDADE (GINI) 1991-2010



Fonte: PNUD, Ipea e FJP



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Caracterização do Município **CRATO** 21

PLANO PLURIANUAL 2018-2021

EMPRESAS ATIVAS CEARÁ 2015-2017

		2015	Crescimento 2015 a 2016	2016	Crescimento 2016 a 2017	Hoje	% Do Total
1	Fortaleza	243.228	10,44%	268.625	1,30%	272.114	45,28%
2	Juazeiro do Norte	19.012	11,32%	21.164	1,55%	21.491	3,58%
3	Caucaia	18.133	13,47%	20.575	1,89%	20.964	3,49%
4	Maracanaú	15.955	12,10%	17.931	1,25%	18.158	3,02%
5	Sobral	11.512	11,47%	12.832	1,52%	13.027	2,17%
6	Crato	7.229	9,67%	7.928	1,44%	8.042	1,34%
7	Eusébio	6.617	12,83%	7.466	1,27%	7.561	1,26%
8	Iguatu	6.331	9,51%	6.933	1,63%	7.046	1,17%
9	Maranguape	6.128	10,15%	6.787	1,15%	6.865	1,14%
10	Itapipoca	5.471	11,77%	6.115	1,93%	6.233	1,04%



PREFEITURA DO
CRATO

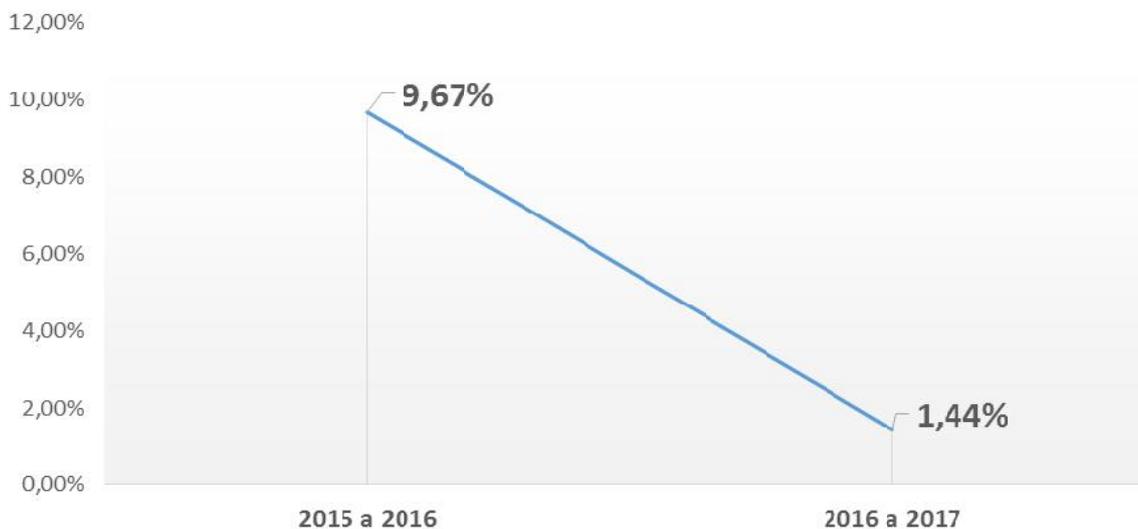


Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Caracterização do Município **CRATO** 21

PLANO PLURIANUAL 2018-2021

(%) DE CRESCIMENTO DO NÚMERO DE EMPRESAS ATIVAS 2015-2017



Fonte: EMPRESOMETRO



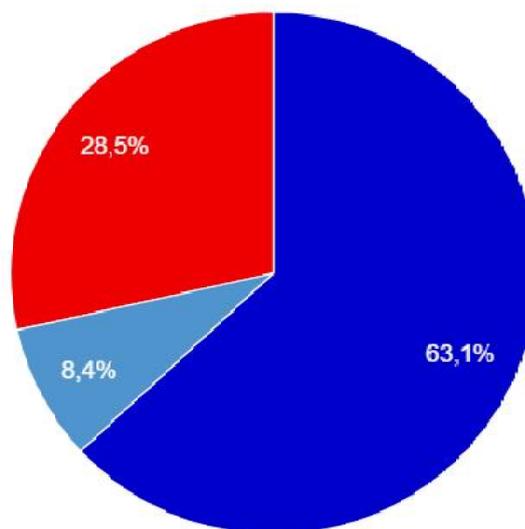
PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

(%) de Crescimento do Número de empresas ativas 2015-2017:

- População economicamente ativa ocupada
- População economicamente ativa desocupada
- População economicamente inativa



Fonte: PNUD, Ipea e FJP



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico Municipal e Regional

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS

	2000	2010
Taxa de atividade	62,61	63,11
Taxa de desocupação	14,32	8,40
Grau de formalização dos ocupados	39,41	44,30
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo	45,81	63,12
% dos ocupados com médio completo	29,47	46,73
Rendimento médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m.	70,61	39,19
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m.	86,35	82,67
% dos ocupados com rendimento de até 5 s.m.	94,74	94,47

Fonte: PNUD, Ipea e FJP



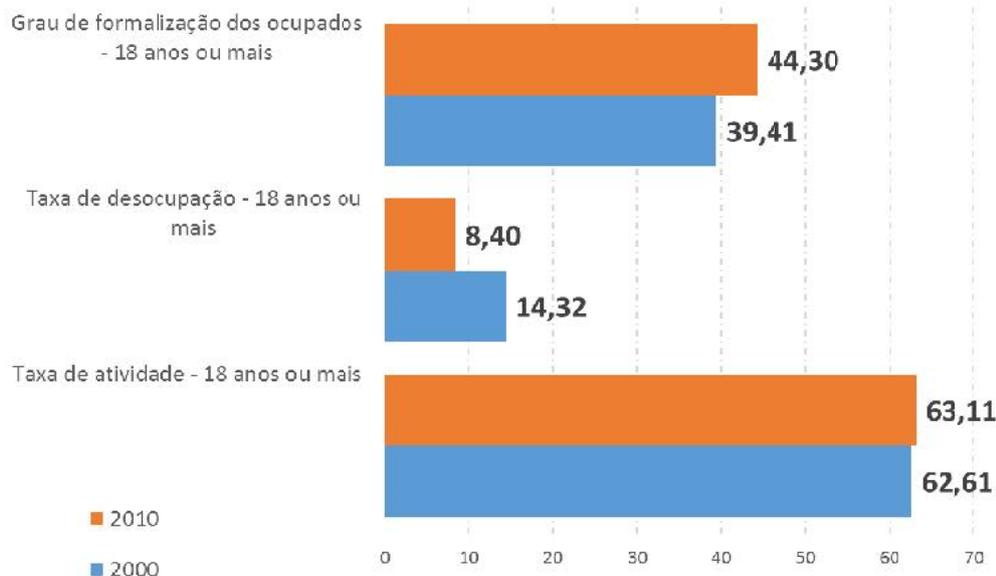
PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico Municipal e Regional

Caracterização do Município

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS



Fonte: PNUD, Ipea e FJP



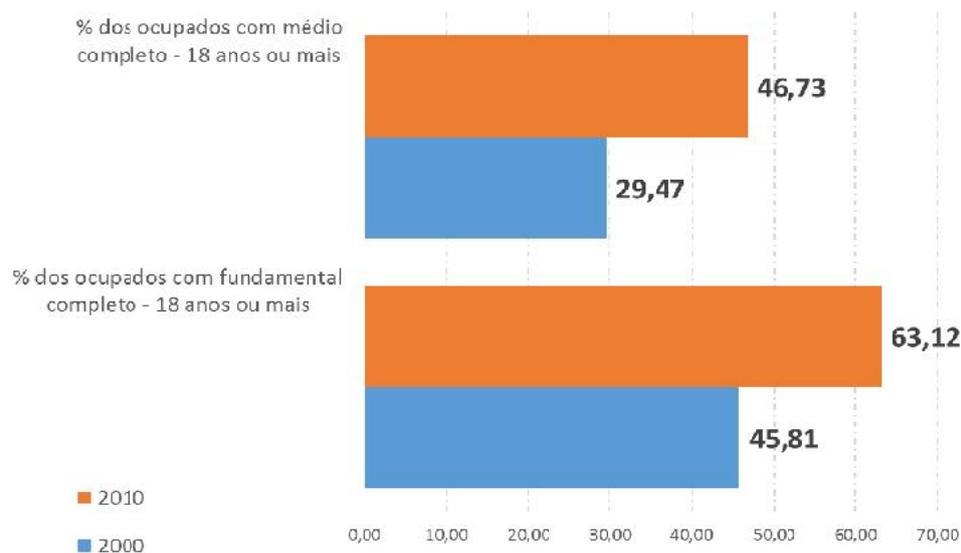
PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Caracterização do Município

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS - NÍVEL EDUCACIONAL DOS OCUPADOS



Fonte: PNUD, Ipea e FJP



PREFEITURA DO
CRATO

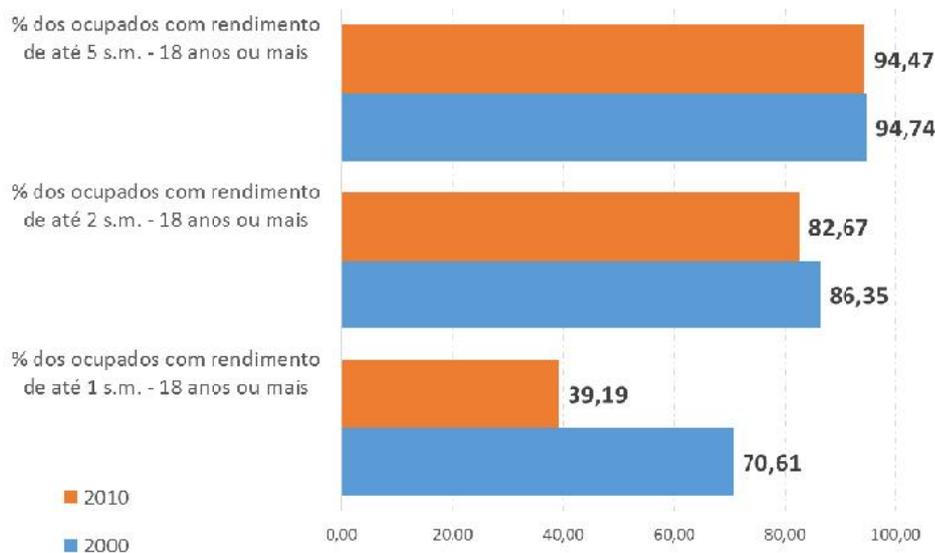


Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Caracterização do Município

CRATO 21
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS - RENDIMENTO MÉDIO



Fonte: PNUD, Ipea e FJP



PREFEITURA DO
CRATO

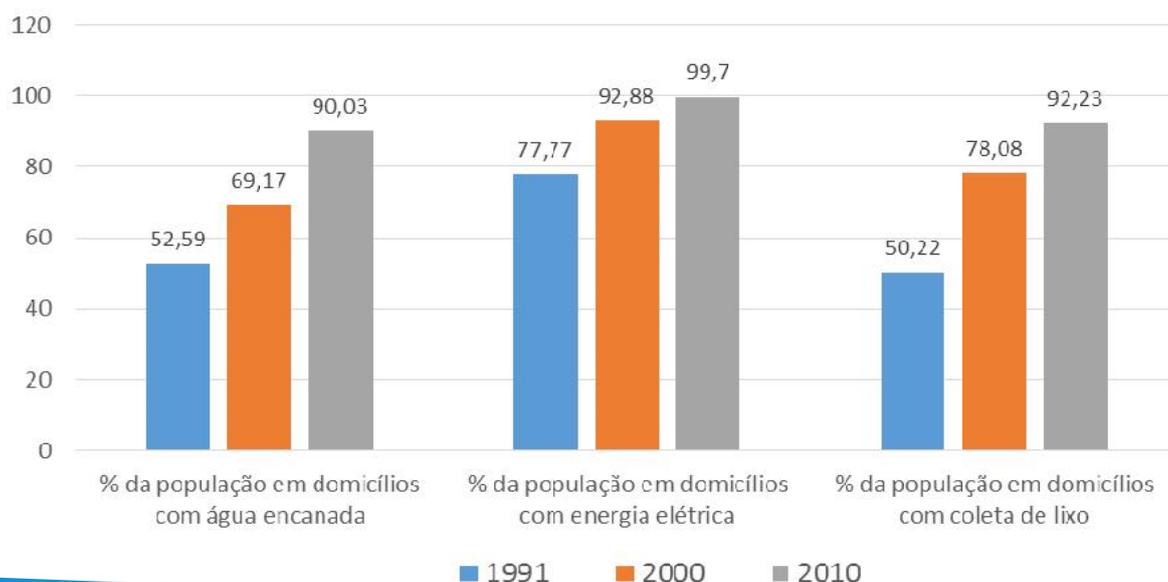


Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Caracterização do Município

CRATO 21
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS - INDICADORES DE HABITAÇÃO



Fonte: PNUD, Ipea e FJP



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

VISÃO REGIONAL

CARIRI



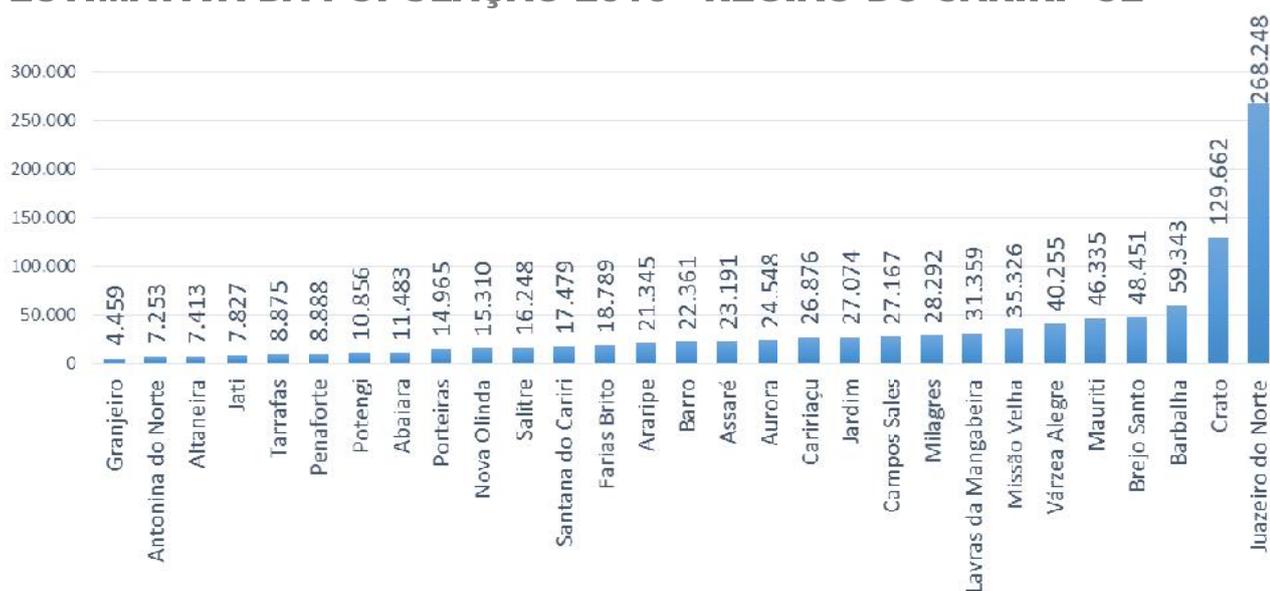
PREFEITURA DO
CRATO



**Planejamento Estratégico
Municipal e Regional**

Caracterização Regional

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO 2016 - REGIÃO DO CARIRI- CE



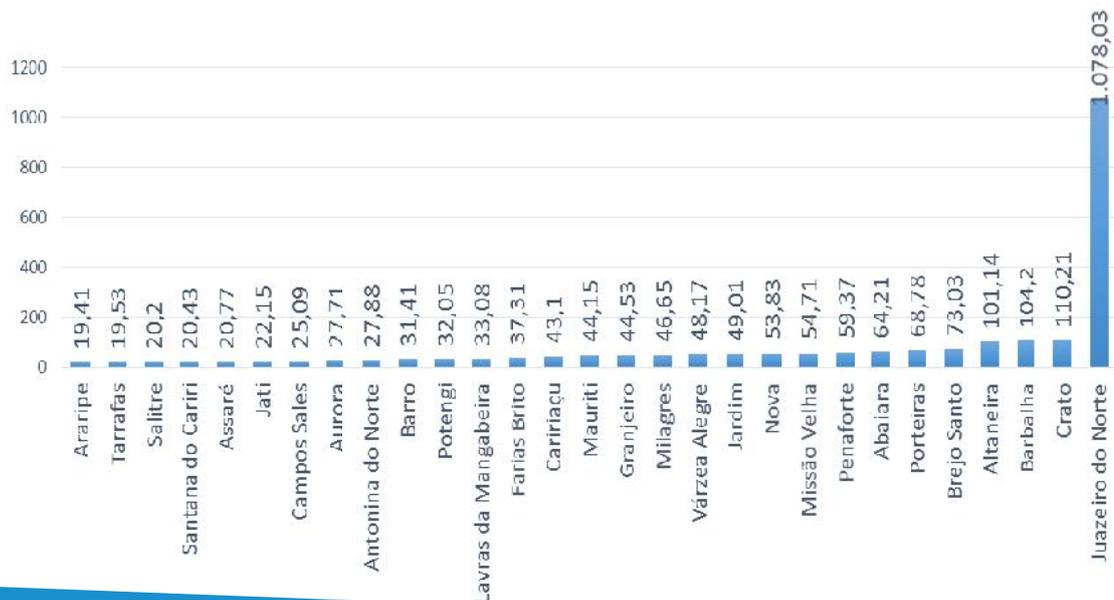
PREFEITURA DO
CRATO



**Planejamento Estratégico
Municipal e Regional**

Caracterização Regional

DENSIDADE DEMOGRÁFICA 2016 - REGIÃO DO CARIRI- CE



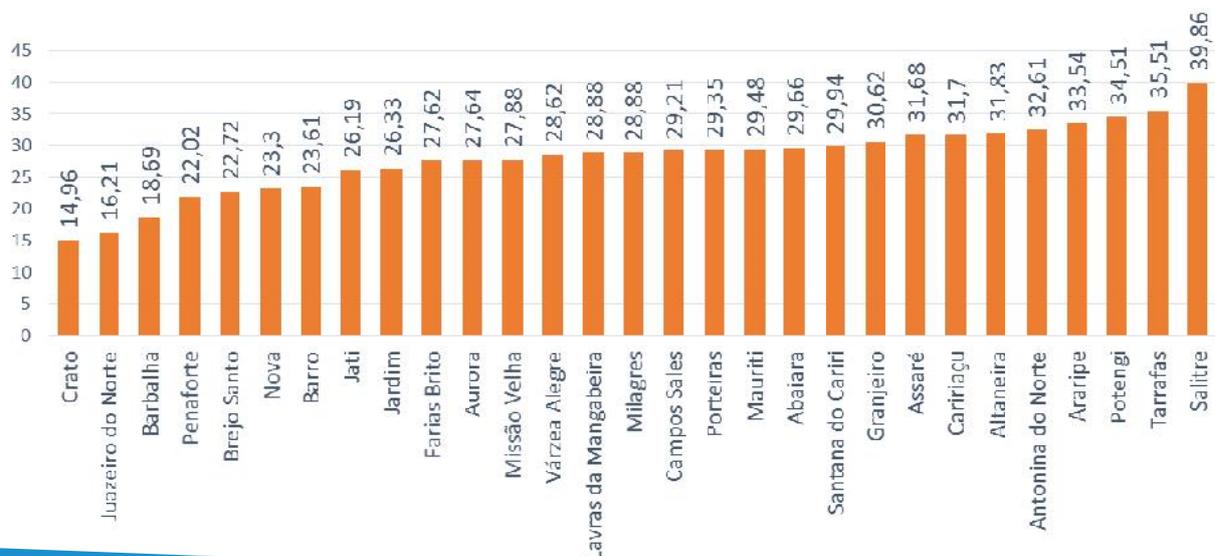
PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Caracterização Regional

TAXA DE ANALFABETISMO DE 15 ANOS OU MAIS (%) - 2010 - REGIÃO DO CARIRI - CE

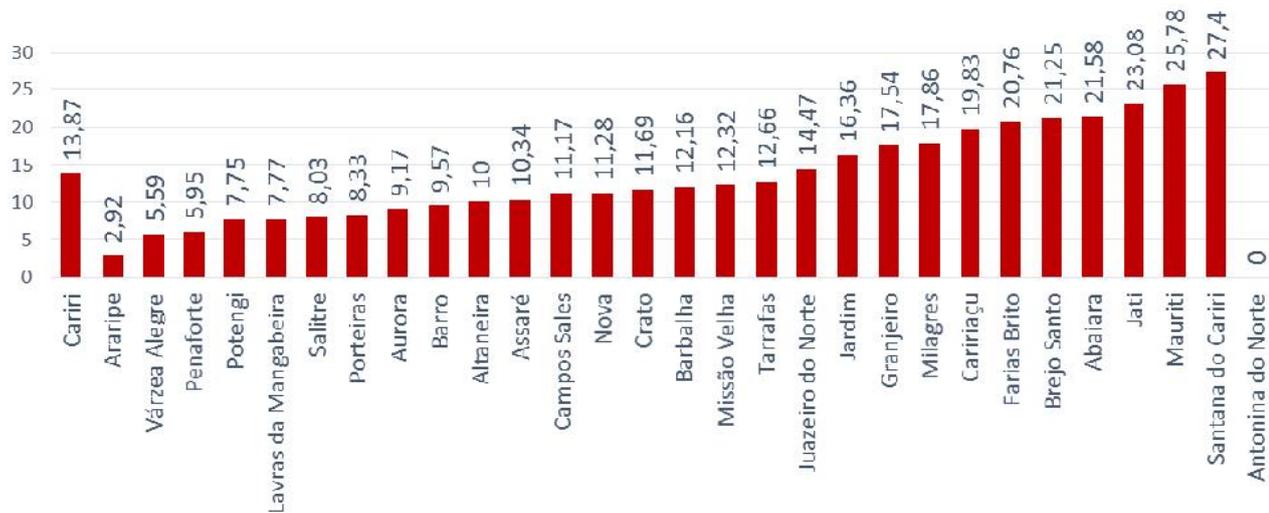


PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL POR MIL NASCIDOS VIVOS (%) - 2015 - REGIÃO DO CARIRI- CE

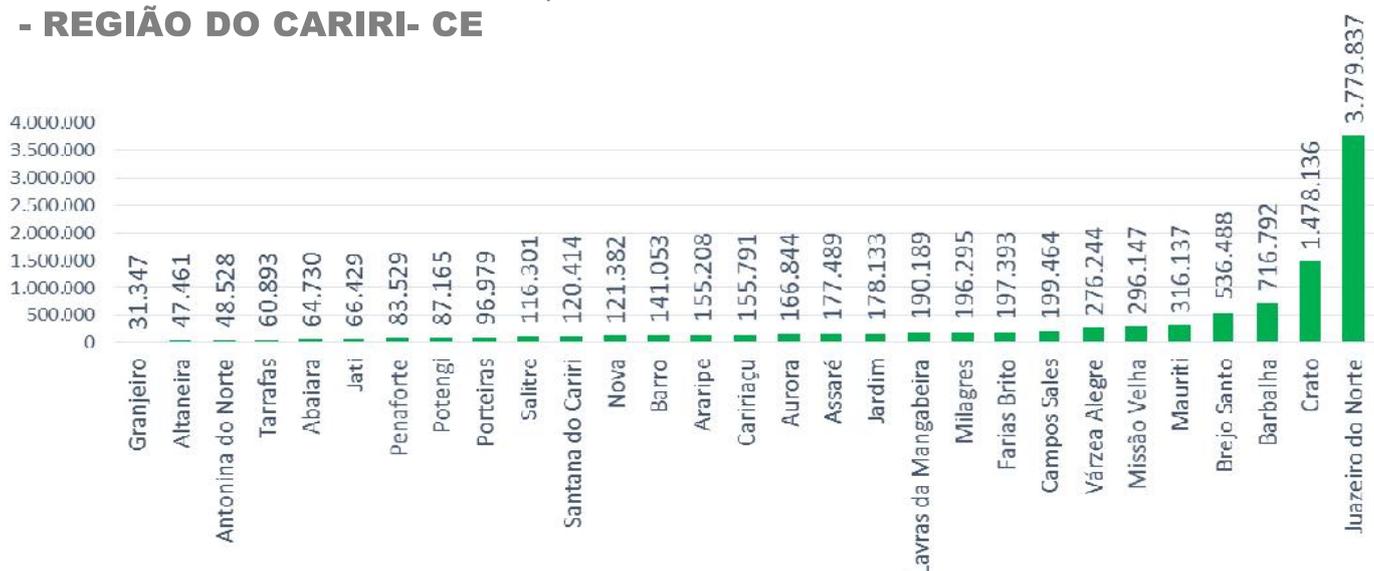


PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

PRODUTO INTERNO BRUTO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS 2014 - REGIÃO DO CARIRI- CE

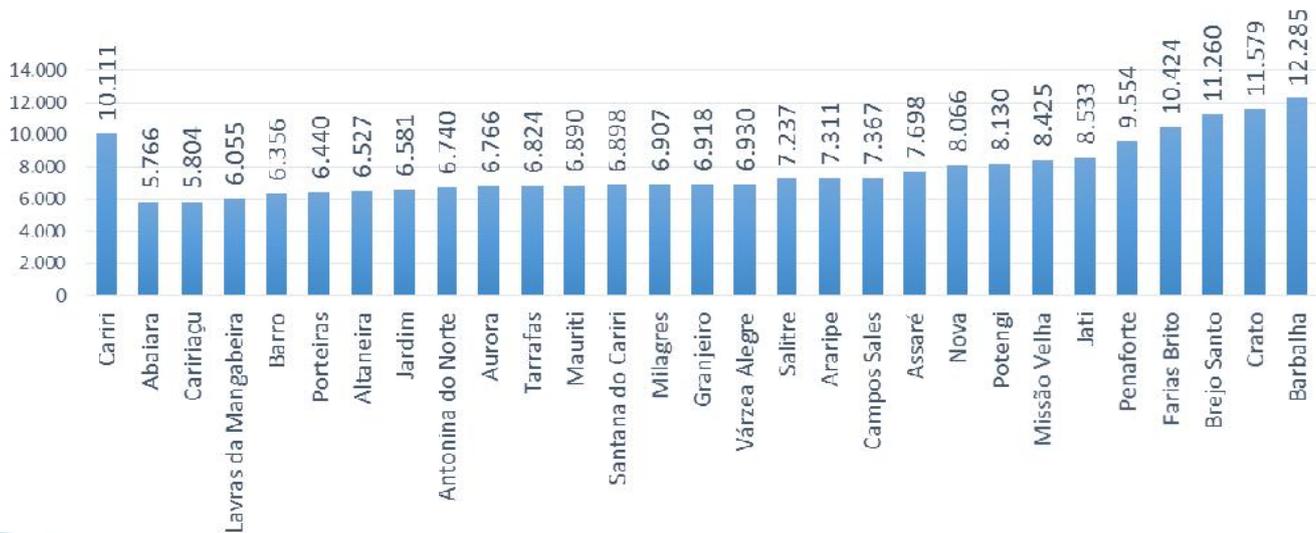


PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

PIB PER CAPITA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS 2014 - REGIÃO DO CARIRI - CE



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

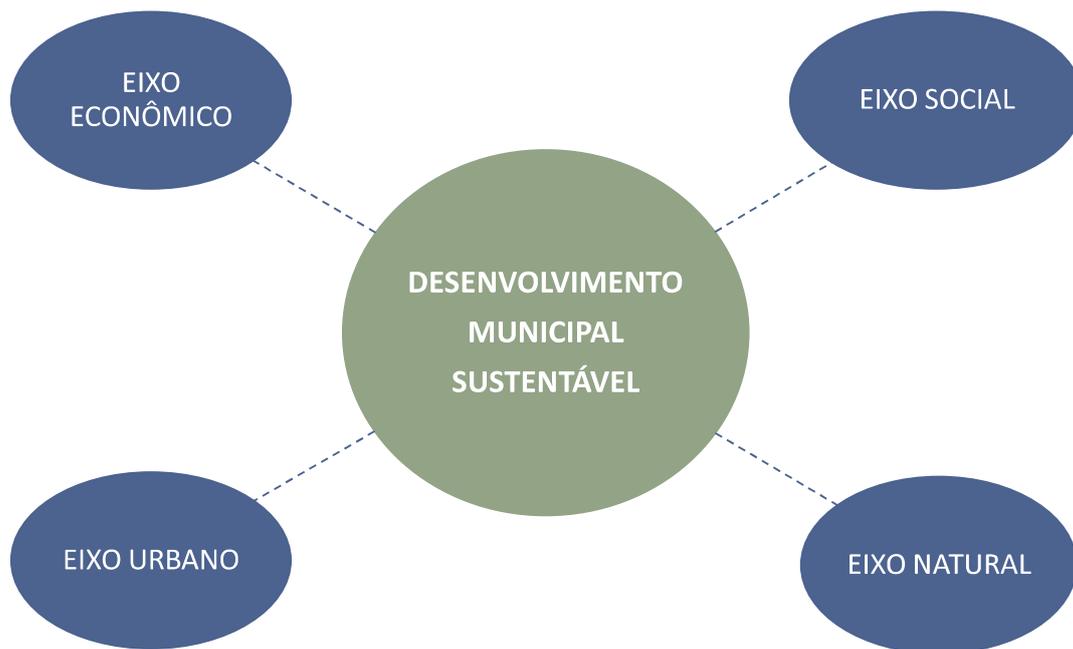
Desenvolvimento Sustentável



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

O que seria o Desenvolvimento Sustentável do Crato?

Mobilidade Urbana	Acessibilidade	Saneamento
Trabalho	Ordenamento	Saúde Universalizada
Valorização da Cultura	Tratamento Resíduos	Biodiversidade
Desenvolvimento do Turismo	Esporte	Educação Integral
Moradia		



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional



Foto: Allan Bastos



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

CRATO QUE TEMOS: **CRATO 21**

PLANO PLURIANUAL 2018-2021

“MUNICÍPIO com terceira qualidade de vida e nona economia do estado, com forte tradições culturais e econômicas, que perdeu dinamismo ao longo das ultimas décadas, sem políticas efetivas de desenvolvimento econômico, com legislação desatualizada, além de desobedecida, como entrave_____”



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

“MUNICÍPIO que valoriza a cultura, com forte política de atração e desenvolvimento de negócios, gestão participativa e empoderamento da sociedade civil, pólo educacional, turístico e comercial, com mobilidade e ordenamento urbano sustentáveis”

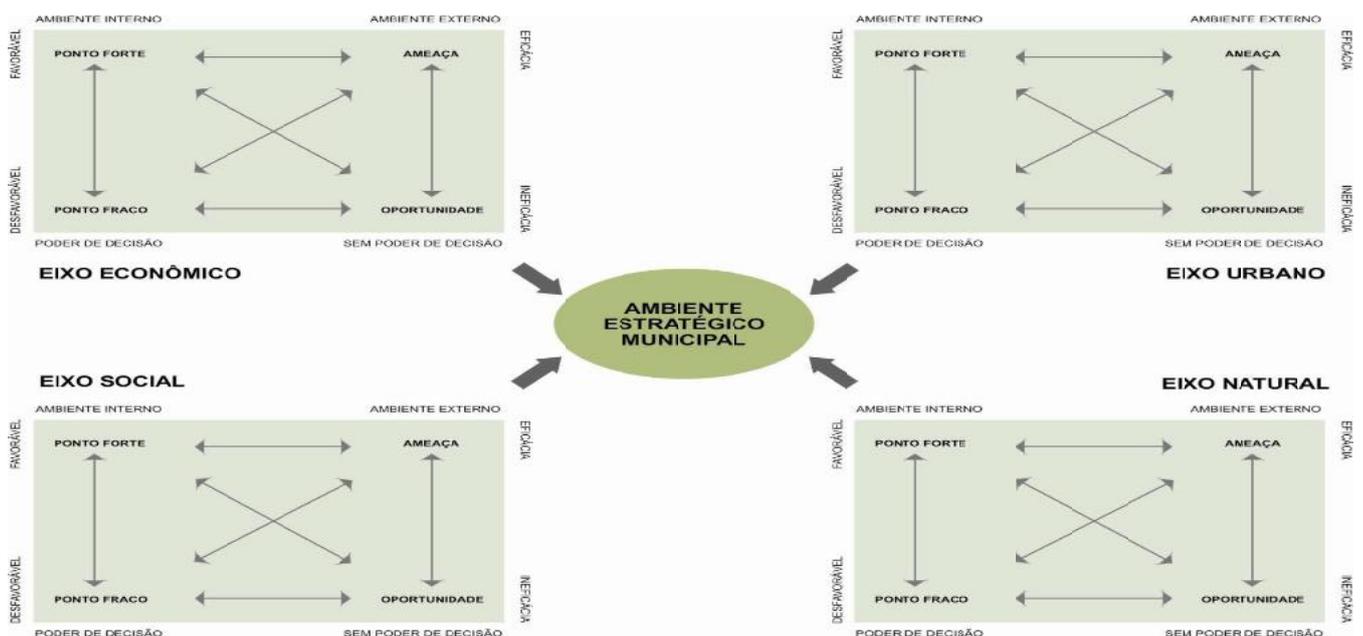


PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico Municipal e Regional

Crato 2021



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico Municipal e Regional

Pontos Positivos:

Localização geográfica	Comércio sólido	Sistema S
Matriz energética	Potencial turístico	Vias de acesso
Recursos naturais	Centro de Convenções	Sentimento de pertencimento
Tradições populares	Pólo Educacional	
MO qualificada em alguns setores	Qualidade de vida	
Centro comercial	Renda	
Potencial da chapada	Equipamentos de saúde	



PREFEITURA DO
CRATO



**Planejamento Estratégico
Municipal e Regional**

Oportunidade de Melhorias:

Falta de MO qualificada	Desordenamento urbano	
Baixa auto estima da população	Falta de espírito empreendedor	
Falta de política de atração de investimentos	Favelização	
Potencial turístico pouco explorado	Baixa inserção metropolitana	
Deficiência na capacidade de Gestão Pública e Privada	Saneamento	



PREFEITURA DO
CRATO



**Planejamento Estratégico
Municipal e Regional**

DIVISÃO	ATIVIDADES ATUAIS	ATIVIDADES POTENCIAIS
Crato (sede)		
Baixio das Palmeiras		
Belmonte		
Campo Alegre		
Dom Quintino		
Monte Alverne		
Bela Vista		
Ponta da Serra		
Santa Fé		
Santa Rosa		



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional



EIXOS X OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Princípios a serem seguidos

CRATO 21
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

ÉTICA,
HUMANIZAÇÃO,
GESTÃO PÚBLICA
PARTICIPATIVA E
TRANSPARÊNCIA
ADMINISTRATIVA

DEMOCRATIZAÇÃO
DA GESTÃO
PÚBLICA E
PARTICIPAÇÃO
POPULAR

**CRATO 2021
PRINCÍPIOS**

RESPEITO A
DIVERSIDADE E
PROMOÇÃO DA
INCLUSÃO

DESENVOLVIMENTO
COM
SUSTENTABILIDADE
AMBIENTAL, SOCIAL
E CULTURAL



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Bases Estratégicas

CRATO 21
PLANO PLURIANUAL 2018-2021

BASE NATURAL

BASE SOCIAL

**CRATO 2021
SUSTENTÁVEL**

BASE URBANA

BASE ECONÔMICA



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Eixos Estratégicos

BASE NATURAL

SUGESTÕES / CONTRIBUIÇÕES PARA O PPA CRATO 21:



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Eixos Estratégicos

BASE SOCIAL

SUGESTÕES / CONTRIBUIÇÕES PARA O PPA CRATO 21:



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Eixos Estratégicos

BASE ECONÔMICA

SUGESTÕES / CONTRIBUIÇÕES PARA O PPA CRATO 21:



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional

Eixos Estratégicos

BASE URBANA

SUGESTÕES / CONTRIBUIÇÕES PARA O PPA CRATO 21:



PREFEITURA DO
CRATO



Planejamento Estratégico
Municipal e Regional



OBRIGADO!

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

ESPAÇO PLANO
ESPAÇO PLANO – ARQUITETURA E CONSULTORIA S/S LTDA.

ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO MUNICIPAL E
REGIONAL DO CRATO-CE – LOTE I

Produto 5.0 – Relatório Consolidado da Participação Popular
nos Eventos

OUTUBRO / 2017 – FOTALEZA / CE